

JUREMA MARTELETO RUGANI

***BETIM, NO CAMINHO QUE VAI DAS MINAS À
INDUSTRIALIZAÇÃO:***

A LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOS
CENTROS INDUSTRIAIS METROPOLITANOS

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2001

JUREMA MARTELETO RUGANI

***BETIM, NO CAMINHO QUE VAI DAS MINAS À
INDUSTRIALIZAÇÃO:***

A LÓGICA DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DOS
CENTROS INDUSTRIAIS METROPOLITANOS

Dissertação do Curso de Mestrado em
Arquitetura da Universidade Federal de
Minas Gerais, apresentada como
requerimento à obtenção do título de Mestre
em Arquitetura.

Área de Concentração: Teoria e Prática do
Projeto

Orientador: Prof. Dr. João Júlio Vitral
Amaro

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2001

FICHA CATALOGRÁFICA

A159a Rugani, Jurema Marteleto.
 Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização
 [manuscrito]: a lógica da organização do espaço dos
 centros industriais metropolitanos / Jurema Marteleto
 Rugani. – 2001.
 210 f. : il.

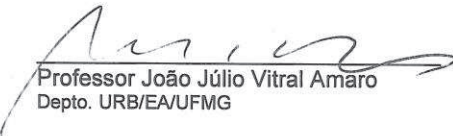
 Orientador: João Júlio Vitral Amaro.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
 Escola de Arquitetura.

 1. Planejamento urbano – Betim (MG) - Teses. 2. Cidades
 industriais – Betim (MG) – Teses I. Amaro, João Júlio Vitral. II.
 Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.40981512

Dissertação defendida e aprovada em 6 de abril de 2001 pela banca examinadora constituída pelos professores:


Professor João Júlio Vitral Amaro
Depto. URB/EA/UFMG


Professora Heloísa Soares Moura Costa
IGC/ UFMG


Professora Maria Ângela Braga
Depto. URB/EA/UFMG

AGRADECIMENTOS

A Teófilo Augusto A. da Silva Zaidan, pela cessão das bases cartográficas de Betim.

A Terezinha Assis, pelas informações preciosas sobre a história do município.

A Marli, pela generosidade e atenção que nos dispensou durante as pesquisas no acervo da Casa de Cultura Josephina Bento.

A Prof. Ms. Fernanda Moraes, pelas observações criteriosas na primeira fase do trabalho.

Ao Prof. Dr. João Júlio Vitral Amaro, pela orientação desprendida e amiga.

A Moema Brandão da Silva, pela revisão das normas bibliográficas.

A Dora Aparecida da Silva, pela elaboração da ficha catalográfica.

Aos amigos Hayato Hirashima, James Fernandes e Paulo Henrique Alonso e por ajudarem a formatar este volume.

A Renata, Vânia e Aline, pela atenção dedicada que supera o profissionalismo.

Para Vinícius e Carmen Irene,
meus pais

“Já se disse que descrever a gênese de um processo não é explicar suas causas: é verdade, mas nosso intuito aqui não é explicar, e muito menos explicar ‘causas’; nosso intuito é produzir uma interpretação que desvende a dialética do processo em questão”
(DEÁK, 1999: 23).

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	18
1. ESPAÇO METROPOLITANO: DISCUSSÃO SOBRE A URBANIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA METROPOLITANA	32
1. 1. Urbanização no Brasil: antecedentes	33
1. 2. A industrialização e urbanização em Minas Gerais: a participação do Estado	38
1. 3. O espaço metropolitano: conflitos e contradições	43
2. BETIM: NO CAMINHO QUE VAI DAS MINAS À INDUSTRIALIZAÇÃO	51
2. 1. Origens: de arraial a município	51
2. 2. Betim, centro industrial metropolitano	64
2. 3. A lógica da organização do espaço na cidade da periferia industrial	68
2. 2. 3. 1. O espaço urbano de Betim: uma síntese	79
3. A CIDADE POLINUCLEADA	86
3. 1. Centro tradicional: ‘Capela Nova’ ou centro da cidade industrial moderna?	90
3. 1. 1. Sub-área I: uso e ocupação do solo	105
3. 1. 2. Sub-área II: uso e ocupação do solo	109
3. 1. 3. Sub-área III: uso e ocupação do solo	112
3. 2. Imbiruçu	123
3. 2. 1. Processos de estruturação urbana	127
3. 2. 2. Imbiruçu: uso e ocupação do solo	133
3.3. Colônia Santa Izabel	144
3. 3. 1. Colônia Santa Izabel: aspectos do projeto original	150
3. 3. 2. Colônia de Santa Izabel: estrutura urbana atual	159
3. 3. 3. Colônia Santa Izabel: uso e ocupação do solo	162
3. 3. 4. A região de Citrolândia: breves considerações	169

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
--------------------------------------	------------

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
--	------------

6. ANEXOS	186
------------------------	------------

MAPA 1. Centro Tradicional - Limites

MAPA 2. Centro Tradicional – Sub-áreas

MAPA 3. Centro Tradicional – Usos

MAPA 4. Centro Tradicional – Ocupação

MAPA 5. Imbiruçu - Limites

MAPA 6. Imbiruçu - Usos

MAPA 7. Imbiruçu - Ocupação

MAPA 8. Colônia Santa Izabel – Limites

MAPA 9. Colônia Santa Izabel – Usos

MAPA 10. Colônia Santa Izabel – Ocupação

DOC. 1. Carta de Sesmaria passada ao Cap. Joseph Roiz’ Betim

DOC. 2. DOSSIÊ de tombamento do Colégio Comercial Betinense

DOC. 3. Documento 2 - Registro de Imóveis, Comarca de Betim, fls. 151 do Livro 3-J, nº de ordem: 8.588, de 12 de novembro de 1954

DOC. 4. CONTINENTINO, Lincoln. Colônia de Lázarus Santa Izabel. Conferência pronunciada em 1932 na Sociedade Mineira de Engenheiros (trecho).

DOC. 5. Relatório da Diretoria de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – 1935 (trecho)

DOC. 6. DINIZ, Orestes. *Do Isolamento na Lepra: algumas condições para a sua eficiência*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933 (trecho)

DOC. 7. Trecho do discurso do Presidente da CDI-MG, Leopoldo Mesquita

DOC. 8. Trecho do discurso do então Prefeito Municipal de Contagem, Sr. Newton Cardoso

DOC. 9. ÚLTIMA HORA (periódico). “*Instituto de Arquitetos adverte ao povo: não compre já a casa própria*”. Ano XIV. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1965, nº 1.472, página 2.

DOC. 10. Transcrição da Entrevista com a arquiteta Maria Helena Almeida Magalhães
Departamento Técnico da C. D. I. - Companhia dos Distritos Industriais
Data: 28 de fevereiro de 2000

LISTA DE ABREVIATURAS

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CDI – Companhia de Distritos Industriais

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais

CEURB / UFMG - Centro de Estudos Urbanos da Universidade Federal de Minas Gerais

CHISBEL – Coordenação de Habitação de Interesse Social

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CURA – Programa Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada

FIAT – Fabbrica Italiana Automobili Torino

FEAL – Fundação Estadual de Assistência Leprocomial

FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNARBE – Fundação Artístico Cultural de Betim

INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial

IPUC-Betim – Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim / 1998

PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro

PTB – Posto Telegráfico de Betim

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

RM – Região Metropolitana

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIG. 1	
Bandeirinhas - Arraial Capela Nova	53
FIG. 2	
Vista aérea do centro tradicional de Betim - Praça Milton Campos	54
FIG. 3	
Acesso ao centro tradicional de Betim, através da BR-381	60
FIG. 4	
Mapas das rodovias - 1955 / 1964 / 1975	64
FIG. 5	
Núcleos de adensamento de Betim	85
FIG. 6	
Vista aérea do centro tradicional de Betim – avenida Amazonas	94
FIG. 7	
Traçado eixo histórico – Centro Tradicional	95
FIG. 8	
Vista da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Velha	99
FIG. 9	
Vista do centro tradicional, tal como se encontra hoje (foto dos anos 80)	102
FIG. 10	
Gráficos de Uso e Ocupação do Solo – Sub-área I / Centro Tradicional	108
FIG. 11	
Gráficos de Uso e Ocupação do Solo - Sub-Área II / Centro Tradicional	111
FIG. 12	
Gráficos de Uso e Ocupação do Solo - Sub-Área III / Centro Tradicional	114
FIG. 13	
Gráficos de Uso e Ocupação do Solo - Centro Tradicional (média)	117
FIG. 14	
Imagens Sub-área I	118

FIG. 15	
Imagens Sub-área III e II	119
FIG. 16	
Imagens Sub-área II	120
FIG. 16A	
Imagens Sub-área II	121
FIG. 17	
Imagens Sub-área III	122
FIG. 18	
Gráficos de Uso e Ocupação do Solo – Imbiruçu	139
FIG. 19	
Imagens Imbiruçu	140
FIG. 20	
Imagens Imbiruçu	141
FIG. 21	
Imagens Imbiruçu	142
FIG. 22	
Imagens Imbiruçu	143
FIG. 23	
Plano de Urbanismo da Colônia Santa Izabel. Projeto do engenheiro sanitarista Lincoln Continentino	152
FIG. 24	
Igreja e Teatro da Colônia Santa Izabel	156
FIG. 25	
Vista interna da Colônia Santa Izabel, na década de 30	158
FIG. 26	
Levantamento da Colônia Santa Izabel, realizado em 1969	160
FIG. 27	
Gráficos de Uso e Ocupação do Solo	165
FIG.	
Imagens da Colônia	166
FIG.	
Imagens da Colônia	167

FIG.	
Imagens da Colônia	168

TABELAS

TABELA I

BETIM – POPULAÇÃO – 1940 a 1990

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991 74

TABELA II

BETIM – POPULAÇÃO RESIDENTE – 1960 a 1990

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991 75

TABELA III

BETIM – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO – 1940 a 1991

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 75

TABELA IV

BELO HORIZONTE – POPULAÇÃO – 1970 a 2001

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 75

TABELA V

POPULAÇÃO - TAXA DE CRESCIMENTO (%)

Fonte: IBGE: Censos Demográficos / Cedeplar / UFMG 75

TABELA VI

POPULAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO REGIONAL – BETIM

Fonte: Prefeitura Municipal de Betim 76

TABELA VII

Fontes: IBGE: Contagem da População 1996 e Censo Demográfico 2000 82

TABELA VIII

POPULAÇÃO OCUPADA EM BETIM

Fonte: IBGE, cidades@ 83

TABELA IX

BETIM – PESSOAS OCUPADAS POR ATIVIDADE

Fonte: IBGE, cidades@ 83

TABELA X

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL BELO HORIZONTE

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda 84

TABELA XI

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL BETIM

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda	84
TABELA XII	
BETIM - CENTRO TRADICIONAL – USOS	
Fonte: IPUC-Betim – 1998 – Dados originais trabalhados	115
TABELA XIII	
BETIM - CENTRO TRADICIONAL – OCUPAÇÃO	
Fonte: IPUC-Betim - 1998 – Dados originais trabalhados	115
TABELA XIV	
IMBIRUÇU – USOS	
Fonte: Dados originais	135
TABELA XV	
IMBIRUÇU – OCUPAÇÃO	
Fonte: Dados originais	136
TABELA XVI	
COLÔNIA SANTA IZABEL – USOS	
Fonte: Dados originais	163
TABELA XVII	
COLÔNIA SANTA IZABEL – OCUPAÇÃO	
Fonte: Dados originais	163

APRESENTAÇÃO

Este documento destina-se a apresentar a dissertação de mestrado em arquitetura da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, “*BETIM, NO CAMINHO QUE VAI DAS MINAS À INDUSTRIALIZAÇÃO*: a lógica da organização do espaço dos centros industriais da periferia metropolitana”, na área de concentração “Teoria e Prática do Projeto” sob a orientação do Prof. Dr. João Júlio Vitral Amaro.

O trabalho pode ser considerado extensão e aprofundamento de alguns aspectos pressentidos / levantados durante a realização de pesquisas para a Monografia do Curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica¹, quando enfocamos os aspectos da preservação do patrimônio urbano e cultural em uma cidade da periferia industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A própria questão central, o patrimônio urbano e cultural dentro da cidade de Betim – mais lembrada pela sua forte participação na economia industrial do estado –, já de início conferiu um certo grau de estranheza e novidade ao trabalho citado, pela abordagem diferenciada. Paralelamente, realizávamos o *Diagnóstico Parcial - Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural - IPUC Betim*, em 1998, que se constituiu em uma parte do banco de dados consultados para este trabalho, relativamente ao espaço do centro tradicional. A partir deste diagnóstico, e considerando o histórico da evolução da cidade, verificamos a ocorrência sistemática de um padrão de “intervenção” dentro do território do município originado a partir de decisões externas.

Esta dissertação procede, pois, de uma reflexão sobre os impactos derivados do processo de industrialização / urbanização nas regiões metropolitanas abordando, em especial, os aspectos das transformações e alterações que se verificam na organização do espaço das cidades industriais da periferia da RMBH. Como área de estudo, Betim e sua característica de “policentralidade”, pareceu-nos um exemplo pertinente a ser investigado do ponto de vista das transformações que se sucedem a partir da relação centro-periferia, ou da(s) intervenção(ões) de uma “ordem distante” sobre a “ordem próxima”, como quer Lefèbvre (1969). E, que, para nós, traduziu-se no “percurso” realizado através de Betim – ou que perpassa e se materializa em Betim -, ao longo do tempo, desde o pequeno arraial do tempo da mineração, até o território ao mesmo tempo fragmentado e denso da

¹ RUGANI, Jurema M. *Preservação do patrimônio no centro industrial da periferia metropolitana: o caso de Betim*. 1999. Monografia (Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura/ UFMG, 1999.

atualidade.

RESUMO

Na busca por novas localizações durante os anos 70, e seguindo apenas os parâmetros do planejamento macro-territorial brasileiro de então, as novas indústrias introduziram rupturas físicas e sociais em antigas localidades. Betim, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujas origens remontam ao século XVIII, em função da sua proximidade com os principais eixos rodoviários nacionais e dos subsídios e vantagens que o Estado oferece, tem seu território escolhido como localização preferencial para a expansão do parque industrial mineiro. À racionalidade das grandes unidades produtivas industriais opõe-se a ocupação descontrolada do espaço da periferia, através do processo intensivo de migração que se estabelece. Guardando ainda características da antiga e pacata comunidade estruturada em torno do núcleo do século XVIII, com sua incipiente indústria – o centro tradicional –, bem como os traços da política urbano-sanitarista das primeiras décadas do século XX – a Colônia Santa Izabel e seu contraponto e núcleo de resistência, o bairro de Citrolândia, além dos espaços rurais, a crescente periferia urbano-industrial vem se juntar ao mosaico em que se transforma o território de Betim. Na evidente desarticulação desse espaço fragmentado, revela-se a trajetória conflituosa das políticas nacionais de desenvolvimento, cuja ênfase excessivamente economicista tem, historicamente, ignorado os aspectos relativos à organização, uso e ocupação das antigas centralidades. Ao inserir-se na rota de modernização do país, Betim expõe toda a latente fragilidade, e, ao mesmo tempo, capacidade de resistência, materializada no fato desse “mosaico urbano” em processo, ao mesmo tempo em que denuncia a incapacidade crônica da instância reguladora do Estado.

INTRODUÇÃO

“Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis de determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno” (SANTOS, 1985: 3).

Desde as suas origens, a cidade incorpora e testemunha a busca pela forma que se refletirá *“como ideal do mundo”*². Ao longo da história, sociedade e território entrelaçaram-se no jogo estético das formas construídas cujo traçado e estrutura evocam as relações entre uma ordem distante e uma ordem próxima, entre os poderes constituídos e / ou os sistemas que os representam e a sociedade.

O advento da revolução industrial vem romper com a continuidade desse fio condutor que responde por uma certa coerência estética e ambiental da cidade. No decorrer deste século, o equilíbrio no diálogo entre as formas urbanas, alcançado pelo estreitamento do vínculo entre a qualidade das formas e espaços e o uso cotidiano dos mesmos, é progressivamente substituído, senão erradicado. As sucessivas intervenções sobre as formas, as marcas do passado, cuja existência é negada em nome do *“mito do novo”* (SEGRE, 1992: 107), institui frequentemente a experiência da amnésia urbana. O movimento da expansão industrial invade e desintegra aquele entorno que se construía a partir do enraizamento da população no local, ao longo do tempo. A segregação territorial aparece como reflexo daquelas ações modernizadoras calcadas no processo de internacionalização da economia, impostas de forma acrítica, sobre as estruturas pré-modernas do continente latino-americano.

Neste final de milênio, a forma urbana reflete as contradições e a fragmentação do mundo contemporâneo. A globalização difunde os signos culturais das metrópoles, através dos mecanismos de mercado cada vez mais sofisticados, ao mesmo tempo em que acelera a perda de identidade e a desvalorização do mundo local. Perdidos os referenciais de uma ordem anterior, em que se identificavam as formas e as possibilidades de realização material e espiritual dos indivíduos, a cidade, marco da experiência social coletiva, passa a

² SUBIRATS, citado por SEGRE, 1992: 101.

ser vivenciada dentro das possibilidades especulativas ou marginais de seus espaços. Estes tornam-se campos (re)funcionalizados da experiência individual cotidiana, destinados ao esquecimento até que uma nova “construção” especulativa os recoloca em foco.

Já em 1930, Levi-Strauss espantava-se com a “*falta de vestígios*” nas cidades brasileiras, o que, segundo ele, desqualificava-as como “*objeto de reflexão e contemplação*”, colocando-as apenas “*como instrumentos da função urbana*” (LEVI-STRAUSS, 1970: 81-82). De fato, desde a virada do século XIX para o XX que, em nome de princípios sanitários, estéticos ou funcionais, introduziram-se os planos de renovação urbana nas cidades brasileiras, visando a configuração de um espaço central para as elites emergentes. Em meados dos anos 50 e anos 60, particularmente, com o incremento da infra-estrutura rodoviária e da retomada dos esforços de dinamização industrial, o crescimento urbano ganha um novo impulso. Nas décadas seguintes, as práticas intervencionistas associadas ao período de governo centralizador - orientadas segundo uma visão do desenvolvimento baseado na acumulação dos investimento nas regiões “funcionais”³ (do ponto de vista da reprodução do capital) - são responsáveis pelo aprofundamento das distorções observadas na malha urbana das cidades. A euforia econômica dos anos 70, portanto, no auge do processo de industrialização-urbanização, teve como contrapartida a geração de fortes desequilíbrios no espaço urbano e social das Regiões Metropolitanas.

Como diz Olgária MATTOS (1983: 45),

A ideologia que constrói a noção de ideia como o progresso, crença na operacionalidade e no desenvolvimento técnico-científico, ambos a serviço da destruição produtiva da cidade sob o imperativo categórico da ‘razão instrumental’ que desbasta o terreno de tudo que possa significar obstáculo à circulação da mercadoria e à livre acumulação do capital.

Ao findar desta década, as regiões metropolitanas apresentam-se como o retrato “síntese” daquela proposta de modernização induzida pelo Estado brasileiro associado ao capital internacional em expansão. Na aceleração do processo de urbanização e

³ Materializadas na instância administrativa das Regiões Metropolitanas, criadas sob a Lei Complementar nº 14/73.

consolidação dos centros principais de produção / reprodução do capital, emerge e acentua-se o quadro das deficiências urbanas, resultado de uma política de planejamento que trabalhou no sentido da instrumentalização do território, visando a inserção do país na economia global. Esse quadro de deficiências é visível desde o plano macro-regional, acentuando-se no âmbito da escala do município. Aqui, as marcantes discontinuidades urbanas e os bolsões extensivos de miséria social denunciam a incapacidade dos mecanismos de regulação urbana e o lado perverso da desigualdade do acesso aos serviços de consumo coletivo, ainda mais agravados sob os efeitos do neoliberalismo que não conhece fronteiras.

Desde a última década observa-se um movimento acentuado em direção a redefinição do papel tradicionalmente desempenhado pelas cidades, que passam a se orientar também como agentes captadores de investimentos e recursos que garantam a manutenção de um projeto de modernização. Este, cujo conceito durante os anos de expansão do capitalismo ocidental associou-se aos modelos de urbanização-industrialização, na atualidade incorpora, dentro de uma perspectiva ambientalista e ecológica, um conjunto de reações “*ao caráter massificante, predatório e opressor, [...], do desenvolvimento dos modos de produção capitalista e estatista, ...*” (COSTA, 1999: 58). Nesse aspecto, é interessante salientar a mudança de paradigma que redimensiona a capacidade de atuação do Estado, que não mais se coloca como o único ou o mais forte financiador da economia. No entanto, e especialmente nos países da América Latina, se a mudança do papel do Estado tem propiciado o surgimento de gestores locais mais sintonizados com a realidade (CASTELLS e BORJA, 1996: 157), a generalização de políticas de cunho neoliberal e privatista entra em conflito exatamente naqueles lugares onde a liderança do poder público vai se fazer mais necessária, sugerindo, como aponta FERNANDES (2000: 17), “*um impasse político de difícil solução*”.

Cabe aqui ressaltar a nossa observação de que, em geral, os estudos mais recentes sobre os espaços urbanos têm-se caracterizado pela abordagem direcionada aos lugares centrais das grandes metrópoles, cidades de importância estratégica.⁴ Embora a

⁴ Boston, Barcelona, Londres, e outras, na medida em que se processa a “desindustrialização”, na década de 70, veem-se a braços com a necessidade de criar novos mecanismos de atração do capital, forçando-as ao empreendimento de intervenções que capacitem essas cidades a continuarem economicamente ativas. Para maiores informações sobre este assunto, consultar HARVEY (1996). No Brasil, verifica-se a

complexidade evidente daquelas, a demandar e suscitar constantes avaliações das metodologias de análise e interpretação para fins de conhecimento e intervenção, outros espaços das mesmas regiões metropolitanas estão a exigir, por sua vez, para além das análises convencionais de dependência econômica, uma abordagem mais centrada em seu próprio universo, considerando a totalidade de seu território e de suas relações. Chamamos a atenção, especialmente, os centros industriais da periferia metropolitana que, principalmente a partir e durante a vigência do “milagre brasileiro”, passaram por fortes impactos sociais e urbanos devido a implementação dos grandes projetos industriais em seus territórios.

De um modo geral, tais cidades que se apresentavam como pequenas economias razoavelmente diversificadas a partir da produção rural e de pequenas indústrias, nas décadas de 40 e 50 sofrem os primeiros impactos derivados do desenvolvimento da industrialização no país e da substituição do trem pelo ônibus como principal meio de transporte. No período que compreende o final da década de 60 e os anos 70, a concentração e centralização dos meios de produção nas regiões metropolitanas resulta, para essas cidades, na ocupação de parte do seu território pela grande indústria e na aceleração dos processos de loteamento. A implantação destes foi decidida, sobretudo, considerando-se as vantagens locais oferecidas pelos municípios, como a distância em relação à metrópole, aos principais eixos rodoviários, e as facilidades fiscais concedidas pelos governos federal e estadual. Nesse momento, a expectativa do emprego e da casa própria, motiva a formação dos grandes contingentes migratórios que se movem em direção a esses “recém-tornados” polos da indústria, produzindo substanciais alterações e pressões sobre as estruturas sociais e urbanas preexistentes.

Parece-nos, pois, justificável que se aponte para a atualidade e conveniência de implementar-se uma rotina de abordagem voltada para os centros industriais da periferia metropolitana brasileira. Num primeiro momento, estes espaços foram encarados apenas dentro da conveniência da reprodução do capital – portanto, dentro de uma ótica funcionalista, considerado o plano macro da região metropolitana -, tendo escamoteados e

ocorrência de vários tipos de intervenção, desde a década de 80, as quais sofrem as influências diversas das experiências já realizadas nos países centrais, como por exemplo, Salvador, Curitiba, São Paulo e as tentativas precocemente abortadas, como o Projeto de Reabilitação Integrada do Bairro Lagoinha, em Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1996).

ignorados seus próprios aspectos históricos e culturais. Na atualidade, por força da mundialização dos sistemas financeiros e de comunicação têm atuado como fatores de pressão e acelerada transformação sobre os centros urbanos. Nesse sentido, lugares centrais e periféricos passam a experimentar o fenômeno de uma nova (re)localização de seus limites e relações, em função da sua capacidade de articulação com os mercados transnacionalizados.

É, portanto, para a dimensão dos núcleos urbanos industriais da periferia metropolitana, submetidos ao longo deste século aos processos de urbanização / industrialização que marcaram os principais territórios brasileiros, que pretendemos nos voltar em nosso estudo. Como territórios subordinados a uma “*ordem distante*”⁵, as cidades das periferias metropolitanas buscam ou sofrem na materialização das “formas novas”, calcadas na experiência dos centros maiores, a sua inserção no plano da modernidade.

Elmar ALTVATER (1987: 3) aponta que a inserção do espaço no plano de concorrência no mercado da globalização implica, necessariamente, na sua adaptação às “condições médias” do consumo. Ou, dito de outra forma, as especificidades, singularidades e particularidades do espaço, submetidas ao trabalho “*sob determinadas condições*” são transformadas – mediadas – de modo a serem colocadas (e comercializadas), lado a lado, com as demais mercadorias em oferta no mercado mundial. Portanto, nessa lógica países e territórios transformam-se em um segmento da circulação / reprodução do sistema mercadológico, e, conseqüentemente, acabam submetidos à modificação das condições naturais e das relações sociais locais segundo “*um projeto calculado segundo as condições do mercado mundial, fora da região concreta e não condicionado pelas especificidades naturais, culturais e sociais de reprodução da região mesma*” (ALTVATER, 1987: 4).

A diferenciação do lugar (place) é a base de uma diferenciação do conteúdo, do Eu, do você, do Ele e Ela; e, por outro lado, é o apoio à identificação do objeto físico no sentido de se atribuir a ele um significado concreto e, desse modo,

⁵ LEFÈBVRE, 1969: 47.

*apropria-lo para a vida individual e social do mundo-objeto, demonstrando-o em símbolos.*⁶

Assim, o lugar, onde se mesclam as tessituras complexas da experiência humana concreta e múltipla, é submetido aos novos processos “reguladores” segundo um padrão de reprodução originado externamente, no sentido de torná-lo palatável (e, portanto, atraente ao nível do consumo) no campo das ofertas do mercado mundial.

Essa adaptação é reforçada, internamente, no(s) próprio(s) lugar(es), pela “necessidade” de identificar-se com o novo, através da absorção dos modelos exteriores, o que se faz mesmo à custa das estruturas preexistentes, urbanas e culturais. Tal procedimento é recorrente nas cidades brasileiras, onde o fascínio das ideias ligadas ao progresso impõe o “novo” como sinônimo da modernidade, que, por sua vez, se apresenta como incompatível com o antigo. O passado, então, é “*visto como inferior ao presente*” (MAGALDI, 1992: 21), e como tal, submetido às ações e tentativas de mascaramento, ou de total destruição. Aqui, temos uma das hipóteses do nosso trabalho.

A esse respeito SANTOS (1997: 74-79) chama-nos a atenção para a rigidez das “*formas novas*” – as quais espelham a intencionalidade do aparato tecnológico e informacional – nas grandes metrópoles da América Latina. Criadas exclusivamente para atender às necessidades e exigências dos sistemas hegemônicos, bastante seletivos e especializados, colocam-se em contraposição às estruturas antigas dos aglomerados, “*meio ambiente construído que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais*”. Esse contraste é tanto mais perceptível nas pequenas e médias cidades da periferia metropolitana, tomadas pela onda de industrialização fordista nos anos 70. O planejamento estatal, então em consonância com os parâmetros desenvolvimentistas daquele momento, cria uma “nova cidade” cuja modernização atende tão somente às exigências infraestruturais e técnico-científicas das indústrias, negligenciando as estruturas da cidade “velha”, o que se constitui também uma hipótese do trabalho apresentado.

Em nosso estudo, fomos atraídos por aquela parte do urbano concentradora de atividades e interesses representativos e dominantes de uma sociedade, o centro da cidade e

⁶ ALTVATER, 1987. Tradução: AMARO, s. d.: 6 (Mimeografado)

os subcentros. Procuramos analisar a formação dos espaços desses núcleos urbanos da periferia industrial, onde estão presentes as estruturas tradicionais e as da modernização, num arranjo que, quase sempre, mostra-se descaracterizador das primeiras e apenas formal, com relação à segunda.

No Brasil, os aspectos tradicionais dessas cidades, que sofreram os impactos da industrialização e da migração intensiva, disputam o espaço com a fragmentação caleidoscópica urbana da pós-modernidade, compondo o tecido dinâmico feito da fricção entre as alteridades. Nesse sentido, a abordagem dos processos históricos de constituição das estruturas urbanas, buscando-se os momentos em que se evidenciam as direções e as formas do crescimento, dos movimentos de conurbação e formação de “novos” centros, ou sub-centros, constituem objetivo principal deste trabalho.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, nesse contexto, emerge como uma síntese exemplar desse processo, na medida em que apresenta-se como “unidade”⁷ territorial conformada por várias alteridades, o centro da administração estadual e os demais municípios. A localização de distritos industriais em torno da capital, Belo Horizonte, estratégia que se define já nos anos 40 com a criação da Cidade Industrial Juventino Dias, em Contagem, vai contribuir, nas décadas seguintes, para o reforço e aprofundamento do contraste centro-periferia, a partir da relação concentração *versus* desconcentração de serviços e equipamentos urbanos.

Em nosso estudo, a escolha da cidade de Betim deve-se à representatividade de seu caso, considerado um determinado momento político, como exemplo do poder interventor do Estado, cujo modelo de desenvolvimento baseado na industrialização tem como consequência profundas transformações na organização social e territorial do município. Este, um pequeno centro situado na região metropolitana, insere-se na rota dos grandes empreendimentos a partir da associação Estado-capital internacional e, desde então, polariza a migração de um contingente significativo de população, motivada pelo sonho do emprego e da casa própria. No caso de Betim, essa “marcha” migratória sobre o frágil urbano, assentado sobre a malha de origem colonial, resolve-se na forma de uma ocupação periférica extensiva, adensando-se mais ao redor das áreas industriais e dos eixos viários. O centro urbano tradicional, por sua vez, pressionado por essa “nova cidade”⁸ que invade

⁷ Definida pela Lei Complementar nº 14/73.

⁸ Expressão utilizada por Leopoldo Mesquita, então presidente da CDI, na época das articulações iniciais

a sua base geográfica e cultural, mostra-se incapaz de gerenciar e absorver as novas demandas, por falta de independência política e insuficiência de sua própria infraestrutura.

O território municipal estruturou-se de forma polinucleada, onde a diversidade é reflexo de sua composição heterogênea, nos âmbitos temporal, físico-ambiental, social, cultural e econômico. E, se esse contexto de desarticulação e fragmentação não parece afetar a funcionalidade da atividade industrial (ROCHA e COSTA, 1995: 568), para os moradores, os trabalhadores e usuários e para a administração pública coloca-se hoje como um sério entrave no que se refere ao atendimento dos serviços básicos e à integração social. Nesse aspecto, Betim reflete, pois, o pensamento de SANTOS (1997: 74), referindo-se à inserção das economias hegemônicas – forças externas ou “*verticalidades*” - no plano da estrutura urbana e social preexistente - “*horizontalidades*” - que evidencia, pela disparidade de forças, o que antes era anônimo, local, tradicional e próximo, expondo a sua fragilidade e, ainda, latente integridade das formas e relações.

Em nosso trabalho sobre a evolução das formas de organização espacial, considerados os momentos em que se evidenciam a predominância dos fatores externos sobre as condições locais, estabelecemos três localidades / centralidades dentro do território de Betim, que se constituem os campos de nossas investigações, e onde encontramos elementos representativos do percurso histórico e econômico da cidade. São eles:

1.) A região do centro tradicional:

Situado dentro da sede do município e correspondendo, espacialmente, ao núcleo de ocupação inicial no século XVIII, desde então mantém-se como centro onde se acumulam as funções administrativa e política, de troca e intercâmbio no município. Na década de 70, essa região é objeto da ação interventora direta do Estado, sob a forma do Programa CURA⁹, que busca regular o uso e a ocupação do seu espaço de modo a torná-lo compatível com o significativo porte econômico do centro industrial.

para a implantação do Distrito Industrial em Betim (RODRIGUES, 1983: 107) . Ver ANEXOS, DOC. 7
⁹ Programa CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada, criado em 1973, por resolução do Conselho do Banco Nacional da Habitação.

2.) A região da Colônia Santa Izabel:

Resultante da política sanitária do Estado, vigente nas primeiras décadas do século, sua concepção baseia-se no isolamento daqueles portadores de doenças infecciosas ainda sem tratamento conhecido, como a hanseníase. A configuração da colônia obedece ao traçado racional das malhas que se cruzam ortogonalmente, onde se implantam os diferentes setores funcionais, com ruas largas que contrastam com a malha viária do resto do município. São visíveis as intenções de ordenação e higienização presentes nessa “cidade” que nasce marcada pelo estigma da doença, e cujos habitantes constituem uma sociedade que foi estruturada à força, segundo o pensamento policialesco que regia as normas sanitárias naquele momento.

3.) Parte da região do Imbiruçu, cuja estruturação e adensamento decorrem, num primeiro momento, da implantação da rede ferroviária na década de 10, articulando-a com o centro e a capital do estado. De início fazendo parte do contexto rural do município, desde fins da década de 60, esse território sofre um intensivo processo de desestruturação resultante, em grande parte, da implantação da REGAP e suas distribuidoras e da FIAT Automóveis.

Apoiamo-nos em alguns recortes conceituais, como o apontado por VILLAÇA (1998: 13), de que a segregação socioeconômica é um fator predominante na estruturação do espaço urbano, representação no espaço dos conflitos de classe. Também atuando como fator estruturador do espaço urbano coloca-se o desenvolvimento das áreas industriais - cujas determinações são geradas externamente ao conjunto de forças local.

As questões que se nos apresentam são várias, e de categorias diversas. Sem a pretensão de esgotá-las, apenas listamos as que nos parecem mais imediatamente pertinentes ao problema da transformação das áreas urbanas:

- O que tornará um centro tradicional diferente de um centro planejado, além das evidências geométricas de um traçado regular e da presença de um zoneamento indutor do uso e da ocupação do solo? Para alcançar tais aprofundamentos, faz-se necessário abordar a própria definição de *centros*, estabelecendo-se aqueles elementos (formais e / ou relacionais) que explicam a sua posição de dominância relativamente à totalidade do

território urbano.

- Quais são os condicionantes que tornam um lugar especialmente atraente para determinadas localizações?

- Como inserir-se no plano vertical das ações dominantes – o mercado global – sem descaracterizar o tecido urbano-social que é a base da(s) imagem(s) produzida(s) pela cidade? Aqui, trata-se de abordar se a posição da cidade (não somente no sentido geográfico mas, principalmente, na sua capacidade de articulação considerada a rede de comunicação e decisão mundial) dentro do contexto informacional ampliado da realidade global, é determinante, ou não, na manutenção (no sentido da não descaracterização, da preservação) das suas estruturas mais antigas.

- Quais são, enfim, os fatores que estão na origem das transformações que se verificam no espaço urbano? Para VILLAÇA (1998: 27), a segregação espacial constitui-se no “*processo central definidor dessa estrutura*”. Nesse sentido, trata-se de uma questão de localização, ou do lugar relativo que os vários segmentos ou elementos ocupam na estrutura urbana. E de como à partir da movimentação desses elementos suscita-se, também, a movimentação da estrutura urbana como um todo.

Então, temos que o arranjo espacial entre os elementos da estrutura urbana – centros, bairros, eixos de circulação – suas inter-relações e as razões que estão por trás daquele mesmo arranjo, e os movimentos que se operam nessa estrutura constituem-se parte do nosso objeto de investigação. Portanto, na realização deste trabalho, constituem-se elementos de nosso interesse: a qualidade de inserção urbana no sítio, o padrão dos lotes (regulares, irregulares, não demarcados), as formas de implantação das edificações nos lotes e suas relações entre si, a tipologia das edificações, usos, e estado de conservação.

A identificação e o registro desses elementos, considerados dentro de uma perspectiva da evolução urbana local e regional, tornará possível estabelecer as relações entre a ocorrência daqueles mesmos elementos e a capacidade de interferência das instâncias estruturadoras do Estado e das classes de maior poder aquisitivo, em termos de:

- a.) sua relação com a configuração da estrutura urbana; b.) a sua relação com a imagem da cidade.

Estrutura do documento

Nosso trabalho consiste, fundamentalmente, de uma análise de caráter qualitativo sobre as questões implicadas na organização do espaço urbano da periferia industrial metropolitana, tendo como base a pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e iconográfica. Trata-se, aqui, de uma tentativa de, tendo como base um estudo de caso numa escala local, analisar os processos que determinam as transformações do espaço, a partir de alguns pressupostos tomados da teoria urbana. Nesse sentido, os escritos de Manuel Castells e Henri Lefèbvre, este último principalmente, constituem-se referência essencial. Já dentro de uma abordagem mais próxima, Milton Santos oferece-nos análises importantes sobre as determinações que atuam no processo de apropriação do espaço, relacionando-os com a aceleração do movimento mundial dos capitais proporcionada pela evolução da técnica. Outros autores, como Edésio Fernandes e Heloísa Costa, possibilitaram-nos uma aproximação maior com a crítica da realidade regional, sempre relatada aos processos ampliados mais genéricos.

No primeiro capítulo, apresentamos um apanhado sucinto sobre o processo de transformação urbana no Brasil neste último século, com ênfase na questão das regiões metropolitanas e sua problemática geral e, em particular, enfocamos a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A formação das RMs constitui assunto já bastante aprofundado em pesquisas e teses diversas¹⁰, razão pela qual apenas nos referiremos aos aspectos mais gerais do tema, buscando enfatizar aqueles pontos que influenciam a organização do(s) espaço(s). Nessa abordagem, discutiremos a relação centro *versus* periferia e as consequências para a organização do território urbano, fazendo um paralelo com a relação apontada por Lefèbvre, que se enuncia como a “ordem distante *versus* ordem próxima”¹¹. Em seguida, consideramos importante apontar, ainda que sucintamente, o papel desempenhado pelo Estado na implementação e desenvolvimento do parque industrial de Minas Gerais, no decorrer deste século, até o processo de industrialização de Betim. Nesse propósito, o trabalho desenvolvido por Clélio Campolina Diniz (1983), em torno da economia mineira, foi de grande importância. Por fim, chamamos a atenção para as transformações ocorridas a partir da década de 70 e

¹⁰ Cf. COSTA, 1994; 1999; VILLAÇA, 1998; MORAES, 1996.

¹¹ Lefèbvre explora essa colocação quando discorre sobre a cidade em seu aspecto de mediação (LEFÈBVRE, 1969: 47).

prossequindo nas duas últimas décadas, nos aspectos da produção urbana, onde se evidencia a predominância dos fatores metropolitanos sobre os locais. Nos anos 90, os processos locais de afirmação de poder concorrem para as mudanças nas relações de produção, confrontados aos mecanismos globais que impõem novas formas de fragmentação do espaço, como desenvolvem David Harvey (1996) e Milton Santos (1997).

No segundo capítulo, tratamos dos aspectos relacionados à transformação urbana de Betim, território-objeto de nosso estudo. Após a caracterização do sítio em seus elementos condicionantes, enfocamos o processo de evolução do município, abordando os estágios iniciais da formação do arraial e do município, este último já então sofrendo a influência da implantação e consolidação de Belo Horizonte, a nova capital do Estado. Na década de 70, têm lugar os impactos do processo de industrialização na região, cujas consequências, combinadas ao período de crise fiscal que se instala nos anos 80, concorrem para o aprofundamento dos desequilíbrios urbano-sociais do município.

No terceiro capítulo, buscamos compreender esse processo de transformação do espaço de Betim, enfocando as áreas específicas de nosso estudo - o centro tradicional, a Colônia Santa Izabel / Citrolândia, o trecho Imbiruçu. Aqui, pretendemos evidenciar aqueles elementos que concorrem para explicitar uma lógica na organização de seus territórios, em períodos marcadamente identificados com processos interventores de origem externa, concebidos segundo uma abstração que não considera, a princípio, as realidades locais. Assim, temos o espaço do centro tradicional sendo conformado, inicialmente, segundo os caminhos da apropriação do território colonial, dentro dos esquemas extrativista - mercantilistas da Coroa, e, já na transição do século XIX para o XX, sofrendo a influência do espaço geopolítico da nova capital. Este momento irá determinar a definitiva polarização do território betinense, com a introdução da “nova cidade”, o setor industrial, capitaneado pela FIAT e outras que se seguem, conformando o “centro” da periferia metropolitana. Entre os dois momentos, Betim experimenta o caráter intervencionista do governo federal, através das práticas sanitaristas do início do século, quando é fundada a Colônia Santa Izabel, para o tratamento e a reclusão dos doentes da lepra.

No quarto capítulo, apresentamos uma reflexão sobre o quadro complexo da estrutura urbana de Betim que, ainda que insuficientemente, tentamos delimitar, caracterizar e compreender, considerando a relações que se estabelecem entre o centro

e a periferia, entre a ordem distante e a ordem próxima.

Metodologia

Em nosso processo de trabalho utilizamo-nos, basicamente, das fontes primárias - inventários urbanos e arquitetônicos obtidos através de pesquisas de campo -, e secundárias - bibliografias geral e específica, relatórios e documentos de pesquisa relativas ao município - fornecidos por setores diversos da administração local e bibliotecas de unidades da Universidade Federal de Minas Gerais¹². O material fotográfico é proveniente dos inventários realizados em função deste trabalho (Imbiruçu e Colônia Santa Izabel) e do trabalho anterior relativo ao inventário do Centro Histórico de Betim - IPUC-BETIM / 1998; o material de base cartográfica foi obtido junto ao Centro de Geo-Processamento da Prefeitura Municipal de Betim, assim como as cópias do Plano Diretor-96 e da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo do município.

Obtida a base de dados a partir dos levantamentos de campo, estes foram traduzidos em mapas temáticos que, à luz do arcabouço teórico construído desde as pesquisas bibliográficas, possibilitam uma análise dos processos de ocupação e organização dos espaços estudados. Ressalte-se a importância do instrumento do inventário (instrumento originalmente utilizado no campo da preservação do patrimônio histórico e cultural), nesse processo de trabalho, o qual, sendo passível de adaptações segundo o grau de exigência desejado, possibilita um diagnóstico bastante aproximado das realidades locais.

Confrontada com os dados obtidos através dos inventários, a literatura pesquisada forneceu-nos algumas pistas sobre a organização dos sítios objeto de nosso estudo, sobretudo no que se refere aos espaços do centro tradicional e da Colônia Santa Izabel. No entanto, ressalte-se a relativa pobreza de registros mais definidos sobre os assentamentos iniciais da antiga capitania das Minas, talvez em razão das proibições da coroa no intuito de controlar a produção do ouro. Registre-se, também, a ausência de bases cartográficas

¹²O Diagnóstico Parcial do “*Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural - IPUC-Betim*”, realizado em 1998 através da parceria entre a Fundação Artístico Cultural de Betim (FUNARBE) e a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e sob nossa coordenação, constituiu-se material valioso no que se refere ao registro do trabalho de campo, caracterizações e sínteses formuladas, com vistas a um futuro projeto de reabilitação urbana para o centro histórico de Betim. Cf. RUGANI e CASTRIOTA, 1998.

confiáveis compreendendo a extensão da periferia do território municipal (Betim, no caso), relativas aos anos 60, 70 e 80.

Em termos de procedimentos mais gerais, a metodologia de trabalho apoia-se na pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, e de cadastros. A pesquisa de campo foi realizada nas três regiões do município, escolhidas previamente, incorporando dados obtidos através de observação e anotações no local. A etapa seguinte refere-se à elaboração de diagnósticos relativos às formas de estruturação dos espaços urbanos estudados. Finalmente, na conclusão apontaremos algumas sínteses das regiões estudadas, e possíveis direcionamentos para pesquisas futuras.

1. ESPAÇO METROPOLITANO: DISCUSSÃO SOBRE A URBANIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA METROPOLITANA

“A estrutura do espaço organizado [...] representa um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais” (SOJA, 1993: 99).

A paisagem urbana brasileira atual reflete a fragmentação e descontinuidade características dos países cuja economia coloca-se como dependente de centros já industrializados. Como diz Milton Santos (1982), os processos de modernização nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento derivam de fatores externos, numa *“intrusão brutal das técnicas seletivas ...”* oriundas dos países centrais, dentro do quadro de *“uma economia mundial ‘generalizada’”*. Assim, a urbanização em nosso meio resulta não de uma consequência do desenvolvimento científico e tecnológico, como nos países centrais, mas sim de um processo de *“acumulação demográfica”*, que *“contribui para a mudança na estrutura do emprego depois de haver impulsionado uma especialização das atividades, por isso mesmo, uma melhoria de produtividade”* (SANTOS, 1982: 95-96). Conseqüentemente, aqui, o processo de desenvolvimento é limitado pela não integração do território, cuja fragmentação constitui um obstáculo à circulação dos homens, dos bens e capitais.

O modelo brasileiro de desenvolvimento baseado no binômio industrialização / urbanização produziu, nos últimos quarenta anos, modificações substanciais no que se refere à organização do tecido urbano e social. As políticas centralizadoras e autoritárias do governo federal, agindo em consonância com os objetivos de reprodução do grande capital, propiciaram as condições para o movimento de ocupação extensiva do solo urbano em torno daqueles centros mais bem servidos de serviços e equipamentos básicos. As regiões metropolitanas, articuladas em torno das maiores capitais, foram profundamente afetadas pela expansão do capital industrial internacional, atraído pelas facilidades oferecidas pelo Estado, nesse período compreendido entre meados de 60 até o final da década de 70.

O processo de instrumentalização do território, baseado na implantação dos grandes equipamentos industriais, induziu a formação de contingentes migratórios expressivos durante esse período. As regiões periféricas das cidades maiores, nesse momento, constituíam atrativo suficiente para motivar o deslocamento dessas populações, que ali vislumbravam a oportunidade de obter melhores condições de vida, através do trabalho e da moradia. A alternativa do emprego na indústria e a exploração da terra pelos segmentos imobiliários contribuem decisivamente para a expansão desordenada do espaço urbano e para a formação das grandes conurbações metropolitanas.

1. 1. A urbanização no Brasil: antecedentes

Durante o período da República Nova, e, especialmente, nas primeiras décadas do século XX implementaram-se grandes transformações urbanísticas nas principais cidades do país, baseadas na transposição dos padrões estéticos, simbólicos e higienistas europeus para o nosso meio, na tentativa de estabelecer uma imagem de modernização da cidade.¹³ Em nome da saúde pública e do ordenamento do tráfego, as intervenções no âmbito da configuração do espaço urbano foram justificadas a partir da necessidade de se erradicar a insalubridade associada ao traçado tortuoso e rotineiro da cidade colonial, abrindo espaço, literalmente, às amplas perspectivas da cidade moderna e civilizada.

Nesse sentido, a criação de infraestruturas de saneamento no Brasil, no período inicial que vai 1850 até 1930, corresponde a uma primeira etapa da expansão capitalista no país, favorecida pelo Estado associado à nova classe dirigente. As práticas ligadas ao saneamento ou à higiene pública, em nosso país, antecederam o processo de industrialização, originando-se da iniciativa de engenheiros sanitaristas e médicos. Assim, na segunda metade do século XIX, são várias as obras de caráter sanitário em curso em

¹³É oportuno lembrar que, nos países centrais, a industrialização faz-se acompanhar de um processo de modernização, como forma de garantir a reprodução das condições de acumulação do capital. Nesse sentido, o saneamento, como primeiro ensaio regulador da experiência urbano-industrial, e a integração territorial, através da implementação das redes ferroviárias, constituem as bases para a plena expansão do sistema capitalista. Segundo SANTOS (1982: 96-98), nos países industrializados os processos econômicos antecederam o adensamento demográfico, propiciando a aplicação de excedentes dentro da própria estrutura industrial e favorecendo o desenvolvimento endógeno. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos a urbanização ocorre primeiramente através do crescimento demográfico, induzindo mudanças na estrutura do emprego ao mesmo tempo em que exige mudanças na infraestrutura urbana, ainda não equipada de indústrias. Daí, a posição de dependência dos países subdesenvolvidos, cujo desenvolvimento favoreceu apenas os centros de maior intercâmbio com o exterior, dentro de uma rotina de exportação de matéria prima / importação de bens industrializados, iniciando-se a produção desigual do espaço.

várias cidades: Recife (1857), Porto Alegre (1861), Rio de Janeiro (1864, 1876), São Paulo (1877, 1893, 1898) e Santos (1870). Belo Horizonte, inaugurada em 1897, conta desde o início com sistemas de esgoto e de drenagem.

O urbanismo brasileiro, portanto, no seu “nascidouro”, se é que podemos dizer assim, reflete as transformações no sentido da busca de uma “nova imagem” de cidade, demandada pela burguesia em ascensão e pelo Estado associado a ela, que se espelha nos padrões estético / higienistas importados dos países europeus, como os planos urbanos fechados de Belo Horizonte¹⁴ e Goiânia, e os projetos de embelezamento urbano do Rio de Janeiro. No entanto, tais práticas não se amparavam em qualquer tipo de legislação específica, inserindo-se, quando muito, em capítulos dentro de outras legislações, por exemplo as de saúde pública.

Muito a propósito, é importante lembrar o papel assumido pela medicina, dentro do quadro social brasileiro de então, num reflexo da grande penetração do assunto a partir dos debates internacionais sobre saneamento e urbanismo, desde o século XIX (ROLNIK, 1997: 37). Como observa LANA (1997: 63), a medicina social brasileira, nesse período, coloca-se como um instrumento técnico-científico a serviço do Estado, revestindo-se de um caráter político, e pretendendo controlar a sociedade através das normas que aplica com força de lei. Além de influir decisivamente nos processos de renovação urbana que se seguirão nas grandes cidades, o conceito da medicina como instrumento de controle vai gerar profundas consequências para a formação de novos núcleos destinados a acolher uma população específica, a saber, a dos tuberculosos e leprosos.¹⁵

Nesse momento, o país insere-se dentro da economia mundial como unidade agroexportadora, baseada na exploração dos produtos agrícolas e de matérias primas. O Rio de Janeiro, então capital e maior porto do país, já enfrentava graves problemas decorrentes da falta de sistemas de saneamento básico, agravados pelo aumento da população urbana.¹⁶

¹⁴ De acordo com DULCI (1999: 40-41), a mudança da capital mineira constituiu-se num “*projeto decidido e executado na órbita estatal*”, numa iniciativa puramente política cujo traço de modernidade deveu-se à opção de “*fundar uma cidade planejada*”.

¹⁵ Na realidade, essas políticas tinham como finalidade a promoção e a proteção da saúde do conjunto da população, e não a cura individual do doente. Nesse sentido, suas ações são dirigidas, em especial, aos grupos sociais mais pobres. A prática do isolamento, portanto, destinada aos indivíduos infectados, de fato serve ao controle da população mais pobre, tida como propagadora de doenças. Cf. LANA, 1997: 65-66.

¹⁶ Nos países industrializados e nos países fornecedores de matéria-prima, era grande a incidência de doenças

Os aspectos políticos emergentes como a inserção do país no sistema capitalista e a institucionalização da República, pressionam no sentido da reorganização do espaço urbano, em última instância como forma de controle sobre a força de trabalho reprodutora do capital.¹⁷

A partir do período Vargas (1930-45), o Estado – que se molda segundo um caráter centralizador, intervencionista e corporativista – assume o papel de promotor do desenvolvimento e da modernização do país, através da introdução de estratégias de “*acumulação substitutiva de importações*” (MELO, 1990: 170), visando a implantação da indústria de base e de bens de produção. Os aspectos urbanos, nesse período, são contemplados na medida em que se articulam com o processo de industrialização, introduzindo-se os conceitos modernos da organização racional do espaço, baseada na ideia de hierarquização, na existência de cinturões verdes de proteção ambiental, na regulação demográfica e no zoneamento funcional das cidades.

Esse urbanismo voltado para o nascente aspecto urbano-industrial da cidade, nesse momento evidencia o predomínio da chamada corrente “progressista” (CHOAY, 1979: 8-11), que valoriza a ideia de modernidade onde se associam a técnica e a estética. A influência da Carta de Atenas (1933) se faz sentir no pensamento progressista brasileiro, introduzindo-se conceitos como o do zoneamento funcional rígido que se disseminaria através das práticas urbanísticas, em todo o país.¹⁸ Na mesma época, ensaiava-se a aplicação dos primeiros Planos Diretores no país – concepção surgida nos Estados Unidos, no início do século -, através da experiência de Porto Alegre (RS) em 1935¹⁹. Estes irão determinar uma mudança de rumo no entendimento da atividade do planejamento, que passa a ser vista como um processo, diversamente da concepção dos planos “acabados” de até então.

nesse período como a gripe espanhola, a cólera, a peste, a febre amarela, tuberculose e hanseníase, sobretudo nas maiores cidades portuárias.

¹⁷ Aqui, cabe registrar o conceito das “*classes perigosas*”, ou seja, a população consciente do seu estágio de pobreza de tal forma que se apresenta como um perigo para a estabilidade da democracia, na visão das classes dirigentes (Cf. CARDOSO, 1978: 146).

¹⁸ São, como diz Carlos Néilson F. dos Santos, as “*idades artificiais*” “*que tentaram apressar o futuro, apresentando-o em sua versão acabada*” (SANTOS, 1988: 42), referindo-se a Belo Horizonte, Volta Redonda, Goiânia, Londrina e Brasília.

¹⁹ “*O conceito de plano diretor (físico-territorial ou não) desenvolveu-se no Brasil mais ou menos a partir dos anos 50, embora a expressão “plano diretor” já aparecesse no Plano Agache, para o Rio de Janeiro, que é de 1930. No entanto, o zoneamento (embora sob formas rudimentares) já existia em São Paulo e Rio desde o final do século passado*” (VILLAÇA, 1999: 238).

O modelo de cidade industrial, como projeto concebido e executado na sua totalidade, foi contemplado em vários planos urbanos, resultado da influência das ideias dos países europeus, ainda no início do século. No entanto, as políticas restritas voltadas para a questão da habitação social (vilas operárias e núcleos industriais nas periferias), mais visando o controle social da população e capacitação de mão de obra, implicou no surgimento e dispersão dos espaços marginais, fora do âmbito das grandes intervenções. Nesse período, que vigora até 1964, os investimentos são centralizados nos níveis estadual e federal, sendo distribuídos segundo uma lógica francamente clientelista²⁰.

A partir dos anos 50, na tentativa de superar o atraso econômico do país, a linha nacional - desenvolvimentista definida pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), “*atuou como o principal orientador [...] do processo de modernização encampado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-60)*” (MORAES, 1996: 39)²¹. Para JK, o desenvolvimento econômico inseria-se como etapa fundamental à elevação dos padrões sociais da população brasileira, como forma de romper com o estágio de pobreza crônico do país. Nessa concepção associam-se os conceitos de desenvolvimento como sinônimos de bem-estar social. A ênfase do seu programa de governo recai sobre a produção industrial, exigindo-se o fortalecimento dos setores básicos e essenciais ao seu desenvolvimento - energia, transportes, abastecimento e indústrias de base. Ao contrário do período anterior, foi incentivada a participação do capital estrangeiro e propiciou-se a construção de uma nova burocracia, de caráter tecnocrático, incorporando a racionalidade ao aparelho do Estado, como é analisado na obra de CARDOSO (1978: 93-95)²².

Na aceleração do processo de urbanização e consolidação nos centros dinâmicos da reprodução do capital, emerge e acentua-se o quadro das deficiências urbanas (déficit habitacional, desemprego, miséria, falta de infraestrutura básica e de transportes), fruto da ausência de políticas técnicas e sociais efetivas. Até 1964, o planejamento esteve precariamente atrelado à questão habitacional e a grandes intervenções pontuais de caráter

²⁰ Cf. AZEVEDO e ANDRADE, 1982: 40-61.

²¹ Em retrospectiva, Roberto Luís Melo MONTE-MÓR afirma que o projeto do CEPAL constituiu-se, então, um momento em que as elites brasileiras pensaram em resolver o problema da exclusão social (comentário proferido durante debate que se seguiu à palestra “Habitação e exclusão social: formas contemporâneas” de Ermínia Maricato, em 14 / 12 / 00, na Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte).

²² A extensão da miséria social aqui aparece como um “*perigo para a democracia*”, justificando mesmo a participação do capital estrangeiro como opção soberana no processo de aceleração do crescimento econômico que o país adota (CARDOSO, 1978: 98).

técnico, sem que se delineasse uma preocupação maior com as componentes sociais e econômicas. O caráter institucional do planejamento só vem a se definir a partir de 64²³, quando o Estado dele se apropria para atender seus objetivos de instrumentalização do território.

A crise econômica do início dos anos 60, espontaneamente gestada de dentro do próprio modo de produção, passa a ser administrada pelo Estado a partir de uma visão saneadora, após a mudança política de 64. Procedeu-se a uma sistemática progressiva e agressiva de reformas tributárias, administrativas e financeiras, visando adequar o sistema aos novos parâmetros do processo de acumulação.

Inicia-se uma forte centralização do poder na esfera federal com consequências diretas nos aspectos da autonomia financeira e política dos estados e municípios²⁴, reduzindo-as de modo significativo. A concepção de um Estado centralizador e autoritário coaduna-se, nesse momento, com o projeto esboçado para a modernização do país, baseado na instrumentalização do território e na alocação seletiva de recursos. A partir da década de 70, dentro da política de integração e desenvolvimento nacional do governo federal, os centros maiores assumem uma importância estratégica, como polos avançados de desenvolvimento e articulação nacional.

Na evolução desse quadro, são criadas as regiões metropolitanas, através da Lei Complementar nº 14 de 1973, em plena década do “milagre brasileiro”²⁵. Essa lei vem consolidar um processo político²⁶ que já dera os primeiros passos desde a Constituição de 1967 e da Emenda Constitucional de 1969²⁷. As regiões metropolitanas foram concebidas

²³ O golpe militar de 64 instaurou o estado centralizador e autoritário como regulador único do projeto político de modernização do país, rompendo com a estratégia anterior do “pacto social populista” do governo Vargas, e excluindo a sociedade dos processos de decisão. Na ações seletivas de instrumentalização do território nacional, o projeto reflete o seu caráter conservador ao produzir “*transformações significativas, sem romper com a ordem social hierarquicamente organizada.*” (BECKER e EGLER, 1993: 201-202). Nesse sentido, o regime militar pós-64 visou, através do rígido controle interno das condições de reprodução da força de trabalho e do aparelho burocrático, criar as melhores condições para a inserção do país na economia mundial, tornando-o lugar atrativo aos grandes investimentos do capital internacional.

²⁴ A idéia de que “*a autonomia dos estados e municípios era um obstáculo a um planejamento correto*” (SERRA, 1991: 54) vai ser, de fato, expressa na Reforma Tributária de 1967 que reduz a autonomia dos municípios relativamente aos problemas urbanos.

²⁵ O “milagre brasileiro” corresponde ao período de meados de 70, quando a economia experimenta o auge dos investimentos, conjugados à pesada máquina de propaganda do governo federal.

²⁶ Cf. FERNANDES (1995: 143).

²⁷ Na Constituição de 1967, o Artigo 164, mantido na Emenda de 1969, dispõe que as regiões metropolitanas,

como espaços de concentração seletiva do capital e investimentos dentro do território nacional, o que corresponde à etapa de consolidação dos interesses econômicos dominantes sobre os aspectos da estrutura territorial e socioeconômica local, como definiu CASTELLS (1984: 312).

A relação entre os planos metropolitano e municipal estabelecer-se-ia, a partir de então, no sentido do enfraquecimento deste último. Ainda que num futuro próximo se formulassem planos preconizando estratégias mais amplas de desenvolvimento nacional, as necessárias articulações com as estruturas de planejamento mais locais foram desconsideradas.²⁸ Durante esse período, os interesses nacionais (associados ao capital internacional, bem entendido) – leia-se econômicos – predominaram abertamente sobre as demandas e necessidades regionais – leia-se regulação urbana de uso e ocupação do solo, implementação de meios de consumo social -, em função do modelo de desenvolvimento econômico adotado²⁹.

Como consequência, o espetacular crescimento da produção industrial e dos níveis de renda nacional que o Brasil apresentou, em poucas décadas, até os anos 80, não representa, na prática, uma promoção das necessidades básicas da vida (e da população) urbana. Ao contrário, observa-se a rápida pauperização de grandes segmentos populacionais, a intensificação da migração do meio rural para o urbano e o surgimento das “*classes perigosas*” (grifo no original) nas cidades, ao mesmo tempo em que se dá o endividamento econômico crescente e paralelo aos ciclos de hiperinflação e estagflação (STORPER, 1990: 122).³⁰

1. 2. Industrialização e urbanização em Minas Gerais: o papel do Estado

a serem estabelecidas pela União, seriam “*constituídas por Municípios que, independente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade socioeconômica*”.

²⁸ Nesse sentido, cf. II PND (1975-1979), em BERNARDES (1986).

²⁹ “... a concentração e centralização dos meios de produção, do mercado de trabalho e de consumo e das unidades de controle e decisão” (DAVIDOVICH, 1989: 75) caracterizou o modelo de desenvolvimento capitalista industrial, o qual iria gerar transformações espaciais marcantes nos territórios urbanos, induzindo à formação do chamado tecido “urbano-industrial”.

³⁰ O autor deixa claro que “*as burguesias industriais nacionais e os interesses militares no Brasil nunca romperam totalmente com as elites latifundiárias, que frequentemente têm interesses opostos ao desenvolvimento de uma economia moderna industrial e urbana*”. Cita, como exemplo, o “pacto” entre as elites industriais e rurais “*para impedir a reforma agrária, [...], necessária para interromper o fluxo de mão de obra para as cidades, rompendo dessa forma o ciclo dos baixos salários urbanos e o subdesenvolvimento industrial.*” A especulação imobiliária constitui uma das atividades preferidas dessas elites para a inversão dos seus lucros (STORPER, 1990: 124).

Paralelamente ao quadro de crise da economia nacional que se alonga durante a década de 60, em Minas Gerais coexiste um esforço para superar as causas de sua dependência econômica crônica. Em 1962, funda-se o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o qual empreende uma série de estudos que resultaram no “*Diagnóstico da Economia Mineira*”³¹. As conclusões desse diagnóstico apontam para a situação de subdesenvolvimento econômico do Estado, que apresentava baixo grau de urbanização e grandes diferenças de níveis de produtividade. Ainda, considerado o contexto nacional, confirmava-se a histórica concepção da exploração dos recursos naturais e riquezas do estado, sem que isto revertesse no sentido de consolidar uma economia mineira, propriamente dita.

Buscando adequar-se às mudanças de rumo dentro do aparato tecnocrático do Estado a partir de 1964, o BDMG e a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais)³² associam-se para a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), cujo objetivo essencial constituía-se no apoio e promoção do parque industrial mineiro. O sucesso da Cidade Industrial de Contagem³³ leva o BDMG a criar a Companhia de Distritos Industriais (CDI), dentro da proposta de facilitar a implantação de outras áreas industriais em território mineiro.

³¹ Em sua apresentação, o Diagnóstico esclarece que pretendia-se “*conhecer a realidade em que operamos a fim de evitar adotar diretrizes operacionais a partir de critérios inspirados pela intuição*” (DINIZ, 1981: 156). Assinale-se ainda que, desde 1947, logo no início do governo Milton Campos, no esforço de dinamizar o centro político e econômico do estado, empreendeu-se o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, a partir de um diagnóstico da situação do estado. Dentro de um “*conjunto de projetos e programas que cobria todas as atividades econômicas e assistenciais*”, a preocupação maior residia na industrialização (DINIZ, 1983: 63). O caráter de afirmativa urgência de que o Plano de Recuperação Econômica se reveste traduz-se no discurso de Milton Campos sobre a sua proposta de governo: “*... recuperação da ordem jurídica, recuperação econômica e recuperação do tempo perdido*” (DULCI, 1999: 81).

³² Em 1941, existiam 424 usinas de geração de energia instaladas, pertencentes a 322 empresas diferentes, produzindo um total de baixa potência. Cf. DULCI, 1999: 75. Em 1952, no governo de Juscelino Kubitschek, as várias usinas energéticas, independentes entre si, são unificadas em um sistema *holding*, inspirado na experiência americana, as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) que, segundo DINIZ (1981: 75), “*nasceu coerente com a ideia de empresa pública como suporte à expansão capitalista, considerada a incapacidade dos capitalistas nacionais privados e da busca de autonomia nacional com relação ao capital estrangeiro*”.

³³ Na realidade, a ação governamental, com o objetivo de promover a Cidade Industrial, instituiu uma série de estímulos para as indústrias, tais como: oferecimento de áreas urbanizadas àquelas empresas que se instalassem em prazos definidos; implementação de sistema viário e de energia elétrica a baixo custo, entre outros. Além disso, o governo desenvolveu um amplo trabalho de *marketing*, com a finalidade de dar visibilidade à Cidade Industrial, tanto ao nível dos governos quanto do meio empresarial. Cf. DULCI, 1999: 73-74.

No esforço de atrair o capital estrangeiro, fortalece-se o aparato técnico-institucional através do estabelecimento de convênios com numerosas instituições, da constituição da Fundação João Pinheiro (FJP) e da própria CDI, formando-se a base de sustentação, apoio e promoção aos empreendimentos industriais mineiros. Como aponta DINIZ (1981: 165), além da política dos incentivos fiscais, que se transformou em uma das maiores alavancas para a expansão industrial mineira, outros fatores concorrem para a eficiência desse processo como a posição geográfica do Estado, a existência de recursos naturais em quantidade expressiva, a disponibilidade de infraestrutura, a existência de indústria básica e de extração mineral.

O INDI e a CDI eram experiências novas no Brasil, razão pela qual se anteciparam aos demais Estados e ao próprio Governo Federal na criação de instituições dessa natureza. Estava, pois, amadurecido o arranjo institucional de apoio à industrialização, sustentado diretamente no tripé BDMG-INDI-CDI, e indiretamente [...] no sistema de incentivos fiscais (DINIZ, 1981: 165).

Aqui, identifica-se aquele “caráter diretivo” apontado por DULCI (1999: 37), que comparece no interior da ação estratégica desempenhada pelo Estado e seu aparato institucional, dentro de um processo de desenvolvimento em regiões economicamente atrasadas.

Quando o país retoma o projeto de expansão industrial, as diretrizes dos planos do governo federal indicavam o caminho da descentralização econômica no território nacional, como forma de superar as gritantes disparidades regionais e a polarização em torno do pólo industrial de São Paulo. No entanto, devido às inegáveis facilidades constituídas pela infraestrutura existente, a descentralização acaba por se fazer dentro da mesma macro-região, o centro-sul do país.

Sobre essa tendência de reconcentração por “gravidade”, no caso acima, JARAMILO e CUERVO (1990: 110) observam que, a opção da localização industrial nos centros maiores está na razão direta da menor capacidade de acumulação do capital nos países periféricos, além das limitações fiscais dos Estados, o que leva à concentração de recursos (públicos e privados) em uns poucos centros mais bem equipados, à custa da manutenção das desigualdades infraestruturais no restante do território.

Minas Gerais, e mais especificamente a RMBH, situada no terceiro vértice de um triângulo formado com os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, surge como opção para novas implantações industriais, dado o conjunto das vantagens locacionais que o Estado oferecia, naquele momento. Aqui, considere-se que além dos fatores de mercado, contam também as razões de ordem política e estratégica, na medida em que o próprio Estado – através das ações de planejamento, suporte fiscal e investimentos diretos – comparece como agente principal e interessado dentro do processo competitivo pela localização do capital.

As condições externas vigentes nesse período também eram bastante favoráveis. No final dos anos 60, havia um excesso de liquidez e significativa massa de reservas em alguns países da Europa Central, propiciando a expansão do movimento internacional de capitais. A industrialização fordista desloca-se para ambientes inteiramente novos, como o Sudeste Asiático e a América Latina, lugares onde o maior controle sobre os agentes do trabalho propiciavam melhores condições para a reprodução do capital (HARVEY, 1996: 135). O Brasil, por seu lado, país com abundantes recursos naturais, população numerosa significando disponibilidade de mão de obra e mercado consumidor, tranquilidade política para as empresas no período pós-64, política de controle de salários e incentivos governamentais, constituía-se em alternativa promissora para os investimentos internacionais³⁴.

Os objetivos da “nova industrialização mineira”, de início, também pautavam-se pela desconcentração espacial do desenvolvimento dentro do estado e pela diversificação dos aspectos produtivos, seguindo de perto o teor do discurso oficial do governo federal. No entanto, o centro dinâmico de Belo Horizonte comparece como alternativa mais capaz de constituir um elemento de contraposição à excessiva polarização gerada pelo eixo Rio de Janeiro - São Paulo, prevalecendo a tendência ao seu fortalecimento. Evidencia-se, nessa opção pelo crescimento econômico que desconsidera as desigualdades existentes no próprio interior do estado, o nível de compromisso entre a tecnocracia mineira e a ideologia desenvolvimentista, “*que se abre ao capital estrangeiro e permite [...] a plena expansão monopolista*”, como observa RODRIGUES (1983: 68).

³⁴Desde o governo Kubitschek, identificava-se a “*sensível penetração na economia [...] do capital multinacional, europeu e americano, principalmente...*” (RODRIGUES, 1983: 41), como parte daquele processo de deslocamento de interesses dos grandes oligopólios para a América Latina, e como resultado da política de incentivos especiais que o governo brasileiro oferece ao capital estrangeiro, nesse momento.

Quando obtém quantidade significativa dos investimentos federais (25%) desse período, o Estado de Minas Gerais finalmente vê coroados os seus esforços – “*gestados desde os primeiros momentos da criação de Belo Horizonte e reforçados pelo aparato fiscal e institucional desenhado nos anos 60*” (COSTA, 1994: 58). A localização de novas indústrias dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte ocorre, principalmente, nos espaços de Contagem e depois Betim, que também passa a sediar um Distrito Industrial. A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), articulada em torno da capital do estado e reunindo, então, 14 municípios³⁵, experimenta nesse período a intensificação do processo de urbanização / industrialização em seu território.

Pode-se dizer que o Estado, então, tem o seu campo de ação ampliado na medida em que as políticas de desenvolvimento se tornam mais complexas e claramente orientadas na direção da captação de investimentos externos, atuando como o principal intermediador.³⁶ É, ainda, interessante apontar que, a partir da consolidação do polo industrial mineiro, Minas Gerais experimenta um processo de reversão na direção de deslocamento do contingente migracional: “*outrora grande fornecedor de população a outras unidades da Federação, a migração mineira, sobretudo após 1970, passa a ser intra-estadual*”³⁷. Esse fato contribuirá para determinantes transformações na ocupação do solo urbano, notadamente na região da periferia industrial.

Betim, cidade situada estrategicamente em relação à capital do Estado, à Cidade Industrial de Contagem e aos principais eixos rodoviários nacionais, sinaliza positivamente como região atrativa para a implantação de novas indústrias, sem falar no volume de recursos que o município recebe. À instalação das unidades produtivas da FIAT Automóveis³⁸ seguem-se outras empresas industriais complementares ou relacionadas com o setor automobilístico. Confirma-se, através de gestões e práticas diversas, a vocação

³⁵ Quando da promulgação da Lei Complementar nº 14 / 73, a Região Metropolitana de Belo Horizonte compunha-se, além da capital, dos seguintes municípios: Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano.

³⁶ O tripé formado pelo BDMG-INDI-CDI tem especial papel nessa fase, por sua estratégia orientada no sentido do apoio irrestrito à entrada do capital estrangeiro, através dos mecanismos fiscais, no afã de industrializar o estado a qualquer custo. O aparato institucional do Estado atua, então, como promotor dos interesses das empresas estrangeiras em Minas Gerais (DINIZ, 1981: 215), assumindo a maior parte dos ônus proveniente da implantação das indústrias. Nessa época, são criados os novos distritos industriais na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos municípios de Betim, Nova Lima, Vespasiano e Santa Luzia.

³⁷ No decorrer dessa década, a população de Belo Horizonte passou de 352.724 em 1950 para 693.328 habitantes, dez anos depois. Nos anos 70, a cidade contava com 1.255.415 habitantes (PLAMBEL, 1987: 55).

³⁸ A implantação da FIAT em Betim é resultado de um acordo entre o Governo do Estado e a empresa, “*envolvendo subsídios e facilidades especiais*” (DINIZ, 1981: 213-214).

de sua localização geográfica como fator de atratividade, agora dentro de um contexto que premia a escala econômica do país, considerados os centros estratégicos de produção e mercado.

..., o sistema viário materializa a divisão espacial (entendida na sua relação com o desenvolvimento técnico e social do trabalho), articulando parcelas do espaço, estabelecendo e aprofundando vínculos, e neutralizando o espaço pelo tempo. Deste modo, cada cidade é parte integrante de uma totalidade espacial. (CARLOS, 1994: 82).³⁹

Assim, reforça-se o vetor oeste como região de expansão industrial⁴⁰, ao mesmo tempo em que o estado adquire um alto grau de especialização produtiva.

Nesse momento da trajetória econômica brasileira, a aliança entre o Estado e o capital internacional determina para o primeiro o planejamento e a oferta das melhores condições infraestruturais e fiscais. O município de Betim, face à agressiva disputa que se estabelece entre os estados pela localização da FIAT em seu território, como aponta RODRIGUES (1983: 96-97)⁴¹, vê-se forçadamente compelido a prover desde os serviços de terraplanagem às condições ideais de participação acionária no capital da empresa, para viabilizar sua implantação.

1. 3. O espaço metropolitano: conflitos e contradições

“A evolução urbana expressa claramente a redefinição gradual da participação do país no contexto mais amplo do capitalismo industrial e financeiro mundial” (FERNANDES, 1998: 207).

³⁹ A observação da autora enfatiza a importância da relação localização industrial versus sistema rodoviário, numa escala macro, em estudo de caso abrangendo a cidade de Cotia, na Região Metropolitana de São Paulo.

⁴⁰ É importante lembrar que, desde 1972, já se pensava em fortalecer um novo modelo de estruturação da região metropolitana, caracterizado pela presença de uma rede de centros intra-metropolitanos, articulada pelo sistema de transportes, que funcionaria como indutor dos processos de ocupação. A região oeste surge como opção de vetor de expansão urbana, capitaneado pelo novo centro metropolitano industrial de Betim, devido ao conjunto de bens industriais já instalados em seu território e proximidades (setor petroquímico - REGAP, centro industrial de Contagem). Cf. PLAMBEL, 1974.

⁴¹ Essa disputa ocorre também no plano interno do estado tendo em vista aumentar a arrecadação, como aponta WERNECK (1973: 64). RODRIGUES (1983: 96) também enfatiza que o governo mineiro encontrou resistências tanto por parte do empresariado paulista quanto daqueles já instalados em Contagem (ver ANEXOS, DOC. 8). Outro fator que concorre para a instalação da FIAT em Betim é “a existência de um terreno de dois milhões de metros quadrados, necessários à planta da montadora” (CEURB, 1994: 71).

No final do século XX, a perda pelos Estados nacionais do seu caráter economicamente ativo e promotor do bem estar social propicia a transferência, para os esquemas internacionais, das fórmulas de ajuste do desequilíbrio fiscal. À crise fiscal do Estado, na medida em que esta significa um aumento do poder de controle das agências internacionais sobre as diversas economias, corresponde, portanto, a crise nas suas dimensões da legitimidade e da governabilidade. Por um lado, estas transformações apontam no sentido da passagem de “*uma ordem ancorada em unidades nacionais para outro sistema composto de unidades maiores [...], de cunho continental ou pelo menos subcontinental*” (DULCI, 1999: 16). Por outro lado, observa-se um movimento que vai no sentido inverso das reafirmações dos recortes internos ao Estado-nação – regiões, províncias, comunidades autônomas, instâncias locais e municipais.

A internacionalização dos capitais financeiros e o desenvolvimento dos sistemas de telecomunicações convergem para influenciar, diretamente, na redução progressiva do papel do Estado nacional no processo de regulação das relações capital / trabalho e de principal agente financiador da economia (a crise do keynesianismo). Conseqüentemente, a própria idéia de nação, que antes derivava unicamente da capacidade intervencionista do Estado, sofre um deslocamento, na medida em que a soberania nacional vê-se cada vez mais comprometida com as formas e instâncias de controle que extrapolam o domínio político do próprio quadro nacional. No escancaramento da globalização do capital, o Estado vê-se obrigado a confrontar-se com outros atores que passam a participar e influir diretamente no jogo político e econômico.

Essa afirmação pode ser estendida para o âmbito regional, ou metropolitano, bastando considerar o alcance e os impactos decorrentes das ações externas sobre os lugares dentro do contexto urbano, em função das vantagens locais. Na predominância das relações de mercado sobre a experiência que se desenrola no contexto físico e social, o espaço torna-se progressivamente o espaço da dominação, da homogeneização e da violência que se estabelece a partir do modo de produção capitalista. Numa formulação bastante sintética, Henri LEFÈVRE (1993: 317-318, 362) diz que

Zonning [...] is conflated with the rational capacity to discriminate. The assignment of functions, and the way functions are actually distributed ‘on the ground’, becomes indistinguishable from the kind of analytical that discerns differences. [...]

[...] thanks to its versatility it [abstract space] is repressive in an artful way: its intrinsic repressiveness may be manifested alternately through reduction, through (functional) localization, through the imposition of hierarchy and segregation [...]

De fato, se pensarmos criticamente nos processos de conformação dos espaços de nossas cidades, em sua maioria, veremos que a prática do zoneamento tem sido utilizada, e não poucas vezes, de forma a restringir o acesso e a fixação de faixas populacionais de renda mais baixa em determinadas áreas. Como afirma corajosamente SEGRE (1992: 102),

Quem planeja a cidade atual? São os especuladores, empresários, incorporadores, engenheiros, proprietários de terra – [...] – e os desamparados. Resta muito pouco espaço para o Estado e para os urbanistas [...] que representam a vanguarda do saber profissional.

Cumpra observar, forçosamente, que as intervenções urbanas resultantes de abstrações derivadas seja das injunções econômicas, seja das tentativas de ordenar processos “fora de controle”, têm atuado no sentido de “quebrar” as redes de articulação horizontais do espaço urbano e social, segundo a ordem de interesse da reprodução do capital. Este processo pode ser efetivamente aquilatado na distribuição e acesso desigual da população com relação aos serviços e equipamentos urbanos mais essenciais.

Numa avaliação qualitativa inicial, esta é exatamente a situação em que se encontram a maioria das antigas centralidades localizadas no território da periferia metropolitana, em Minas Gerais ou em qualquer parte do país. O modo abstrato com que é tratado esse espaço, a partir de uma ótica que renega as suas peculiaridades, serve à manutenção da hegemonia do sistema de produção capitalista, cujo poder baseia-se na unificação e no controle exercido em todos os níveis, do global ao local. Este, ainda de acordo com Henri Lefèbvre ⁴², constitui-se o nível básico de manifestação dos mecanismos de dominação, exploração e repressão.

⁴²“Everything (the ‘whole’) [...] ‘depends’ on this level [micro level]: exploitation and domination, protection and - inseparably - repression” (LEFÈBVRE, 1993: 366).

No entanto, como assinala ainda o mesmo autor ⁴³, este espaço homogeneizado “à força” através da ação do capital, embora tendendo à eliminação de todas as diversidades culturais que o caracterizam, carrega ainda a possibilidade de “engendrar” um novo espaço, que não poderia ser produzido a não ser que se acentuasse algum contraste, alguma peculiaridade. Este “espaço diferencial” nasce das contradições de dentro do próprio sistema de abstração pelo qual é tratado o espaço, onde reconhecemos a “distância” entre as necessidades ligadas ao consumo e os desejos da população, a globalização imposta pelos sistemas dominantes e a fragmentação produzida nas localidades, o princípio de dominação embutido na “abstração” (valor de troca) e as experiências de apropriação do espaço (valor de uso).

... a cidade não é mais definida como um dado da natureza, um conjunto de mecanismos de mercado, um objeto de planejamento ou uma cultura: é o produto da estrutura social em sua totalidade [...]. [...] não existe mais variável independente, tudo deve ser analisado simultaneamente como parte de um mesmo processo, a urbanização capitalista (TOPALOV, 1988: 12).

O espaço da vida cotidiana desdobra-se, pois, entre a objetividade derivada dos esquemas dominantes do capital e a subjetividade (no sentido de ser particularizada, individual) das ações dos seus usuários e habitantes, conjugando (e nem sempre de modo pacífico) relações de produção (geração de lucros e criação de novos espaços) e relações não monetarizadas (práticas sociais e culturais que não geram lucros). LEFÈVRE (1993: 362) aponta que o espaço das atividades cotidianas é o espaço da concretude, ou seja, lugar da materialização das ações do(s) sujeitos(s), subjetivo portanto, ao contrário do espaço abstrato dos especialistas, arquitetos, urbanistas, economistas e outros. Temos então que, ao nível local, o espaço da vida diária é repleta de ocorrências e valores particularizados constituindo-se, por si mesmo, num elemento que concorre para o equilíbrio ou para a desestabilização do poder central, exatamente por não se pautar pelos aspectos estritos da lucratividade e do funcionalismo.

O aspecto da concentração de investimentos industriais produz a configuração sintetizada na relação centro-periferia, impondo, tanto em termos socioeconômicos como espaciais, a lógica da desigualdade, com graves prejuízos para a população e para o ambiente urbano. A expansão das zonas urbanas onde se localizam aqueles segmentos mais pobres, as periferias das cidades, praticamente desprovidas de infraestruturas, fez-se a

⁴³Cf. LEFÈVRE (1993: 52).

um custo econômico mínimo para os setores especulativos, que investiram nas grandes reservas existentes de terrenos vazios. O Estado, enquanto isso, alheia-se quanto aos aspectos do atendimento da demanda social resultante, ao mesmo tempo em que cada vez mais se associa aos grupos economicamente mais fortes⁴⁴.

Como apontam JARAMILO e CUERVO (1990: 110), as concentrações urbanas caracterizam-se pela disparidade da presença daqueles “*componentes urbanos sofisticados - centros bancários e de negócios, zonas comerciais e terciárias superiores, regiões de habitação para a força de trabalho qualificada, etc. - ...*”, e de “*grande massa trabalhadora de baixo poder aquisitivo ...*”. Por trás desse quadro, persistem as desigualdades territoriais de dotação de equipamentos e insumos básicos da acumulação (até mesmo os mais tradicionais, como transporte e sistema de vias, disponibilidade de energia, abastecimento de água, etc.), o que, como enfatizam os autores, contrasta com o tratamento homogêneo desses aspectos nos países centrais.

Como resultado da presença simultânea desses elementos desiguais, sobretudo a partir de meados dos anos 70, tem-se uma segregação sócio-espacial acentuada, tanto no grau como na forma: configuram-se os bolsões de exclusão existentes nas cidades brasileiras, espaços que, segundo Raquel Rolnik, vão se construindo fora do modelo instituído pela legislação urbana⁴⁵. No entanto, cabe observar que a legislação urbana brasileira é fruto, principalmente, das articulações promovidas pelos setores dominantes visando (os próprios) interesses de mercado, o que denuncia o seu descompromisso com relação à realidade e às necessidades das camadas sociais mais desfavorecidas. O espaço, pois, transforma-se a partir de uma ação “mediadora” (o que não quer dizer que vise ao equilíbrio) do Estado⁴⁶ entre o processo de entrada de capitais e as ações de industrialização / urbanização, quando os serviços urbanos passaram a ser prestados sob uma ótica empresarial (FERNANDES, 1998: 211).⁴⁷

⁴⁴ Exemplo claro dessa atuação do Estado pode ser identificada nas operações do extinto BNH, cujas altas taxas de juros excluíram a grande maioria da população mais pobre do acesso à moradia, contrariando os próprios objetivos para os quais fora criado (AZEVEDO e ANDRADE, 1982). Ver ANEXOS, DOC. 9.

⁴⁵ Cf. FERNANDES, 1998: 169.

⁴⁶ Segundo OLIVEIRA (1979: 75), a “... urbanização teve no Estado capturado pela burguesia internacional seu principal agente e ao mesmo tempo seu principal obstáculo ...”.

⁴⁷ Essa situação constitui realidade palpável, hoje, em Minas Gerais, de acordo com exemplo apontado por GUIMARÃES (2000: 604-605). Do ponto de vista das companhias prestadoras de serviços urbanos, suas ações se pautam cada vez mais pela análise custo-benefício, dentro de um critério empresarial que não abre mão do lucro. O que vai obrigar as prefeituras à ações do tipo “banco a diferença” e de realização de obras prévias de urbanização, sem o que as companhias não atuam nos locais onde há demanda pelos serviços.

Portanto, o tratamento homogêneo do território metropolitano sob o ponto de vista econômico⁴⁸, visando a construção de um *locus* ideal para as relações capital / produção / trabalho, na prática vai contribuir para o aprofundamento das desigualdades sociais existentes, e para a fragmentação do espaço urbano. Grosso modo, pode-se dizer que a Lei nº 14 / 73, implementada pelo governo federal durante o período de maior autoritarismo político experimentado pelo país, constituiu um instrumento a mais no interesse da ação de grupos econômicos específicos. A ausência de mecanismos redistributivistas, dentro da legislação das RMs, por outro lado, impossibilitaria a superação das evidentes disparidades entre os municípios. Nessa convivência simultânea de diversas formas de capital e trabalho identifica-se o que SANTOS (1990: 184) chama de “*involução metropolitana*”.

Também nesse quadro se reflete a ausência de ações de planejamento metropolitano de caráter institucional, como aponta Eros Roberto Grau. Num texto crítico do início da década de 80, o autor observa que, decorridos sete anos de vigência da LC nº 14, de 08 de junho de 1973, não há,

... em qualquer das regiões metropolitanas brasileiras, a efetividade dos serviços comuns [...] sendo prestados por qualquer entidade cuja existência tenha dependido da instituição do modelo de administração consubstanciado na lei complementar federal (GRAU, 1981: 91).⁴⁹

Essa realidade condiz com a própria inadequação do conceito legal das Regiões Metropolitanas, como afirma FERNANDES (1995: 145): “... *being neither a governmental level nor intermediate political entities, they had no political autonomy and lacked any legal personality in Public Law, ...*”. Do que se depreende a incapacidade desse modelo de instituição para lidar com a sua própria problemática interna (o que implicaria em ações coordenadas e integradas para todo o território metropolitano), sem falar da resistência das próprias municipalidades em adotar qualquer estratégia de caráter “metropolitano”, sob o argumento de que tal estratégia entra em conflito com o princípio da “autonomia” municipal. De fato, as regiões metropolitanas (RMs) não chegaram a alcançar o estágio de “regiões de serviço” referidas na LC nº 14 / 73, atendendo às demandas das unidades municipais, o que implicaria no planejamento e coordenação dos

⁴⁸Na Constituição de 1967, o artigo 164, mantido na Emenda de 1969, dispõe que as regiões metropolitanas, a serem estabelecidas pela União, seriam “*constituídas por Municípios que, independente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade socioeconômica*”.

⁴⁹ Cf. PESSOA, 1988: 91-106.

mesmos serviços. Nesse sentido, as RMs – formadas através do vinculamento compulsório entre um centro de importância econômica e os municípios vizinhos -, acabaram por se configurar apenas como instâncias de caráter administrativo, sem poder político de fato, ou seja, não chegam a constituir uma instância metropolitana de governo.

Na Constituição de 1988 (Artigos 25 e 29), referente à elaboração das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais, o reforço dado às competências dos municípios, no que se refere aos assuntos de interesse local e ao planejamento territorial, somado às competências dos Estados relativamente ao planejamento das funções públicas de interesse comum das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e micro-regiões (cuja criação também passa à esfera dos estados), faz supor uma abertura para a instituição de critérios mais compatíveis com suas realidades específicas. No entanto, na ausência de mecanismos específicos e talvez pela inércia que se abateu sobre o tema – instituindo um *gap* tanto nos processos de conhecimento quanto nas incipientes práticas de gestão -, desde a extinção da Plambel, as questões de âmbito metropolitano, que envolvem e extrapolam as competências exclusivas dos municípios, padecem ainda da ausência notória de um nível de planejamento supra-municipal articulado, capaz de contrabalançar as desigualdades internas. Esse aspecto vê-se ainda reforçado na dicotomia centro-periferia a qual, em que pese a mudança de paradigma na pós-modernidade, evidencia-se na persistente fragilidade dos tecidos urbanos da periferia metropolitana, sujeitos à toda a sorte de ações não planejadas.

O embate que se institui a partir das necessidades e demandas que se originam do âmbito metropolitano ou supra-municipal (conjunto) e municipal (partes), este último tendo sua autonomia vinculada à sua própria condição de endividamento, tem tornado cada vez mais clara a sua relação de interdependência. E, paralelamente ao fato de que, de acordo com o atual formato político a responsabilidade da dívida fiscal recai sobre os municípios, instala-se a questão da sua real capacidade na oferta ou provimento de serviços urbanos, “*tendo em vista a natureza e a dimensão dos problemas advindos da metropolização ...*” (GUIMARÃES, 2000: 608). Assim, atentamos para a necessidade de se formatar e implementar um nível de gestão capaz de atender tanto às demandas do nível macro, nos seus aspectos de integração e articulação, quanto às demandas locais, com suas

particularidades e especificidades.

Nesse sentido, parece-nos que empreender a tarefa de conhecer a estrutura que precede e articula as (con)formações particularizadas existentes na extensão do chamado espaço metropolitano constitui etapa crucial para a sua ulterior inserção em patamares de desenvolvimento menos desiguais, considerada a sua relação com o todo. O aspecto da alteridade dentro do conjunto das identidades regionais – habitualmente presentes no discurso político, mas não nas práticas administrativas e de gestão urbana -, deve ser encarado dentro de sua própria dimensão, visando a compreensão de sua dinâmica, de seus nexos internos.

Sobretudo, trata-se de reconhecer que, no interior do espaço definido genérica e homogeneamente como periferia, desenrolam-se diferenças e dinâmicas marcantes.⁵⁰ A partir das influências políticas geradas no centro regional de poder, instituem-se condicionantes que alteram ou modificam a trajetória mais provável da distribuição industrial e econômica desses espaços “genéricos”, tratados a partir de uma abordagem abstrata. DULCI (1999: 19) aponta que, sob a ação desses fatores extra-mercado, “*as oportunidades econômicas de uma região podem ser incrementadas ou, inversamente, restringidas*”.

⁵⁰ Como ressaltam BONDUKI e ROLNIK (1979: 148), “... não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização, ...”.

2. BETIM: NO CAMINHO QUE VAI DAS MINAS À INDUSTRIALIZAÇÃO

“Em toda a história a cidade foi sempre o centro, a mola, a dinâmica do progresso, em oposição ao campo, estático e arcaizante. Nas Minas instala-se uma civilização eminentemente urbana, ...”.¹

Das cidades de Minas, a maioria pode-se dizer que surgiu da atração das gentes pelo interior desconhecido da colônia, primeiro movidas pela inquietude bandeirante do descobrimento, depois pela febre do ouro que fazia-os internarem-se cada vez mais, na esperança cega da riqueza. Sendo os meios de produção de mais fácil acesso (qualquer um podia garimpar, desde que tivesse uma simples bateia), e também *“porque ouro e diamantes são facilmente traficados e escondidos – surgiu uma sociedade [...] onde o espaço de produção e o espaço do poder coexistiam no mesmo território”* (MONTE-MÓR, 1997: 473), o que possibilitava a grande mobilidade social.

2. 1. Origens: de arraial a município

No início do século XVIII, em 1711, o Guarda-mor Joseph Rodrigues Betim, que então se encontrava em Minas *“... com quantidade de família de filhos e filhas, e genros sem q.^e se pudesse situar e fazer suas lavouras...”*, encaminha petição de sesmaria² de

*[...] algumas terras entre Parabupeba, e a estrada que vai para as Abrobras [...] cuja distância poderia ser três léguas pouco mais ou menos; e porque para acomodar minhas famílias [...] são necessárias as ditas três léguas em quadra que se podiam inteirar correndo e começando do Ribeirão da Cachoeira para o Norte, entre o dito rio e a estrada...*³

Abrobras ou Sítio das Abóboras, ponto de entrada de negros escravos e boiadas que abasteciam as regiões vizinhas de Sabará, Caeté e Vila Rica, é o povoado origem do atual

¹ Cf. VASCONCELLOS, 1968: 28.

² Sesmaria - *“Lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-los. A légua de sesmaria tem 3000 braças, ou 6600 metros”* (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, 1986: 578).

³ APM - Revista do Arquivo Público Mineiro, ano III, 1898. Ouro Preto. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, p. 30-31

município de Contagem. Da atividade de “contagem” do gado e dos suprimentos que seguiam para as ditas localidades, para recebimento das taxas régias, veio o nome: Contagem das Abóboras.

Naquele mesmo ano, em 14 de setembro, o Conselho Ultramarino da Corte Real Portuguesa concede a Joseph Rodrigues Betim a sua petição: duas léguas de terras (e não três, como fora pedido) às margens do ribeirão da Cachoeira – logo conhecido por ribeirão do Betim -, um dos “*pontos de passagem obrigatória para as minas de Pitangui*”⁴. “*Não tem errada, daqui a Roça Grande; depois até o Curral d'El-Rei; passando pelas Abrobras; seguindo a estrada até o Betim...*”⁵

A Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo – a ‘Capela Nova’ -, erguida em 1754, estabelece a oficialização do arraial. Desde essa data, o pequeno aglomerado de famílias, habitando nas proximidades do ribeirão do Betim, passa a não mais depender do Curral d’El-Rei – a sede da Freguesia⁶ – para as formalidades civis e a indispensável assistência espiritual (confissões, registros de nascimentos, casamentos, de óbitos, etc.).

Sobre a construção da Capela, encontramos que esta acontece por iniciativa dos moradores da comunidade de Bandeirinhas do Paraopeba⁷ que, em 1753, solicitam ao Bispo de Mariana a necessária provisão para a sua instalação. Bandeirinhas, então, seria o povoado-origem do Arraial de Capela Nova do Betim.⁸ Segundo FONSECA (1975: 306), pelos altos da Bandeirinha passavam as estradas que seguiam em direção à Pitangui, Tamanduá, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, na segunda década do século XVIII.

⁴No início do século XVIII, logo após a Guerra dos Emboabas, os paulistas instalaram-se nos distritos de Pitangui e Paraopeba, onde foram descobertos riquíssimos ribeirões de ouro (FONSECA, 1975: 25).

⁵DINIZ, apud FONSECA, 1975: 25.

⁶De arraial a freguesia, de freguesia a vila e cidade, sobressai o significado da relação Estado / Igreja no desenvolvimento do espaço urbano brasileiro. A antiga capela transforma-se em sede paroquial, em igreja matriz do lugar, que ganha em prestígio e quantidade de recursos disponíveis, oriundos de uma parcela de população mais abonada, que começa a experimentar novas formas de compromisso com o Estado. A esse respeito, conferir MARX (1991: 17-19).

⁷“*Betim - Capela na ‘Bandeirinha do Rio do Paraopeba’ - filial de Curral d’El Rei, erigida por provisão episcopal de 9 de novembro de 1754*” (TRINDADE, 1945: 57).

⁸FONSECA (1975: 60) registra que “*o topônimo Bandeirinha, no passado, se aplicava a mais de um lugar nas Minas Gerais*”. Essa denominação parece derivar do termo “bandeira”, que está associado às expedições armadas que desbravaram os sertões, de fins do século XVI a começos do século XVIII, buscando cativar o gentio ou descobrir as minas. Uma vez fixados, parte desses grupos de reconhecimento iniciava o plantio de roças que garantiam o sustento da expedição. Essas “bandeiras”, uma vez estabelecidas no sítio escolhido como base, podem ser a origem das *Bandeirinhas*.

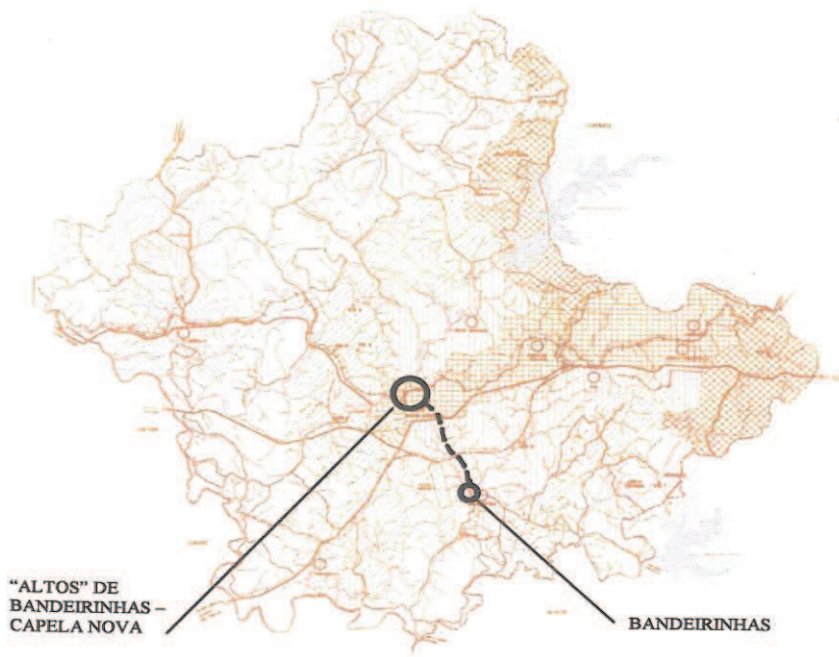


FIG. 1
Traçado do percurso da ocupação inicial, no século XVII – Bandeirinhas / Capela Nova.
Dentro dos limites atuais do município, “advinha-se” o percurso até os “altos do Bandeirinha”,
onde seria erigida a Capela Nova de Nossa Senhora do Carmo, como registrado na documentação.



FIG. 2

Vista aérea do ponto mais alto do centro tradicional de Betim, onde está localizada a Praça Milton Campos. A imagem mostra ainda a antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, cuja frente volta-se para o sul, demolida em 1969. A avenida Governador Valadares curva-se para a esquerda, e desce procurando o vale do rio Betim. No entorno, percebe-se a vegetação densa e o casario perfeitamente integrado à paisagem. O casarão à esquerda, embaixo na foto, cujo volume avança à direita e define os limites do alargado, é a atual Casa de Cultura Josephina Bento, único exemplar da arquitetura do século XVIII que ainda permanece. Continuando em direção ao sul, chega-se à BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo.

Fonte:

Acervo da Casa de Cultura Josephina Bento - Betim

A logo chamada “Capela Nova”⁹ empresta o nome ao nascente arraial – Arraial de Capela Nova do Betim – lugar promissor para as tropas de passagem que, com suas mercadorias, abasteciam os moradores locais e de mais longe.¹⁰ Pois, “*sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo que há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas ...*”¹¹, o arraial, estrategicamente situado entre o caminho para as minas de Pitangui e para Curral d’El-Rei e Sabará, prospera francamente à base da guarda e do comércio de víveres.¹² Daí, inferem-se as possibilidades de mobilidade social dessa sociedade que se estruturou sob o signo urbano mercantilista.

Sua inserção geográfica possibilita a articulação entre essas regiões e o sertão da Farinha Podre, no Triângulo Mineiro, ao mesmo tempo que garante uma base para o abastecimento do Distrito Diamantino. Betim é, nesse primeiro momento, dentro de um contexto mais amplo, uma unidade de “*apoio à estruturação espacial das minas*” (CEURB, 1994: 3). Já no início do século XIX, durante o governo de Bernardo José de Lorena, a Capitania das Minas teve vários distritos criados. Entre eles, o Distrito da Segunda Companhia da Capela do Beti (sic), através de um auto de vereança da Câmara de Sabará, datado de 28 de novembro de 1801 (FONSECA, 1975: 75). Ainda subordinada ao município de Sabará, foi elevado à categoria de Freguesia, através da Lei Provincial nº 552, de 23 de setembro de 1851.

A decadência do “ciclo do ouro”, em fins do século XVIII, provoca uma desestruturação do espaço da região mineradora, acarretando um processo de rápido esvaziamento da população e, conseqüentemente, “desurbanizando-a” (DINIZ: 1981). No entanto, ao contrário do pensamento que prevaleceu até os anos 70 (dominado pela perspectiva dos ciclos econômicos, ou da “*história comercial do produto exportado*”¹³), a

⁹ Em 1717, Joseph Rodrigues Betim solicita ao Bispo do Rio de Janeiro provisão para erguer uma capela em sua fazenda, às margens do Rio Pará. FONSECA (1975: 147-148) acredita que esta capela tenha ficado conhecida como “Capela do Betim”, o que explicaria o fato de que, quando, por autorização do Bispo de Mariana, foi construída uma capela nas terras já mais povoadas em torno do Ribeirão do Betim, esta se tornasse conhecida como Capela Nova do Betim.

¹⁰ Como observa VASCONCELLOS (1968: 27), o ouro, “*convertido em meio natural de troca*”, torna possível a atividade especulativa pelos atravessadores, que negociam com “*as escassas mercadorias*”.

¹¹ ANTONIL, 1963: 73. Essa obra versa sobre a riqueza e os custos então registrados no cotidiano das terras do Brasil, então colônia portuguesa.

¹² Verdadeiros empórios de abastecimento, os arraiais apresentam fases notáveis de franca prosperidade como atesta o código 28, de Sabará, que “*traz diversas licenças concedidas para instalação de cortes no arraial de Capela Nova do Betim*” (FONSECA, 1975: 61). De acordo com a fonte citada, entre fevereiro de 1776 a julho de 1793, Betim teve registrados seis cortadores, com suas casas de “*talho e açougue*”.

¹³ Cf. PAULA, 2000: 78.

economia mineira do século XIX “*apresenta-se diversificada e dinâmica, nos limites da ordem geral da economia brasileira de então: ‘escravista, exportadora, mercantil e dependente’*”, como registra João Antônio de PAULA (2000: 62) em seu primoroso ensaio sobre as raízes da modernidade em Minas Gerais.

Porém, esse dinamismo da produção não vai gerar um processo de modernização - industrialização, como acontece em São Paulo. Em Minas, teriam prevalecido características que impediram a acumulação primitiva de capital – como a não apropriação de novos elementos tecnológicos, a manutenção de relações escravistas mesmo após a abolição, e dos sistemas de meação –, que não propiciavam a acumulação capitalista. Em São Paulo, por outro lado, tem-se como aceito que a economia cafeeira local atingiu um tal porte que “*acabou por transformar a própria estrutura do modo de produção, instituindo novas relações sociais de produção e novas forças produtivas*” (PAULA, 2000: 79), possibilitando a sua posterior expansão.

O então distrito de Capela Nova do Betim não foge às características apontadas, em geral, para a economia mineira do período. No *Almanaque de Minas*, de 1874, registram-se os dados relativos à sua população de 4.261 habitantes e a produção agrícola, onde se afirma que o “*seo terreno é bom para todo o genero de cultura; ...*” (SENNA, 1909: 993).

Este quadro somente vai se alterar na transição do século XIX para o século XX, com a transferência da capital do Estado, de Ouro Preto para a região da antiga Curral d’El-Rei, em 1897, “*transformando-a no ponto de convergência dos interesses do Estado*” (RODRIGUES, 1983: 79). A fraca articulação entre a antiga capital, Ouro Preto, e as várias regiões do Estado, “*que se entrosavam melhor com outros estados*” limítrofes, determina a opção do governo pela mudança da capital mineira (DINIZ, 1981: 107). A nova capital do Estado, então,

[...] nasce coerente com a idéia de se criar, no centro geográfico do estado, uma área de influência que catalise sua força econômica, convertendo-se numa alternativa para o desenvolvimento nacional, rompendo com polarização do eixo São Paulo - Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1983: 79).

Apesar das obras de implantação da nova capital absorverem as principais iniciativas políticas e econômicas do governo, empenhado em fazer de Belo Horizonte um centro moderno que refletisse os ideais republicanos de ordem e progresso, esse processo

repercute nas regiões próximas e alcança Betim que, aos poucos, sai do seu relativo isolamento. De início, as pedreiras de gnaiss da região betinense fornecem “*pedras para a construção civil, demandadas pelas obras da nova capital*” (ASSIS, 1997: 12) – “*Desta pedreira saiu o famoso pirulito [...] que está colocado no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, centro nervoso de Belo Horizonte*” (VALENTINA, s.d.).¹⁴

Outros acontecimentos irão contribuir para a alteração do ritmo e dos rumos da, até então, localidade de características predominantemente rurais. Já em 1901, o então denominado Distrito da Segunda Companhia da Capela Nova, passa a integrar o município de Santa Quitéria, hoje município de Esmeraldas. Em 1909, a construção do ramal da Estrada de Ferro Oeste de Minas (ligando Belo Horizonte a Divinópolis)¹⁵, promove um deslocamento no eixo principal de crescimento do Arraial, da direção sul – para onde se voltava a antiga matriz de Nossa Senhora do Carmo, agora ‘Capela Velha’, de frente para o ribeirão Bandeirinhas – para a direção norte.

Quando o Arraial de Capela Nova começou a surgir, tudo indicava que a futura cidade iria se desenvolver voltada para o lado das Bandeirinhas. Prova é que a Igreja de Nossa Senhora do Carmo foi construída virada para aquele lado. Com a construção da ferrovia, no início do século, próxima ao rio Betim, o crescimento da cidade tomou novos rumos. E desceu o morro. A Igreja Velha, então, ficou de costas para o centro da cidade. E a cidade lhe deu as costas (VALENTINA, s.d.)

A exploração das pedreiras e a geração de energia elétrica¹⁶, além da situação de lugar estratégico de passagem¹⁷, destacam-se como diferenciais na relação de Betim, então

¹⁴ De acordo com VALENTINA (pseud., s.p.), a pedreira situava-se “*logo abaixo, no rio Betim*”, sendo de propriedade do Dr. Emílio Schimon, que a adquirira para viabilizar a construção do trecho da ferrovia que ligava Belo Horizonte a Betim, pelo qual era o responsável legalmente constituído através de concorrência pública.

¹⁵ Segundo VALENTINA (pseud., s.p.), com o Dr. Emílio Schimon, engenheiro que ganhara a concorrência para a execução do trecho ferroviário de Betim, veio o também engenheiro, Dr. Gravatá, que realizaria diversas obras na cidade.

¹⁶ A inauguração da primeira usina hidrelétrica do Distrito de Capela Nova do Betim, em 1914, não altera significativamente o quadro econômico da região, sendo que a maior parte da produção de energia é destinada ao município de Henrique Galvão, atual Divinópolis. Essa usina foi construída em terras da fazenda Cachoeira, aproveitando o potencial de uma queda d’água de 84 metros existente no rio Betim, com uma produção inicial de 250 kw (RODRIGUES, 1983: 80). Parte da energia destinava-se à exploração de uma pedreira, situada na mesma fazenda, e o restante abastecia o Arraial de Capela Nova do Betim.

¹⁷ Em FONSECA (1975: 306) encontramos referência à Capela Nova do Betim como um dos “portais” de acesso aos sertões, em ofício do Juiz de Paz de Santa Quitéria, datado de 8 de julho de 1858: “*A estrada que se dirige daqui para o Arraial da Capela Nova, serve para o trânsito das tropas que vêm do Rio de Janeiro, Barbacena, São João d’El-Rei, Bom Fim e mesmo da província de São Paulo*”.

distrito de Santa Quitéria, com a nova sede do poder político e administrativo do Estado. Com exceção daqueles municípios caracterizados pela atividade de extração do ouro (Vila Nova de Lima e Sabará), os outros municípios do Vale do Paraopeba, considerado o espaço de influência da nova capital, veem reforçada a sua “vocação agrícola”, funcionando como áreas de abastecimento.

Após a Primeira Guerra Mundial, a política nacional de substitui o de importa es vai promover em Minas a reativa o das atividades ligadas   metalurgia e   siderurgia, provocando a expansão de Belo Horizonte que, em 1940, acusava uma popula o de 211.000 habitantes ¹⁸. Na tentativa de superar a condi o de fornecedor primário para os grandes centros econômicos brasileiros, e escaldado pela experiência de Angra dos Reis, o governo mineiro, agindo como indutor do processo de ocupa o e transforma o do espaço, lança-se   implementa o de um projeto sistemático de industrializa o do Estado.¹⁹

Ainda nesse período, que corresponde já   vigência do Estado Novo, tem lugar a implanta o, em Betim, da Colônia Santa Izabel²⁰, destinada ao internamento e controle dos portadores do mal de Hansen. Como produto do Estado centralizador e corporativista que então se estabelece, a localiza o da colônia – espaço planejado, regido pelos conceitos higienistas de então -,   decidida fora do âmbito de interesse local, como projeto vinculado diretamente ao Governo do Estado de Minas Gerais. De fato, desde o início, a colônia manteve um caráter político e administrativo independente do nível municipal, subordinando-se, primeiramente, ao Departamento Estadual de Leprosia, em seguida   Funda o Estadual de Assistência Leprocomial – FEAL -, e, finalmente,   Funda o Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG.

Essa característica do município permanece como um “selo”, uma distin o que vai preceder a qualquer outra, e que   determinante, em momentos diversos no passado e no presente, em rela o aos processos de ocupa o e de articula o do seu território.

¹⁸A esse respeito, consultar DINIZ (1981: 35).

¹⁹A Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - foi instalada em Angra dos Reis, em 1941, contrariando o manifesto desejo dos mineiros e forçando o governo da época a uma redefini o da política econômica do estado (DINIZ, 1981: 241).

²⁰A denomina o da colônia   homenagem a Santa Izabel da Hungria (1207-1231), filha do rei André II, que   padroeira dos l zaros.

A criação da Cidade Industrial Juventino Dias ²¹, em terras desapropriadas de Betim já então constituído município pelo Decreto Lei n.º. 148, de 1938 ²², vem confirmar a intenção do governo do Estado de reforçar o pólo econômico em torno da capital. Para sua implantação foi escolhida a região de Ferrugem, situada a uma distância de apenas 9 quilômetros de Belo Horizonte, dotada de água em abundância e próxima das localidades fornecedoras de matérias primas minerais. Garantindo o fornecimento de energia elétrica às futuras indústrias, construiu-se a usina hidrelétrica de Gafanhoto no rio Pará, a 90 quilômetros de Belo Horizonte fugindo, assim, ao sistema deficiente e caro de serviços prestados pela Companhia Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da *Bond and Share*.

A concepção urbana da cidade Industrial, “*com traçados de forma hexagonal, inspirou-se no Distrito Industrial de Camberra, na Austrália*” (DINIZ, 1981: 53-54). Previa-se, então, a ligação entre a Cidade Industrial e Belo Horizonte, através da construção de uma avenida de 35m de largura – a avenida Amazonas – além da urbanização de todo o terreno (4 milhões de metros quadrados). A definição desse espaço industrial estimula o setor imobiliário que responde com a implantação, durante a década de 50, “*de dezenas de empreendimentos [...] que aguardariam décadas*” para serem efetivamente ocupados (CEURB, 1994: 8).

Desde a década de 30 que, a partir da construção das rodovias para São Paulo e Uberaba, Betim tem ampliadas as facilidades de escoamento para estes mercados, favorecendo a exploração das ricas pedreiras da região.²³ Enquanto isso, a elite industrialista do município ensaia maior participação no setor secundário da economia, na tentativa de reforçar o parque siderúrgico do Vale do Paraopeba. A década de 40 assiste à instalação de algumas indústrias de produção de refratários, entre os dois eixos de articulação entre o município e o estado – a Avenida Amazonas e a ferrovia – no bairro Cachoeira, a oeste do centro da cidade. São a cerâmica Saffran (1942), antiga Brasiléia, a Ikerá Indústria e Comércio (1945), e a Cerâmica Minas Gerais (1947) e, por fim, a instalação do Parque Siderúrgico de Betim, em meados dos anos 50. O desenvolvimento

²¹A Cidade Industrial Juventino Dias foi criada em terras desapropriadas de Betim, passando a fazer parte do município de Belo Horizonte. Posteriormente, passa a integrar o território de Contagem, que se constitui em município em 27 de dezembro de 1948, pelo Decreto Lei n. 336.

²²O município de Betim foi criado em 1938 (Decreto Lei n.º 148, de 7 de dezembro de 1938), compreendendo então a Vila de Contagem, os distritos de Neves, Campanha (atual Justinópolis) e Ibirité. O território de Betim sofreria ainda outros desmembramentos, somente configurando-se na sua forma atual na década de 60: Contagem, Justinópolis e Neves são emancipados na década de 40, e Ibirité, em 1962

²³ PLAMBL, 1990: 8.

siderúrgico do Vale do Paraopeba – Mateus Leme, Pará de Minas, Itaúna e Divinópolis – beneficia-se com a expansão das indústrias de refratários (RODRIGUES, 1983: 84).



FIG. 3
O acesso ao centro tradicional de Betim
através da BR-381, que atravessa o município
ligando-o a Belo Horizonte e a São Paulo. O
braço de entrada à direita vai dar na Praça
Milton Campos.
Fonte: Acervo
Casa da Cultura Josephina Bento - Betim

Na década de 50, o binômio “Energia e Transportes” do programa de governo de Juscelino Kubitschek, tem como metas tornar Minas autônoma em termos de geração de energia e modernizar e reformular os sistemas de transportes. Através da implementação dos planos viários, propõe-se integrar Belo Horizonte ao espaço geográfico nacional. Somado ao ativo movimento de expansão imobiliária que sinalizava “*o futuro da incorporação do município ao processo de metropolização*”, a passagem pelo município da BR-381 e da BR-262 induz ao surgimento de vários núcleos ao longo da rodovia e da

ferrovia (ROCHA e COSTA, 1997: 561). Estava em curso o processo que faria de Betim a cidade polinucleada dos dias de hoje.

Na segunda metade da década de 50, em consequência do Plano de Metas do Governo Federal e da criação da CEMIG, que vem resolver a questão crônica da disponibilidade de energia elétrica no estado, Belo Horizonte e Contagem conhecem uma expressiva expansão do segmento industrial. Betim, por outro lado, não vê alterada a sua posição no quadro relativo àquele mesmo setor. Sua produção, quase toda baseada na agropecuária, volta-se para o consumo interno de uma área urbana de pouco mais de 10.000 habitantes, sem gerar excedentes significativos para a dinamização comercial (RODRIGUES, 1983: 83).

Durante os anos 60, somente empresas de médio porte, de capital nacional privado, instalam-se no antigo setor industrial do município, no Bairro Cachoeira, ampliando o leque de atividades no local (curtumes, frigoríficos, sabões, móveis, biscoitos, refinaria, siderurgia, etc.) (RODRIGUES, 1983: 86)²⁴. A localização do bairro, entre a avenida Amazonas e a ferrovia, favorece os fluxos de mercadorias em direção à Contagem e Belo Horizonte e, na direção oposta, para São Paulo. A proximidade entre os assentamentos habitacionais e de produção e o rio Betim facilita o despejo dos resíduos industriais e domésticos, inaugurando-se um processo que teria sérias consequências no futuro, comprometendo definitivamente a qualidade de suas águas.

No final dos anos 60, dentro de uma estratégia de descentralização das unidades de refino e distribuição de combustível no território nacional, a Petrobrás instala a Refinaria Gabriel Passos - REGAP - justamente “*nas áreas mais intensamente parceladas do município nas décadas anteriores*”, situadas na região do Imbiruçu, e que se organizaram em torno dos pontos de parada do antigo trem de subúrbio ²⁵. A implantação da refinaria atua no sentido de desarticular a região ocupando, juntamente com as distribuidoras de petróleo, extensas áreas ao longo da ferrovia e da BR-381.

Quando a FIAT Automóveis se implanta em Betim, no início da década de 70, ao final de um processo disputado de negociações entre os governos estaduais pela localização

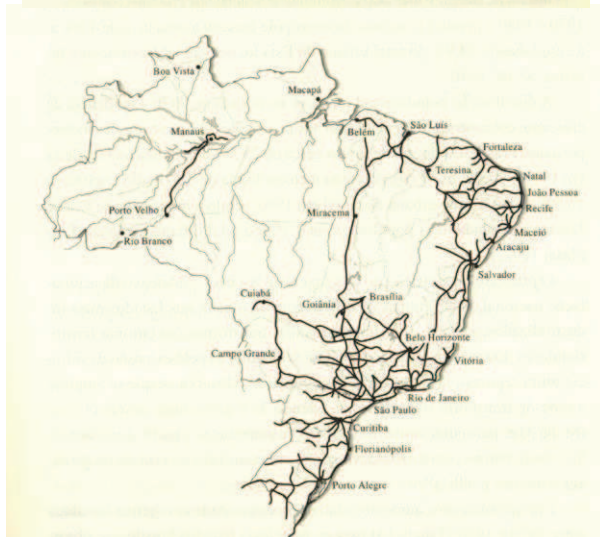
²⁴ Segundo RODRIGUES (1983: 87), o número de empregados nessas empresas, em 1979, era de 897 pessoas.

²⁵ Segundo documento do CEURB (1994: 10), embora a ocupação local fosse bastante rarefeita, existiam dezoito pontos de parada entre o centro de Betim e a Cidade Industrial.

do capital estrangeiro, incentiva a vinda de outras empresas de produção complementar ou similar, promovendo a região a segundo polo automobilístico do país. No espaço de uma década, portanto, Betim tem modificada a sua participação no quadro econômico, passando da posição de município relativamente bem dotado de indústrias tradicionais para a de centro de importância regional da industrialização moderna que vai se implementando no país.

As condições iniciais para a implantação da FIAT eram a proximidade de Belo Horizonte – centro de importância metropolitana – e a disponibilidade de área equivalente a dois milhões de metros quadrados, necessários à planta da montadora. Porém, o fator determinante para uma indústria de tal porte se constitui nas condições de acesso próximo entre o sítio e o sistema rodoviário principal do país. Novamente, através de práticas diversas e em tempo distinto, Betim confirma a vocação de sua localização geográfica como fator de atratividade, dentro de um contexto econômico diverso.

Agora, impõe-se (porque os embates se dão, de fato, em nível estadual, e não municipal) a forte corporação econômica internacional sobre a extensão da periferia ainda semi-rural – verticalidades x horizontalidades, como já foi caracterizado por SANTOS (1997). A primeira busca a melhor situação em relação aos mercados mais fortes do país: produção e escoamento da produção, a fábrica e o sistema viário em direção aos mercados, tudo é visto considerando a otimização da “linha de montagem”. A segunda, sonha o “projeto de modernidade” que está associado ao modelo de industrialização, caracterizado no slogan adotado pela administração local, na época: “*Betim, a nova força de Minas*” (FONSECA, 1975: 347; 363).



1	2
3	

FIG. 4

MAPA 1

Mapa das rodovias asfaltadas em 1955.

É bastante precária a oferta de rodovias, o que constituía um sério entrave ao desenvolvimento do país.

MAPA 2

Mapa das rodovias asfaltadas em 1964.

Em relação ao quadro anterior, observa-se algum progresso, estando já definido o “triângulo” de circulação rodoviária unindo as três maiores capitais do sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte -, e a articulação com Brasília, novo centro administrativo e político do país.

MAPA 3

Mapa das rodovias asfaltadas em 1975.

Embora o “hinterland” permaneça com poucos acessos, a rede rodoviária já apresenta maior complexidade no sudeste, principalmente, ramificações importantes no centro-oeste e nordeste, e ao longo da costa do Atlântico.

Fonte IBGE / DNER

2. 2. Betim, centro industrial metropolitano

“Produzir significa, por um lado, a produção do espaço, produção da natureza. O resultado da produção (e do consumo) manifesta-se no espaço enquanto paisagem da cultura: prédios, cidades, ruas, ruínas atômicas, canais, cloacas, nuvens de gases, desertos, montanhas de lixo, etc. [...]”

“O que faz de uma região uma região industrial é a realização espacial de decisões empresariais ou estatais que têm por objetivo a instalação de empresas industriais” (ALTVATER, 1987: 3) ²⁶.

As novas relações de produção impostas pelo modelo de industrialização determinam a expansão e a reordenação do espaço urbano que, de acordo com Henri Lefèbvre ²⁷, fazem-se segundo a predominância de uma “*ordem distante*”, cujos processos superam a estrutura de relações preexistente, de vizinhança, de família, de amigos, a “*ordem próxima*”, que é então submetida ao sistema que transforma o urbano e os objetos do urbano em mercadoria.

A localização e as exigências operacionais do setor industrial em expansão assumem, então, papel central no processo de reestruturação do espaço betinense. No bairro Cachoeira, contíguo ao centro comercial de Betim e lugar tradicional da concentração das indústrias desde a década de 40, predominam as atividades ligadas à siderurgia e à metalurgia (RODRIGUES, 1983: 88). A avenida Amazonas e sua extensão, avenida Bandeirantes, interliga esse antigo setor industrial com a rodovia Fernão Dias, em direção aos grandes mercados. Por outro lado, as proximidades do Distrito Industrial, ao longo das rodovias BR-262 e BR-381, a “nova cidade” ²⁸ – articulada segundo os parâmetros e exigências da racionalidade técnica -, surgem como nova e preferencial área de localização industrial, onde o polo automobilístico gerado pela FIAT exerce influência predominante.

É dentro do novo contexto de uma racionalidade que considera apenas a escala do território nacional que Betim vê-se inserida, tendo seu território escolhido e imediatamente

²⁶ Tradução de AMARO, João Júlio Vitral (Mimeografado, 20 p.)

²⁷ De acordo com Lefèbvre, “há no espaço social (urbano), em redor de cada ponto e de cada centro, seja ele grande ou pequeno, duradouro ou provisório, uma ordem próxima, a da vizinhança; por outro lado, reina uma ordem longínqua, a da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado)” (LEFÈBVRE, 1973: 18-19 apud RODRIGUES, 1983: 126).

²⁸ Sobre a instalação da FIAT, em Betim, consultar RODRIGUES (1983: 96-98).

tomado pelos processos de localização da grande indústria, a partir de decisões externas. Até então, a indústria local conseguira articular-se perfeitamente à escala do município, através da dinâmica de produção tradicional que assimilava a população. A partir da década de 70, no bojo da “nova industrialização mineira”, tem início uma nova dinâmica que vai redesenhar o seu espaço urbano e social, ainda que em detrimento de toda uma produção anterior, ao custo mesmo da perda dos elementos materiais e imateriais que o caracterizavam.

De um ponto de vista mais amplo, nesse momento, pode-se dizer que se expõem e aceleram as condições de desigualdade urbana e social do espaço da região metropolitana. Desde a década de 60, observa-se um processo de favelização crescente, principalmente nas áreas urbanas centrais e nas imediações das grandes instalações industriais, o que pode ser interpretado como um modo de acesso à cidade para essa população que não possui os meios para adquirir a terra. Por outro lado, acentua-se o processo de periferação extensiva, através da produção dos loteamentos populares em áreas pouco valorizadas que, por não serem alvo de investimento público, tornam-se financeiramente mais acessíveis (COSTA, 1994: 58-63).²⁹

Ainda, paralelamente, considerem-se o empobrecimento das camadas médias e baixas da população, a ocorrência dos contingentes migratórios e a omissão do Estado no setor da política habitacional. Está formada a base de condições que propiciam a existência de um amplo mercado voltado para o consumo desse produto que significa o acesso à cidade, através da propriedade urbana - mesmo que de qualidade discutível³⁰. Na ausência ou omissão do Estado – política habitacional insuficiente e deficiente, “brechas” nos mecanismos relativos às políticas urbanas, o segmento imobiliário responde com a rápida expansão dos chamados “loteamentos populares”, produto específico que participa em proporções alarmantes na produção do espaço da RMBH.

²⁹ A inexistência ou a precariedade das diretrizes de controle da ocupação do solo urbano representam a base ideal de atuação, dentro da lógica do capital imobiliário, para o loteador popular cujo produto final - o lote - deve ser o “*mais baixo possível para que o mercado potencial seja o mais amplo possível*” (COSTA, 1994: 64). Para tal, os fatores de localização e de investimento de infraestrutura são reduzidos ao máximo, surgindo os bolsões-dormitório, caracterizados por um nível “*extremamente baixo de atendimento dos serviços urbanos voltados para a reprodução da população*” (MONTE-MÓR, 1994: 25). Como aponta COSTA (1994: 65), a “*flexibilidade das exigências legais, a localização estratégica [...] em termos de relativa proximidade dos grandes eixos de expansão e das áreas industriais*” constituem, em meados da década de 70, os requisitos ideais para ação do loteador no processo de parcelamento do solo.

³⁰ Segundo dados da Plambel, “*num período de quatro anos (1975 a 1979) foram produzidos na Região Metropolitana [...] mais de 85.000 lotes tidos como populares*”. A esse respeito, ver COSTA (1994: 62).

O extraordinário crescimento populacional que Betim apresenta nos anos 70 deve-se, portanto, “*muito mais à expansão metropolitana, característica brasileira daquele momento [...]*” – na medida em que estas passam a concentrar o grosso dos investimentos e das atividades de acumulação do capital, e, conseqüentemente, a polarizar a migração rural-urbano - “*... do que à real oferta de emprego nas maiores atividades industriais*” (ROCHA e COSTA, 1997: 562). De fato, como vimos anteriormente, a localização de indústrias como a FIAT Automóveis ou a REGAP em Betim são decorrentes de políticas e negociações que, em nenhum momento, consideraram o município na sua condição de território político autônomo.

O lado perverso desse quadro se revela no fato de que a maior parte dos funcionários da FIAT e da REGAP, principalmente, constitui-se de mão de obra qualificada, que reside em outros municípios da região metropolitana ³¹. A mão de obra não qualificada acaba subempregada em atividades marginais aos processos industriais. Ao mesmo tempo, essa leva de população concorre para acelerar a ocupação desorganizada do espaço urbano, através das invasões de terrenos e do favelamento, notadamente nas proximidades dos eixos de transporte, que viabilizam o seu deslocamento para os centros de trabalho metropolitano. Registre-se que um dos maiores núcleos populacionais do município, concentrando quase um terço da sua população, são os bairros Imbiruçu e Jardim Terezópolis, situados nas imediações da ferrovia e da FIAT, os quais apresentam um alto índice de pobreza, sendo que a maioria dos moradores se desloca para Contagem e Belo Horizonte, na rotina diária de trabalho (ROCHA e COSTA, 1997: 562).³²

Pequenas propriedades rurais são desmembradas e dão lugar a novos loteamentos urbanos de preços um pouco mais acessíveis do que os praticados em Contagem. Na região do PTB – antigo bairro operário articulado em torno de uma das estações ferroviárias³³, localizado entre o centro e a Cidade Industrial de Contagem e mais próximo desta última – esse processo vai induzir, ainda que de forma esparsa, à configuração de núcleos habitacionais de baixa renda (RODRIGUES, 1983: 88).

³¹ Segundo RODRIGUES (1983: 568), a maioria dos trabalhadores empregados nas unidades industriais do Bairro Cachoeira mora em Betim, porém, “*a pequena parcela [...] mais qualificada reside, também, fora do município*”.

³² Além disso, a pobreza e o desemprego concorrem para o aumento da violência na região, cuja proximidade com o eixo rodoviário constitui, ultimamente, um atrativo para os traficantes de drogas, que atuam e se escondem na malha de becos e vielas locais. Cf. Jornal ESTADO DE MINAS. Caderno *Gerais-Política*, 06-12-1998.

³³ Sigla de Posto Telegráfico de Betim (PTB), que ficou como referência da aglomeração inicial.

Betim experimenta, como espaço para onde se estende o fordismo periférico – portanto, incapaz como implementador de uma política de serviços urbanos completos –, os impactos resultantes do descompromisso da produção, sob o ponto de vista do capital industrial e do aparato do Estado, para com o atendimento dos níveis básicos da reprodução da força de trabalho – principalmente no tocante à questão habitacional –, aliado à ação de exploração imobiliária pelo setor privado.

Esse modo de expansão metropolitana que vigorou nos anos 70 e início dos 80, dá sinais de desaceleração já no final desta última década, caracterizando-se como um movimento reflexo à crise mundial, quando os "*ganhos decrescentes de produtividade não mais compensam a expansão acelerada dos mercados ...*" (MELO, 1990: 176) ³⁴. De um modo geral, acentuam-se os índices deficitários do quadro político e econômico brasileiro. Na década de 80, a redução dos investimentos de grande porte, ainda que no conjunto continuassem expressivos, contribui para desacelerar o processo de ocupação espacial metropolitano em geral, via empreendimentos imobiliários de caráter extensivo (MONTE-MÓR, 1994: 24-25).

Pode-se dizer, então, que as condições de crise geradas de dentro do próprio modo de produção e que passam a ser administradas pelo Estado, a partir de 64, aliadas à ação de segmentos específicos do capital imobiliário, contribuem para um processo de densificação dos setores conurbados da região metropolitana. Verifica-se uma retração no setor do desenvolvimento urbano (que era, basicamente, financiado pelo Estado) ³⁵, e o movimento das atividades imobiliárias no sentido da (re)concentração nas áreas mais centrais e da "*(re)emergência da produção por condomínio ...*" (MELO, 1990: 177-178). Por outro lado, as práticas indiscriminadas e sem controle de ocupação do solo produzem os espaços periféricos, desprovidos de qualidade ambiental e de infraestruturas, que cercam os centros mais urbanizados e as áreas industriais.

³⁴ Cf. LIPIETZ, 1986; DE VROEY, 1984.

³⁵ Segundo o autor, "... a década de 80 [...] assinala historicamente o esgotamento do padrão de intervenção do Estado que viabilizou o fordismo periférico" (MELO, 1990: 176).

2. 3. A lógica da organização do espaço na cidade da periferia industrial

*“Há no espaço social (urbano), em redor de cada ponto e de cada centro, seja ele grande ou pequeno, duradouro ou provisório, uma ordem próxima, a da vizinhança; por outro lado, reina uma ordem longínqua, a da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado)”*³⁶.

Recuando até o período de desbravamento do interior da colônia, Betim aparece, sob o ponto de vista da sua formação inicial, como um desdobramento daquela etapa correspondente ao ciclo da mineração³⁷. A atividade mineradora, no seu auge, vai determinar a ocupação de áreas situadas em pontos estratégicos das rotas de passagem das tropas que abasteciam os núcleos de exploração do ouro, cuja característica reside na produção agrícola de subsistência e na formação de um comércio incipiente. Como observa RODRIGUES (1983: 78), “...o espaço é [...] marcado pelos caminhos...”, condição essencial para o abastecimento das populações e para o escoamento da produção do ouro.

O Arraial de Capela Nova do Betim, situado às margens do ribeirão da Cachoeira, no vale do Paraopeba, constitui-se, inicialmente, num espaço de sustentação das demandas originadas nas zonas de mineração de Pitangui e do Rio das Velhas³⁸, inserindo-se numa rede de divisão do trabalho, assim como Contagem das Abóboras e Curral d'El-Rei.

Quando se esgotam os depósitos de ouro, o Arraial de Capela Nova volta-se para a produção agropecuária, mantendo-se nessa condição até meados do século XX. Aqui, encaixa-se a observação constante no início deste volume (página 8), sobre as ativas e diversificadas economias das cidades mineiras, no século XIX. De fato, em 1874, registrava-se que na “... antiga freguezia e districto de N. S. do Carmo de Capella Nova do Betim ...”

³⁶ Cf. RODRIGUES, 1983: 126 citando LEFEBVRE, 1973: 18-19.

³⁷ A passagem do século XVII para o século XVIII assiste à fundação de um novo tipo de economia no Brasil colonial, bastante diversa daquela baseada na exploração agrícola que então predominava no litoral, a economia da mineração, que vai induzir uma rápida urbanização e incipiente industrialização no interior da Capitania das Minas. Essa fase corresponde ao encerramento do ciclo da expansão geográfica desbravadora do bandeirismo e ao início do ciclo da mineração, quando então se estabeleceram os primeiros arraiais, onde se fixaram as famílias, organizaram-se a Igreja e um esboço de administração pública. Cf. RUGANI (Coord.), 1999.

³⁸ PAULA (2000: 41) observa que “... o fenômeno tipicamente urbano marca precocemente a região onde a mineração será mais forte na capitania (Mariana, Ouro preto, Sabará, São João del Rei, São José del Rei, Caeté, Pitangui, Serro, Diamantina, Minas Novas), ...”.

*abunda em madeiras de lei, ente (sic) as quaes muitas servem para tinturaria; cultivam-se café, do qual se exportam 6.000 arrobas, exclusivamente o que se consome no logar; canna, exportando-se 10.000 barris de aguardente e cerca de 4.000 arrobas de assucar; algodão, do qual se exportam para mais de 4.000 arrobas; mandioca, milho, feijão, mamona e arroz, do que se faz abundantes colheitas, e principia-se a cultivar o fumo, negocio cuja tentattiva promete muita vantagem. A principal industria consiste em tecidos de algodão, em teares domésticos*³⁹.

Tais registros vêm confirmar a disposição mais atualizada e consensual entre os pesquisadores de que a economia mineira no referido século caracterizava-se pela “*presença de importante estrutura agropecuária, que localizada inicialmente na Comarca do Rio das Mortes, espraiar-se-á para a Zona da Mata, Sul e Triângulo Mineiro ...*”, e também pela “*presença de unidades de manufaturas têxteis espalhadas por toda a província, ...*” as quais serviriam tanto ao abastecimento interno quanto à exportação para as províncias vizinhas, conforme argumenta PAULA (2000: 78).

Grosso modo, dois momentos são particularmente significativos para as transformações que se darão, subsequentemente, no território de Betim: o primeiro é a mudança da capital do estado, de Ouro Preto para a recém-inaugurada Belo Horizonte, em 1897, a qual imprimirá sua própria dinâmica às regiões vizinhas; o segundo, decorre das políticas de industrialização implementadas pelo Estado, visando à criação de um polo industrial competitivo em relação aos centros principais, e que culmina na implantação da FIAT Automóveis e de todo um universo de linhas de produção relacionadas àquela, no período da “nova industrialização mineira”.

E poder-se-ia dizer, também, de um terceiro momento que se inicia em meados da década de 80 quando a PETROBRAS e a FIAT ensaiam a implementação de uma nova política de organização da produção. Baseado no conceito japonês da “qualidade total”, este modelo propõe alterações desde a estrutura de gerenciamento da fábrica – que, entre outras medidas, reduz a quantidade de empregos “centrais” -, passando pela adoção das estratégias de trabalho temporário e terceirizado (subcontratação) em sistemas de parceria, com o objetivo de manter a produção fluindo a um custo mínimo (HARVEY, 1996: 144; ASSIS, 1997: 60). As implicações deste terceiro momento na estrutura urbana de Betim, com suas exigências relativas à localização próxima dos fornecedores da cadeia de

³⁹ SENNA, 1909: 993.

produtos, em quantidades e horários precisos – “*just-in-time*” -, ainda está por ser devidamente avaliada.

Ainda com relação ao “terceiro momento”, é curioso observar que este corresponde também ao “realinhamento” das empresas, acompanhando uma tendência mundial, que passam a considerar também a qualidade do ambiente urbano – em termos sociais, culturais e econômicos, buscando um campo “*profissional favorável ao novo padrão de gestão fundado no just-in-time e na rede de relações ‘corpo a corpo’ entre fornecedores e sub empreiteiros*” (RIBEIRO, 1994: 272)⁴⁰. Não por acaso, a esta mudança de estratégia Betim responde, coincidentemente, com a retomada de uma “consciência do lugar” – como sítio geográfico e cultural específico, dotado ainda de um significativo patrimônio material e imaterial que guarda reminiscências da história de sua evolução, e que merece, por isso, ser resgatado e valorizado -, pela instância administrativa local e de alguns setores da sociedade.

De fato, é na última década, durante os dois períodos sucessivos de governo progressista levado à frente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que são formatados o novo Plano Diretor da cidade – contendo disposições que enfatizam o desenvolvimento social e econômico integrado do município, além de várias outras iniciativas, como as que visam a identificação, recuperação e a valorização do patrimônio natural e cultural.⁴¹ Nesse bojo, identificamos o esforço orientado para a superação de problemas estruturais, como a questão da desarticulação urbana e o baixo padrão de oferta de serviços básicos em grande parte do território.

Ainda com relação a esse aspecto, ressalte-se a importância dos movimentos populares de Betim que, desde meados da década de 70, têm atuado no sentido da defesa dos direitos de cidadania, de reivindicar melhorias de serviços públicos urbanos e participado ativamente na definição das políticas públicas. A repercussão das atividades das várias associações e sindicatos, em torno das negociações e lutas visando a permanência nos terrenos invadidos, implantação de infraestrutura, transporte e condições

⁴⁰ “... na acumulação flexível, o preço da força de trabalho deixa de ser o principal fator de localização dos empreendimentos, ...” (RIBEIRO, 1994: 272).

⁴¹ Lei n.º 2.963 de 04 / 12 / 1996 – CAPÍTULO II, Art. 2º, item IV – “Tornar a cidade culturalmente rica e diversificada, tendo como metas: a.) a recuperação, proteção, preservação e revitalização do patrimônio histórico-cultural; ...” (BETIM, 1996: 4). O Plano Diretor Betim 1996 foi precedido por uma série de estudos visando o conhecimento e diagnóstico das condições socioeconômicas e urbanas do município.

de trabalho mais adequados, prepararam o caminho que levou a renovação no quadro do poder local, desde as eleições de 1992.⁴²

Esse processo significa, também, a oportunidade de buscar maior integração entre os cidadãos como um todo, através de iniciativas que visam resgatar a história e a participação dos diferentes setores sociais na construção do espaço.⁴³ É, nos termos correntes, a (re)invenção da cidade, sob o aspecto do reconhecimento da(s) sua(s) identidade(s), levada a termo através de programas de caráter cultural e social, buscando envolver e aumentar o nível de participação dos segmentos sociais urbanos nos processos de condução da política local.

A área do centro tradicional da Betim atual desenvolve-se no espaço remanescente daquele núcleo da ocupação inicial, constituindo um polo de estruturação do território municipal, característica essa que se mantém desde o tempo do arraial e apesar das pressões introduzidas pela implantação do distrito industrial a leste, na década de 70. O primeiro é representativo do predomínio político do poder local, através das famílias que ainda controlam o adensamento na região, enquanto o segundo é resultado das políticas articuladas em nível estadual, visando a expansão do parque industrial mineiro. Assim, podemos nos reportar a VILLAÇA (1998: 140), quando este aponta os dois elementos que comparecem como os mais fortes no processo de estruturação dos espaços metropolitanos do Brasil: as zonas industriais e a região de concentração dos bairros de mais alta renda, pelo “*grau de independência que desfrutam na escolha e produção de suas localizações*”.

Confirmando uma tendência que se desenha desde os anos 40, a ocupação no território de Betim expande-se, principalmente, em direção à Cidade Industrial de Contagem, a leste, de forma dispersa e fragmentada. Já então observa-se que o bairro PTB, situado entre o centro de Betim e os limites de Contagem, vai-se configurando como “bairro-dormitório”, habitado por uma população operária que se aproveita das facilidades derivadas da proximidade da estação ferroviária, ali existente, para deslocar-se aos locais de trabalho. Esse fator e mais o custo ainda pouco inflacionado dos terrenos, estimulam as

⁴² Cf. PLAMBEL, 1986: 123-125; CEURB, 1994: 103-107.

⁴³ É neste contexto que são implementadas instâncias específicas no governo local, como o Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural do município, e ações visando a futuras intervenções no espaço urbano, como a realização do Inventário Urbano e Cultural de Betim – IPUC Betim - 1998, cujo objetivo inicial prendia-se à elaboração de um Projeto Integrado de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, o qual, infelizmente, não teve prosseguimento.

primeiras incursões do segmento imobiliário que implanta loteamentos de baixa renda nessa região, embora sua ocupação não vá ocorrer senão de forma esparsa e tardiamente (RODRIGUES, 1983: 88).

Entre a região constituída pelo centro tradicional e os bairros Angola, Filadélfia e Cachoeira, e os limites do município, em direção a Cidade Industrial, desencadeia-se o processo de desagregação de antigas regiões agrárias, com sensível redução da população rural. Surgem os pequenos sítios de lazer, cujos proprietários residem fora do município, em Belo Horizonte e Contagem, principalmente (RODRIGUES, 1983: 86), e, nas cercanias do espaço industrial, vários loteamentos de baixo padrão, cuja ocupação efetiva só se daria ao longo das décadas seguintes e que não obedecem a nenhuma diretriz interna de articulação.

Esse tipo de estruturação, gerado a partir da ação do segmento imobiliário, do final dos anos 40 até meados de 60, reforça o movimento de periferização, cujo “centro” dinamizador é a indústria, desvinculando-se do centro tradicional. O processo de parcelamento e ocupação do solo nesse momento, indica uma forte tendência à metropolização, além de uma provável perda da capacidade de influência, por parte do poder local, em se tratando da estruturação do espaço em torno da sede (CEURB, 1994: 3).

Como reforço a este processo, acrescenta-se o impacto da implementação das rodovias, BR-381 e BR-262. A BR-262, em seu traçado primitivo, não previa a ligação com Betim que, no entanto, através de articulações de natureza política, conseguiu que essa via estratégica da malha rodoviária nacional passasse a pouca distância do seu centro comercial.⁴⁴ A configuração dessa rede de importância nacional é determinante para a decisão da REGAP de instalar uma refinaria em Betim, em 68. Como consequência, a região do Imbiruçu, até então caracterizada pela presença de núcleos de habitação dispersos e pouco densos, organizados em torno das estações do trem de subúrbio, impõe o uso industrial ao local. A partir daí, várias distribuidoras de derivados de petróleo passam a se localizar na região, numa situação que caracteriza a vizinhança forçada e perigosa entre os bairros e vilas e os enormes depósitos de material combustível.

⁴⁴ Conferir FONSECA, 1995: 307-308, e ASSIS, 1997: 30.

Eu me lembro do último passeio de trem, há muitos anos. A viagem não foi tão longa. Afinal, Betim é cidade bem próxima da Capital... Hoje não há mais passeios de trem, nem campos de peladas ao longo dos trilhos, pois as indústrias chegaram. Só não acabou a pobreza (VALENTINA, s. l.: s. n., 19-).

Na década de 70, o município já possui legislação urbanística, cujo caráter mais rigoroso concorre para uma relativa desaceleração da produção dos lotes populares, “*que vinham ocorrendo na periferia de Betim*” desde a década de 60 (ROCHA e COSTA, 1997: 563). No entanto, é na década de 80, quando devido à crise econômica mundial e a redução da taxa de crescimento populacional na região metropolitana, que ocorre uma relativa estagnação no mercado imobiliário. Restringem-se os lançamentos do setor, sobretudo aqueles dos lotes populares. A atividade imobiliária, nesse momento, praticamente se ausenta do processo de estruturação do espaço urbano do município, exceção feita à intermediação imobiliária e ao parcelamento da área rural, que prossegue na transformação das grandes fazendas em sítios e chácaras de lazer.

No entanto, nessa década, a expansão e a ocupação – através dos processos de invasão de loteamentos e favelamento -, se intensificam de forma desordenada, surgindo novos aglomerados e bairros periféricos, cada vez mais próximos da área industrial, onde se distribuem os contingentes populacionais de migrantes recém-chegados à cidade.

A ocupação do espaço geográfico betinense, na direção leste, região dos bairros Embiruçu, PTB, Jardim Terezópolis, compõe-se de uma população operária, bastante heterogênea sob o ponto de vista da origem, e que apresenta um nível socioeconômico baixo, incluindo-se aqueles poucos que trabalham nas indústrias locais. Constituinte grande parte do excedente de mão de obra que não consegue emprego regular no município, vinculam-se aos mercados de trabalho esporádicos e sub-remunerados que se disseminam na região metropolitana.

A relativa “autonomia”⁴⁵ desses novos aglomerados que surgem nas proximidades dos bairros de ocupação mais antiga decorre tanto da sua distância e desarticulação em relação ao centro tradicional da cidade, quanto das especificidades das tradições e costumes culturais da população majoritária de migrantes que os compõem. As condições

⁴⁵ Entenda-se autonomia como a expressão da relativa capacidade dos aglomerados periféricos em se proverem, minimamente, daqueles serviços e comércio que garantem as necessidades do dia-a-dia, sem precisar recorrer aos estabelecimentos do centro tradicional, melhor equipado.

físico-ambientais dos aglomerados são precárias, refletindo-se no baixo índice de serviços e equipamentos urbanos existentes.

O processo de favelização evidencia-se na região em torno do Distrito Industrial, intensificando-se durante as décadas de 70 e 80. A favela do Jardim Terezópolis, por exemplo, que se instala em área de loteamento produzido ainda na década de 50, expande-se nos anos 70 com a implantação da FIAT, e apresenta alta densidade populacional nos últimos anos (CEURB, 1994: 9).

No início da década de 90, a população de Betim já ocupa a terceira posição dentro da RMBH, superada apenas por Contagem, em segundo, e Belo Horizonte, confirmando a capacidade atrativa gerada pela região industrial. No entanto, se nos lembramos de que os trabalhadores do setor industrial moderno, em sua maioria, provêm de fora do município, este pode ser caracterizado como *“local de base econômica industrial e de moradia da força de trabalho empregada ou subempregada em outros setores da economia local e de outras cidades da região metropolitana”* (ROCHA e COSTA, 1997: 563). A industrialização em Betim não significou a massificação de empregos; ao contrário, o contingente migratório foi muito superior à real oferta de colocações, sem contar as restrições quanto à qualificação de mão de obra.

TABELA I						
BETIM – POPULAÇÃO – 1940 a 1990						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Sede – Betim	10.838	16.376	14.864	37.815	84.183	171.237
Campanha	1.376	-	-	-	-	-
Contagem	3.462	-	-	-	-	-
Ibirité	1.452	1.221	-	-	-	-
Neves	2.802	-	-	-	-	-
Sarzedo	-	291	-	-	-	-
Total	19.930	17.888	14.864	37.815	84.183	171.237

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991.

Os distritos de Campanha, Contagem, Ibirité, Neves e Sarzedo foram desmembrados de Betim, a partir dos anos 40.

TABELA II								
BETIM – POPULAÇÃO RESIDENTE – 1960 a 1990								
ZONA	HABITANTES							
	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%
Urbana	3.688	25	17.536	46	76.801	91	162.462	95
Rural	11.176	75	20.279	54	7.382	9	8.775	5
Total	14.864	100	37.815	100	84.183	100	171.237	100

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991

TABELA III		
BETIM – TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO 1940 a 1991		
DÉCADAS	POPULAÇÃO	TAXA CRESCIMENTO (%)
1940	10.838	-
1950	16.376	4,2
1960	14.864	- 1,0
1970	37.815	9,8
1980	84.183	8,3
1990	171.237	6,7

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991

TABELA IV			
BELO HORIZONTE – POPULAÇÃO – 1970 a 2001			
ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	1.228.342	6.688	1.235.030
1980	1.775.082	5.773	1.780.855
1991	2.013.257	6.904	2.020.161
2000(1)			2.154.161

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
(1)2000: Dados preliminares

TABELA V			
POPULAÇÃO - TAXA DE CRESCIMENTO (%)			
	1970 / 1980	1980 / 1991	1991 / 2000
RMBH	4,73	2,54	2,34
Belo Horizonte	3,73	1,15	1,11
Outras Cidades da RMBH	7,45	5,11	3,9

Fonte: IBGE: Censos Demográficos / Cedeplar / UFMG

As tabelas acima indicam o crescimento de população na RMBH, Belo Horizonte e no município de Betim. Entre o período compreendido entre os anos 60 e o início da década de 90, a população de Betim total aumenta em mais de dez vezes, aumento este que se dá predominantemente em direção à área urbana. Comparada com a atual taxa de crescimento da RMBH, e, principalmente com a média relativa ao conjunto das demais cidades da RMBH, Betim ainda apresenta um índice expressivo de crescimento.

TABELA VI			
POPULAÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO REGIONAL – BETIM			
REGIONAL	1991	1995	TAXA CRESCIMENTO (%)
Citrolândia	9.238	12.880	8,6
Terezópolis	26.466	33.666	5,7
PTB	10.807	22.755	20,5
Alterosas	28.106	48.295	14,5
Norte	10.177	21.250	20,0
Vianópolis	3.988	5.137	6,4
Sede / Bandeirinhas	46.486	52.210	3,0
Imbiruçu	29.804	38.360	6,5

Fonte: Prefeitura Municipal de Betim

Considerando-se apenas o próprio território de Betim, observa-se que a taxa de crescimento populacional apresenta variações, conforme a região do município (TABELA VI). Na década de 90, verifica-se que as maiores taxas vão ocorrer na região do PTB, norte e Alterosas. O PTB, até meados dessa mesma década registrava as áreas maiores desocupadas na porção leste da periferia industrial, sendo, pois, aceitável que apresente uma taxa de crescimento populacional maior que as demais áreas do Imbiruçu e Terezópolis, mais adensadas. A região norte, apresenta um pequeno núcleo de urbanização – o bairro Icaivera, e seu crescimento está provavelmente relacionado com a expansão urbana de Contagem (ASSIS, 1997: 101). E a região de Alterosas, englobando os bairros Jardim das Alterosas, Niterói e Espírito Santo, onde se verifica a concentração de atividades diversificadas, parecer surgir ultimamente como alternativa de fixação da população entre a região dinamizada pelo centro e a dinamizada pela indústria.

Se a industrialização, por seu lado, significa a definitiva inserção do município dentro do projeto de modernização e desenvolvimento econômico nacional, a intensificação do movimento migratório concorre para a periferização acelerada e sem

controle do território de Betim. Como iniciativas originadas externamente, alheias às necessidades e condições internas, esses processos consubstanciam-se em impactos que a cidade não absorve. Conseqüentemente, exacerba-se a dualidade centro-periferia, ao longo das décadas de 70 e 80 ⁴⁶, quando a administração municipal se dá conta de que é necessária a implementação de outros mecanismos visando controlar a aceleração do ritmo de ocupação das áreas ao longo do vetor leste, na região das indústrias. Transformado em grande núcleo industrial, por força dos arranjos políticos externos ao município (União, Estado), pode-se dizer que Betim, atualmente, concentra em seu território “*forças em competição que tendem a afirmar a relativa autonomia local através da convergência para o centro histórico, e processos supra-locais que atuam sobre a formação do espaço: indústria, lazer, periferização*” (CEURB, 1994: 2).

“... todos disputam proximidade ao centro urbano, mesmo que se localizem na mais longínqua periferia.” Essa afirmação de VILLAÇA (1998: 330) sintetiza o agressivo processo de localização industrial em Betim. Em primeiro lugar, a localização das indústrias de porte (FIAT, FMB, e outras) é decidida a partir da proximidade com o centro metropolitano - Belo Horizonte, e Contagem, e paralela e simultaneamente, pelo conjunto de facilidades físicas e fiscais oferecidas pelo Estado. O que nos leva a pensar na conseqüente “fragmentação” que é imposta ao território municipal, na medida em que não são consideradas as (frágeis) redes de articulação interna e as especificidades da ocupação existente.

Nesse sentido, tanto no período relativo à mudança da capital do Estado como durante a “nova industrialização mineira”, Betim vê repercutir, dentro de seu próprio território, os impactos decorrentes daquela “ordem distante” enunciada por Lefèbvre⁴⁷. Ainda, SANTOS (1982: 97) muito propriamente observa que, no que se refere às cidades da periferia industrial metropolitana estas “renascem”, a partir de um dado momento da trajetória econômica do país, por força de determinações e investimentos de origem externa, cujos impactos sobre a estrutura urbana e social preexistente contribuem ainda mais para a desarticulação do seu território.

Nesse sentido, a (re)estruturação espacial da cidade reproduz o padrão de

⁴⁶A esse respeito, ver Relatório do CEURB (1995: 12)

⁴⁷ Cf. LEFÈBVRE, 1969, 1973 apud RODRIGUES.

concentração – dispersão derivado do modo de acumulação capitalista, gerador de espaços descontínuos e fragmentados. A região leste - nordeste do município é representativa desse padrão de desarticulação em relação ao centro, caracterizando-se como extensão da periferia metropolitana ⁴⁸. A presença de barreiras físicas, representadas sobretudo pelos eixos viários – a ferrovia e as rodovias – e fundos de vale não tratados, que se comportam como elementos inibidores da articulação e acessibilidade entre as regiões situadas em lados opostos de suas margens, contribui para a segmentação do território.

É preciso ressaltar que, nas primeiras décadas do século, Betim já sofrera os impactos derivados da intervenção direta do Estado no seu território, através da implantação da Colônia Santa Izabel (fundada em 1922) para o isolamento e tratamento dos hansenianos. A situação de preconceito e exclusão social, então vigente, em relação aos doentes e suas famílias, faz com estas procurem moradia nas proximidades da colônia, surgindo então os bairros que compõem a região conhecida como Citrolândia. De início, sem nenhuma articulação com a cidade, hoje já apresenta um certo grau de integração, através da malha urbana que dá acesso ao centro tradicional. Na última década, observa-se uma tendência de maior urbanização da região, aumentando-se o índice de ocupação. A duplicação prevista da BR-381 tende a acentuar a expansão dessa região.

Betim, pois, caracteriza-se por apresentar um tecido urbano marcado pela existência de vários centros (policentralidade), em parte derivados desse processo segmentado de formação do município, os adensamentos ocorrendo, principalmente, em função de demandas originadas a partir de apropriações por agentes externos. Esses centros, devido à grande extensão da área e à desarticulação que marca o espaço do município - seja pelas barreiras físicas naturais ou construídas, seja pela descontinuidade do tecido urbano -, não se constituem certamente numa rede, embora identifique-se a preeminência do centro tradicional. Este constitui-se na principal referência da cidade, onde se localizam sua sede administrativa, equipamentos de lazer e de cultura mais importantes, referências simbólicas mais fortes e a principal concentração de comércio e de serviços do município.

⁴⁸ Outros núcleos urbanos situam-se nas regiões norte, oeste e parte do sul do município, mantendo relações diferenciadas com o núcleo tradicional, central. São eles os núcleos de Vianópolis, Icaivera, Petrovale, Marimbá, Santo Afonso e Bandeirinhas.

2. 3. 1. O espaço urbano de Betim: uma síntese

“se todos [os espaços] vêm sendo produzidos num mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico - os últimos 150 anos - sob um mesmo modo de produção, através das mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver muito em comum entre seus espaços” (VILLAÇA, 1998: 11).

O caso da cidade de Betim é exemplar, evidenciando o quão rapidamente as estruturas da cidade antiga são suplantadas pelas políticas de industrialização – cuja origem e gestão situam-se fora do âmbito municipal – gerando visíveis desequilíbrios no tecido urbano-social. Nesse processo, evidencia-se o fraco poder de barganha dos governos locais, periféricos, face à extrema centralização do poder e dos recursos pelo Estado, no período que se segue ao golpe militar de 64.

O núcleo inicial constitui-se como o espaço do poder local, que articula o centro tradicional e os bairros mais antigos, inclusive o antigo setor industrial do Decamão-Cachoeira. Na extensão do eixo ferroviário, próximo à Contagem, configura-se o pólo industrial moderno capitaneado pela implantação da FIAT e da REGAP, onde se organizam diversos assentamentos, cuja origem percorre o espectro que vai da invasão ao conjunto habitacional financiado. O eixo metropolitano leste-oeste – elemento urbano estratégico⁴⁹ nascido da apropriação funcional das faixas lindeiras existentes ao nível dos córregos e ribeirões e que articula boa parte dos municípios da Grande BH – interliga esses dois polos do município e articula-os com a rede nacional, através das rodovias BR-262 e BR-381.

Recordemo-nos, ainda, de que, na década de 30, também prevaleceram as decisões e planos originados de dentro de um Estado centralizado e corporativista, quando são criadas as colônias e sanatórios para internamento de leprosos. Ao não considerar a dimensão e os impactos sociais de tal medida, o governo criou, de fato, as bases para um padrão que se repetiria em vários lugares: a colônia planejada e isolada, e, no seu entorno, as ocupações desordenadas e sem controle por parte da população que se viu alijada dos

⁴⁹ A potencialidade do eixo metropolitano leste oeste da RMBH ainda está por ser devidamente explorada. As sucessivas paralisações das obras do trem metropolitano e a desagregação dos serviços ferroviários de transporte de passageiros há mais de duas décadas, contribui para a depreciação dessa faixa estratégica que atravessa vários municípios. Tanto os aspectos da acessibilidade e da inserção de novos equipamentos urbanos, de interesse social e cultural, como os interesses ligados ao turismo ecológico, podem ser acuradamente contemplados num projeto de requalificação ambiental, necessariamente integrando as necessidades e de mandas ao nível metropolitano e dos municípios.

meios de se manter nos seus locais de origem, dado o relativo desconhecimento sobre as formas de contágio da doença e do preconceito disseminado entre a sociedade da época. A região que compreende Santa Izabel e Citrolândia constitui um testemunho desse período, que somente neste final de século começa a vislumbrar novas perspectivas de inserção e crescimento mais adequado.

A forma polinucleada ⁵⁰ ou “policentralizada” que a cidade assume, onde núcleos cultural e economicamente diversos tentam afirmar-se, relativamente isolados, segundo a sua própria (in)capacidade de inserção nas redes que conformam o espaço, constitui a realidade mesma da fragmentação urbana e social da pós-modernidade apontada por David Harvey (1996). Essa fragmentação, percebida na diversidade dos pontos de concentração que compõem o tecido urbano de Betim, conformou-se a partir da fricção entre forças de estruturação de origem e escalas diferentes - local e metropolitana (esta última representativa da “racionalidade” que instrumentaliza o território nacional, via Estado, a ordem distante) – produzindo universos também diferenciados, como:

- A região que se define a partir das articulações (físicas e simbólicas) com o centro local, tradicional, cujas origens são conformadas no século XVIII, a partir da qual se estrutura a área reconhecida como “Betim” (a “Capela Nova”, como dizem os habitantes locais mais antigos, e que se referenciam pela simbologia construída desde o antigo arraial e distrito).

- O tecido urbano fragmentado de que se constituem os bairros periféricos, assentamentos cuja articulação se faz em função e ao longo das vias principais de acesso e nas proximidades das indústrias. Ressalte-se, ainda, a ocupação que vai preenchendo os vazios, nos últimos anos, principalmente na região do Imbiruçu e, agora, no PTB. Estes são espaços onde se evidencia, principalmente, a predominância e a capacidade (re)estruturadora das ações de caráter metropolitano (externo).

- Regiões que se desenvolveram e ainda apresentam um processo de desenvolvimento relativamente isolado em relação ao contexto geral do município (Citrolândia, Vianópolis, Icaivera, Petrovale, Marimbá, Santo Afonso e Bandeirinhas). Na direção sudoeste, numa forma de ocupação desordenada, expande-se a região de Citrolândia, a partir do núcleo planejado da Colônia Santa Izabel, fundada em 1922 para o internamento dos doentes da lepra. Citrolândia surge como reação à política segregadora imposta pela ótica sanitária

⁵⁰ Cf. VILLAÇA, 1998: 245.

do governo nas primeiras décadas do século.

- Ainda, é preciso apontar a região a mancha onde se constituem os bairros Jardim das Alterosas e Espírito Santo, desenvolvendo-se entre o vetor de expansão do centro local e a área do Imbiruçu, e, hoje, em franco processo de adensamento. Para alguns setores da administração local, essa região pode se constituir no futuro “novo centro” da municipalidade, estratégia que combinaria as necessidades de preservação e ordenação do centro tradicional e um melhor nível de integração com a região industrial, a leste⁵¹. Talvez, mesmo por se situar em posição intermediária, essa região apresenta uma estrutura marcada tanto pelas forças de âmbito local como metropolitanas.

Entre o centro tradicional e a região das periferias metropolitanas, desenrolam-se os processos de concentração - dispersão e de segregação social do espaço, característicos do padrão de relação centro - periferia. A acessibilidade desigual da população em relação aos serviços e equipamentos urbanos constitui um reflexo desse padrão de diferenciação.

A cidade colonial que teve a maioria de seus elementos arrasados, pouco restando para testemunhar sobre essa fase de sua evolução, também é a cidade de espaços planejados – Santa Izabel, FIAT, etc. -, aos quais se justapõem extensas áreas não planejadas. O tecido urbano de Betim lembra a imagem de um “mosaico”, onde as peças se relacionam por justaposição, mais do que por integração.

Na atualidade, nada indica uma reversão desse movimento de densificação da periferia metropolitana dinamizada pela indústria. Ao contrário, um dado importante a ser considerado refere-se à taxa de crescimento de Betim, que se mantém relativamente alta, mesmo em comparação com as taxas observadas para o estado e o conjunto da região metropolitana. O que confirma o grau de atratividade que o município continua a apresentar, malgrado as condições gerais da economia do país. Isto tanto pode ser interpretado tanto como resultado de uma relativa “facilidade” do acesso à terra – aos mais pobres, a terra mais barata torna-se possível através da estratégia das invasões e ocupações clandestinas – quanto do apelo representado pela possibilidade do emprego (ou subemprego), conforme o depoimento do funcionário da Regional Imbiruçu.

⁵¹ Em 1999 foi contratado pela Prefeitura Municipal um projeto arquitetônico, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, para o novo Paço Municipal de Betim.

Ainda com relação à observação feita no parágrafo acima, observe-se que a tabela VII apresenta a população total residente e a taxa de crescimento anual, por municípios e unidades da federação, no período de 1996 a 2000. A taxa de crescimento de Betim, embora apresentando queda significativa em relação aos períodos anteriores, ainda se mantém bastante alta, considerada as taxas encontradas para o estado (média das taxas de crescimento dos municípios) e para Belo Horizonte, de acordo com o Censo de 2000.

TABELA VII						
Unidades da Federação e Municípios	Código da UF e Município	População residente				Taxa de crescimento anual (%)
		Em 01.08.1996	Em 01.08.2000			
			Total	Urbana	Rural	
Minas Gerais	310000	16672613	17835488	146232990	3211498	1,70
Belo Horizonte	310620	2091371	2229697	2229697	0	1,61
Betim	310670	249451	303588	295480	8108	5,03

Fontes: IBGE. Contagem da População 1996 e Censo Demográfico 2000.

Em 1981, eram 43.965 novos habitantes em Betim, migrantes oriundos de todas as regiões do país. Dentre eles, 38.061 eram originários de outras cidades de Minas Gerais (IBGE, cidades@, Censo 2000). Estes números são significativos se consideramos a população atual do município (TABELA VII). Ainda, se comparamos com os dados relativos ao grau de instrução dos chefes de família por domicílio, o percentual maior é composto por pessoas com um baixo nível de escolaridade (até 4 anos de estudo), ou seja, 15.803 em um total de 61.288 unidades domiciliares registradas (25,78%). Este dado reforça a percepção da disponibilidade maior de mão de obra com pouca ou nenhuma qualificação que se dirige ao município. O número de domicílios onde se registram chefes de família com mais de 11 anos de estudo alcança 6.172 (10,07%), sendo que apenas 662 estão na faixa mais elevada de instrução (1,08%) (IBGE, cidades@, Dados trabalhados).

TABELA VIII	
POPULAÇÃO OCUPADA EM BETIM	
UNIDADES LOCAIS – FUNDADAS ATÉ	PESSOAS OCUPADAS
TOTAL	59.326
Até 1969	3.513
Entre 1970 e 1974	27.455
Entre 1975 e 1979	2.302
Entre 1980 e 1984	4.535
Entre 1985 e 1989	4.561
Entre 1990 e 1994	11.409
De 1995 em diante	5.551

Fonte: IBGE, cidades@

TABELA IX	
BETIM – PESSOAS OCUPADAS POR ATIVIDADE	
ATIVIDADES	PESSOAS OCUPADAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, e extração florestal	232
Comércio; reparação de veículos automotivos; objetos pessoais e domésticos	7.791
Indústrias de transformação	31.378
Construção	1.729
Alojamento e alimentação	1.250
Transporte, armazenagem e comunicações	5.075
Imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresas	1.170
Administração pública, defesa e seguridade social	8.030
Educação	445
Saúde e serviços sociais	303
Outros serviços	1.295

Fonte: IBGE, cidades@, Censo 2000

Na tabela VIII, verifica-se que entre 1970 e 1974 deu-se a maior ocorrência de pessoas empregadas nas unidades locais de produção, o que coincide com o período de instalação da FIAT e de suas subsidiárias, e da confiança generalizada nos investimentos industriais. Segue-se, porém, um período de declínio no número de pessoas ocupadas nas unidades locais até meados da década de 80. A partir de 1990, inicia-se um processo de recuperação no emprego. É quando, justamente, ocorre o reaquecimento do mercado, após a crise dos anos 80. Nesse período são instaladas novas indústrias em Betim, possivelmente incentivadas pelo anúncio da duplicação da BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo (ASSIS, 1997: 61).

Também é evidente o predomínio das pessoas ocupadas nas atividades ligadas às indústrias de transformação nas unidades locais, conforme indicam os dados do Censo 2000. O que está intimamente relacionado com o aumento de população na periferia industrial, verificado principalmente na região do PTB. Ainda, é preciso considerar os impactos da implantação da chamada “Alça” da BR-381 – tanto do ponto de vista da instalação de novas indústrias quanto do aumento de população -, cujo desvio do leito atual da rodovia permitirá maior articulação entre a região leste de Betim e o centro tradicional.

TABELA X			
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL BELO HORIZONTE			
1995-1999			
ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
1995	1.028.598.217	142.540.077	1.171.138.294
1996	1.322.232.690	289.674.923	1.611.907.613
1997	1.378.542.399	321.337.812	1.699.880.211
1998	1.567.173.708	310.359.209	1.877.532.917
1999	1.905.327.374	341.886.967	2.247.214.341

TABELA X

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

1995-1999 : reais correntes

TABELA XI			
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL BETIM			
1995-1999			
ANOS	ICMS	OUTRO	TOTAL
1995	1.028.598.217	6.777.963	613.317.395
1996	1.322.232.690	11.196.929	737.735.321
1997	1.378.542.399	12.283.728	843.440.410
1998	1.567.173.708	16.346.385	815.308.457
1999	1.905.327.374	17.230.173	982.542.808

TABELA XI

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

1995-1999 : reais correntes

Quando comparamos o quadro de receitas municipais, verificamos que, em face da arrecadação da capital do Estado, Betim apresenta uma performance apreciável, ocupando a terceira posição após Contagem. E, no entanto, é um município cuja população encontra-se em estado majoritário de pobreza, onde a renda média dos chefes de família é de 2,5 salários mínimos (CEURB, 1995: 17), o que, por seu lado, também indica que o processo de industrialização, inserindo-se dentro do modelo da acumulação do capital, não serviu à elevação geral dos padrões de vida.

Na tentativa de promover a melhoria das condições urbano-sociais do município e contrabalançar as desigualdades, o poder público local não apenas reconhece mas também propõe-se a estimular o desenvolvimento dos centros, ou sub-centros, “*reforçando a policentralidade da cidade e articulá-los entre si e aos bairros, como forma de facilitar o acesso da população a serviços, diversificar o espaço urbano, [...] diminuir as necessidades de deslocamentos urbanos.*” (BETIM, 1996: 16).

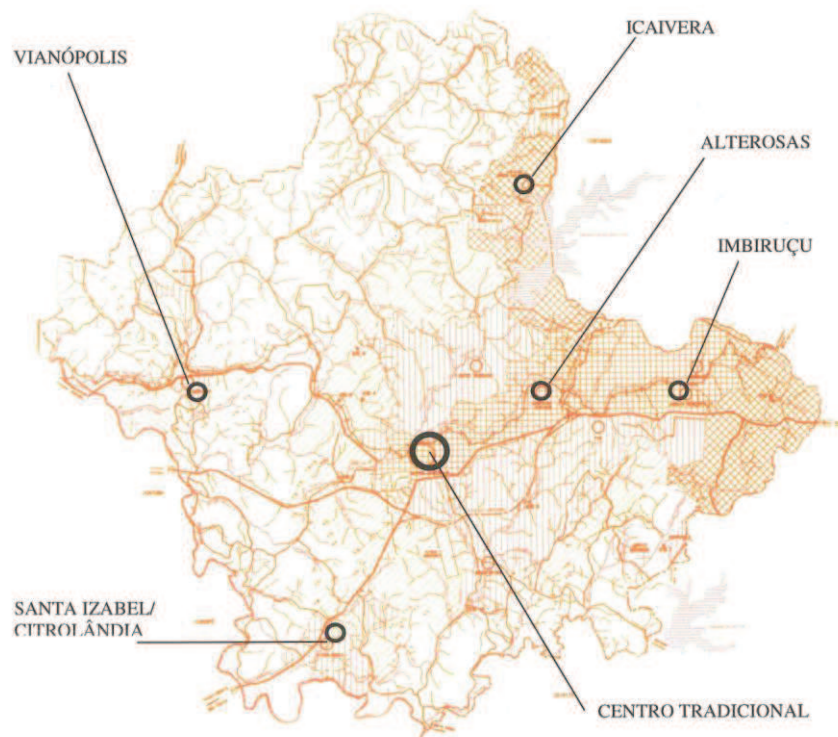


FIG. 5

Núcleos de adensamento de Betim:

- Centro Tradicional

- Imbiruçu – Terezópolis – PTB: expansão da periferia industrial

- Santa Izabel – Citrolândia

- Alterosas

- Núcleos rurais: Icaivera, Vianópolis, Petrovale, Santo Afonso, Marimbá. Fonte: Prefeitura Municipal de Betim

3. A CIDADE POLINUCLEADA

*“Não é muito fácil demarcar as áreas centrais, formalizar seus limites ... [...] A noção de centralidade, mais que espaço concreto, está na cabeça das pessoas. [...] O centro é o lugar em que está a animação e a agitação, onde ocorrem mudanças. [...] está associado às noções de cruzamento de ruas, praça e mercado”.*¹

A ideia de centro urbano, segundo CASTELLS (1984: 189) agrega, além da simultaneidade dos aspectos geográfico e social, o fator de multifuncionalidade que, em comparação com outros lugares, apresenta-se na forma mais ampla e complexa. Admitindo que pode haver *“muitos centros a níveis diferentes”*, identifica-se como o fator comum a todos eles a qualidade do Castells chama de *“comunicação funcional”*, o que torna possível a relação daqueles com *“o conjunto do organismo metropolitano”* (CASTELLS, 1984: 189).

Seguindo essa linha de raciocínio, tanto mais central será este espaço quanto mais competitivo se apresentar em relação a outros centros, em termos da quantidade e qualidade dos serviços e atividades que ali se desenvolvam. Ainda, a identificação dos segmentos da população com o plano da localização geográfica, possibilita o enraizamento e a sociabilidade, a construção paulatina dos elementos representativos da vida em sociedade, conferindo-lhes profundidade na dimensão cultural e simbólica.

Na outra ponta, o espaço periférico situar-se-ia na condição mesma da relativa incapacidade funcional ou relacional, considerando os espaços centrais. Explicando melhor, por sua constituição em geral carente de infraestrutura e serviços urbanos básicos, a periferia caracteriza-se como espaço onde se dá a ausência de alternativas, dependentes, portanto, de estruturas cujo nível de decisão e controle não passa pelos segmentos sociais locais. Ou, como diz BRUZZI (1997: 76), constituem *“... bolsões ainda largamente pré-capitalistas, onde a ausência do direito à ‘parole’ (fala) e ao discurso demonstra uma enorme restrição no direito de participação da pólis”*.

Reportando-nos à afirmativa de Lefèbvre de que o espaço *“... sempre foi político e*

¹ SANTOS, 1986: 29. In: TURKIENICZ e MALTA, 1986.

estratégico” (citado por SOJA, 1993: 102), de que a sua formação (organização, do ponto de vista do trabalho humano deliberado) se faz “... *a partir de elementos históricos e naturais*”, mas dentro de um processo político sendo, portanto, “*um produto literalmente repleto de ideologias*” (SOJA, 1993: 102)², entendemos que tanto o espaço multifuncional complexo dos centros urbanos quanto o espaço fragmentado e carente da periferia urbana são as duas “faces” da mesma relação de produção. Ou, as desigualdades espaciais inserem-se na mesma lógica que rege e busca a homogeneidade nas relações de produção do sistema capitalista.

Assim, o “*lugar da exclusão e dos elementos segregados: os trabalhadores, as fábricas, as prisões, os depósitos,...*” (MONTE-MÓR, 1997: 481-482), não o é apenas e por simples reflexo da estrutura social mas, sim, e tal como os espaços centrais urbanos, a “*expressão concreta de uma combinação de instâncias, um ‘conjunto histórico’ de elementos e influências materiais em interação*” (SOJA, 1993: 106). Portanto, não é por acaso que também ali se insere o lugar da exclusão planejada, intencionalmente implantada em situação periférica – com relação à capital do estado e ao próprio centro do município -, planejamento (racionalidade e funcionalidade objetivadas) a serviço do isolamento (o tornar distante do centro: periferização) daquela parte do corpo social considerada como um risco à sociedade “sadia”, os internos da Colônia Santa Isabel.

E, relativamente, voltando ao início de nossa argumentação, também no universo historicamente carente dos espaços “*ligados à esfera da produção*” (COSTA, 2000: 401), identificamos “centros” ou subcentros”, onde verifica-se a concentração de atividades e serviços de caráter estritamente cotidiano, e portanto de pouca expressão econômica, que acaba por conformar uma espacialidade referencial, dado o contexto das necessidades locais. Em geral, entre as comunidades de mais baixa renda, observa-se a tendência das atividades de comércio e serviços, que atendem às necessidades do dia-a-dia, serem prestadas pelos próprios moradores, como forma de ganho suplementar, como aponta CAMPOS (1989: 116).

Em Betim, portanto, a decisão de uma nova localização estratégica da indústria nos anos 70, dentro do contexto ideológico da época, impõe-se sobre os vestígios de uma paisagem ainda semi-rural, criando uma nova espacialidade que expressa, em si mesma, as

² Cf. LEFEBVRE, 1976b, 31.

contradições do modo de produção. De um lado, a fábrica – estrutura planejada e racional segundo as exigências do meio técnico-científico -, cuja articulação se dá ao nível da metrópole³ (constituindo-se um novo centro, portanto, em termos da rede macro de produção), do outro, a ocupação desordenada e fora de controle pela população que se instala na vizinhança imediata e desprovida de infraestruturas as mais básicas.

Desse modo, a “nova cidade” (RODRIGUES, 1983: 107) conforma-se na periferia metropolitana a partir da implantação das unidades produtivas que se concentram em Betim, polarizando e tensionando o território municipal por força da atratividade da indústria e das expectativas geradas por ela – emprego, casa própria. A cidade velha, ao contrário, não é incluída nas prioridades que norteiam o projeto de desenvolvimento econômico: o centro tradicional remanesce como nível político administrativo local, porém, incapaz de controlar os processos de adensamento e pressões por insumos urbanos que se desenrolam no seu próprio território. Se, num primeiro momento, a euforia associada à inserção do município dentro do projeto de desenvolvimento nacional oblitera a análise sobre as transformações em processo, posteriormente, a realidade crua da não-integração dos espaços, o aprofundamento das desigualdades urbano-sociais e da perda iminente daquela “*densidade implícita na vida coletiva*” (SEGRE, 1991: 283) que caracteriza as centralidades, obriga a administração local a buscar novos rumos, face às mudanças que vão se impondo a partir da reorientação econômica global dos anos 90.

Flávio VILLAÇA (1998: 245) usa o termo “polinucleado” no sentido de vários centros (grifo do autor) que apresentam menor diferencial entre si e o centro principal. Assim, a polinucleação atua no sentido do “*enfraquecimento dos centros principais como aglutinadores do espaço metropolitano*”. Esta situação, comum nos assentamentos metropolitanos americanos, aplica-se aos lugares onde “*o crescimento espacial não se faz mais a partir de um centro hegemônico. No entanto, apesar disso, existe um, e apenas um, que é o centro principal*”⁴. O autor define subcentros como aquelas “*aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal*” (VILLAÇA, 1998: 293).

³ De acordo com uma entrevista realizada com um funcionário da FIAT, quando da implantação da unidade produtiva em Betim, o município, como território autônomo, “... não foi chamado ao processo” (ROCHA e COSTA, 1995: 568).

⁴ Cf. GOTTDIENER, 1985. Citado por VILLAÇA, 1998: 245.

No caso brasileiro, talvez seja prematuro falar de um enfraquecimento dos centros “principais”, sendo que estes – os centros, renovados ou não, mas ainda perpetuando-se naqueles espaços tradicionais -, continuam a apresentar as maiores capacidades de atração e fixação para uma variedade de novos investimentos, sem dúvida devido ao potencial representado pela infraestrutura instalada. Mais especificamente no caso em estudo, parece-nos que os centros (ou subcentros, dependendo da relação que se estabelece com o centro tradicional), aqui apontados, o são na medida em que constituem, uns mais, outros menos, pontos de maior ocorrência de facilidades urbanas que se traduzem na existência de arruamentos e infraestrutura, comércio e serviços, equipamentos sociais e culturais. Ainda mais, principalmente com relação aos centros do Imbiruçu e Santa Izabel, que na sua origem vinculam-se a decisões de âmbito não local, não municipal, enfim, externos.

Sobre os centros tradicionais “não planejados” podemos dizer que se referem àqueles com um mínimo de normas relativamente à ocupação - considerando que algum grau de planejamento sempre há -, onde identificamos a acomodação "espontânea" às imposições do sítio e processos que deixam em aberto as disputas pelas rentabilidades fundiárias, pelo menos, até recentemente, antes da obrigatoriedade de implementarem os planos diretores em cidades com mais de 20.000 habitantes. Jean Jacques GRANELLE (1981: 43) entende que o mercado seria aquela instância que contraria, em princípio, o plano urbano, embora não possa responder sozinha pela regulação dos recursos no meio urbano, *“pois que a cidade é geradora, de um lado, de efeitos externos e, de outro, de bens públicos, cuja regularização, pelo mercado sempre foi insuficiente”*.

Na cidade planejada, ao contrário, o plano antecede e impõe-se através dos modelos de uso e ocupação, que não refletem necessariamente as condições e expectativas do mercado e / ou da população. Em geral, quando se trata de regular os modos de apropriação da terra, o plano entra em choque com as estratégias do mercado, francamente orientadas para a maximização do lucro. Uma questão que se coloca, então, é a real capacidade dos mecanismos reguladores públicos equilibrarem a característica especulativa do mercado, seja antecipando-se na proposição reguladora dos espaços estratégicos – o que, por si só, não é suficiente para evitar os conflitos -, seja através de novos formatos de gestão pública, capazes de incorporar tanto os segmentos de mercado quanto as associações organizadas de cidadãos, como parceiros naquelas intervenções tidas como

estratégicas para o desenvolvimento saudável da cidade⁵.

3. 1. Centro Tradicional: ‘*Capela Nova*’ ou centro da cidade industrial moderna?

“Não existe realidade urbana sem um centro: comercial, simbólico, de informações, de decisão, etc.” (LEFÈBVRE, 1972: 206, apud VILLAÇA, 1998: 237).

O limite oficial que abrange a região do centro propriamente dito ou a Sede de Betim, compreende a área situada entre avenida Amazonas, rua Belo Horizonte, avenida Pará de Minas e a BR-381/262, numa faixa que vai do bairro Brasília até a região do bairro Filadélfia. Seus principais eixos de estruturação interna, ao longo dos quais se desenvolve o centro são a avenida Amazonas, as avenidas Juscelino Kubitschek, Benedito Valadares, Nossa Senhora do Carmo e a avenida das Américas (CEURB, 1994: 17). A estes acrescenta-se a avenida Governador Valadares – um dos segmentos do eixo de ocupação mais antigo, o “eixo histórico” –, que se desenvolve na direção Norte-Sul da região central, entre os pontos de cota (865) – no trecho em que articula à rodovia Fernão Dias, e cota (815) – no cruzamento com a avenida Amazonas. Esta interseção define, espacial e simbolicamente, o centro, lugar onde se encontram o caminho principal de Capela Nova e o eixo da aceleração metropolitana.

O centro de Betim constitui, reconhecidamente, um pólo de estruturação do espaço urbano do município, que referencia a região que se articula em seu entorno. Tomada como “Betim”, do ponto de vista da população da periferia – “... lá em Betim tem festas ...”; “... tem ônibus para Betim, Contagem e Belo Horizonte” (ASSIS, 1997: 75)⁶ –, evidencia a substituição do todo pela parte, a partir do contraste entre sua imagem mais “estruturada” e bem servida de equipamentos urbanos básicos e o aspecto de tecido “esgarçado”, que caracteriza a mancha de expansão urbana do município. O centro continua a ser o lugar “...

⁵ As Operações Urbanas, por exemplo, previstas no Plano Diretor de Belo Horizonte.

⁶ A dualidade centro-periferia cabe no estranhamento dessa parte da população que se vê restringida nos aspectos básicos da acessibilidade e dos serviços, no seu cotidiano, como já foi dito anteriormente.

privilegiado das elites locais, é o espaço por excelência da concentração” (CEURB, 1994: 17).

O traçado irregular dessa região, que aproveita e acomoda-se às características da topografia local, resulta numa trama de ruas que mais lembram os caminhos favoráveis à passagem das tropas, percursos feitos de segmentos de retas e curvas combinados segundo ângulos que fogem da ortogonalidade, conformados sobre as antigas “*picadas precárias, que as chuvas a cada ano desfazem*”⁷, passagens do tempo do arraial. São caminhos que configuram lugares, trechos imbuídos de espacialidades, que testemunham estruturas e dinâmicas próprias da cidade, em seu processo de evolução. Nestor Goulart REIS Filho (1968) ressalta que, até o início do século XVIII, a regularidade de traçado era praticamente ausente, mesmo nos maiores centros do Brasil.⁸ Quanto aos núcleos menores, as condições topográficas ditavam a forma como se abriam as ruas, que surgiam mais como ligações entre os pontos de maior importância, sem intenção de ordenação geométrica.

Esta freguezia é hoje só composta do districto da parochia, e a povoação se compõe de 10 ruas, a saber: rua Direita, do Pary, do Córrego do Feijão, dos Pinhões, do Santinho, do Senado, do Hospício, do João Mendes, do Angola e Decamão (SENNA, 1909: 994).

Em 1996, foi desenvolvido e aprovado o Plano Diretor Urbano / Betim-96, quando então definiu-se o perímetro da área denominada Centro Histórico (BETIM, 1996: 16), correspondente à parte mais tradicional da região da Sede.⁹ Através dos inventários realizados sob nossa coordenação em 1998¹⁰, identificamos características que podem estar relacionadas a algumas estruturas remanescentes dos períodos anteriores de evolução da cidade, as quais tomamos, inicialmente, como parâmetros indicativos para definição dos limites do nosso estudo:

- Inicialmente, identifica-se, dentro do traçado urbano existente na área central, a permanência de um “traçado implícito” – porque inferido, ou suposto (pois, na falta de indicações cartográficas, guiamo-nos pelas indicações presentes na literatura relativa a

⁷ Cf. VASCONCELLOS, 1968: 40.

⁸ Cf. REIS F. (1968: 130).

⁹ Área de Interesse Urbanístico - AIU-1 – “as áreas que deverão ser preservadas por seu valor histórico cultural;” (BETIM, 1996: 15).

¹⁰ Cf. RUGANI e CASTRIOTA, 1998. Mimeografado.

práticas e elementos locais, nos registros iconográficos e no testemunho de moradores antigos), o caminho de ligação entre o ponto onde se situava a antiga Igreja Matriz e o rio, e entre este e a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Este “traçado implícito” pode estar relacionado à origem do Arraial da Capela Nova do Betim, basicamente definido pelo eixo descontínuo formado pela avenida Governador Valadares – esta ligando a antiga Matriz de Capela Nova, então situada na atual praça Milton Campos, à Estação Ferroviária – a rua Dr. Gravatá e a rua do Rosário. A identificação foi feita com base em exemplares arquitetônicos antigos ainda remanescentes e de outros, já demolidos, dos quais temos apenas testemunhos documentais.¹¹ Esse eixo “histórico”, digamos assim, é cortado sucessivamente pela avenida Amazonas e pela via férrea – que conformam o eixo Leste-Oeste da expansão metropolitana -, e pelo rio Betim.

- Constata-se a presença de edificações de grande significado do período de transição entre o século XIX e o século XX, e que se constituem, atualmente, em bens culturais tombados, como a Capela de Nossa Senhora do Rosário, o Colégio Comercial Betinense – antigo Grupo Escolar Affonso Penna – e a Estação Ferroviária¹².

- Ainda, situado no ponto de cruzamento dos eixos histórico e de expansão metropolitana, insere-se o monumento simbólico lembrando a passagem do ex-distrito para a condição de município emancipado – o Monumento Comemorativo da Criação do Município de Betim.

- Constata-se a presença de edificações remanescentes do período eclético e art-déco, e algumas dos anos 50, representativas por seu valor arquitetônico isolado - como as citadas acima - ou por seu valor de conjunto urbano - como o casario existente na rua Dr. Gravatá e o conjunto de edificações com características de padrão construtivo moderno, como o existente na rua Rio de Janeiro¹³.

- Um dado de importância estratégica evidencia-se na presença de cobertura vegetal de porte e densidade significativos (vegetação de cerrado e mata galeria) nos quintais dos

¹¹ A antiga matriz de Nossa Senhora do Carmo (já demolida) e a Casa da Cultura, construção do século XVIII, no ponto extremo da avenida ao sul; o Colégio Comercial Betinense, de 1910; o Monumento Comemorativo da Criação do Município, em 1938; o conjunto urbano existente no trecho inicial das ruas Dr. Gravatá e Belo Horizonte; a igreja de Nossa Senhora do Rosário e alguns poucos exemplares remanescentes na própria rua do Rosário.

¹² Bens tombados pelo Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico de Betim, em 1997.

¹³ RUGANI, 1999, Mimeografado Este trabalho apresenta um recorte obtido a partir do inventário, onde se verifica a força da penetração simbólica da ideia de progresso, caracterizada pelo uso popularizado de elementos formais associados ao poder, como a apropriação da forma das colunas do Palácio da Alvorada, em Brasília, livremente usadas nas fachadas de algumas residências.

lotes urbanos da área do centro que se desenvolve no vale do rio Betim, apontando para a permanência de características que antecedem o período da industrialização. Constitui, além disso, indicador seguro de uma alta taxa de permeabilidade do solo e evidente fator de condicionamento climático da região, comparecendo como “*importante traço de sua identidade*” (CEURB, 1994: 18), a ser valorizado e preservado.

- Finalmente, essa área que corresponde ao centro da Sede Administrativa do município vem apresentando evidências de pressões por renovação, tanto em termos de ocupação e uso do solo, visíveis na quantidade de novas construções que vão surgindo em meio à paisagem ainda marcadamente horizontal, quanto por melhorias dos níveis de serviços urbanos.

Assim como as vias, os lotes urbanos do centro tradicional apresentam-se, em geral, irregulares, tanto na forma como na caracterização de divisas e nas suas áreas médias. Tais características decorrem, provavelmente, como consequência do sistema colonial de partição da terra, baseado na concessão de sesmarias que, conforme aponta MARX (1991: 36), gerou um mosaico de pouca exatidão geométrica, resultado das “*superposições de uma gleba sobre a outra, de uma sesmaria sobre a outra*”.

Essa área é marcada pela sucessão colina / vale / colina, que se desenvolve no sentido Norte-Sul, desde a região logo abaixo da praça Milton Campos ao bairro Angola, passando pelo vale do rio Betim, onde está situada a estação ferroviária. As baixas declividades médias permitem a fácil acomodação das vias e dos assentamentos à topografia local, sem a necessidade de cortes significativos no terreno.

O centro tradicional pode ser caracterizado como uma entidade heterogênea, onde as vinculações entre as formas espaciais e culturais se expressam segundo apropriações diversas. Dentro dos seus limites, identificamos áreas que se diferenciam relativamente aos tipos de uso e ocupação do solo, idade das edificações e tempo de permanência dos usos, presença de elementos simbólicos, conteúdos históricos, traçado das vias, pressões urbanas e ambientais que podem ser observadas. Basicamente, percebe-se a existência de três áreas com atributos diferenciados, englobadas dentro do nosso perímetro de estudo, no centro tradicional¹⁴:

¹⁴ Estas áreas também foram identificadas como Sub-área I, Sub-área II e Sub-área III, respectivamente, no IPUC-Betim, já citado neste volume (1998: 70-87).



paralela ao horizonte. Abaixo, no plano inferior da foto, a avenida Juscelino Kubitschek ainda sem pavimentação.

Vista aérea do centro tradicional de Betim, provavelmente da década de 70. A avenida Amazonas aparece como a diagonal maior da foto, e cruza a avenida Governador Valadares, que segue paralela ao horizonte. Abaixo, no plano inferior da foto, a avenida Juscelino Kubitschek ainda sem pavimentação.

- A primeira (sub-área I), que engloba as áreas correspondentes ao entorno do cruzamento da avenida Governador Valadares com a avenida Amazonas, desenvolvendo-se no perímetro conformado pela rua Paulo de Freitas, avenida São Paulo, rua Rio de Janeiro, avenida Juscelino Kubitschek, rua Amélia Barbosa, rua Prof. Clóvis Salgado, rua José Félix, rua Belo Horizonte, rua Mestre Pedro, rua Santa Cruz e avenida Pará de Minas. Constitui o lugar de maior concentração de comércio e serviços, das interfaces principais entre os fluxos municipais e metropolitanos, da concentração dos órgãos e secretarias da Administração Municipal. Sobretudo, é o lugar de afirmação da cidade, através dos símbolos que lá permanecem - o monumento da Emancipação do Município e o Colégio Comercial Betinense ¹⁵.

A avenida Amazonas intervém como o elemento que reordena o espaço da Sede, introduzindo um novo eixo de expansão. Seu prolongamento materializa a influência da capital, os novos fluxos de ideias e de pessoas, 'separando' os bairros e localidades mais antigos de Betim, interligando a indústria local e incipiente às rotas para as grandes cidades. No cruzamento dos dois eixos, avenida Amazonas com avenida Governador Valadares, o monumento comemorativo da emancipação do município, de 1938, funde os tempos que marcam as estruturas básicas de expansão da cidade. ¹⁶

- A segunda (sub-área II), a área compreendida entre as ruas Mestre Pedro, Belo Horizonte, o rio Betim, o contorno da via férrea, avenida Pará de Minas e rua Santa Cruz, fortemente marcada pela presença da Estação Ferroviária e, atualmente, pelas atividades sociais e comerciais que se desenvolvem nas proximidades do Centro de Abastecimento de Betim (CEABE), construído na década de 70, em substituição ao antigo mercado. Nesta área predominam os usos ligados ao abastecimento de gêneros alimentícios (supermercados e mercearias), materiais de construção, pequeno comércio e serviços mais populares.

- E, finalmente, a área compreendida entre o rio Betim e a rua Pequeri, avenida Gabriel Passos, rua Viriato Alexandrino de Melo, rua Raul Saraiva Ribeiro, rua Basileu Guimarães, rua do Rosário, rua São Mateus e avenida Bias Fortes (sub-área III), que se caracteriza pelo predomínio do uso residencial, que tem aumentado nos últimos anos, e pela forte presença referencial da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, elemento representativo de um dos

¹⁵A instalação do Grupo Escolar Afonso Pena, atual Colégio Comercial Betimense representou o coroamento de uma luta pela educação no município. Ver ANEXOS, DOC. 2.

¹⁶ Cf. RUGANI e CASTRIOTA, 1998: 90.

mais fortes componentes da cultura religiosa local, de origem africana, desde o século XIX.

Produzindo configurações distintas dentro de um mesmo universo, a trajetória da ocupação do território betinense se faz segundo a proximidade do rio e das rotas de passagem: de início, o caminho que possibilitava o acesso para as minas, posteriormente a via férrea e a Avenida Amazonas, prenunciando o eixo de expansão metropolitana e a locação do vetor industrial. Por sua vez, essas rotas irão reorientar a ocupação do território no futuro, em diferentes momentos da trajetória política e econômica do país.

Desde a primeira década deste século que teve início, no centro tradicional de Betim, a formação do que Flávio Villaça denomina “*conjunto vale-ferrovia*” (VILLAÇA, 1998: 114)¹⁷, que ao mesmo tempo funciona como barreira, definindo os espaços “do lado de cá” (o lado do centro e da localização das famílias tradicionais) e os espaços “do lado de lá” (fora do centro, lugar da população de baixa renda). É, então, que no espaço compreendido entre o rio e o eixo da ferrovia desenvolve-se um tipo de ocupação característico, com a movimentação comercial comum aos lugares que se dispõem no entorno das estações ferroviárias, os antigos pontos de chegada das cidades. A rua Dr. Gravatá, com o remanescente casario de características ecléticas, preserva ainda um pouco da ambientação surgida naquela época.

Este espaço hoje configura-se como uma “barreira” entre as duas encostas da área central. Observa-se um progressivo “esgarçamento” do tecido urbano à medida que se aproxima dessa faixa de transição, principalmente nas imediações da linha férrea, conjugado a aspectos de degradação e falta de tratamento do meio físico-ambiental. Por outro lado, a construção recente do Shopping Betim junto à avenida Edmea Lazzarotti tende a atuar como fator catalisador de mudanças, atraindo outras atividades para aquela área, gerando uma nova polarização comercial e de serviços. Além disso, o processo atual de transferência do passivo da RFFSA¹⁸ - estações e galpões - pode significar, em curto prazo, a disponibilidade de mais um interessante espaço cultural a ser apropriado pela população, a partir da ação do município.

¹⁷ Embora Villaça desenvolva seu trabalho enfocando as macro-regiões correspondentes às principais metrópoles brasileiras, consideramos que, guardadas as devidas proporções, seria apropriado transpor esta abordagem para os espaços intra-urbanos enfocados em nosso estudo. Conferir em VILLAÇA, 1998.

¹⁸ Os ativos da RFFSA foram comprados pela Rede Ferroviária Centro Atlântica, sendo que o montante passivo acha-se em processo de disponibilização pela RFFSA, através de licitações.

O “lado de cá”, na direção sul, constitui de fato o lugar onde se concentram os bairros das camadas de mais alta renda da sociedade de Betim, principalmente na região articulada pela Praça Milton Campos onde, até fins da década de 60, existiu a antiga Matriz de Nossa Senhora do Monte do Carmo – Capela Velha -, e pela avenida Governador Valadares, no seu trecho de cota mais elevada. Nos últimos anos, essa região tem sido objeto de renovada atenção por parte da administração local, inclusive recebendo intervenções de relativo porte, como a obra de alargamento do “calçadão” na avenida Governador Valadares, e o recente concurso para escolha de projeto arquitetônico de implantação de um monumento à memória de Betim, na Praça Milton Campos ¹⁹.

Ainda sobre o “lado de cá”, em Betim, não se pode deixar de lembrar Murilo Marx. Ao abordar a importância da localização proeminente dos estabelecimentos religiosos na conformação dos aglomerados no período colonial, o autor aponta de como a escolha de um sítio de topografia privilegiada muito contribuiu para a permanência dos seus significados e para a valorização das áreas à sua volta, mesmo com a secularização acentuada a partir de fins do século passado e a perda relativa da influência da Igreja. “*O ponto privilegiado topográfico já estará ocupado, a área mais prestigiada do lugar definida, o largo principal constituído...*” (MARX,1999: 12).

A influência dos locais de devoção religiosa exerce-se fortemente sobre as aglomerações, a partir das próprias exigências para a implantação dos lugares sagrados, conforme lemos na obra citada do mesmo autor, que aborda um aspecto do texto da constituição 687 do Direito Canônico:

Conforme direito Canônico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sordidos... (MARX, 1991: 23).

O cumprimento desse preceito eclesiástico, portanto, conferiu um princípio de organização aos povoados da colônia desde os seus primórdios, através da exploração dos pontos altos do sítio para a localização privilegiada das capelas e igrejas. Essa mesma constituição estabelece, também, sobre o uso no entorno das igrejas paroquiais,

¹⁹ Concurso *(Re)Invenção da Memória: Igreja do Carmo / Praça Milton Campos*, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Minas Gerais, em 1999.

condicionando a configuração do tecido urbano situado imediatamente nas redondezas da igreja. Esta deveria estar afastada das demais construções e, sempre que possível, manter um espaço livre à sua volta, espaço este que se transformaria, com o passar do tempo, em logradouro público de forte expressão na paisagem da cidade. Esse tipo de apropriação que se faz privilegiando os pontos destacados da paisagem tornou possível não só a exibição generosa dos volumes como, também, “*esboçou a presença do vazio, do espaço aberto fluido, [...], e propiciou, antes de tudo, um importante domínio da terra urbana*” (MARX, 1991: 23).²⁰



FIG. 8
Vista da antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Velha, tendo à frente o alargado da Praça Milton Campos. Em 1969, acusando os estragos do tempo e da falta de manutenção adequada, a igreja foi considerada irrecuperável por uma facção local que ansiava por imprimir à cidade ares mais modernos, sendo então demolida.
Fonte: Casa da Cultura Josephina Bento - Betim

²⁰Nesse sentido, Nestor Goulart Reis F. já apontava que, na manutenção de espaços livres destinados à aglomeração de população, em torno das igrejas e casas de câmara, estava implícita “*uma atitude especial para a ocupação do solo, [...], a qual necessariamente deveria corresponder um esforço de controle, inexistente em se tratando de outros aspectos do traçado*” Cf. REIS F. , 1968: 130.

Tal aspecto é identificável no espaço alargado da atual Praça Milton Campos, onde antigamente se situava a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, a 'Igreja Velha'. Demolida em fins dos anos 60, o espaço da praça atesta o lugar da primeira apropriação simbólica da cidade, o lugar da igreja e das famílias de maior expressão. À sua frente, a Casa da Cultura Josephina Bento permanece como o único exemplar de edificação remanescente do século XVIII, no centro tradicional de Betim.

A abertura do ramal da Estrada de Ferro Oeste de Minas até Betim, desde 28 de agosto de 1910, como parte da extensão implantada entre Belo Horizonte e a cidade de Divinópolis (antiga Henrique Galvão), exerce-se já como um processo decorrente das políticas de integração da nova capital do Estado sobre sua área de influência, visando principalmente garantir o abastecimento. A ligação com a capital, no entanto, viria a redefinir o sentido de crescimento da cidade, promovendo um adensamento em torno da área da estação ferroviária e do rio Betim.

Nos anos 40, a proximidade entre a estação e o rio Betim induziria a formação do primeiro núcleo industrial da cidade, englobando parte da região dos bairros Brasiléia e Cachoeira, a oeste da área central. Aqui, verifica-se inicialmente o que Milton SANTOS (1982: 98-99) chama de desenvolvimento endógeno, favorecido pela implantação racional de um sistema de transporte moderno. Num futuro próximo, essa racionalidade derivada do eixo de transporte serviria ao deslocamento e consolidação de um pólo dormitório - o bairro PTB (de Posto Telegráfico de Betim, do qual absorveu as iniciais) - próximo à região industrial de Contagem, iniciando-se a produção do espaço desigual no território a leste de Betim, com as primeiras ocupações periféricas.

Apesar da paralisação dos serviços de transporte de passageiros pela composição ferroviária há mais de vinte anos, mantendo-se apenas o transporte cargueiro com baixa frequência diária, este espaço ainda se mantém claramente articulado pela presença da Estação, construída como resposta à implementação de uma estrutura funcional no início do século. Sua ocupação retrata um ciclo da evolução do centro de Betim, um espaço polarizado pelo movimento da Estação Ferroviária. Os trens de carga e de passageiros imprimiram uma animação típica ao local, até então o principal ponto de chegada da cidade. Ao aumento dos contatos econômicos, também correspondeu um aumento dos deslocamentos dos betinenses, em direção à nova capital do Estado e outras cidades.

*Quando a estação funcionava a "pleno vapor" por lá passavam o 'Noturno' que percorria cidades como Araxá, Uberlândia, Uberaba e Araguari, entre outras; o Misto das 10:00 horas que ia de Divinópolis a Belo Horizonte, tendo este nome porque levava carga e passageiros; os Cargueiros que tinham nomes: CB 15, CB 18, etc.*²¹

Esse testemunho da modernização técnica, como diz SANTOS (1985: 55), nas proximidades do qual começam a esboçar-se novas formas de uso e ocupação do solo, marca o momento em que Betim materializa os primeiros impactos da ordem capitalista internacional, via influência da nova capital do Estado. Portanto, é através da abertura de novos caminhos – agora, o caminho ferroviário – que novamente se introduzem os fatores de mudança e alteração na forma de organização do território de Betim. Aí identificam-se as sementes do futuro eixo de expansão metropolitana, que contribuiria para a desarticulação entre o núcleo tradicional e o futuro pólo industrial nas vizinhanças de Contagem.

Congregando o principal setor de comércio e serviços do município, além da sede da administração pública, essa área tradicional da cidade guarda ainda características do período que antecede o processo de industrialização induzida pelo Estado. Especialmente, como já dissemos, corresponde ao núcleo da ocupação inicial no “ciclo do ouro”, um enclave que se desenvolve entre as proximidades do rio Betim e o plano elevado da Praça Milton Campos. Em torno do cruzamento das avenidas Governador Valadares e Amazonas, esta última sendo o principal eixo de articulação interna do município, “misturam-se o pequeno comércio e as residências de seus proprietários, e [...] as construções mais antigas”, algumas “reformadas e adaptadas às atividades econômicas” (RODRIGUES, 1983: 120). O centro tradicional também polariza as áreas imediatas, como a região fabril conformada nos anos 40 e 50 - Decamão e Cachoeira - e o bairro Angola e “suas extensões que tendem a ganhar maior identidade como região de moradia de população de médio e alto poder aquisitivo” (CEURB, 1994: 9).

²¹ DOSSIÊ de Tombamento da Estação Ferroviária, 1997. Mimeografado.

Em 1968, é instituído o primeiro Plano Diretor Urbanístico de Betim, o qual, seguindo os preceitos em vigor na época, dividia a cidade em zonas de usos predominantes (habitacional, comercial, industrial, especial, reserva e rural), e estabelecia disposições gerais quanto ao sistema viário, implantação de loteamentos e edificações. Neste momento, constituem objeto de atenção especial as regiões do Centro e do bairro Angola. As diretrizes do plano diretor, além de se constituírem em fator de restrição às ações dos loteadores clandestinos, possibilitaram a elaboração de instrumentos específicos de intervenção na cidade, como as normas do parcelamento do solo, a legislação referente às edificações e demolições e um primeiro Código de Posturas Municipal.



FIG. 9
Ao lado, imagem do centro tradicional, aproximadamente como se encontra hoje (a foto é dos anos 80). A avenida Governador Valadares percorre a foto quase na vertical, e, acima, encontra a avenida Amazonas. Neste cruzamento, situa-se o Monumento Comemorativo da Emancipação do Município, e, ao seu lado, à direita, o Colégio Comercial Betinense, antigo Grupo Escolar Afonso Penna, construído em 1910, e proposto, desde a gestão passada, como sede para o futuro Museu da Cidade.

Fonte: Acervo do Autor

Em 1979, em plena década de expansão metropolitana, o município adere ao Programa CURA - “*Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada*”, na tentativa de controlar o processo e a qualidade da expansão urbana²². O Programa CURA, assim como outros originados a partir da esfera federal, inseria-se dentro das estratégias de urbanização que vinham sendo praticadas pelo governo²³, visando estimular o planejamento urbano. Não existindo ainda a obrigatoriedade por lei das cidades apresentarem planos diretores (o que só viria a acontecer a partir da Constituição de 1988), a obtenção de créditos financeiros para a viabilização de obras nos municípios estabelecia a necessidade da consecução de planos urbanísticos próprios, o que esbarrava nas precárias condições técnico-administrativas dos governos locais.

Inicialmente, o programa – que pode ser caracterizado como plano setorial, envolvendo propostas de saneamento e drenagem, habitação, circulação e transporte -, englobou os bairros Angola e Filadélfia²⁴ e as suas articulações com o contexto físico-social maior. Englobando ações e instrumentos diversificados, o BETIMCURA traz no seu bojo a ideia de implementar tanto a “... *Complementação Urbana no plano físico, como a melhoria das condições sociais de convívio e a dignificação do morar*” (BETIMCURA, 1979: 7). Na prática, pretendia-se a fixação de uma população de classe média, de maior poder aquisitivo, na área mais valorizada que envolve o centro.

Importante salientar que o vetor de expansão da mancha urbana da cidade se faz em direção a Contagem e Belo Horizonte, produzindo-se ao longo desse eixo uma ocupação populacional distribuída segundo uma hierarquia socioeconômica. E as intervenções propostas pelo *BETIMCURA* acabam por induzir à valorização de áreas urbanas ocupadas até então por uma população de baixa renda, que não tem outra opção senão deslocar-se para áreas mais distantes, periféricas. O Programa CURA, portanto, em Betim, reforça a ideia do espaço tratado hierarquicamente, buscando uma ocupação racionalizada a partir de

²² Em 1970, respondendo à intensificação dos processos econômicos no espaço metropolitano de Belo Horizonte, o centro tradicional de Betim já se apresentava como área preferencial para a localização de atividades não residenciais.

²³ Através da liberação de fundos subsidiados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU (órgão ministerial que foi extinto em 74), e pelo Banco Nacional de Habitação – BNH

²⁴ Justificava-se a escolha dos bairros “*pela posição de envolvimento do núcleo central de Betim e pelas possibilidades de desapropriação a preços razoáveis da única mata existente nas proximidades da cidade*” (BETIMCURA, 1979: 31)- O estudo apresentado previa a complementação do sistema viário, canalização de cursos d’ água, ampliação da rede de água potável, ampliação da rede de esgoto sanitário, drenagem, energia elétrica e iluminação pública, obras de pavimentação, etc.

uma ótica que só considera os aspectos econômicos. “*Não se pensa nas periferias que invadem o município, mas em uma reordenação do espaço urbano da Sede compatível com a importância de abrigar o grande capital*” (CEURB, 1994: 11).

Identifica-se que a ação do Estado está em conformidade com os objetivos nacionais de desenvolvimento, o que se traduz, num primeiro momento, em garantias para a reprodução do grande capital dentro de suas áreas produtivas mais dinâmicas. Por outro lado, as demandas próprias da cidade local veem-se, conseqüentemente, relegadas a segundo plano, evidenciando a não articulação entre as amplas estratégias de desenvolvimento econômico e o planejamento mais local.

Posteriormente, o mesmo Estado vê-se a braços com a tentativa de controlar e reordenar o processo de expansão urbana alimentado pela industrialização induzida. Ao fazê-lo, novamente confirma aquela visão de planejamento baseada na hierarquização socioeconômica, cujas ações acabam por expulsar a população mais pobre – que habita essas áreas tornadas “nobres” – para periferias mais distantes.

A ação do Estado através do planejamento confirma a sua disposição centralizadora e elitista, ao optar por intervir “disciplinando” o espaço segundo uma visão que considera apenas o potencial econômico da terra urbana. Nesse processo, são desconsideradas, ou minimizadas, as condições de ocupação e uso, históricas e culturais, próprias de cada lugar. Como resume SANTOS (1986: 61),

O lé-com-lé e o cré-com-cré das tentativas de zoneamento das cidades brasileiras ao longo do século XX só produziu empobrecimentos e rupturas. Com os pretextos da renovação, do progresso, da higiene, das razões do mercado, da circulação, etc., foram quebradas continuidades [...] expressivas e desejáveis.

Em Betim, portanto, nessa etapa específica da trajetória do desenvolvimento econômico do país, coexistem, de forma não-integrada, dois centros polarizadores: o centro tradicional e o centro “novo”, gerado a partir da área de influência da FIAT e do Distrito Industrial.

3. 1. 1. Sub-área I: uso e ocupação do solo

A sub-área I tem o seu perímetro delimitado pela rua Rio de Janeiro, avenida Juscelino Kubitschek, rua Amélia Barbosa, rua Prof. Clóvis Salgado, rua Inconfidência, rua José Félix, rua Belo Horizonte, rua Mestre Pedro, rua Santa Cruz, avenida Pará de Minas, rua Paulo de Freitas e avenida São Paulo. A presença do eixo de acesso preferencial ao centro, e articulador principal no sentido leste-oeste da cidade, a avenida Amazonas, confere especial movimentação a esta sub-área, sobretudo nas imediações do cruzamento com as avenidas Governador Valadares e Juscelino Kubitschek.

Esta sub-área caracteriza-se pelos usos predominantes do comércio e de serviços (33%), comparecendo o uso residencial unifamiliar na proporção de 26%. Em seguida, verificam-se as combinações de usos comércio e serviços, na proporção de 15%, seguidos pelas usuais adaptações entre o uso residencial unifamiliar e o uso comercial, com 10%.

Dentro da sub-área I, a avenida Amazonas concentra o maior número de atividades ligadas ao comércio (38%), vindo a seguir as de serviços (17%). Nesse sentido, considerando-se que a avenida Amazonas e sua extensão (avenida Bandeirantes) constituem o principal vetor de penetração do trecho mais urbanizado do município, confirma-se o seu potencial atrativo com relação às atividades comerciais, principalmente se atentarmos para o fato de que o crescimento maior se dá na década de 80, após o período de euforia provocado pelo “milagre econômico”, portanto, da década de 70.

Nesse período dos anos 70, é na avenida Governador Valadares que se verifica um adensamento mais significativo, com 35% das edificações existentes. As mesmas atividades já comparecem de forma mais equilibrada na avenida Governador Valadares (15% e 19%, respectivamente, comércio e serviços), embora apresentando menor concentração do que é verificada no trecho da avenida Amazonas.

O uso estritamente residencial ocorre na proporção de 9% na avenida Governador Valadares, contra os 3% encontrado no trecho da avenida Amazonas. Ainda, o uso misto de residencial unifamiliar e comércio é mais frequente na avenida Governador Valadares (22%), enquanto comparece com apenas 7%, no trecho da avenida Amazonas. Essa diferença é bastante significativa, uma vez que estamos tratando de uma mesma sub-área. Provavelmente, a falta de atratividade deste trecho da avenida Amazonas como local de

moradia deve-se à pressão exercida pelo tráfego, bastante intenso nesta região, e que ainda atrai um sem número de atividades (formais e informais) incompatíveis com o ambiente residencial.

Um ponto convergente desta sub-área, a praça Tiradentes, concentra uma gama de atividades de serviços, comércio e misto de comércio e serviços e algumas agências bancárias. Aí também está presente o elemento institucional, o Fórum Municipal de Betim. Este constitui um dos espaços de maior convergência do centro, favorecendo a sociabilidade e a convivência entre os cidadãos. É comum presenciar cenas que vão desde os tradicionais vendedores de produtos populares, os engolidores de fogo, “pastores”, tudo isso sob o olhar complacente dos frequentadores habituais da praça, enquanto leem seus jornais e trocam impressões.

Quanto ao uso estritamente residencial unifamiliar, este é mais notável por sua concentração nos segmentos das ruas Nicolau Melo, São Pedro, alameda Maria Turíbia de Jesus; e também no trecho ascendente da avenida Governador Valadares verifica-se uma tendência à predominância deste uso. São trechos de ruas bastantes pacatas, arborizadas, que mantêm ainda uma ambiência que, seguramente, a industrialização não alterou.

Com relação ao aspecto da ocupação, a sub-área I caracteriza-se por uma dominante horizontalidade, apesar de já se observar evidências de uma pressão por renovação desse perfil ocupacional, através das construções de maior porte já existentes ou ainda em construção. As edificações de 1 e 2 pavimentos constituem maioria significativa (56% e 32%, respectivamente), seguidas pelas de 3 pavimentos, com 6%. Estas últimas concentram-se, em sua maioria, no trecho ascendente da avenida Governador Valadares, nas proximidades da praça Tiradentes e da Igreja, na avenida Nossa Senhora do Carmo. Nesta, na quadra I-B, situa-se um edifício de apartamentos tipo “flat”, uma construção recente que alcança nove pavimentos, o que poderia indicar uma tendência tardia de verticalização, nesse setor urbano do centro de Betim, ainda de acordo com os coeficientes de aproveitamento permitidos pela antiga legislação que prevalece até 1996²⁵. No entanto, essas ocorrências de maior altura, pelo seu caráter pontual, no momento apenas contribuem para salientar a forte horizontalidade da ocupação do solo da sub-área I, e da área do Centro Histórico como um todo.

²⁵ No período compreendido entre 1986 até a edição do plano Diretor Betim-96, na região hoje denominada Centro Histórico foi permitida a construção de edificações de até dez pavimentos.

No conjunto das edificações existentes, verifica-se o acentuado predomínio das que foram construídas à partir dos anos 60 – um percentual de 77%, considerando-se o período dos anos 60 até final dos anos 80. As construções de períodos anteriores comparecem em menor proporção (cerca de 10%), indicando que a ocupação mais significativa ocorre no período da chamada “industrialização mineira”, na década de 70 (21%), e na década de 80 (36%), ainda como reflexo do bolo de investimentos firmados na década anterior e em estágio de implantação. Correspondendo já ao período de desaceleração da economia, os anos 90 indicam uma queda no percentual de edificações construídas como um todo, correspondente a apenas 11% do conjunto.

Na sub-área I destaca-se, significativamente, a edificação conhecida como Colégio Comercial Betinense, antigo Grupo Escolar Afonso Pena, situado na confluência principal do centro da cidade, avenida Governador Valadares esquina com avenida Amazonas, construção datada de 1910. Também aí, no eixo da avenida Governador Valadares, situa-se o monumento comemorativo da emancipação do município de Betim, em 1938. Também a sede das funções administrativas do município e seus principais órgãos, além de vários serviços ligados à saúde - clínicas e laboratórios particulares, situam-se nesta sub-área, fator este que concorre para a afluência considerável de pessoas que demandam a região.

Um repertório de edificações que vai do estilo eclético ao art-déco e proto-moderno, estes últimos com traços bastante simplificados, ocorre no trecho da avenida Amazonas, entre avenida Governador Valadares e praça Tiradentes (quadra I-B), alguns ainda conservando traços característicos de um padrão de linguagem plástica e arquitetônica. (ver exemplar situado na esquina da avenida Amazonas com a praça, provavelmente construído em fins dos anos 50 / início dos anos 60 – FIG. 14). No entanto, a poluição visual decorrente do uso de placas e letreiros mal dimensionados presentes nos estabelecimentos de comércio e serviços encobre quase totalmente as fachadas, impossibilitando a percepção de seus detalhes de ornamentação e acabamento, remanescentes das décadas anteriores ao “milagre econômico”, e da transformação de Betim em polo industrial.²⁶

²⁶ O estado de conservação das edificações é, em geral, bom, sobretudo nos trechos das avenidas Amazonas e Governador Valadares, onde predominam as atividades de prestação de serviços, comerciais, misto de comércio e serviços, e de residencial unifamiliar e comercial, nessa ordem. Aquelas edificações consideradas como em estado regular de conservação ocorrem, principalmente, na rua Nicolau Alves Melo, avenida Amazonas e imediações da praça Tiradentes, não se observando um predomínio de

FIG. 10
 SUB-ÁREA I – CENTRO TRADICIONAL - GRÁFICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Gráfico Uso do Solo - Sub-área I

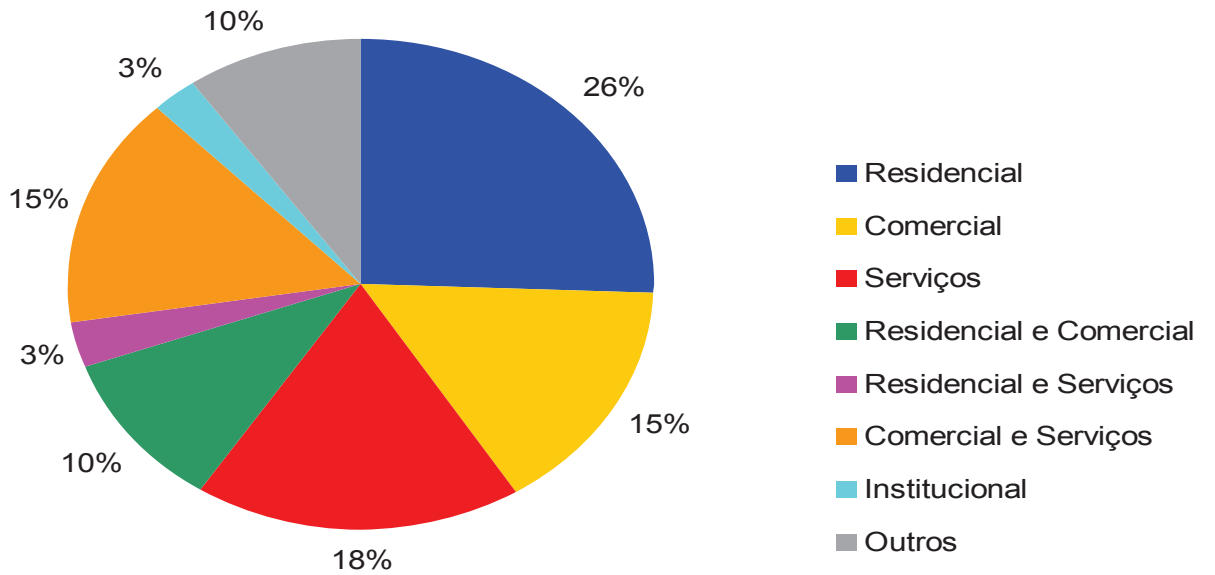
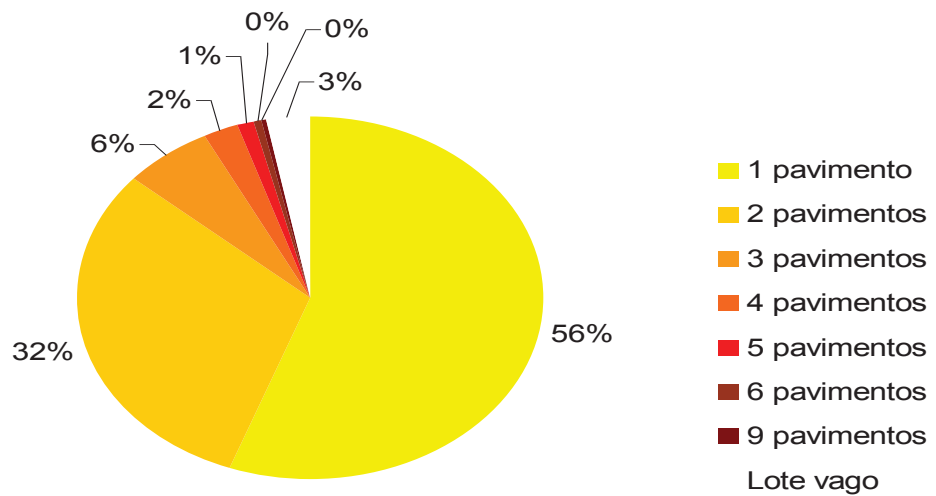


GRÁFICO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - SUB-ÁREA I / Centro Tradicional.

Gráfico Ocupação do Solo - Sub-área I



associação entre um estado de conservação (em relação à construção) e um tipo de uso específico. Cf. RUGANI e CASTRIOTA, 1998.

3.1. 2. Sub-área II: uso e ocupação do solo

A sub-área II, cortada pelo leito do rio Betim, constitui um polígono formado pela avenida Edmea Lazzarotti, rua Belo Horizonte, rua Mestre Pedro, rua Santa Cruz, avenida Pará de Minas e o trecho de contorno da via férrea, seguindo até o rio Betim.

No que se refere aos usos, predominam as atividades comerciais (33%), seguidas pela combinação de atividades de comércio e prestação de serviços (21%) na mesma edificação. O uso residencial unifamiliar comparece na proporção de 16%. O setor de prestação de serviços comparece, na sua forma isolada, com 8%. Prevaecem, pois, tal como verificado na sub-área I, os usos não residenciais.

A maioria das edificações consiste de um único pavimento (74%), sendo as restantes resolvidas em dois pavimentos, caracterizando uma ocupação predominantemente horizontalizada nesta sub-área.²⁷

As décadas de 70 e 80 representaram o período de maior adensamento dessa parte da área central, conforme o registro de observações relativas ao caráter estilístico e ao acabamento das construções, além de dados do Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Betim, comparecendo com 47% do total das edificações. Os anos 90 estão representados com cerca de 14% do total, índice pouco mais alto que o encontrado para sub-área I na mesma década, o que reforça a conclusão em torno do desaquecimento da economia nesse período. Nota-se, ainda, a presença significativa de edificações da década de 40 (14%), e mesmo de período anterior, compreendido entre o final do século XIX até fins da década de 1930, num total de 10%.

A rua Dr. Gravatá, nas proximidades da Estação Ferroviária (quadras II-C e II-F), e a rua Belo Horizonte, frente aos trilhos (face de quadra II-F), conservam ainda um expressivo conjunto de edificações, a maioria da década de 40. Outros exemplares, das décadas de 20 e 30, e alguns poucos datados dos anos 50, completam esse conjunto urbano significativo da evolução da cidade. É o ambiente mais rico em elementos arquitetônicos dos períodos eclético e art-déco ainda remanescentes, na área central de Betim.

²⁷ Uma única edificação localizada na rua Dr. Gravatá, nas proximidades da ponte sobre o rio Betim, apresenta três pavimentos, embora configurada numa “tentativa” de solução comercial de loja / sobreloja, e mais pavimento superior. Mas, a desproporção e a falta de harmonia do volume fazem supor o acréscimo do pavimento de cima, em época posterior à construção da loja e sobreloja (ver ficha rua Dr. Gravatá, n.º 130, IPUC-Betim, 1998, Anexo).

*A maioria acha-se ocupada por atividades ligadas ao comércio, misto de comércio e serviços, e misto de residencial e comercial. Curiosamente, permanece um conjunto de edificações de uso residencial no trecho da avenida Pará de Minas, de frente para os trilhos. São todas edificações dos anos 20, 30 e 40, fazendo pensar nas unidades de habitação construídas para moradia dos funcionários da estrada de ferro.*²⁸

Embora a Lei do Uso e Ocupação do Solo de 1986 incentivasse, para este trecho, a ocupação por serviços, comércio varejista e atacado de pequeno porte, verifica-se a predominância do uso residencial, indicador de um dado de forte permanência local. Nas quadras em frente, as antigas residências – muitas já bastante descaracterizadas em sua tipologia e elementos plásticos – abrigam, agora, atividades comerciais e de serviços, fato que aponta para o processo inevitável de renovação, que se anuncia através da substituição de usos.

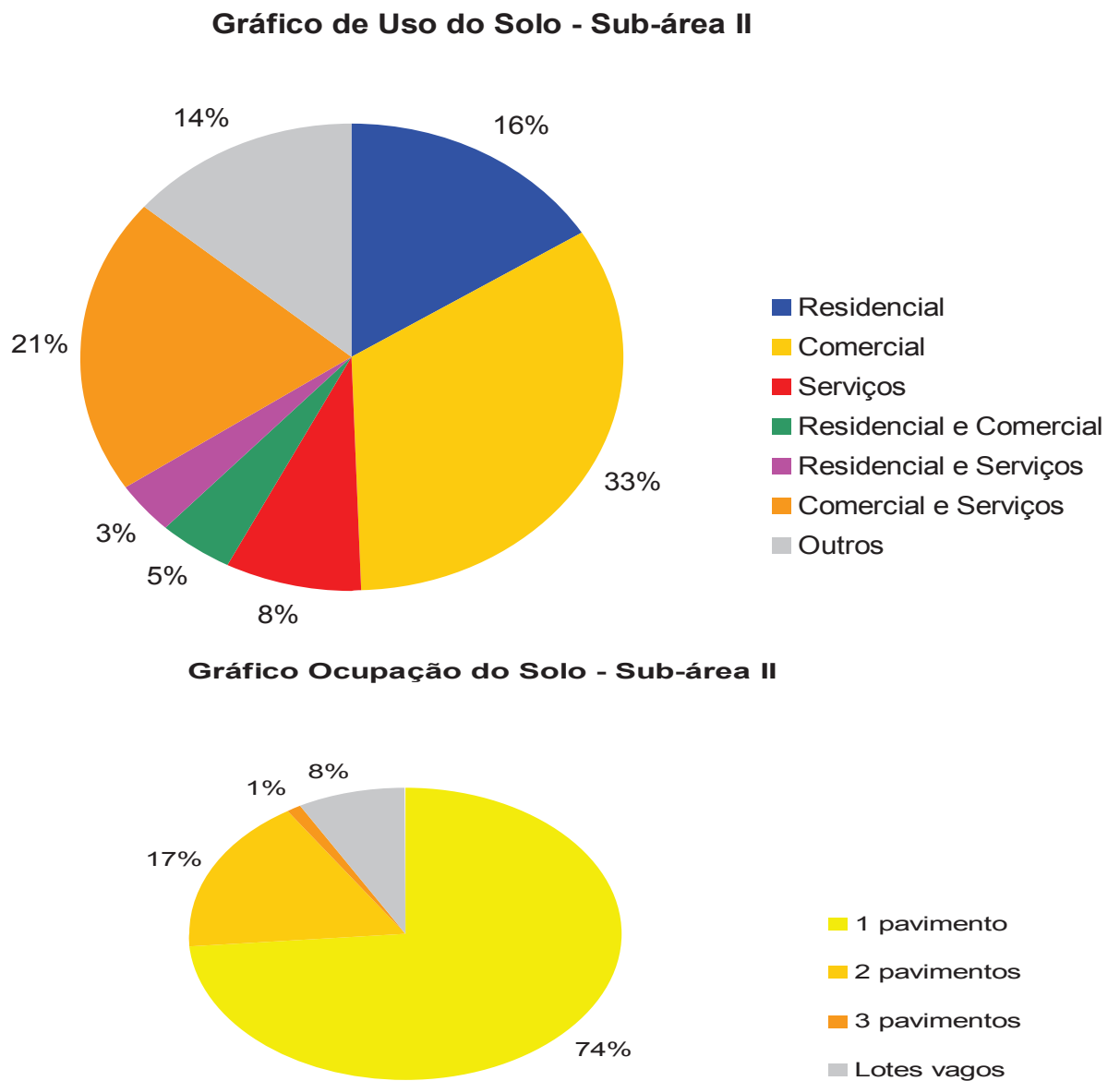
Em torno do CEABE (Centro de Abastecimento de Betim), nas quadras II-D e II-E, ocorre uma concentração de construções mais recentes (final dos anos 80), e que predominam no total das edificações existentes (33%). No parágrafo 3º da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1986 encontramos que esses trechos foram classificados como ZR-2, o que potencializa o uso residencial e comércio de pequeno porte. Ao contrário, o que se observa é o predomínio do comércio atacadista e de varejo de médio e grande porte, possivelmente incentivados pela proximidade do CEABE.

As ruas Dr. Gravatá, Belo Horizonte, parte da rua Amin Fares Dabian e toda a faixa de domínio da via férrea, constituem uma ambiência própria que pode ser atribuída à combinação, num mesmo lugar, da concentração de tipologias de períodos construtivos mais antigos e, também, à miscelânea de usos que se verifica no local, sugerindo a movimentação típica dos lugares que se desenvolveram em torno dos antigos pontos de chegada das cidades, as antigas estações ferroviárias. Pela lei de 1986, todo este trecho, incluindo o prédio da própria estação (atualmente, tombado pelo conselho de Patrimônio local), foi classificado como SE-3, destinado à implantação de sistema viário, eixos de transporte e de programas habitacionais (Art. 9, § 3º, da Lei nº 1.744 de Uso e Ocupação do Solo de 1986). No entanto, no mesmo artigo aparecem as disposições relativas às áreas de interesse de preservação, que seriam as apropriadas para o trecho em questão, como se segue abaixo:

²⁸ RUGANI e CASTRIOTA, 1998.

(...) § 1^o - O setor especial 1 (SE-1) compreende espaços, estabelecimentos e instalações sujeitos à preservação, tais como: áreas de preservação paisagística ou de proteção de mananciais, bosques, matas naturais, reservas florestais e minerais, parques urbanos, monumentos históricos e áreas de valor estratégicos para a segurança pública.

FIG. 11
 SUB-ÁREA II – GRÁFICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
 GRÁFICO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - SUB-ÁREA II / CentroTradicional.



3.1. 3. Sub-área III: uso e ocupação do solo

A sub-área III, desenvolvendo-se no trecho em aclave da margem norte do rio Betim, constitui um polígono definido pela rua Pequeri, avenida Gabriel Passos, rua Viriato Alexandrino de Melo, rua Raul Saraiva Ribeiro, rua Basileu Guimarães, rua São Mateus e avenida Bias Fortes.

No conjunto da sub-área, predominam as edificações de uso residencial unifamiliar (59%), e a ocupação marcadamente horizontalizada, correspondendo as construções térreas a 68% do total existente. Nas ruas Rubens Ângelo e Raul Saraiva Ribeiro são encontradas edificações de 3 e de mais de 3 pavimentos, a maioria de uso residencial multifamiliar. Por se situarem em cota mais elevada, e também pela existência de lotes vazios na vizinhança, a volumetria desses prédios, apesar da pouca altura, torna-se bastante destacada na paisagem. Os serviços têm pequena expressão no universo de usos dessa região, correspondendo à apenas 4% do total das ocupações locais.

Quanto ao surgimento de novas edificações, os anos 60 e 70 respondem por 13% e 11%, respectivamente, índices aproximados aos da sub-área II nessa mesma época.²⁹ O maior índice de novas edificações registrado na sub-área III ocorre nos anos 80, com 39%, taxa que cai novamente na década de 90 (18%), sendo no entanto superior ao encontrado para as sub-áreas I e II.

A rua do Rosário, que se orienta no sentido geral nordeste a partir do adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, apresenta algumas características que a apontam como “centralidade”, dentro da sub-área III. Os usos comercial e residencial praticamente se equivalem (32% e 41%, respectivamente), sendo que o primeiro aproxima-se da proporção encontrada para toda a sub-área, ou seja, 33%. Esta configura, portanto, um eixo importante no cotidiano local.

É bastante significativo, também, observar a permanência de edificações mais antigas na Rua do Rosário, cujas características estilísticas – ecléticas e *art-déco* – as situam no período dos anos 40 (faces de quadras III-D e III-I). Considerado isso,

²⁹ A sub-área I é a que apresenta o maior índice, nesse período, confirmando o potencial maior de atratividade representado pela área mais central, como lugar tradicional do comércio e dos serviços.

juntamente com o fato da concentração de comércios e serviços, apontada anteriormente, podemos inferir que a Rua do Rosário foi uma das primeiras, senão a primeira via aberta naquele trecho, muito provavelmente motivada pela construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, que data de fins do século XIX. Ainda, o dado da permanência constitui um indicador de um processo de adensamento e renovação mais lento, que só começa a se alterar nos anos 80.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário constitui, tanto por seus antecedentes históricos quanto por sua visibilidade, um marco notável na paisagem do centro tradicional de Betim. Do adro aberto e de proporções generosas, tem-se uma visão privilegiada da área central. Logo abaixo e acompanhando o forte declive do sítio, uma pequena praça triangular acolhe o Monumento Comemorativo do Cinquentenário do Município.

Apesar da expressiva movimentação viária que se verifica desde a ponte sobre o rio Betim e em torno da praça, o trecho que vai ter à Igreja de Nossa Senhora do Rosário é pouco solicitado, seja pela forte declividade e caixa estreita das vias que o contornam, seja pela predominância do uso residencial unifamiliar nessa área (quadra III-G). A rua do Rosário, principal eixo comercial do bairro, também é responsável pelo carreamento de boa parte do tráfego interno do bairro. Entre essa via e a avenida Bias Fortes, na topografia cada vez mais plana que vai em direção ao rio Betim, a existência de galpões e depósitos desenham um tipo de ocupação e uso mais especializado do solo (faces de quadra III-D e III-E), bem diferente da animação que se observa na sub-área II, vizinha, do outro lado do rio Betim. Da rua do Rosário para cima, em direção às ruas Viriato Alexandrino de Melo e Raul Saraiva Ribeiro, estabelece-se uma ocupação predominantemente residencial, sobretudo a partir dos anos 80.

FIG. 12 – Centro Tradicional = GRÁFICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Gráfico Uso do Solo - Sub-área III

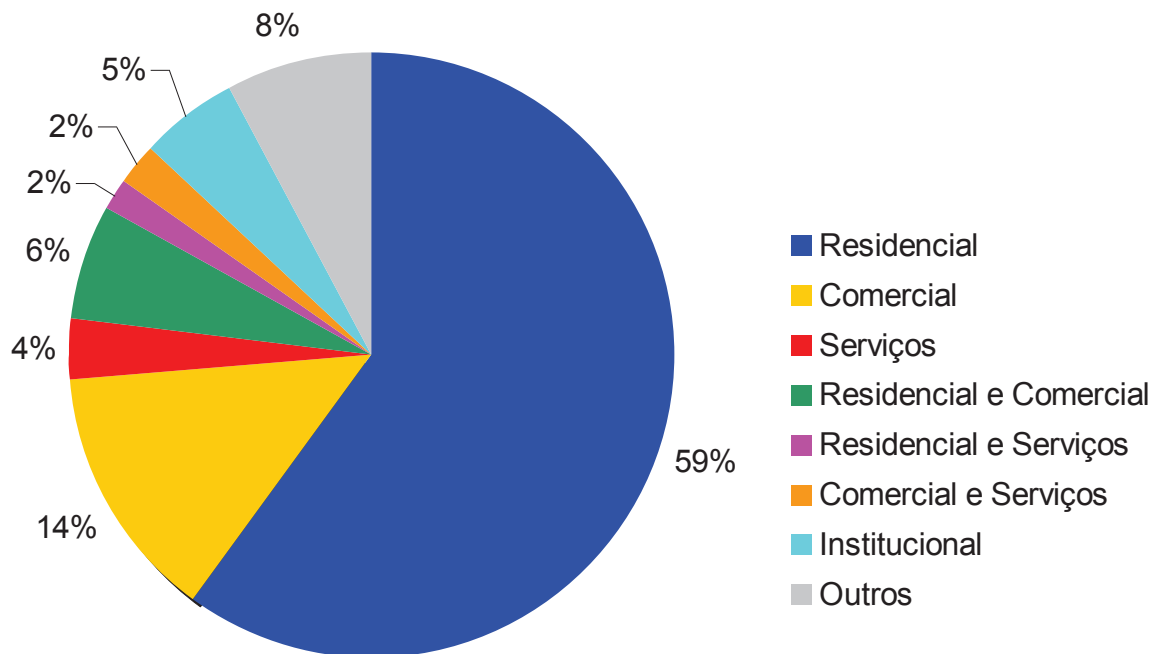


Gráfico Ocupação do Solo - Sub-área III

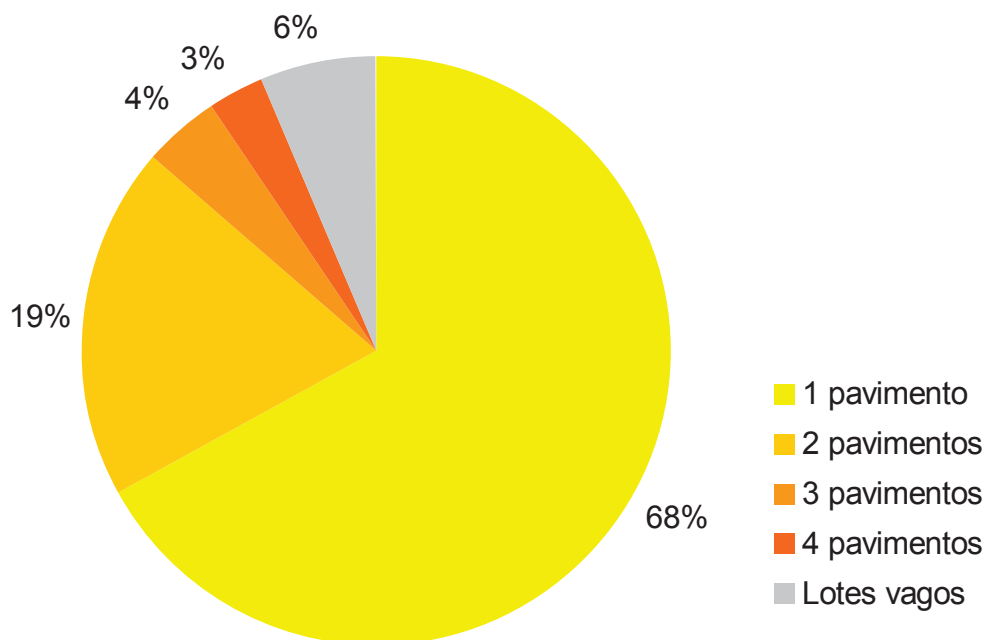


TABELA XII		
BETIM - CENTRO TRADICIONAL – USOS		
USOS	PERCENTUAL	UNIDADES
RESIDENCIAL	33,9	191
COMERCIAL	17,2	97
SERVIÇOS	11,7	66
RESIDENCIAL COMERCIAL	7,8	44
RESIDENCIAL SERVIÇOS	2,7	15
COMERCIAL SERVIÇOS	11,7	66
INSTITUCIONAL	5,2	29
OUTROS	9,8	55
TOTAL	100	563

Fonte: IPUC-Betim – 1998 – Dados originais trabalhados

TABELA XIII		
BETIM – CENTRO TRADICIONAL – OCUPAÇÃO		
OCUPAÇÃO	PERCENTUAL	UNIDADES
01 PAVIMENTO	62,0	360
02 PAVIMENTOS	25,2	138
03 PAVIMENTOS	4,7	26
04 PAVIMENTOS	2,2	12
05 PAVIMENTOS	0,7	04
06 PAVIMENTOS	0,2	01
09 PAVIMENTOS	0,2	01
LOTES VAGOS	4,7	26
TOTAL	100	563

Fonte: IPUC-Betim – 1998 – Dados originais trabalhados.

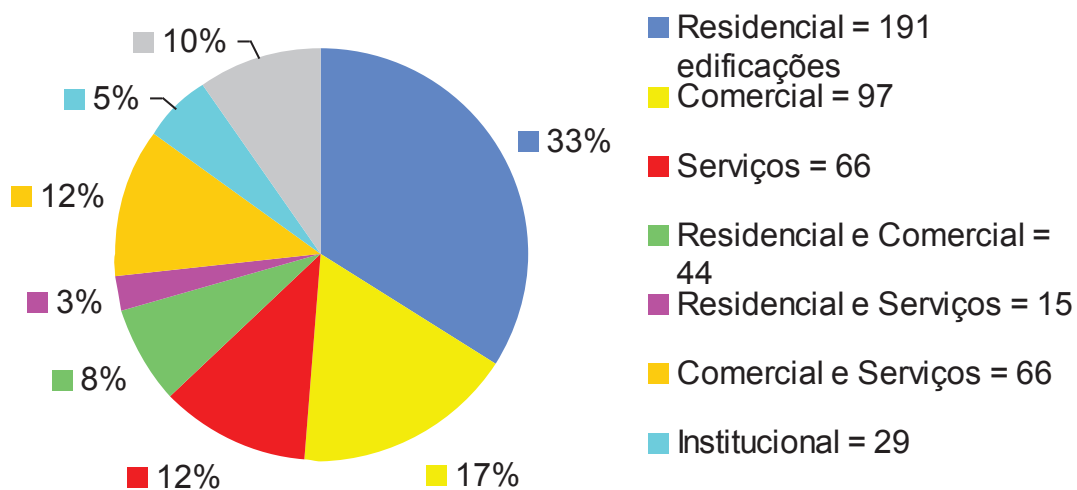
De acordo com as tabelas acima, evidencia-se a predominância da ocupação horizontalizada, com as edificações de um pavimento correspondendo a mais de 60% do total, na área do centro tradicional de Betim. Os usos comercial e de serviços, somados, superam a taxa relativa ao uso residencial, indicando o centro como lugar atrativo aos negócios. Um percentual interessante a observar é o que se refere aos lotes vagos – praticamente 5%, dentro do trecho mais adensado da área central, indicativo do potencial imediato de mudanças nessa área.

Dentro do universo da área estudada, percebe-se a riqueza e diversidade

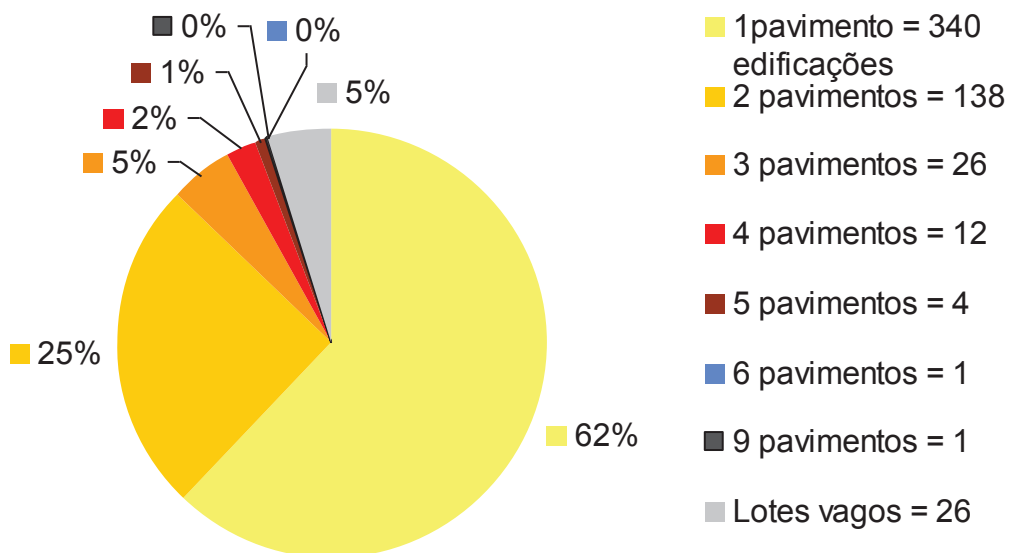
características dos centros urbanos, e também a dinâmica de renovação que permeia estes espaços. Principalmente, nas avenidas Amazonas e Governador Valadares, principais eixos de organização da área central, é patente a sucessão de testemunhos urbanos e arquitetônicos que denunciam as pressões e influências que vão se incorporando à estrutura da cidade. Por outro lado, é ainda maior a presença das configurações que, tendo se originado em períodos anteriores à industrialização, contribuem para a manutenção da escala manejável – ausência de verticalização, presença de vegetação em fundos de lotes, habitação, comércio e serviços em percentuais razoavelmente equilibrados – que esta parte da cidade ainda apresenta.

FIG. 13 – CENTRO TRADICIONAL – GRÁFICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Centro Tradicional - usos



Centro Tradicional - Ocupação





1	2
3	4

FIG. 14

As imagens acima pertencem ao conjunto urbano do centro tradicional de Betim, sub-área I. A primeira, avenida Amazonas com avenida Nossa Senhora do Carmo, ao lado da praça Tiradentes, traz um exemplar da arquitetura de início dos anos 60. A foto 2, tomada da avenida Amazonas, mostra ao fundo a edificação do Colégio Comercial Betinense, construído em 1910 no cruzamento com a avenida Governador Valadares, e atualmente tombado. Este é ponto de maior movimentação do centro.

As fotos 3 e 4 mostram edificações existentes na avenida Governador Valadares, de números – e --. A imagem 4, um sobrado de uso misto, situa-se na esquina com a rua Belo Horizonte, por onde se fazia o acesso à antiga estação de passageiros da ferrovia.

FIG. 6

Vista aérea do centro tradicional de Betim, provavelmente da década de 70. A avenida Amazonas aparece como a diagonal maior da foto, e cruza a avenida Governador Valadares, que segue



1	2
3	

FIG. 15
As imagens 1 e 3 mostram duas fachadas da mesma edificação.

Notar as colunas da varanda do primeiro pavimento, elaboradas segundo as existentes no Palácio da Alvorada em Brasília. Situada em lote de esquina, localizado dentro da sub-área III, esta residência apresenta um grande apelo visual, por suas proporções agradáveis e generosas e acabamento de melhor qualidade.

O acabamento em pastilhas coloridas, formando desenhos no piso e nas paredes da varanda, o pequeno espelho d' água, são indicativos da força de penetração dos símbolos de modernidade ligados ao poder.

A imagem 2 também reflete o mesmo contexto, aqui no monumento de inauguração do Centro de Abastecimento de Betim – CEABE. (sub-área II), inaugurado em meados da década de 70, em substituição ao antigo mercado.



1	2
3	4

FIG. 16

As imagens acima foram tomadas dentro da sub-área II.

A foto 1 apresenta a antiga estação da estrada de ferro, inaugurada em 1910, e que constituiu elemento impulsionador na mudança da direção de crescimento do município, ao propiciar a melhoria dos contatos com a nova capital do Estado. Atualmente tombada pelo Conselho Deliberativo de Proteção do Patrimônio local, constitui um dos marcos de referência da área do centro tradicional, juntamente com o Colégio Comercial Betinense e a Capela de Nossa Senhora do Rosário.

A foto 2 mostra o “alargado” do CEABE, onde se realizam feiras, shows e espetáculos de variado porte e caracterização. Inserido no espaço da área central, vem-se constituindo como local de lazer alternativo.

A fotos 3 e 4 mostram, respectivamente, a rua Pará de Minas e a rua Belo Horizonte, já do lado norte dos trilhos da ferrovia. No aspecto sempre presente da ocupação horizontalizada, identificam-se ainda exemplares de antiga construção, como os apresentados acima.



1 | $\frac{2}{3}$

FIG. – 16A

As imagens acima referem-se à sub-área II, especificamente mostrando a ambientação da rua Gravatá, onde identificamos um interessante conjunto de edificações do período eclético e art-déco.

A casa de jogo e bar, com a antiga mesa de bilhar (foto 1), e a barbearia (foto 2), constituem exemplos de unidades de serviço local que vêm se mantendo desde os tempos de funcionamento da antiga ferrovia como transporte de passageiros.

A foto 3 – a Casa “Oba-Oba”, uma edificação de traços art-déco simplificados e tratada como um grande mural, em cores fortes e contrastantes que chamam a atenção, é elemento de forte referência local. Observa-se a predominante horizontalidade da ocupação.



1 | 2

FIG. 17

As imagens acima pertencem à sub-área III, dentro do centro tradicional de Betim, já na região do Angola.

A foto 2 registra a Capela de Nossa Senhora do Rosário, construída em fins do século XIX, resultado do esforço continuado da Irmandade dos Pretos do Rosário. O generoso adro que se espraia à sua frente constitui o lugar do auge das festas dos congadeiros, nos meses de setembro e outubro. Enquanto durou o transporte ferroviário de passageiros, foi intenso o movimento entre as demais cidades mineiras que abrigam essas tradições e Betim. A Capela, tombada pelo Conselho do Patrimônio Cultural de Betim desde 1997, constitui um dos marcos de referência do centro.

A foto 1 mostra um interessante exemplar da arquitetura do início do século XX, com seus traços ecléticos presentes na fachada – a platibanda trabalhada em motivos ornamentais que combinam o floral e o geométrico, o porão elevado, a marcação das aberturas através das sobre-vergas.

3. 2. A região do Imbiruçu

“... nos seus extremos, o centro significa o capital, a dominação e a fruição – em alto grau de concentração – enquanto a periferia representa o trabalho, a subordinação, a exclusão, a carência, a dispersão” (PLAMBEL, 1986: 230).

O processo de ocupação do espaço no vetor oeste da RMBH, entre Contagem e Betim, reflete as condições provenientes da supremacia da relação *“localização das atividades industriais / sistema de transportes”*, como apontado por WERNECK (1973: 64). Primeiramente, através do eixo ferroviário, nos anos 40, e em seguida com a abertura da avenida Amazonas e o seu prolongamento até a BR-381, vão se delineando e consolidando os núcleos populacionais de baixa renda, atraídos pela possibilidade de trabalho nas indústrias de Contagem e, posteriormente, Betim. A industrialização – cuja localização decorre de decisões externas aos poderes locais, a *“ordem distante”* -, atuando como fator de direcionamento da urbanização, e coadjuvada pelos eixos de transporte, concorre para a formação dos processos de conurbação dessa região, constituindo-se o tecido da periferia metropolitana.

A região do Imbiruçu começa a ser ocupada a partir da implantação de uma estação ferroviária a leste da área central do município de Betim, induzindo a formação de um pequeno povoado. Até então, constituía-se de área rural formada por grandes fazendas, segundo relatos de moradores mais antigos (ASSIS, 1997: 57). Esse tipo de nucleação é bastante característico das pequenas localidades que surgiram nas primeiras décadas do século, articuladas em torno da acessibilidade estratégica proporcionada pelas estações ferroviárias e constituindo, nas suas proximidades, um pólo de serviços e pequeno comércio.

A história desses lugares *“esquecidos”* apresenta lacunas tais que temos necessidade, a todo momento, de inferir ligações entre aqueles poucos acontecimentos registrados – geralmente, dentro de uma esfera física de manifestação -, e os depoimentos populares, quase sempre já de segunda mão: *“O pessoal mais antigo conta”* [...] que *“as áreas ocupadas eram da Fazenda Santo Antônio. Parte desta fazenda foi se perdendo*

*entre os herdeiros e realmente não houve ninguém que reclamasse.*¹³¹ Uma pesquisa de caráter fundiário que se propusesse, acuradamente, a pesquisar e estabelecer as sucessivas transformações dos terrenos (propriedade, divisões, parcelamentos) dessa frente metropolitana de conurbação, provavelmente apresentaria muitas curiosidades, e, talvez, esclareceria um sem-número de questões.

No decorrer da década de 50, essa região sofre um intenso processo de especulação imobiliária¹³², quando surgem vários loteamentos dispersos e desvinculados entre si e com o centro administrativo do município, articulados apenas pelo eixo ferroviário e por alguns caminhos que levavam à cidade de Contagem. Essa sua “qualidade” de inserção e organização do espaço territorial faz com que a região do Imbiruçu permaneça como área de ocupação rarefeita durante várias décadas, tendo apenas o pequeno núcleo povoado junto à antiga estação como referência e principal localização.

Nos anos 70, a região já evidencia as marcas do processo em curso da concentração industrial, dentro da economia metropolitana, através da apropriação de grandes áreas situadas nas imediações do sistema viário, facilitando o acesso aos grandes centros nacionais. Essas áreas caracterizam-se, nesse momento, por sua relativa segregação e quase nenhuma articulação com o meio urbano, a não ser pelas relações que se estabelecem a partir da produção – o necessário deslocamento moradia-trabalho e a circulação dos bens de consumo. A implantação da FIAT, nessa mesma década, e as promessas associadas de dinamização do crescimento econômico, promovem uma expectativa de ocupação rápida dessa região, que não se concretiza, afinal.

Ainda nessa época, o mercado imobiliário, “*seguido dos agentes governamentais implementadores de políticas habitacionais*” (PLAMBEL, 1986: 109), como decorrência da racionalização da distribuição dos serviços urbanos¹³³, volta-se preferencialmente para o atendimento das camadas de renda mais alta, o que concorre para o agravamento dos problemas das periferias. Aos loteamentos populares restam as localizações caracterizadas

¹³¹ Cf. ASSIS, 1997:57.

¹³² Desde a década de 40 que se inicia a retenção de terrenos por particulares nas imediações da Cidade Industrial. Na década de 50, dos 113 novos loteamentos catalogados em Belo Horizonte, Betim e Contagem, 66 situam-se nos dois últimos. O caráter especulativo desses lançamentos evidencia-se na ocupação tardia desses lotes, que só vai se acelerar na década de 70. Cf. PLAMBEL, 1986; 68; 88.

¹³³ No processo de expansão dos gastos públicos, a iniciativa privada é a grande beneficiada, ao se apropriar da valorização das áreas contempladas com tais investimentos (PLAMBEL, 1986: 106).

por piores condições de topografia e de acessibilidade nas frentes que se estabelecem, de forma mais ou menos deslocada em relação aos eixos de produção, onde os terrenos apresentam baixos valores de mercado.

É, portanto, através da concentração e modernização das atividades de produção e do evidente “*privilégio ao consumo das elites*”, que se consolida o quadro de concentração / dispersão no espaço de expansão metropolitana (PLAMBEL, 1986: 110). Reforçando ainda mais essa contradição, a política de “desfavelamento” encampada pelo município de Belo Horizonte (através da Coordenação de Habitação de Interesse Social - CHISBEL), nesse período, concorre para o deslocamento de um contingente expressivo de população para as periferias. “*Fui para lá porque fomos desapropriados de uma favela da Cidade Industrial ao longo do Rio Arrudas ... meu padrao tinha um lote no Imbiruçu.*”¹³⁴

A dinâmica de ocupação do Imbiruçu, no entanto, só vai se alterar significativamente a partir dos anos 70, já dentro do processo de expansão acelerada das periferias metropolitanas. A implantação do Conjunto São Caetano, na divisa com Contagem, serviu de impulso local ao processo de intensificação da ocupação dos antigos loteamentos existentes na região, desde a inauguração da estrada de ferro (CEURB, 1994: 19).¹³⁵ Por outro lado, desenvolvia-se a estratégia de acesso à moradia, via invasões, sob a direção e apoio dos movimentos populares, e, ainda que indiretamente, com o apoio da Prefeitura, cuja ação poder-se-ia definir como de aceitação ante o fato consumado da invasão, estendendo-se até a doação de material de construção e definição de novas áreas para abrigar a população (CEURB: 1994: 120).

Em 1987, uma reportagem jornalística versando sobre a desproporção entre as receitas e as necessidades de saneamento e infraestrutura no município acusava que

*Antes da implantação da Fiat (sic), a prefeitura contava apenas com os recursos do IPTU e para fazer crescer suas receitas aprovava loteamentos sem nenhuma infraestrutura. Esses loteamentos formavam núcleos descontínuos - não integrados ao centro urbano - e só começaram a ser habitados de forma mais acelerada nos últimos cinco anos.*¹³⁶

¹³⁴ Citado em ASSIS, 1997: 64.

¹³⁵ É preciso lembrar que, no período compreendido entre 1972-76, o setor imobiliário, acompanhando a tendência de liberação de financiamento pelo BNH (via recursos do FGTS) está voltado para a expansão dos segmentos de renda mais elevada, através de lançamentos de loteamentos com infraestrutura e sítios. Mesmo a COHAB-MG pauta-se pelos rumos do mercado, e não oferece alternativas de acesso à moradia de baixa renda. Cf. PLAMBEL, 1986: 106-107.

¹³⁶ Periódico: Minas Gerais - Interior e Grande BH - “*Indústria e agricultura, motores de arrancada da nova Betim*”. Quarta feira, 30 / novembro / 1987, p.19

Portanto, o próprio poder público também associou-se, ainda que de maneira indireta, às ações dos loteadores, contribuindo para a expansão desqualificada da periferia urbana.

O Imbiruçu, hoje, reproduz internamente as condições de desarticulação que caracterizam o território de Betim, como um todo. Os seus diversos bairros-dormitório, situados dispersadamente e guardando pouco ou quase nenhum vínculo entre si, têm-se caracterizado por uma aceleração do processo de ocupação, a exemplo dos bairros Amazonas, Alvorada, Jardim Perla e São Cristóvão. A mesma observação se aplica a algumas vilas, como a conhecida como “Subaco de Cobra”. Áreas caracterizadas por diferentes padrões de urbanização, como o conjunto São Caetano anteriormente citado, e o conjunto Laranjeiras, e outros mais deficientes nos aspectos urbanos, inserem-se ainda nesse processo citado acima.

O conjunto São Caetano, mais bem resolvido urbanisticamente - destaca-se pelas ruas largas, afastamentos adequados entre as edificações e maior percentual de áreas públicas, além da presença de um centro terciário mais bem equipado -, constitui-se hoje no centro mais importante dessa região, principalmente ao longo das avenidas Tapajós e São Caetano ¹³⁷. O antigo centro junto à estação ferroviária – que pode ser identificado na ocupação do bairro Jardim Califórnia e Vila Santa Maria -, não se expandiu, impedido pela aglomeração urbana que se instala, de forma fragmentada e desarticulada, ao seu redor.

O eixo interno de articulação da região do Imbiruçu é definido pela extensão composta pela avenida Tapajós, rua Mato Grosso e estrada da Adutora, esta correndo próxima aos limites do município, e avenida São Caetano / rua “8”, no sentido transversal às duas primeiras. O eixo ferroviário e o vale do ribeirão Imbiruçu colocam-se, por outro lado, como barreiras em relação à articulação dessa região com o restante do município. Novamente, repete-se localmente a situação de desarticulação que se observa ao nível macro do território betinense.

¹³⁷O conjunto São Caetano I, com 93 casas para atendimento dos funcionários da FIAT, de renda média, foi construído em 1974 pelo INOCOOP; o São Caetano II, também para as faixas renda média, com 406 casas, foi construído em 1982, pelo INOCOOP. Fonte: CEURB, 1995: 123.

“Os moradores têm acesso a Betim e a Belo Horizonte, com mais facilidade a B.H. porque tem duas linhas de ônibus, uma até o metrô e outra direta até B.H.”

“Os moradores do bairro se dirigem a B.H. para trabalhar, fazer compras e procurar assistência médica.”¹³⁸

3.2. 1. Processos de estruturação urbana

“In order to dominate space, technology introduces a new form into a pre-existing space - generally a rectilinear or rectangular form ... [...] (LEFÈBVRE, 1993: 165).

Estudos do PLAMBEL realizados em 1985, identificam seis diferentes áreas (campos) dentro da região do Imbiruçu, a saber: a área do impacto industrial representado pela Petrobrás e pelo Distrito Industrial Paulo Camilo; o Parque Fernão Dias - Piemonte, totalmente articulado ao Riacho, à Cidade industrial Juventino Dias e ao CINCO, de Contagem; a região do Imbiruçu - Amazonas - Alvorada; o município de Ibirité e que se complementa com o Ouro Negro, Jardim Montreal; o bairro Jardim Teresópolis; o bairro Laranjeiras - Forense - Duque de Caxias - Vila Cristina (CEURB, 1994: 34). A região do Imbiruçu, que representa uma fatia expressiva do território da periferia metropolitana de Betim, compõe-se de uma área que se expandiu pela encosta ao norte em direção a Petrolândia, São Caetano, Industrial São Luiz, Universal, São Cristóvão, Jardim Perla, Granja Verde e Capelinha.

O principal fator de identidade da região, como um todo, está associado à presença da indústria, sobretudo da FIAT e da REGAP – áreas produtivas de grande extensão, de traçado ordenado -, que se situam na margem norte do eixo rodoviário. No entorno, desenrola-se a ocupação fragmentada resultante dos vários tipos de ocupação – loteamentos aprovados (poucos) e clandestinos, favelas, invasões.

A área dinamizada pela Petrobrás - Distrito Industrial consolida-se durante as décadas de 60 e 70, a partir da inauguração da Refinaria Gabriel Passos (REGAP) em 1967

¹³⁸ Citado em ASSIS, 1997: 65.

e, posteriormente, com a inauguração da FIAT Automóveis, em 1976, que primeiro desarticulam e, posteriormente, na medida das próprias necessidades, impõem uma nova rearticulação de todo o espaço do Imbiruçu. A pesquisa do Censo Demográfico realizada em 1991 aponta, nessa área, 247 unidades domiciliares e 78 unidades não domiciliares, além das indústrias de grande porte.

Já o Parque Fernão Dias - Piemonte permanece como vazio urbano até a década de 80. A mesma base de dados aponta 316 unidades domiciliares e 73 não domiciliares ali existentes em 1991. As unidades de uso não domiciliar constituem-se galpões ocupados por atividades industriais de apoio à indústria e ao transporte.

A área de Jardim Terezópolis - formado pela invasão de terrenos parcelados mas não ocupados, inicialmente -, apresentou um adensamento significativo no período que vai do início da década de 70 até 1991, aumentando cerca de 21 vezes o número de unidades domiciliares, o que exerce considerável influência sobre o crescimento das vilas¹³⁹, e cerca de 90 vezes as unidades não domiciliares, segundo dados do CEURB (1994: 35). Quanto às unidades não domiciliares, estas cresceram também em complexidade, surgindo postos de abastecimento, restaurantes e indústrias à margem da BR-381.

A área que compreende os bairros Laranjeiras, Industrial São Luíz, Vila Cristina, Duque de Caxias e Nova Badem, contava em 1970 com 309 unidades domiciliares e com 8 não domiciliares, entre estas últimas o Clube Forense. No ano de 1991, as primeiras apresentavam-se aumentadas de 19 vezes, e as últimas 68 vezes. Nesse momento, ainda, acusavam um percentual de cerca de 12% de edificações em construção. Os bairros Industrial São Luís e Vila Cristina e parte do fundo do PTB apresentam-se como trechos de periferação recente e distantes, precariamente atendidas quanto à distribuição de equipamentos básicos (CEURB, 1994: 27).

Aparentemente, a área de ocupação mais antiga desenvolve-se entre a localização da antiga estação e os tanques da Petrobrás, nas proximidades da ferrovia –

¹³⁹Segundo a mesma fonte, “... o adensamento das vilas em Betim tem a ver diretamente com a saturação de áreas de vilas antigas do eixo industrial - na Cidade Industrial Juventino Dias, Barreiro, Cabana do Pai Tomás, Nova Cintra e Santa Maria. Da rarefação ao adensamento, as áreas do Imbiruçu e Teresópolis acusavam as mais elevadas densidades do município” (CEURB, 1994: 40).

compreendendo o bairro Jardim Califórnia e a vila Santa Maria. Aí, do lado norte em relação ao Terminal Imbiruçu, em terreno de amplas dimensões, encontra-se a Cerâmica Imbiruçu, existente no local há mais de 40 anos. Do outro, mais próxima de onde se acham implantados os reservatórios de combustível do Terminal Imbiruçu, permanece ainda a pequena Capela de São Sebastião, provavelmente construída nos idos de 30 e 40, e olhando de frente para o que, no passado, deve ter se constituído parte de uma extensa área rural, com suas matas ainda remanescentes e acessos limitados.

A aglomeração provavelmente originou-se da antiga parada do trem, cuja localização original não pudemos identificar com certeza (o mesmo se dá com o antigo edifício da estação). Desde a implantação da via férrea que se inicia a formação e consolidação de pequenos núcleos junto às estações. Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 40 e 50, estes núcleos constituem a base de sustentação para os loteamentos surgidos com a especulação imobiliária. Na década de 70, o processo de periferação reforça-se em torno dos núcleos do Imbiruçu e do PTB.

A instalação da REGAP em Betim, no final da década de 60, em função da sua proximidade ao entroncamento viário para São Paulo e Sul de Minas e para o Triângulo Mineiro e Goiás, impõe a desarticulação justamente naquelas áreas mais parceladas durante as décadas anteriores. A área do Imbiruçu, parte da qual constitui objeto de nosso estudo, tendo se originado do núcleo mais antigo, só vai conhecer um processo de adensamento a partir da década de 70. Nesse momento, registram-se ali 438 unidades domiciliares, com 1629 moradores, e 38 não domiciliares, distribuídos numa área de 334,6 ha (CEURB, 1994: 40). Esta área é a que maior impacto recebeu a partir da implantação da Petrobrás e das grandes distribuidoras de combustíveis que se seguiram à primeira. Em 1991, a área do Imbiruçu - Amazonas contava com 4.962 unidades domiciliares. Apesar do aumento significativo da ocupação, um percentual de área igual a 27,3% ainda permanecia desocupada.

Neste apanhado, percebe-se que a região das periferias metropolitanas apresentou um acelerado movimento de adensamento, que se traduz no aumento da ocupação por unidades domiciliares de baixo padrão, ao lado das grandes unidades industriais. Esse crescimento ainda se mantém, aumentando o número de domicílios a uma taxa mínima de

7,5% ao ano. Em uma das entrevistas realizadas para este trabalho¹⁴⁰, o assessor da Regional do Imbiruçu afirmou que a indústria, ou melhor, os subempregos gerados a partir de sua implantação, permanecem como o principal atrativo para o crescimento populacional da região, como um todo. Constituindo grande parte do excedente de mão de obra que não consegue emprego regular no município, vinculam-se aos mercados de trabalho esporádicos e sub-remunerados disseminados na região metropolitana. As condições físico-ambientais dos aglomerados são, em geral, precárias, refletindo-se no baixo índice de serviços e equipamentos urbanos existentes.

A nova industrialização estimula os parcelamentos de terra, reagrega os mais antigos e cria um mercado imobiliário propriamente dito em Betim. O impacto é mais notável durante a construção da fábrica da FIAT, quando o volume de registros imobiliários salta de 2.194 em 1975 para 4.677 em 1976, acusando um crescimento de 137%. O mesmo se dá com os preços, que sofrem um aumento da ordem de 750% no período que vai de 1972 a 1976 (CEURB, 1994: 8).

O espaço de produção, gerado a partir da implantação das grandes empresas e corporações - REGAP, Petrobrás, FIAT, KRUPP, Ritz Chance, Esso, Texaco, Shell, Gasbrás e outras - impacta fortemente sobre as estruturas pré-existentes de circulação e assentamentos urbanos, conseqüentemente desarticulando os espaços de moradia. À isto acrescenta-se a ação do segmento imobiliário, em momentos estratégicos. SANTOS (1997: 34) nos adverte que, uma vez enfraquecido o Estado, o mercado torna-se praticamente soberano em suas ações, “regulando” em benefício próprio e promovendo a desigualdade da paisagem urbana, através de mecanismos que restringem o acesso igualitário aos bens e serviços básicos.

É importante lembrar que as regiões periféricas do Imbiruçu e do PTB evoluem como uma consequência da expansão do espaço de produção, cuja lógica de serviços e estruturação espacial, baseada na racionalidade do planejamento prévio, desenvolve-se de modo bastante diferenciado daquelas áreas urbanas que crescem na medida da multiplicação das atividades de pequeno e médio porte. De um modo geral, ao lado das precárias tentativas de regularização, quase sempre limitadas à abertura de vias, evidenciam-se as marcas da improvisação e do inacabado. Nessas regiões, verifica-se que

¹⁴⁰ Entrevista realizada no dia 19 de maio de 2000, com o assessor da Regional Imbiruçu, Tatinho, e contando com a presença de um morador, Bruno.

os poderes públicos, no tocante à regulação do uso e ocupação da terra, estão sempre à reboque dos fatos, quando muito buscando conter ou minimizar as situações extremas – como as invasões em áreas de risco, por exemplo.

A característica principal da ocupação periférica é a ausência total de infraestrutura no momento em que ela ocorre. É, por oposição aos centros (administrativos ou industriais), o lugar onde a ideologia dominante revela as suas lacunas, pois se o zoneamento estabelecido é obedecido (ainda que a custa de conflitos) nas áreas de alta renda, aqui descortina-se o quase total anacronismo desse mecanismo ordenador do solo. Loteadores clandestinos e a população que não tem meios de adquirir a terra, através de suas ações, expõem a outra face do planejamento, antecipando-se na ocupação e na expansão da cidade ilegal, precária e atrasada.

Portanto, a relativa autonomia dos novos aglomerados que surgem nas proximidades dos bairros de ocupação mais antiga decorre tanto da sua distância e desarticulação em relação ao centro tradicional da cidade, quanto das especificidades das tradições e costumes culturais da população majoritária de migrantes que os compõem. Como registra ALTVATER (1987: 7), ao inserir-se nos esquemas de exploração funcional e extração de valor do mercado mundial (space), o espaço (place) vê-se desvalorizado como “*universo vivencial concreto e ligado ao lugar: é a ‘perda do chão’*”.

O espaço denominado genericamente como Imbiruçu (des)conforma-se em torno dos eixos viários e do polo representado pela concentração das unidades industriais, e apresenta as marcas da ocupação improvisada – a pressa em garantir a “posse” do pedaço de chão, a permanência garante-se depois – e da carência de equipamentos urbanos e sociais. Observando-se o mapa desta região a leste do centro de Betim, podemos apontar as seguintes características básicas:

- as áreas cuja ocupação deu-se através de ação irregular, do ponto de vista legal, (favelas, invasões) predominam sobre os loteamentos regulares, e os primeiros acabam, quase sempre, por serem regularizados;
- dentre as ocupações irregulares, o bairro de Terezópolis apresenta a maior área, sendo esta articulada internamente, ainda que de forma precária, por três eixos: a avenida

Belo Horizonte e a rua Campo Formoso na direção L / O, e a avenida Duque de Caxias, na direção N / S, esta última praticamente atravessando o bairro e ligando a BR-381, de um lado, à ferrovia, do outro;

- “bolsões” de ocupação irregular ocorrem nos espaços entre os assentamentos regulares, desenvolvendo-se nos trechos onde a condição topográfica e de acessibilidade são piores, por exemplo, a Vila Imbiruçu e Vila São Caetano, encravadas entre os bairros São Cristovão e Jardim Perla, pelo lado oeste, Jardim Califórnia ao sul, e bairro São Caetano, ao norte;
- a linha da ferrovia e a BR funcionam como barreiras, dificultando as ligações N / S; os terrenos situados nas suas margens apresentam, de um modo geral, ocupações irregulares (invasão), ou ocupação por serviços de grande porte (indústrias, postos e distribuidores de gasolina);
- o espaço do assentamento habitacional, pelas razões apontadas acima, de um modo geral contrasta fortemente com os espaços ocupados pelas unidades de produção (FIAT, SHELL, Terminal Imbiruçu, Betingás, Refratários Brasil, e outras), a partir de sua própria organização formal, dimensionamento e qualidade de acessos, os quais são privilegiados em detrimento da população moradora;
- os espaços ocupados pelos reservatórios de combustível, quase sempre margeando a rodovia ou a ferrovia, impõem uma vizinhança incômoda e perigosa aos assentamentos habitacionais, sobressaindo pelo seu aspecto geométrico e regular dentro da “colagem” de construções predominantemente térreas, ocupadas por residências unifamiliares, pequeno comércio, serviços;
- entre os clubes existentes na região (Clube Recreativo do BEMGE, Arvoredos Clube Residencial), que se implantam em área que já pertenceu a antigas fazendas, e os espaços industriais, o bairro Terezópolis estendeu-se por uma larga faixa de terra a partir do trevo da FIAT, o que confirma a noção de aproveitamento de quaisquer possibilidades de assentamento, quando se trata da moradia de baixa renda;
- com acesso pela rodovia, através do trevo da FIAT, e próximo dos trilhos da ferrovia do Terminal Imbiruçu e dos clubes / loteamentos citados acima, situa-se o Centro Artístico Cultural Frei Estanislau, equipamento urbano fundado nos anos 70, e que já se tornou uma referência na cidade, devido ao trabalho social e cultural que

desenvolve;

- alguns bairros melhor estruturados – presença de escolas, parcelamento mais regular (dimensão de lotes e quadras) – sobressaem no “mosaico” que caracteriza a região: o bairro Amazonas, o bairro São Cristóvão e, em posição mais secundária, o bairro Jardim Califórnia, este objeto de nosso levantamento, juntamente com parte da área conhecida como Vila Santa Maria.

A área lindeira aos trilhos da ferrovia, no lado norte, acha-se sob o impacto das obras de canalização do Riacho das Areias, o que contribui para, eventualmente, aumentar o nível de conflitos que se apresenta naquela região. Na paisagem empobrecida de vegetação, quase árida, o que chama a atenção é justamente as marcas daquela apropriação funcional que domina o espaço, ou seja, a ferrovia e os enormes tanques do Terminal Imbiruçu. A primeira limita, divide o lado do Terezópolis do lado do Imbiruçu, funciona como barreira; o segundo, sobressai no conjunto predominantemente horizontalizado e precário, na precisão metálica de suas formas.

3.2. 2. Imbiruçu: uso e ocupação do solo

Embora constituída por vários bairros e vilas, a região é, indistintamente, chamada Imbiruçu, tanto pelos moradores, quanto pelos funcionários da administração pública. Em entrevistas, às vezes torna-se difícil, para quem é “de fora”, distinguir de qual região ou trecho está se falando. O acesso ao trecho estudado – bairro Jardim Califórnia e vila Santa Maria -, se faz através da avenida São Caetano – que se articula com a avenida Tapajós, e depois seguindo pela rua “8”, ou, pelo lado sul, através do trevo FIAT, e em seguida atravessando-se os trilhos da ferrovia.

Nos limites com a área ocupada pela vila Imbiruçu – onde começam os becos e ruelas do espaço originalmente ocupado através de invasão -, a noroeste, a pavimentação das vias torna-se bastante irregular ou mesmo inexistente.¹⁴¹ Esta diferenciação, que

¹⁴¹ No momento, iniciam-se as obras de urbanização da Vila Imbiruçu, pela prefeitura municipal, conforme previsto no plano diretor de 1996.

praticamente determina uma “transição” entre os espaços dos respectivos assentamento, é reveladora das diferentes capacidades de apropriação do território da periferia: embora marcado pela precariedade, como um todo, percebe-se ainda variações em torno dessa característica, diferentes graus de precariedade.

No lado oeste do bairro Jardim Califórnia, situa-se o bairro Jardim Perla,¹⁴² em área que foi ocupada desde há, aproximadamente, cinco anos. No local, verifica-se um grande número de novas edificações em construção, sinal indicativo de ocupação mais recente. No Plano Diretor atual, praticamente toda a área que limita ao norte o bairro Jardim Califórnia é caracterizado como Área de Interesse Social, sujeitas a normas específicas de uso e ocupação do solo, AIS – I e AIS – II, esta última englobando também a Vila Imbiruçu, ocupada por população de baixa renda e atualmente recebendo obras de regularização urbanística.

A ocupação no bairro Jardim Califórnia apresenta-se de forma curiosa, onde lotes de forma e dimensões mais ou menos regulares encontram-se ao lado de áreas mais extensas, cujas divisas não estão claramente demarcadas, e onde se implantam várias edificações. No trecho norte da área de estudo, bordejando a favela, apenas a rua “14” determina o limite entre os assentamentos, que não se diferenciam muito em termos da tipologia e qualidade de construções. É o caso da quadra C, que, faceando a rua “7”, apresenta uma sucessão de ocupações em lotes de limites definidos, o que já não ocorre acima do limite indicado no mapa.

No trecho mais a leste, com acesso pela rua José Lúcio Soares e rua Santa Maria, identifica-se a permanência de grandes áreas de chácara, com várias edificações unifamiliares distribuídas de forma dispersa e emolduradas por extensos quintais com densa vegetação. É este o trecho de ambiente mais aprazível da região, pela extensão das áreas verdes sombreadas. A vizinhança representada pela antiga olaria, a Cerâmica Imbiruçu – atividade industrial tradicional, não chega a constituir problema ambiental para os moradores. Em tempo, ao longo do riacho das Areias ainda é bastante comum a existência de olarias, cuja atividade de produção artesanal responde por uma fatia significativa dos empregos da região desempenhados, na sua maioria, por membros de uma mesma família e trabalhadores pouco qualificados.

¹⁴² É irônico confrontar a denominação dos bairros da periferia com a realidade que se apresenta: tanto mais destituídos de facilidades urbanas, tanto mais o “marketing” dos loteadores empenha-se em suprimir esta mesma realidade.

Do outro lado da ferrovia, já dentro dos limites do chamado bairro Amazonas e tendo o Terminal Imbiruçu a oeste, encontramos a antiga Capela de São Sebastião, construída em meados dos anos 40, em terreno que era parte de uma das fazendas da região.¹⁴³ Destaco este trecho, embora seja apenas um dos referenciais limite da área estudada, pelo fato de o mesmo guardar ainda, tal como os terrenos de chácaras descritos acima, aspectos da localidade rural que constituía a porção leste de Betim, até o advento da industrialização e sua conseqüente inserção na extensão da periferia urbana. Situada no alto de uma colina, à sua frente uma espécie de largo resulta do encontro de três vias não pavimentadas. A entrada principal da capela abre-se para este largo, de onde se descortina uma paisagem ainda predominantemente verde com umas poucas construções das chácaras existentes. A vizinhança dos reservatórios da PETROBRÁS, aqui, é no mínimo, desconcertante.¹⁴⁴

No trecho que corresponde ao bairro Jardim Califórnia e Vila Santa Maria, observa-se, como já indicamos anteriormente, a predominância do uso residencial, unifamiliar (82,1 %), geralmente construções antigas relativamente em bom estado de conservação, apresentando alterações ou não, ou em processo de reforma. Uma curiosidade que constatamos é a existência de uma construção com várias unidades de moradia para aluguel, na avenida Maracanã (o que não quer dizer que não existam outras, como forma de aproveitamento do espaço familiar visando uma renda suplementar). Aparentemente reformada para adequar-se a tal uso, e situada na vizinhança da ferrovia, faz pensar na eventual procura de hospedagem, por precária que seja, por aquela população recém-chegada e em busca de emprego / moradia.

Em seguida, comparece o uso comercial (6,87 %), onde predominam os pequenos estabelecimentos – loja de utensílios domésticos, sacolão, padaria, farmácia e vários botequins – que são comuns em qualquer bairro, visando o atendimento das necessidades da vida cotidiana. O uso misto também está presente, geralmente combinando as atividades de moradia e comércio, que ocorrem em maior proporção (1,37 %). Boa parte desses estabelecimentos constituem-se em meras adaptações daqueles espaços não utilizados da moradia – às vezes a garagem sem serventia, um depósito construído entre a casa e a

¹⁴³ Ver ANEXOS, DOC. 3.

¹⁴⁴ No plano Diretor de 1996, o Art. 106 (BETIM, 1996: 39) dispõe sobre a realocação do terminal, visando resolver o problema de segurança da população, através de estudo a ser conduzido pelo poder público e envolvendo as empresas interessadas. No entanto, não temos notícia sobre qualquer providência nesse sentido.

divisa, e mesmo o que deveria ter sido uma varanda inicialmente -, reforçando a percepção da tendência da prestação de serviços que é oferecida pelos próprios moradores da comunidade, até como forma de suplementar os ganhos. Como é de se esperar, o aspecto de improvisação, do acabamento apressado e sem muitos cuidados, é a marca recorrente nesses casos.

O mesmo se observa com relação aos serviços, estabelecimentos que ocorrem em número pouco expressivo (1,37 %). As exceções ficam por conta daqueles setores de apoio administrativo de algumas indústrias, como a edificação situada na rua “4”, pertencente ao frigorífico: com dois pavimentos, foi construído para a função que abriga. À propósito, esta unidade industrial, o frigorífico, determina um dos problemas ambientais da região, devido à prática de dispor dos rejeitos, provavelmente sem os devidos cuidados sanitários que seriam necessários. Em tempo de calor, principalmente, a vizinhança se ressentiu do mau cheiro e acúmulo de insetos que são atraídos para o local.

Apesar da precariedade geral das condições do bairro, registra-se a existência de várias edificações de bom padrão de acabamento, como algumas situadas no lado ímpar da rua “11”, onde se verificam também residências ainda em estágio de execução. Do lado par da mesma rua, entretanto, verificamos somente duas construções de bom padrão (nºs. 42 e 50).

TABELA XIV – IMBIRUÇU - USOS		
IMBIRUÇU – USOS		
USOS	PERCENTUAL	UNIDADES
RESIDENCIAL	82,1	239
COMERCIAL	6,87	20
SERVIÇOS	1,37	4
RESIDENCIAL / COMERCIAL	1,37	4
RESIDENCIAL / SERVIÇOS	1,37	4
COMERCIAL / SERVIÇOS	0,34	1
INSTITUCIONAL	1,03	3
RESIDENCIAL/COM/SERVIÇOS	0,34	1
LOTE VAGO	4,12	12
RESID/COM/INDUSTRIAL	0,34	1
OUTROS	0,34	1
INDUSTRIAL	0,34	1
TOTAL	100	291

Fonte: Dados originais

TABELA XV – IMBIRUÇU - OCUPAÇÃO		
IMBIRUÇU – OCUPAÇÃO		
OCUPAÇÃO	PERCENTUAL	UNIDADES
01 PAVIMENTO	74,7	234
02 PAVIMENTOS	17,9	41
03 PAVIMENTOS	1,7	4
LOTES VAGOS	5,7	12
TOTAL	100	291

Fonte: Dados originais

A Escola Municipal Sebastiana Diniz Matos Cardoso ocupa um terreno plano, na quadra definida entre as ruas “1” e “4” e a avenida Maracanã, e, juntamente com a Escola Estadual Abílio Gomes da Costa – que limita a área de estudo, constitui a oferta de equipamentos institucionais de ensino da região. Do outro lado da ferrovia, fora da área de estudo, situa-se o Centro Cultural Frei Estanislau, instituição pública que trabalha na formação de mão de obra artesanal (madeira, couro, fibras, cerâmica, etc.) e incentiva a difusão cultural na região, através da promoção de atividades de dança, teatro e música. Dentro do campo pesquisado, não foram registrados hospitais ou centros de saúde, e nem nas proximidades. Para completar o quadro relativo às instituições, não se pode deixar de notar a ocorrência dos lugares de culto religioso, na sua maioria construções mais ou menos precárias que são apropriadas pelas igrejas evangélicas¹⁴⁵.

A ausência de espaços públicos e de lazer também é notória. Evidencia-se a predominância dos espaços de passagem – ruas e avenidas, a maior parte pouco arborizada, deixando ver a aridez que se dissemina a partir do conjunto funcional do Terminal Imbiruçu. Os espaços de permanência se constroem a partir das próprias atividades, como os bares e igrejas, que facilitam a extensão das práticas sociais. Do outro lado da ferrovia, o Centro Cultural Frei Estanislau supre parte dessa demanda por espaços de sociabilidade, mas sempre dentro de uma programação, e, de qualquer forma, sua localização não propicia o acesso fácil para todos os bairros da região, exatamente como no caso de nossa área de estudo.

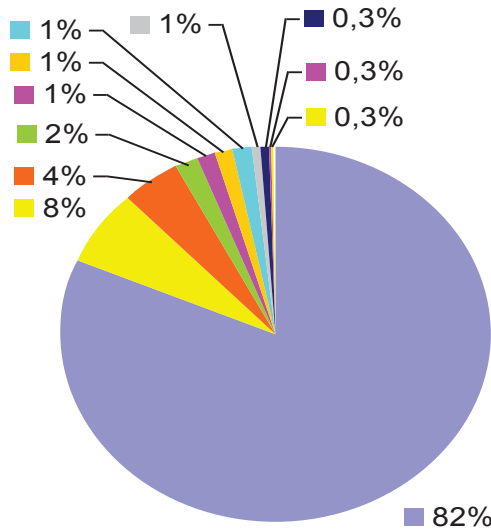
¹⁴⁵ Segundo ASSIS (1997: 77), a concepção de dominação religiosa dessas igrejas, através da liderança do pastor, tem sido muito explorada politicamente, no sentido de eleger parlamentares evangélicos.

Observa-se que a maior concentração de estabelecimentos de comércio e de usos mistos ocorre ao longo da avenida Maracanã, nas faces de quadra Z, T e R, talvez pela proximidade da Trincheira do Imbiruçu, construída para resolver a questão da transposição entre os bairros de um lado e outro da ferrovia. Também nas ruas “4” – a que dá acesso ao frigorífico (face de quadra J e K) e “12” (faces de quadras B e C) observa-se a presença maior desses estabelecimentos de pequeno comércio e serviços. As ocorrências apontadas denunciam uma leitura funcional do espaço por parte desses pequenos empreendedores. No primeiro caso, é a centralidade desenvolvendo-se nas proximidades do ponto de transposição entre as duas grandes áreas da periferia industrial: Imbiruçu e Terezópolis. No segundo caso, uma centralidade interiorizada, que se avizinha da vila e da proximidade da escola, explorando consumidores potenciais.

Embora a atual dificuldade de acesso ao local, quando da finalização das obras do Riacho das Areias este se constituirá em vetor de grande capacidade de articulação entre a periferia industrial e a região do centro tradicional. A não complementação do eixo de transporte ferroviário do Trem Metropolitano de Belo Horizonte - TMBH - até Betim, por outro lado, tal como previsto nos estudos realizados durante a década de 80, certamente também concorre para a manutenção das dificuldades de acesso à região e de sua integração maior com a região metropolitana, inclusive no que se refere à instalação de novas atividades terciárias, diversificando a sua oferta e propiciando a consolidação dos centros periféricos.

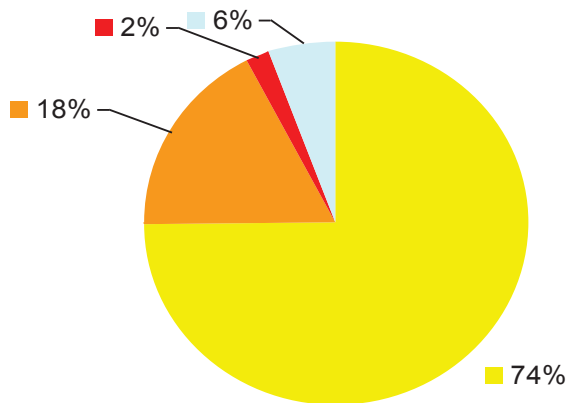
FIG. 18
 IMBIRUÇU – GRÁFICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Gráfico Uso do Solo - Imbiruçu



- Residencial = 239 edificações
- Comercial = 20
- Lote Vago = 13
- Residencial / Serviço = 5
- Institucional = 4
- Residencial / Comercial = 4
- Serviço = 4
- Residencial / Comercial / Serviço = 2
- Industrial = 1
- Em Construção = 1
- Serviço / Comercial = 1

Gráfico Ocupação do Solo - Imbiruçu



- 1 pavimento = 171 edificações
- 2 pavimentos = 41
- 3 pavimentos = 4
- Lote Vago = 13



1
2
3

FIG. 19
FOTO 1 - A Estação, construída provavelmente na década de 70 (telha kalhetão de amianto e vigas aparentes com balanço formando apoio para a cobertura), não se constituiria em referência, não pela pobreza dos elementos locais e pelo relativo vazio em seu entorno. Os trilhos da estrada de ferro constituem uma barreira à circulação, na região.



FOTO 2 – O prédio da Rscola Municipal Sebastiana Diniz Matos Cardoso, situada à rua 4, n. 61, destaca-se em meio às pequenas construções ao lado, pela sua extensão, apesar de apresentar um só pavimento.



FOTO 3 – Esta imagem oferece uma idéia do ambiente local, com as obras do riacho das Areias em curso, e a presença dominante dos reservatórios de combustível, situados do outro lado ferroviária.



1	2
3	4

FIG. 20

A montagem acima refere-se a fotos obtidas no trecho mais a leste da área estudada, no bairro Imbiruçu.

A foto 1 mostra a antiga Cerâmica Imbiruçu, implantada na rua José Luís Soares, s/n, há cerca de quarenta anos, segundo o depoimento do atual proprietário. Esse tipo de uso industrial é bastante comum ao longo do riacho das Areias, onde ainda existem várias olarias funcionando, do modo mais tradicional. Com a obras de canalização do riacho das Areias em curso, algumas foram desapropriadas. A imagem 2 mostra uma visada tomada de dentro da própria cerâmica, de onde se tem a visão dos tanques de combustível, instalados nas proximidades.

As imagens 3 e 4 referem-se a edificações de uso residencial, predominante nesta área estudada. A de número 3, situada na rua 237, é, na verdade, uma chácara, um dos poucos trechos ainda aprazíveis da região. Sua construção também apresenta traços que teriam sido comuns nos anos 50, quando popularizou-se o uso de lajes impermeabilizadas servindo de varandas.

A foto 4, residência situada à rua Santa Maria, 61, próxima das anteriores, também reproduz o padrão de moradia mais antiga, dos anos 40, talvez, em área de chácara, inicialmente.

Apesar da proximidade da atividade industrial (Cerâmica Imbiruçu), este trecho é um dos mais agradáveis, justamente pela presença de vegetação densa nos lotes.



1	2
3	4

FIG. 21

As imagens 1 e 2, rua 1, n. 8 e rua 1, vista geral, evidenciam a presença forte na paisagem local dos reservatórios de combustível da REGAP ou das suas distribuidoras. Essa vizinhança incômoda e perigosa faz parte do cotidiano da população do bairro. A foto 2 mostra, à direita, o muro de vedação da faixa de domínio da ferrovia.

A foto 1 é tida como a antiga casa do vigia da antiga estação de estrada de ferro, demolida para dar lugar à atual (informação dada pelo assessor da Regional Imbiruçu). Um detalhe mostrado na mesma foto guarda a evidência deste último período eleitoral, com a propaganda dos candidatos da situação. Em praticamente todos os muros, constatamos inscrições ou faixas dos candidatos.

A foto 3, na mesma rua 1, número 70, mostra uma edificação com várias unidades de residência para aluguel, o que explicita uma certa rotatividade de população no local, que, ou não se fixa, ou aluga temporariamente, enquanto procura trabalho. A foto 4 mostra uma visada geral da via, a partir da esquina com rua "5".



FIG. 22

A montagem acima traz alguns exemplares construtivos do Bairro Imbiruçu, edificações situadas na rua 5.

1	2
3	4

As fotos 1 e 2 referem-se a edificações existentes em lados opostos da mesma rua, rua 5, cujos usos são definidos como variáveis, servindo muitas vezes como depósitos, e, algumas vezes, como moradia temporária (informações obtidas com vizinhos).

A foto 3, referente à esquina com rua --, temos a edificação com dois pavimentos, sendo o térreo comercial e o pavimento superior moradia da própria família.

A foto 4, na mesma rua 5, número 63, mostra a moradia unifamiliar, exemplar construtivo que permanece praticamente sem alterações, apresentando um padrão que era comum nos anos 40 e 50.

De um modo geral, observa-se que são construções mais antigas, em variados estados de conservação.

3.3 Colônia Santa Izabel

“O tema da higiene [...] foi fruto do surgimento da grande cidade, marcada em seus primórdios por precaríssimas condições de saneamento e assolada sistematicamente por epidemias.”
(ROLNIK, 1997: 37)

É interessante destacar que, já na década de 30, manifestava-se em Betim um dos mais significativos exemplos dessa relação de dominação que se estabelece desde os centros maiores, de maior expressão política. Em 1931, (então Distrito da Segunda Companhia de Santa Quitéria), inaugurava-se a Colônia de Santa Izabel, planejada para a internação e controle dos doentes de hanseníase. Nessa intervenção, um dos importantes parâmetros que inicialmente se considera para a implantação é a distância do sítio escolhido em relação à capital, Belo Horizonte, facilitando ao mesmo tempo o isolamento dos doentes e o controle médico-sanitário (sempre em relação à capital do Estado).¹ A distância em relação à da sede do município de Santa Quitéria não é sequer cogitada, nesse aspecto.

É no contexto da inserção do país dentro da economia capitalista, como vimos anteriormente, que começam a ser implementadas as políticas públicas de controle e erradicação de doenças no país, através da atuação de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. De início, a forma autoritária que revestiu a aplicação dessas políticas suscitou críticas e manifestações contrárias veementes por parte da população. No entanto, estavam dados os primeiros passos para a definição de uma política estatal de combate às doenças infecciosas e à hanseníase. Até então, os portadores do mal de Hansen tinham apenas a caridade pública como alternativa assistencial. A partir de 1920, com a criação do órgão federal Inspetoria da Lepre e Doenças Venéreas, inicia-se um esforço no sentido de controlar e erradicar a hanseníase e outras endemias.

O modelo de atuação proposto baseia-se em ações de caráter sanitário como a vigilância e a educação sanitária para a população, as medidas profiláticas e a assistência higiênica, a inspeção e a fiscalização, e o isolamento dos doentes, supervisionadas por órgãos centralizadores que gozavam de relativa autonomia técnica e administrativa.² Nesse

¹ Ver ANEXOS, DOC. 4.

² É nesse contexto que são criados os Dispensários Itinerantes, “os quais são postos avançados e móveis. Constituem-se de leprologistas e guardas especializados que [...] vão da cidade ao vilarejo, da fazenda

discurso, identifica-se a associação entre doença, e sua conseqüente propagação, com a pobreza e os bolsões de miséria. Para controlar a doença, portanto, urgia a criação de estratégias para controlar a camada mais pobre da população (LANA, 1997: 65-66). Essa postura ganhará força a partir de 1926 até 1934, em pleno Estado Novo, quando passa a prevalecer o conceito de isolamento compulsório para os doentes.

A Colônia Santa Izabel foi criada através da Lei nº 801 de 22 / 09 / 1921, que autorizava o Estado a instalar leprosários em zonas de maior endemicidade. Para a constituição da sede do leprosário, através do Decreto nº 6.038 de 21 / 03 / 1922 o Estado desapropria, a título de utilidade pública³, os terrenos, os mananciais e benfeitorias da Fazenda do “Motta”, no município de Santa Quitéria, Minas Gerais. A pedra fundamental da Colônia foi inaugurada em 12 / 10 / 1922 ⁴, porém, a obra só vai ser inaugurada em 23 / 12 / 1931. No ano de 1936, o Governo do Estado e a União planejam o que caracterizam como um “*organismo profilático*” para o combate à doença, e, através da Lei nº 209 de outubro de 1937, é criado o Serviço de Defesa contra a Lepra, posteriormente transformado em Divisão de Lepra pelo Decreto Lei nº 1.751, de 03 / 06 / 1946⁵.

Considerada modelo na época, a Colônia Santa Izabel foi pensada como uma estrutura complexa, composta de setores destinados aos pacientes casados, solteiros, e para os que tinham condição de pagar pelo aluguel / construção (habitações isoladas); pavilhões para os indigentes, separados para cada sexo; pavilhões para serviço clínico coletivo com

ao quintal que rodeia a cafúia, do palacete do abastado ao lar humilde, cortam as palmeiras, transpõem as serras, percorrem os vales, cruzam os rios e assim, animosamente, vãos médicos itinerantes [...] na sua obra de fichar os nossos hansenianos e os seus comunicantes, [...] lhes falam em tratamento, em cura e em internamento, [...], a noção do que é a lepra, do perigo do contágio [...]” (ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Saúde, 1946). Registre-se, ainda, que a partir do “Plano de Recuperação e Fomento ...”, o governo Milton Campos instituiu um programa chamado de “extensão urra”, que combinava o Ensino Agrário Ambulante e a Missão Médica Censitária, com a finalidade de “*prestar assistência técnica e sanitária às comunidades*” (DULCI, 1999: 87). Entre as ações do programa, destaca-se a de estatística, destinada ao “*levantamento das moléstias humanas e de animais para controle*” (DULCI, 1999: 257). Embora não tenhamos identificado conexão mais direta, o programa de 1947 parece apontar para uma atuação “compreensiva” dos problemas rurais, incluindo-se o controle das doenças.

³A título de informação, a desapropriação, instrumento legalizado em 13 / 04 / 1850, na França, possibilitou a Haussmann uma base de atuação legal para a implantação dos projetos urbanísticos que transformaram a fisionomia de Paris, inaugurando um modelo que seria copiado em muitas partes do mundo, posteriormente, inclusive no Brasil.

⁴Em 13 / 10 / 1922, no Rio de Janeiro, o Dr. Antônio Aleixo - Diretor da Inspetoria da Lepra - exhibe as plantas do Leprosário Santa Izabel, durante a Conferência Americana da Lepra.

⁵ ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Saúde: 1946.

enfermaria geral; enfermaria para intercorrências e outra para mutilados, além de sala de cirurgias. Outros pavilhões foram construídos para abrigar crianças, casos em observação, pacientes agitados e portadores de outras doenças infecciosas. A estrutura de apoio dividia-se em hidroterapia, farmácia, laboratório com biotério, administração, casas para funcionários, para religiosos, lavanderia, diversões e um cemitério.⁶

A finalidade desse aparato era promover o isolamento dos leprosos do convívio com a sociedade. A exclusão social ali fazia-se através da institucionalização do “espaço terapêutico”, cuja administração, fundamentada no saber médico e na pressão da sociedade civil, era de caráter coercitivo, com leis, regras e regulamentos próprios. No espaço controlado da colônia, através das estratégias da vigilância, do trabalho, da diversão e da prática de esportes, e da religião, reproduziu-se ainda a divisão de classes da sociedade em geral, configurando-se uma estratificação interna de acordo com a classe sócio-econômica dos doentes (LANA, 1997: 75). Na questão da habitação, por exemplo, sobressai essa diferenciação originada desde o nível de poder aquisitivo dos internos. As comodidades e mesmo a questão do controle, implicando em maior ou menor liberdade para os internos, estava, pois, associada à sua origem.⁷

A colônia, cujo projeto é do engenheiro-sanitarista Lincoln Continentino, revela na configuração do seu espaço físico os princípios norteadores do higienismo, base construtora do urbanismo, nas primeiras décadas do século. O autor enfatiza mesmo que “os princípios do urbanismo moderno devem ser adotados nos planos de leprosários” (CONTINENTINO, 1937b: 247), onde se ressaltam os cuidados com a topografia, a drenagem, a existência de cursos d’água, a direção dos ventos predominantes, a adequação das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e do sistema viário.

Apesar de admitir o aspecto polêmico que cerca a prática do segregacionismo nas colônias de leprosos, impondo a retenção compulsória àqueles, e considerando que a

⁶ Outras colônias e sanatórios foram fundados no Estado, dentro da política de controle e tratamento da doença: Colônia Santa Fé, em 12/05/1942, a 5 km da cidade de Três Corações; Colônia São Francisco de Assis, em 21/03/1943, a 8 km da cidade de Bambuí; Colônia Padre Damião, em 15/12/1945, na cidade de Ubá; Sanatório de Roça Grande, e, 21/09/1944, no município de Sabará (ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Saúde, 1946: s.p.).

⁷ Cf. CONTINENTINO, 1937b: 251. Ainda, quanto às relações entre os doentes, o casamento só seria permitido em “condições especiais”. Os filhos, estes eram separados dos pais “imediatamente após o nascimento e enviados ao preventório da Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e Defesa contra a Lepra” (CONTINENTINO, 1937b: 262).

hanseníase não seria mais contagiosa que as demais doenças infecciosas, Continentino aplica-se a desenvolver um espaço localizado a distância suficiente do centro político-administrativo do Estado - Belo Horizonte -, onde estão claramente demarcados a área dos doentes e a dos sadios. Argumenta que é na qualidade do “asilamento”, onde “*cada qual aprende a se isolar e [...] a viver no meio da própria população*” que está a garantia do isolamento da doença, insistindo na disciplina e na orientação quanto aos aspectos higiênicos (CONTINENTINO, 1937b: 260-261).

No dizer de Continentino, referindo-se à Colônia Santa Izabel, “*a zona dos doentes é uma verdadeira cidade*” (1937b: 263), enfatizando a existência de arruamento com 15 metros de largura dotados de iluminação pública, macadamizados lateralmente, e com jardins no centro. No entanto, a preocupação de criar ambientes agradáveis para os doentes, oferecendo-lhe um meio propício à vida sem constrangimento, onde pudessem exercer suas atividades cotidianas e divertir-se, mantendo relações gregárias, enfatiza, por oposição, o elemento de reclusão compulsória que pesa sobre os portadores do mal de Hansen.⁸ A relação com a cidade construída, a partir da sua imagem e estrutura física, serviria então para minorar o aspecto de total isolamento do local, em relação aos outros centros.

O traçado da Colônia Santa Izabel revela uma lógica nascente que então buscava reger a implementação dos novos setores urbanos, visando o controle e a adequação das cidades, sob o ponto de vista de uma ordem pré-estabelecida segundo os princípios higienistas. A dinâmica dessa ordem se traduz desde a escolha do sítio e sua relação com os centros maiores, no desenho urbano, no zoneamento interno e na implantação dos edifícios. Nesse aspecto, Santa Izabel encerra um cenário notável, um momento particular na evolução do município de Betim e da história do desenvolvimento do urbanismo brasileiro.

De acordo com as experiências anteriores, configuradas segundo modelos europeus, pretendia-se que as colônias se apresentassem como

... cidades de leprosos com suas enfermarias para os enfermos em tratamento e para as enfermidades intercorrentes, pavilhões de observação, habitações para casados e solteiros, jardins, campos de esporte e recreação, zonas de

⁸Sobre isto, Orestes DINIZ (1933: 68) ressalta que “*em nenhuma parte [os doentes] estariam melhor do que nas Colônias*”, pois são elas “*núcleos demográficos onde a igualdade é uma constante*”.

*agricultura, onde os enfermos pudessem desfrutar de ampla liberdade dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno. [...] O aspecto de lindas urbanizações com avenidas e ruas transversais com árvores de ambos os lados, com campos de esporte, pracinhas e todas as casas e edifícios separados entre si por um pequeno jardim com uma extensão que varia de seis a dez metros...*⁹

Nesse modelo ideal de instituição, desenha-se a utopia da cidade controlada a partir de uma necessidade ou demanda externa, qual seja a de resguardar a sociedade frente ao mal representado pela doença da lepra, e conseqüentemente privando os enfermos do seu direito de exercer a cidadania.¹⁰ A concepção da colônia como um núcleo isolado do restante da sociedade é visível na estrutura urbana do projeto da Colônia de Santa Izabel, tornando-a, naquele tempo, um exemplo a ser seguido.

Além da infraestrutura avançada para a época, que colocava a colônia em nível de auto-suficiência quanto aos serviços básicos urbanos, buscou-se implementar ainda o setor de equipamentos de lazer coletivo, como os clubes recreativos e o Cine Teatro Glória. A construção da Igreja também se insere nesse contexto de oferta de equipamentos próprios de uma cidade, consubstanciando o ambiente que deveria permitir a vida social dos internos da Colônia. No entanto, um fato curioso se impôs que não constava do projeto, menos ainda da concepção de administração da instituição: um “bairro boêmio”, criado a partir das exigências dos internos por um lugar para os seus encontros com as mulheres que se prostituíam, dentro da colônia. Apesar da oposição das religiosas que atendiam aos doentes, o então Diretor acabou por anuir, para evitar conflitos maiores (LANA, 1997: 83)

¹¹.

Na implementação do plano urbanístico das colônias, o principal critério prendia-se ao zoneamento do seu espaço, implicando na configuração de territórios distintos: o primeiro referia-se à zona dos doentes, o segundo à zona intermediária e, por fim, a zona dos trabalhadores da saúde. A zona dos doentes subdividia-se ainda em Leprosário, Dispensário

⁹ PIMENTEL, Cecília. In: *Informe de los Estudios Realizados en el Brasil y la Argentina*. 19-- , p. 26.

¹⁰ Os mecanismos de controle interno da Colônia impunham ao indivíduo uma outra identidade social, constituída sobre uma base de obrigações, deveres e penalidades imputáveis aos doentes, sem tratar dos seus direitos (Portaria n. 25, de 25 / 03 / 1947. *Arquivos Mineiros de Leprologia*, v.7, n.3, 1947. Trata das normas reguladoras da disciplina interna dos leprosários, ditadas pelo Serviço Nacional da Lepra. In: LANA, 1997: 77).

¹¹ A argumentação do diretor da colônia, ao ser questionado sobre sua decisão foi de que seria muito mais nocivo se os casais e homens fugissem da colônia em direção aos prostíbulos da cidade, pondo em risco as mulheres sadias. Cf. DINIZ, 1961: 167.

e Parlatório, seguindo o modelo preconizado para a administração de colônias-agrícolas¹². Um documento encontrado na Biblioteca José Mariano, antigo Pavilhão Patrocínio da Colônia Santa Izabel, expõe essa subdivisão acima mencionada:

[...] de acordo com normas já consagradas em administração de Leprosários o Estabelecimento é dividido em três zonas: 1-Sadia, 2-Intermediária, 3-Doente. [...] Na Zona Sadia: estão localizados os serviços gerais de administração, a residência do Diretor, Médicos e demais funcionários. [...] Na Zona Intermediária: fica o Pavilhão de recepção, o Pavilhão de observação, o Parlatório e a Cozinha Geral. [...] Na Zona Doente: todas as edificações necessárias aos enfermos. [...]

A “Zona Sadia”, então, compreenderia a residência do Diretor, residências dos Médicos, administração, almoxarifado, residência dos funcionários, garagem, padaria, escola, Casa das Irmãs e Capela, farmácia, laboratório e usina de força. A Zona Intermediária compreenderia o Pavilhão de Observação, o Parlatório e a cozinha. A “Zona dos Doentes”, por sua vez, abrangeria a maioria das instalações da colônia, constando de pavilhão de diversões, refeitório, pavilhão para crianças, pavilhão para moças, pavilhão para mulheres, pavilhão para homens, casas geminadas, casas isoladas, dispensário, intendência, hospital de homens, hospital de mulheres, igreja, necrotério, praça de esportes, cemitério, residências particulares, Caixa Beneficente e restaurante.¹³

¹²A opção pela instituição de caráter agrícola, nesse período (anos 30-40), deriva do fato de a doença ser considerada como endemia essencialmente rural, mesmo acometendo a população urbana. A economia brasileira, nesse período, ainda se encontrava na fase agrária (LANA, 1997: 100).

¹³ Arquivos Mineiros de Leprologia. 1947: 91-92.

3. 3. 1. Colônia Santa Izabel: aspectos do projeto original

Dominated space is usually closed, sterilized, emptied out
(LEFÈBVRE, 1993: 165).

A implantação da Colônia Santa Izabel é resolvida dentro de uma área de cerca de 120 alqueires, um amplo vale situado no município de Santa Quitéria¹⁴. Localizada a uma distância de 45 quilômetros da capital do estado, considerada suficiente pelo autor¹⁵, na direção da rodovia Belo Horizonte - São Paulo, tem como limite natural ao sul o rio Paraopeba. A Estrada de Ferro Central do Brasil se responsabilizaria pela construção de uma estação situada a cerca de 4,5 quilômetros da Colônia, a “Parada Carlos Chagas”, no km 594 da linha férrea. Cabe ressaltar que a via férrea, apesar da distância da estação, constituía o principal meio de acesso à colônia.

É interessante notar que, considerada a época em que foi construída, a implantação da Colônia Santa Izabel segue de perto as recomendações relativas à “configuração geográfica do terreno”, enunciadas por Continentino em 1937, em seu estudo “*Organização de Leprosários*” (CONTINENTINO, 1937b: 238). Tendo o rio Paraopeba como barreira, ao sul, a vertente onde hoje se assenta Citrolândia na direção norte, e o ribeirão Bandeirinhas limitando a sua face norte-nordeste, a Colônia desenvolve-se num fundo de vale de topografia suave, cujo acesso é feito pela estrada que vem de Mário Campos, passando pelo portão monumental que define o seu limite a leste.

Observando-se uma reprodução da planta original da Colônia¹⁶ (FIG. 23), sobressai a malha ortogonal que define as quadras retangulares que ocupam o terreno. De acordo com CONTINENTINO (1937a: 322), entre os pontos básicos a serem observados nos planos de urbanização está a adequação às condições topográficas locais, buscando-se evitar os grandes movimentos de terra e as rampas excessivas nos arruamentos. Segundo

¹⁴ Nesse período, o município de Santa Quitéria encampava os atuais municípios de Betim, Ibirité, Contagem e Esmeraldas, esta última sendo então a sede.

¹⁵ Pela argumentação do autor em suas conclusões, depreende-se que a criação da Colônia Santa Izabel, “*situado próximo a uma das áreas mais afetadas pelo mal*”, vinha sendo ou já fora o alvo de muitas críticas, todas relacionadas com a questão da localização do leprosário e os possíveis efeitos decorrentes, sobre a sociedade (CONTINENTINO, 1937b: 267; Consultar ANEXOS, DOC. 4).

¹⁶ CONTINENTINO, Lincoln. “Colônia de Lázarus Santa Izabel”. Conferência pronunciada em 1932 na Sociedade Mineira de Engenheiros. In: CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e Urbanismo*. Belo Horizonte: 1937.

ele, os planos em malha ortogonal¹⁷ só se justificariam em situações topográficas ótimas, predominando as baixas declividades.

A ênfase do engenheiro-sanitarista também recai sobre os aspectos do zoneamento ou da distribuição das áreas, as quais são definidas proporcionalmente em relação à área total do terreno disponível. No seu estudo sobre “*Organização de Leprosários*”, o autor prescreve que a “*área urbana destinada às habitações de leprosos deve ser dividida na seguinte proporção:*

Arruamentos, 20%.

Parques e jardins, 20%.

Total de espaços livres (ruas e logradouros públicos), 40%.

Área reservada às edificações, 57%.

Áreas destinadas ao comércio, indústria e oficinas, 3%. (CONTINENTINO, 1937b: 248)

Essa distribuição repete as proporções recomendadas para as cidades, porém atentando para a diversa classificação das respectivas áreas, quais sejam, a zona residencial, zona comercial e zona industrial, encontradas em estudo do mesmo autor¹⁸. Repete-se, ainda, no “*Plano de Urbanização de Belo Horizonte*”¹⁹, de 1939, um estudo crítico seguido de diretrizes e propostas, onde trata dos ajustes e melhorias de caráter urbanístico pensados para o Plano de Arão Reis. Portanto, torna-se patente a orientação do autor em seguir os mesmos padrões com que se buscava regular a estrutura física da cidade nos planos dos leprosários, evidenciando-se a intenção de reproduzir nestes, da melhor maneira possível, a imagem e a configuração daquelas.²⁰

¹⁷Segundo CONTINENTINO (1937a: 322), “*os typos rígidos de arruamentos, dispostos segundo um systema quadrangular, triangular, ou em xadres (gridiron system) não mais se justificam a não serem condições muito especiaes*”. Pois, “*... acarreta vários erros, condemnados pelo urbanismo, principalmente o de rampas excessivas*”.

¹⁸CONTINENTINO, 1937a: 323.

¹⁹CONTINENTINO, Lincoln. “Plano de Urbanização de Belo Horizonte”. Conferência realizada no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, 1939. *Revista Mineira de Engenharia*. p.41-59. 19--.

²⁰Comparando com a Lei 6.766, de 1979, temos: Área edificável: 62,60%; Equipamentos: 7,82 %; Circulação: 28,58%. Verifica-se que havia uma preocupação em garantir uma proporção generosa – 40% da área total – de áreas livres, compreendendo as vias e logradouros públicos. E, o detalhe mais importante consiste na definição de que metade dessa área (20%) deveria necessariamente corresponder a implantação de parques e jardins públicos. Boa parte dessa diferença é absorvida pela taxa de área edificável na Lei 6.766 (quase 15%), que comparece com 62,60%, sendo que aí também não se discrimina uma proporção relativa aos usos específicos, como a taxa apontada pelo autor, de 3% destinada ao usos do comércio, indústria e oficinas. Provavelmente, essa constituía-se numa tentativa de garantir a boa qualidade de vida local, segundo os preceitos higienistas, sendo que a unidade habitacional seria aquela que deveria apresentar padrões ótimos.

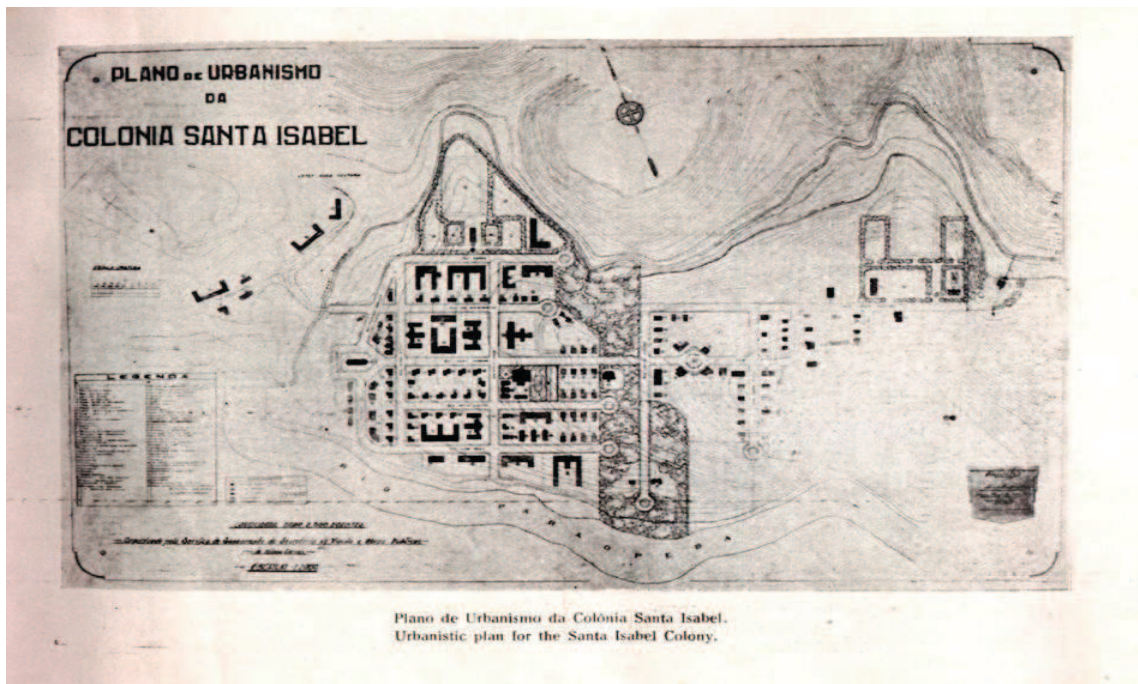


FIG. 23

Plano de Urbanismo da Colônia Santa Izabel, cujo projeto é de autoria do engenheiro sanitaria Lincoln Continentino. No traçado, evidencia-se a intenção de setorizar os usos e os limites do espaço interno, através da ordenação das quadras e vias. A preocupação com a qualidade de inserção no sítio transparece na relação entre a área de ocupação e os elementos locais, como o rio Paraopeba e o ribeirão Bandeirinhas, que também atuam como limites naturais. A mata, na porção central do desenho, separa os setores destinados aos doentes (lado esquerdo) e ao pessoal sadio (médicos, enfermeiros, etc.). O acesso de fazia pelo lado leste, através da estrada de Mário Campos.

Fonte: ESTADO DE MINAS GERAIS, 1946.

Sua concepção geral revela, através da organização do espaço, o caráter de uma “*instituição disciplinar*”²¹, onde se pretende controlar o tempo, vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta. A disciplina, nesse caso, institui-se em instrumento de poder, que se exerce na distribuição dos indivíduos “*em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado*”.²² Nas duas entradas da Colônia, guaritas e correntes demarcavam a fronteira entre o território controlado dos doentes e o mundo externo (LANA, 1997: 76).

Esse aspecto segregacionista revela-se também na concepção operacional da Colônia. O temor difundido do contágio obrigava à contratação da mão de obra local para os serviços de cuidados e vigilância dos doentes. Internamente, essas duas categorias de usuários - doentes e trabalhadores “da saúde” - geraram espaços diferenciados, sempre mais restritivos e controlados para os primeiros.

A chegada pelo antigo portal, ainda existente, passa primeiro pelo atual bairro Monte Calvário (na época, inserido na “zona da saúde”), local onde foram construídas casas e equipamentos destinados aos trabalhadores (médicos, enfermeiras e atendentes) que atenderiam a população interna da colônia. Na descrição feita pelo autor, este enfatiza tanto os limites externos da Colônia - demarcados com cerca de arame farpado e com apenas um “*portão principal monumental*” (Portal da Colônia)²³ - quanto aos internos, relativos à separação entre as zonas administrativa (zona sadia), de estudos (zona intermediária ou zona neutra) e dos doentes (zona doente).

Quanto ao provimento dos serviços públicos - abastecimento de água e energia elétrica, esgotamento sanitário, limpeza pública -, estes constituem a primeira preocupação do projeto e a base do funcionamento da Colônia. Segundo CONTINENTINO (1937b: 263), a infraestrutura da colônia é dimensionada para abrigar uma população de até 2.000 pessoas, sendo que em 1937 já se encontravam internados aproximadamente 200 doentes, isolados em edifícios com capacidade para cerca de 1.000 pessoas. Justificando-se na necessidade de constante e rigorosa higienização das instalações e dos próprios doentes, os aspectos do abastecimento de água potável e do esgotamento sanitário e de águas pluviais

²¹LANA, 1997: 76, citando conceito formulado por FOUCAULT, 1992.

²²MACHADO, 1992: 12, citado por LANA, 1997: 76.

²³Portal da Colônia, tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim, em 1997.

são objeto de precauções especiais para o dimensionamento dos sistemas.²⁴ A água é captada num açude e então lançada, por meio de bombas, num reservatório central de distribuição com capacidade para 120 mil litros.

A auto-suficiência da Colônia é pensada com relação ao provimento de todos os serviços, o que implica a necessidade de instalação de uma usina geradora, que era então composta de 2 grupos Otto-Diesel para 75 HP cada uma. Além disso, um depósito com capacidade para 5.000 litros de óleo combustível, e outro para água garantiam a refrigeração dos motores. Conforme o autor, toda a colônia seria iluminada, desde o portão principal até a zona dos doentes. Devido ao preço do combustível diesel, o autor do projeto sugere que se fizesse futuramente a substituição do mesmo por uma instalação hidro-elétrica.²⁵ A limpeza pública, no caso agregando aspectos relativos a cuidados observados em hospitais e sanatórios para tuberculosos, estaria condicionada à instalação de um “moderno incinerador” (CONTINENTINO, 1937b: 266-267).

A colônia adotou como padrão de terapia interna, à princípio, uma rotina de atividades sociais e de lazer, incentivando a prática de atividades culturais entre os doentes, como o teatro. Este foi objeto de tal sucesso que acabou por justificar a construção de uma edificação específica, doada pela municipalidade de Juiz de Fora (DINIZ, 1933: 18 – ver ANEXOS, DOC. 6). Em seguida, incorporou também as atividades ligadas ao trabalho, combatendo a ociosidade entre os doentes e visando a participação mais ativa dos mesmos no processo de tratamento e controle da moléstia. Por trás dessa decisão, buscava-se na verdade reforçar a utilização da mão de obra interna, fornecida pelos próprios doentes,

²⁴O autor aponta o consumo de água como sendo de 330 litros / dia per capita, superior ao consumo médio normal de uma cidade. A justificativa baseia-se na necessidade de constante e rigorosa higienização das instalações e dos próprios doentes, além do que é gasto com os equipamentos especiais (refrigeração de unidades Diesel, lavanderia a vapor e desinfector, cozinha a vapor, instalação frigorífica). Segundo o autor, o sistema de esgotos adotado é o separador absoluto. No período das enchentes, o autor anota que o rio Paraopeba represa as águas do rio Bandeirinhas até cerca de 1 km de distância, tornando-se necessário lançar os esgotos poluídos do rio (pelo leprosário) a jusante do córrego Bandeirinhas. Para isso, prolonga-se o coletor até cerca de 500 metros, cruzando o córrego Bandeirinhas. Por uma questão de efeito moral, deve-se proceder ao tratamento dos esgotos, através de uma fossa depuradora, antes de lançá-los ao rio (CONTINENTINO, 1937b: 265).

²⁵No Relatório da Diretoria de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais relativo ao ano de 1935, assinado pelo Sr. Mário A. S. Campos, Diretor de Saúde Pública, em junho de 1936, consta que o “... *mais notável melhoramento que a Colônia Santa Isabel recebeu até hoje, foi o serviço de força e luz hydraulica, fornecido pela Usina da Capella Nova do Betim [...]. Também se realizou a ligação telephonica entre a Usina Grande e a sub-estação da Colônia*”.

evitando a necessidade de contratar trabalhadores sadios para o trabalho no local, o que implicaria em expô-los ao contágio da doença.

O conhecimento desses fatos são importantes na medida em que impulsionaram a montagem de uma infraestrutura de produção própria da colônia, onde foram criadas olarias, serrarias, unidades de produção agrícola para cultivo e criação de pequenos rebanhos animais com a finalidade de auto-abastecimento. Os internos, na medida de sua capacidade física, foram aproveitados como mão de obra nos trabalhos da construção civil, reparos diversos, fabricação de tijolos, serraria, agricultura e pecuária. A formação de cooperativas foi incentivada entre os pacientes, principalmente no setor de comércio²⁶.

Examinando o projeto de Continentino, observamos que no trecho a leste do terreno da Colônia Santa Izabel, a partir do acesso principal feito através do portão monumental, localiza-se a zona administrativa (zona da saúde). Nesta situam-se o prédio da administração, a residência do médico-diretor e dos internos, cinco residências para o pessoal administrativo e o reservatório de água que, segundo o autor do projeto, fora executado em concreto armado. Na zona de estudos (zona intermediária) situam-se o laboratório de pesquisas, a usina Diesel elétrica, a farmácia e o posto policial. Também aí localizam-se os pavilhões de purificação e elevação de água potável de um lado, e o pavilhão de observações, destinado aos doentes não confirmados, de outro. Em uma outra zona, a de culturas, encontram-se os pomares e hortas atravessadas por um canal de irrigação, e as áreas de pastagem e criação.

A porção do terreno a oeste, compreendendo a zona dos doentes, na planta original é contornada por vias marginais, reforçando a barreira constituída pelo ribeirão Bandeirinhas e rio Paraopeba em torno da colônia. Paralela ao acesso principal que se desenvolve desde a extremidade leste do terreno, a via que divide o plano geral no sentido aproximado Leste-Oeste (rua Miguel Pereira) conforma um largo onde se localiza a igreja, no trecho mais a oeste do plano, cujo adro é igualmente circundado por vias de circulação.

²⁶ Esse espírito associativista também está presente em Citrolândia, assentamento que surgiu como uma comunidade de resistência na periferia da colônia, cujos moradores tinham íntima relação com os pacientes. Os moradores de Citrolândia eram parentes dos pacientes, egressos por cura ou expulsão por indisciplina, pacientes que saíram para criar seus filhos por não aceitarem deixá-los por não aceitarem deixá-los no preventório. Essa situação motivou a reprodução, dentro da comunidade, das mesmas práticas de organização do trabalho e das relações sociais vigentes dentro da colônia.

Nas quatro grandes quadras retangulares, próximas à igreja, estão situados os equipamentos principais de tratamento e alojamento da Colônia.



FIG. 24

Imagens da igreja local, antes de ser reformada, e do teatro – Pavilhão Juiz de Fora, este último muito estimado pelos doentes pela oportunidade que representava de desenvolverem práticas culturais que, de outra forma, lhes seriam vedadas. Existem muitos registros sobre essas atividades sociais e culturais, realizados pelos próprios internos, e que constituem memória preciosa e elucidativa daquele período, num cenário específico.

Fonte: ESTADO DE MINAS GERAIS, 1946. Ver ANEXOS, DOC. 6

De acordo com as recomendações encontradas no estudo “Organização de Leprosários”, citado acima, as zonas administrativa e de doentes devem se dispor de forma independente, sendo que entre “*as duas zonas haverá, ao menos, uma faixa neutra de 300*

metros de largura” (CONTINENTINO, 1937b: 240). A independência, aqui, é entendida sob o prisma do isolamento entre os setores. Observando-se a planta citada acima, verificamos que uma larga faixa no sentido Norte-Sul, ocupada por vegetação, separa o setor mais a oeste do conjunto onde se desenham as unidades da administração. Corresponde ao trecho de declividade mais acentuada do terreno, sendo cortada, também no sentido Norte-Sul, por uma via que articula em seus extremos o limite próximo ao córrego Bandeirinhas e um “*cul-de-sac*” (hoje, rua Geraldo Moreira). As vias transversais, no sentido Leste-Oeste, que têm início nas proximidades da igreja, também terminam em “*cul-de-sac*”, dentro do limite da área verde. A malha que se desenha à direita dessa faixa desenvolve-se de forma menos densa no quadrante nordeste, basicamente articulada pelo eixo Leste-Oeste paralela à rua Miguel Pereira.

Em relação à rua principal de acesso, vindo da direção da estrada de Mário Campos, dispõem-se, como descreve o autor, as seguintes edificações: à direita, situam-se os prédios do refeitório geral, da policlínica, da lavanderia, do desinfectório, casas geminadas para 10 famílias de doentes casados, uma grande habitação coletiva para mulheres, uma enfermaria e cinco casas para mulheres solteiras; à esquerda, estão situadas as residências para homens, constantes de uma enfermaria e 30 habitações.

É sobretudo no espaço da moradia que se manifesta a estratificação interna, entre os doentes da colônia. A área asilar, compreendendo os diversos pavilhões de homens, mulheres, moças, meninos e meninas, abrigavam aqueles doentes de origem mais humilde, não casados. A área comunitária compreendia as moradias para os doentes pensionistas, solteiros e casados. Situar-se nesta última, assim como os fatores de renda e da escolaridade, determinavam um *status* mais elevado do interno, implicando em maior liberdade dentro da colônia (LANA, 1997: 86-88).

*Tinha as casas do Estado e tinha casa particular, poucas mas tinha ... a pessoa construía por conta dela e o Estado dava o terreno ... Só quem tinha recurso e também chegou uma época também que o Estado proibiu a construção. Porque a Colônia estava crescendo muito e ele não tinha interesse de crescer a Colônia ... luz, água, tudo de graça, não pagava luz, não pagava água, tudo de graça.*²⁷



FIG. 25
Vista interna da Colônia Santa Izabel, na década de 30, portanto, com pouco tempo decorrido desde a inauguração, em 1931. A fileira regular de habitações se dispõe ao longo da via larga, onde se observa um canteiro central, pontuado pelos postes de iluminação pública e pela vegetação.
Fonte: Acervo da Casa de Cultura Josephina Bento – Betim

²⁷ Entrevista com um interno reproduzida em LANA (1997: 86).

O laboratório, pensado como um centro de estudos da lepra, pretendia ainda iniciar o cultivo de 10 alqueires de sapucainha para aproveitamento do óleo de chalmougra, empregado nos tratamentos da moléstia anteriores ao uso da sulfona.

Ressalta ainda o autor que, de acordo com o programa, não haveria prisão nem hospital para loucos na área da Colônia Santa Izabel, visto que para tal finalidade já existia o Hospital de Lázaros de Sabará²⁸. E, também como em uma cidade, na extremidade Norte-Noroeste do terreno da colônia localizava-se o cemitério. Vivos ou mortos, não há lugar para os portadores do mal da lepra no espaço da sociedade instituída daquele tempo.

3. 3. 2. Colônia de Santa Izabel: estrutura urbana atual

Localizado em terreno relativamente íngreme, no extremo noroeste da colônia e à margem da malha urbana principal, o cemitério domina a paisagem. No sopé deste morro, na direção de Citrolândia, desenvolve-se a rua Padre Damião, na qual antigamente se localizava uma das correntes de ferro que impediam a entrada de estranhos, reforçando a ideia de exclusão da sociedade na qual viviam os hansenianos. Os terrenos laterais ao logradouro acham-se ocupados por edificações térreas, residências unifamiliares assentadas junto ao alinhamento. A rua Padre Damião é hoje o principal acesso à Colônia a partir de Citrolândia, sendo que a confluência com a avenida Dr. José Mariano é aqui tomada como um dos limites da nossa área de estudo.

Ao norte, situa-se a comunidade denominada Nossa Senhora de Fátima, ocupando a encosta ascendente a partir do córrego Bandeirinhas. Nesta região situam-se várias residências de antigos doentes e seus familiares, e ainda a igreja de Nossa Senhora de Fátima, implantada nas proximidades das margens do córrego Bandeirinhas. Uma ponte de concreto, situada no fim da rua Emílio Ribas, propicia o acesso entre a comunidade do bairro e a colônia. Subindo a encosta, a rua Frei Geraldo caracteriza-se como um divisor de águas cuja elevação máxima localiza-se num extremo da rua, na cota 745,00. Este ponto configura o limite máximo de abrangência do território da colônia, ao norte.

²⁸Pela Lei nº 148 de 1839, foi permitida a criação as.

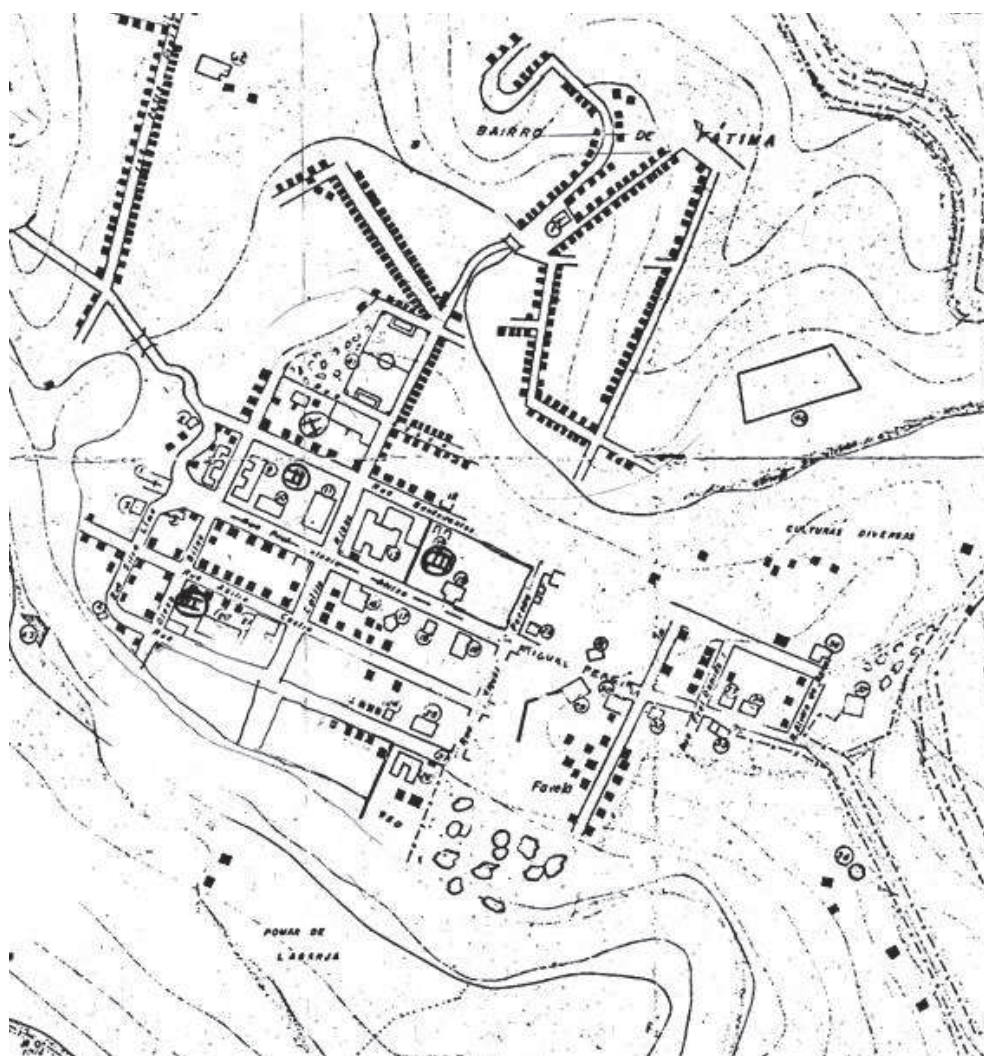


FIG. 26

Mapa da Colônia Santa Isabel, obtido a partir de levantamento realizado em 1969, pela FHEMIG. São evidentes as ocupações já consolidadas, fora dos limites da colônia, e ao longo do acesso principal, agora já realizado através de Citrolândia, e não de Mário Campos, como idealizado pelo planejador. A área reservada para a mata de chalmougra, no projeto original, também já se encontra ocupada por edificações. O traçado geral manteve-se, bem como as edificações principais.

O núcleo administrativo e hospitalar localiza-se num terreno amplo de topografia suave e apresenta-se como a maior área urbanizada, ocupando o vale entre o córrego Bandeirinhas e o rio Paraopeba. A rua Miguel Pereira, principal eixo articulador interno correndo no sentido Noroeste-Sudeste, constitui o principal acesso da colônia a partir da estrada de Mário Campos, pouco usado, atualmente. A ligação entre este núcleo mais central e o cemitério e a rua Padre Damião se faz por uma ponte de concreto localizada na continuação da rua dos Bandeirantes.

Observando-se um levantamento da Colônia, feito em 1969²⁹, percebemos que a malha concebida por Continentino teria sofrido algumas modificações. Assim, as marginais que contornavam a igreja, o bloco de cirurgia e o necrotério (velório), na planta de 1937, não aparecem no levantamento de 69. Na base cartográfica atualizada (1995)³⁰, a rua Abílio de Castro prolonga-se além do cruzamento com a rua Silva Lima. Comparando-se esta base mais recente com a planta do projeto de Continentino, observa-se o adensamento relativo à ocupação do solo na antiga zona dos doentes, inclusive em áreas originariamente pensadas para a instalação de equipamentos, como algumas quadras situadas entre a rua Ana Néri e o prolongamento da rua Geraldo Moreira e a margem do rio Paraopeba.

A extensão da avenida Prof. Antônio Aleixo / rua Miguel Pereira, desde o plano original, desempenhava um papel articulador entre as três zonas, conforme vê-se na planta constante da FIG. 23. Este seu caráter mantém-se até hoje MAPA 8 (ANEXOS), apesar de ter-se redirecionado acompanhando o traçado da BR-381, com a qual se encontra entre as cotas 750,00 e 755,00. A faixa transversal de vegetação proposta no projeto original cuja função provável seria a de separar as zonas dos doentes da dos trabalhadores da saúde, não chegou a se configurar ou foi ocupada antes disso. A base cartográfica mais recente mostra que várias edificações foram construídas no trecho mais a oeste da rua Geraldo Moreira que, ao contrário do projeto original, prossegue com caixa mais estreita em curso paralelo ao rio Paraopeba, até encontrar-se com a bifurcação que vai em direção ao Portal.

O rio Paraopeba banha a colônia na direção Sudeste-Noroeste, configurando-se como o limite sul / sudoeste da região, assim como do município de Betim. Entretanto, de

²⁹Levantamento da Planta da Colônia, realizado em junho de 1969 pelo Serviço do Patrimônio da Secretaria de Estado de Administração, cedido pela FHEMIG (Fundação Hospitalar de Minas Gerais).

³⁰Mapa cedido pela Seção de Geo-processamento da Prefeitura Municipal de Betim.

acordo com o atual diretor da colônia, Dr. Eduardo³¹, existem áreas também pertencentes à antiga instituição de isolamento na outra margem do rio, hoje município de Ibitié. Às suas margens, estendendo-se predominantemente nas cotas de nível 710 e 715, situam-se os fundos de lotes das construções da colônia, na sua maioria residências unifamiliares.

Assim como os limites, o caráter do entorno imediato da Colônia é de grande importância para compreendermos sua evolução histórica e urbana. Se, por um lado, a região do Citrolândia ocupa todo o território a oeste, com uma estrutura urbana bem definida, os terrenos vizinhos situados ao norte parecem estar no início de um processo de urbanização onde as ocupações clandestinas, através de invasões, caracterizam a maior parte deste espaço. A leste, algumas terras servem às culturas de feijão, milho e hortaliças para o abastecimento local e regional. No trecho nordeste, uma pequena mata nativa recobre a margem oposta do córrego Bandeirinhas, e na parte sul pequenos produtores vêm ocupando uma área significativa às margens do rio Paraopeba, ação que acaba por comprometer as matas remanescentes e todo o ecossistema do rio.

3. 3. 3. Colônia de Santa Izabel: uso e ocupação do solo

Tendo sido concebida como colônia de internamento e tratamento, a distribuição dos usos no seu interior reflete ainda aquela disposição original, apesar das alterações que já começam a surgir com uma certa frequência.

Prevalece, no conjunto, o percentual relativo ao uso residencial unifamiliar, com 67,7%, cuja implantação segue um padrão bastante regular, observável apesar das modificações introduzidas pelos moradores, ao longo dos anos. E, de fato, se compararmos as plantas do projeto original – com suas unidades de habitação bem isoladas umas das outras -, com o levantamento atual, veremos que está ocorrendo um processo de adensamento quanto à ocupação do solo em algumas quadras mais centrais, onde construções e “puxados” inserem-se nos fundos e laterais dos lotes. O aumento das famílias, e a chegada de parentes que não têm acesso à moradia (e ao mercado de trabalho), pode estar incentivando essa prática: considere-se que até agora, quando a colônia acha-se na transição do processo de municipalização, que o custo de manutenção local ainda é relativamente baixo, praticamente subsidiado pela Fhemig. Outra característica que

³¹Informação obtida durante visita à Colônia Santa Izabel, em agosto de 2000.

observamos com frequência é a quantidade de moradias em processo de reforma, agregando melhorias em termos de acabamentos, ampliação e de novos espaços. Verificamos mesmo a existência de várias unidades em construção, não se sabe se para moradia ou qualquer outra finalidade.

Segue-se o uso institucional, representado pelas atividades de apoio médico e ambulatorial existentes na colônia (7,4 %), além das atividades de caráter religioso. No entanto, a presença do comércio incipiente (4,2 %) dentro desse espaço, por tanto fechado aos intercâmbios sociais, constitui um indicador seguro das prováveis modificações a que está sujeita a colônia, desde que não submetida ao controle rígido do Estado. Até o momento, as atividades de pequeno comércio instaladas na colônia inserem-se no padrão do atendimento às necessidades básicas do cotidiano, às vezes alojando-se em espaços apropriados das moradias (afastamentos laterais, varandas, garagens, etc.) – conformando o uso misto (3,3 %).

TABELA XVI		
COLÔNIA SANTA IZABEL – USOS		
USOS	PERCENTUAL	UNIDADES
RESIDENCIAL	67,7	228
COMERCIAL	4,2	14
SERVIÇOS	5,0	17
RESIDENCIAL / COMERCIAL	3,3	11
RESIDENCIAL / SERVIÇOS	1,2	4
COMERCIAL / SERVIÇOS	0,3	1
INSTITUCIONAL	7,4	25
OUTROS	3,0	10
INDUSTRIAL	0,6	2
LOTES VAGOS	7,4	25
TOTAL	100	337

Fonte: Dados originais

TABELA XVII		
COLÔNIA SANTA IZABEL – OCUPAÇÃO		
OCUPAÇÃO	PERCENTUAL	UNIDADES
01 PAVIMENTO	83,4	283
02 PAVIMENTOS	8,2	27
03 PAVIMENTOS	0,9	3
OUTROS	4,6	15
LOTES VAGOS	2,9	10
TOTAL	100	337

Fonte: Dados originais

A presença de atividades de serviços, em proporção quase igual às do comércio, também são reveladoras de uma busca de alternativas, não somente em termos de ganhos suplementares pelos moradores, mas também da necessidade de algum tipo de lazer, como atestam os bares (botequins) existentes. Embora sejam evidentes as possibilidades da colônia como espaço cultural e de lazer,³² a desestigmatização da doença e a desmontagem da burocracia do Estado responsável por este setor também significou o seu empobrecimento em termos das possibilidades sociais que eram usufruídas pelos internos. Atualmente, a população residente ainda é, em grande parte aquela que se ressentia da condição de iniciativa e cidadania própria que lhe foi suprimida, e substituída pelo paternalismo atrelado às políticas sanitárias do governo. Quando este se retira do cenário, restam os atores, agora sem um roteiro e desacostumados de um mundo que não mais reconhecem.

Por outro lado, são também evidentes aquelas apropriações nascidas da percepção das vantagens que o local apresenta, representada pela permanência dos remanescentes familiares daqueles antigos internos que faleceram, e que continuam a viver nas moradias. Nem é possível ignorar outra faceta dessa realidade, a do mercado imobiliário que já penetra no antigo reduto estigmatizado: na rua G, uma edificação com faixa onde se lê “vende-se” confirma que a colônia e suas cercanias pode se tornar, futuramente, graças às suas excepcionais características urbanísticas e ambientais, um pólo atrativo para novos assentamentos habitacionais, conjugada à proposta de preservação prevista pelo Plano Diretor. Porém, se não se implementar uma política adequada de desenvolvimento urbano e econômico local, em pouco tempo o espaço da antiga Colônia poderá ver-se comprometido pelos processos clandestinos de ocupação nos terrenos ainda vazios.

Outra pressão que se identifica, principalmente nos terrenos próximos à margem do rio Paraopeba e ribeirão Bandeirinhas, são os assentamentos irregulares. De acordo com o plano diretor, os vales do córrego Goiabinhas e do Bandeirinhas deverão se constituir em espaços de lazer e recuperação ambiental, o que pressupõe o assentamento controlado (BETIM, 1996: 18). O futuro da Colônia está intimamente condicionado às intervenções que estão ocorrendo em seu interior, bem como fora dele. A ocupação indiscriminada de áreas impróprias para assentamentos humanos, e a destruição das matas de galeria nas

³² Inclusive, o Art. 30 da Lei nº 2.963 – Plano Diretor, esta área constitui-se um “*espaço privilegiado de recuperação, preservação e valorização do patrimônio histórico cultural, ...*” (BETIM, 1996: 17).

margens do rio Paraopeba e ribeirão Bandeirinhas, têm provocado a alteração das relações existentes entre o espaço urbanizado e o território maior em que se situa.

FIG. 27
COLÔNIA SANTA IZABEL – GRÁFICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

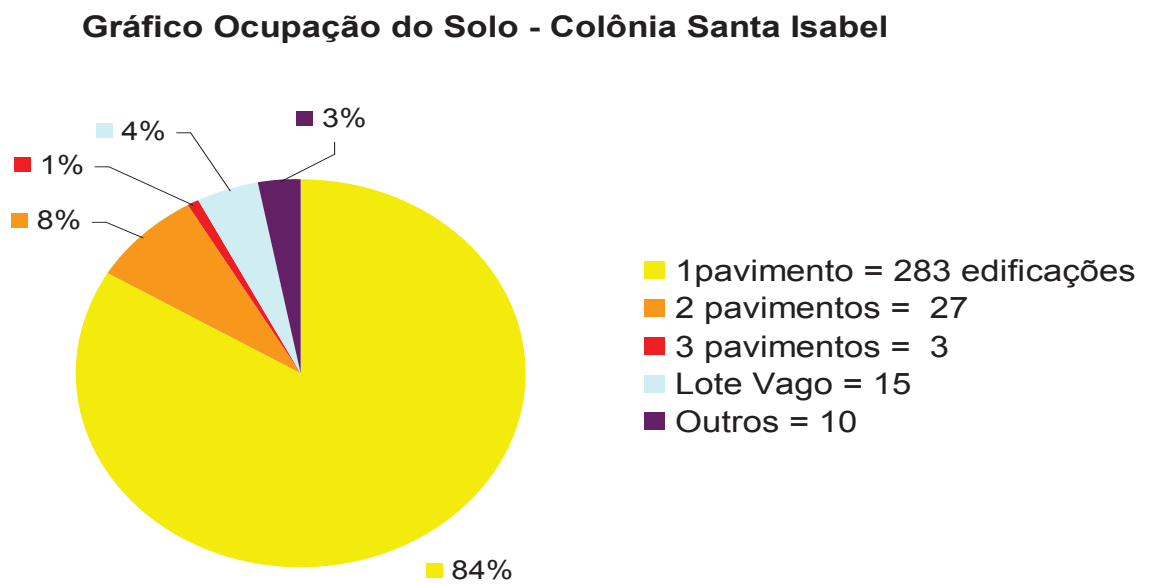
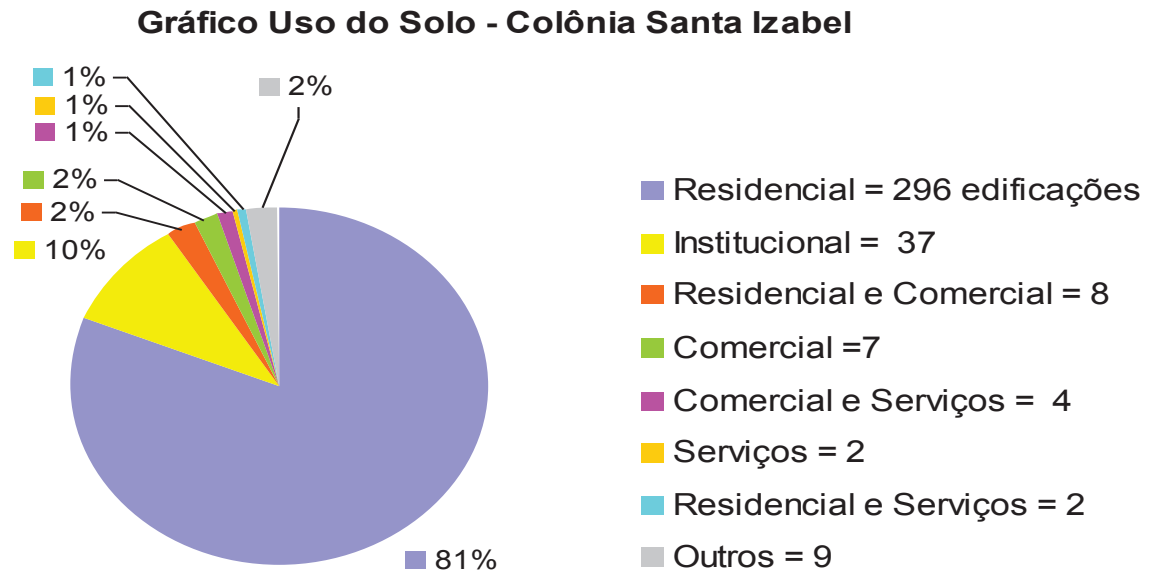




FIG.

1
2
3

A sequência ao lado mostra a Igreja Matriz de Santa Izabel (foto 1), na Praça Frei Edgar Groot, uma edificação comercial de esquina (foto 2) com a avenida Prof. Antônio Aleixo e a administração da Colônia (foto 3), estas últimas situadas na rua Olavo Bilac.

A edificação comercial é representativa das características construtivas da época, com os estilemas do art-déco bem definidos na composição da fachada. Terá funcionado, anteriormente, como local de associação dos internos.

A foto 3 mostra o edifício, situado na rua Olavo Bilac n. 113, bastante conservado, que abriga, atualmente, as funções de administração local.



1
2
3

FIG.

As imagens ilustram o padrão construtivo que caracteriza o conjunto da Colônia Santa Izabel. As unidades apresentadas situam-se na rua Ana Néri, números ---, --- e ---, respectivamente.

Pelos elementos de composição das fachadas, percebe-se a época provável de sua construção, sendo a primeira e a terceira imagens relativas aos anos 40, e a segunda aparece com um volume mais simplificado, que lembra as linhas que se tornaram moda nos anos 50 e 60.

A imagem 3 refere-se ao Pavilhão dos Homens, onde se alojavam os doentes pensionistas.



$\frac{1}{2}$

FIG.

As imagens acima mostram duas unidades residenciais da Colônia Santa Izabel, situadas na rua Geraldo ---. A foto número 1, onde vemos a faixa pintada com os dizeres VENDE-SE, evidencia a presença de um incipiente mercado imobiliário dentro dos limites da colônia.

A foto 2 também, mostra uma situação comum no interior da colônia: as obras de reforma, seja para melhorar as condições da própria moradia, seja para agregar um espaço destinado aos negócios – pequeno comércio, serviços. Desde que o Estado não é mais responsável pela manutenção da colônia, multiplicam-se as atividades geridas pelos próprios moradores, no sentido de garantir a sobrevivência.

3. 3. 4. A região de Citrolândia: breves considerações

*“Alguém da família ficava doente e quando vinha à tona, a sociedade isolava aquela família. Então o que acontecia, aquela família começava a aproximar de seus entes queridos que estavam aqui dentro da colônia e começou (sic) a montar barracos aqui em volta da colônia” ...*³³

O antigo povoado de Limas, hoje Citrolândia, é um núcleo consolidado, distante do tecido urbano da região da sede e da periferia de Betim. De início, sem nenhuma articulação com a cidade, hoje já apresenta um certo grau de integração, através da BR-381/262 que atravessa e segmenta seu espaço e possibilita o acesso ao centro tradicional do município.

Citrolândia surge como resultado da relação que se estabelece, desde o início do funcionamento da colônia, entre as famílias dos portadores de hanseníase e a sociedade, nas suas respectivas cidades e locais de origem, que relegam esses grupos ao isolamento. A situação de preconceito e exclusão social em relação aos doentes e suas famílias, faz com estas procurem moradia nas proximidades da Colônia Santa Izabel, surgindo então os assentamentos iniciais que deram origem aos bairros da região. Também em função do menor valor dos terrenos (talvez, em razão do estigma ainda existente), observa-se uma tendência de maior urbanização da região, aumentando-se o índice de ocupação (ASSIS, 1997: 43-45).

*Você sabia que discriminação cria cidade? Então, discriminação é a razão que nasceu Citrolândia ... por que as famílias que tinham algum membro doente, que vinha à tona, se os vizinhos ficassem sabendo, aquela família inteira ficava completamente isolada sem condições de continuar vivida, vivida. Então, essa família procurava seu ente querido aqui entro e começou a vir pra cá, pra perto. Arrumava um barraco aqui, outro barraco ali, pra ficar perto do seu ente querido, aí então nasceu Citrolândia. A discriminação cria cidade.*³⁴

A formação do seu território é resultante, na maior parte de sua área, de um processo de invasão, que se iniciou nos anos 40. Lugar de antigos sítios e fazendas, sua

³³ DOMINGUES, Paulo L., citado em ASSIS, 1997: 43.

³⁴ Cf. entrevista registrada em LANA (1997: 151).

ocupação foi ocorrendo irregularmente, à medida da chegada das famílias que, na sua maioria, não possuem títulos de propriedade das terras.

Na década de 50, o governo empreende ações no sentido de esvaziar Limas, para isso destacando um profissional médico que seria responsável pela realização de uma campanha educacional, adquirir propriedades dos doentes ali instalados e enviar os sadios para outros pontos do estado.³⁵ Até mesmo a oferta de terras em outros pontos do estado chegou a ser proposta, pelo próprio Diretor do Departamento de Lepra, Dr. Orestes Diniz, com o objetivo de afastar as famílias da aglomeração que ia se consolidando.³⁶ Através desse elenco de medidas, percebe-se que o surgimento de Citrolândia / Limas constituiu indicador de um processo que fugia ao controle da saúde pública organizada de então.

A região tem seu povoamento iniciado ainda na década de 30, nas proximidades do rio Bandeirinha, subindo a vertente que separa deste córrego do córrego Goiabinha. No topo da vertente localizam-se o posto de saúde, a igreja, posto policial e algumas casas comerciais. Esta área constituiu o primeiro centro do bairro. Atualmente, o local já está perdendo essas características de centralidade e começa a apresentar sintomas de decadência. Duas vilas recentes - Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora das Graças - descem a vertente próxima do posto de saúde. O surgimento das vilas relaciona-se com a construção do conjunto São Salvador pela Prefeitura, no final dos anos 80, ao redor do qual foram se dando as invasões.

A expansão de Citrolândia ocorreu em direção à BR-381, ao longo da avenida José Mariano, atravessando o morro que separa o vale do Bandeirinha do vale do Goiabinha e chega até a BR-381. No eixo da avenida Dr. José Mariano, da BR-381 até a Colônia Santa Izabel, está construída a parte mais antiga.

É ao longo desta avenida que se desenvolve o centro terciário da região, onde se encontram estabelecimentos de comércio e serviços de bairro (açougue, padaria, farmácia, armarinho, mercearias, igrejas, etc.), serviços de saúde e de integração social, conferindo-lhe alguma autonomia (CEURB, 1994: 25).

A origem desta porção do espaço é resultante da invasão dos moradores. Consequentemente, o traçado das ruas não obedece ao tabuleiro de xadrez convencional,

³⁵ Cf. Relatório das atividades do Departamento de Lepra, 1955: 355. O governo chega, inclusive, a desapropriar os terrenos, mas a resistência dos moradores foi mais forte e permaneceram onde já estavam instalados.

³⁶ Cf. Relatório das atividades do Departamento de Lepra, 1955: 354.

comum aos loteamentos aprovados pelas imobiliárias na Prefeitura, ou mesmo, os que surgem clandestinamente e são legalizados, posteriormente.

Atualmente, o centro emergente de Citrolândia fica no vale do rio Goiabinha, subindo a vertente até a BR-381. Nesta área, ocorre uma concentração de casas comerciais, além do campo de futebol, igreja, estabelecimentos de prestação de serviços, a sede da administração regional, as Escolas Estaduais Bairro Citrolândia e Dr. Orestes Diniz que atendem ao primeiro e segundo graus.

As áreas de expansão urbana situam-se às margens da BR-381, como o bairro São Salvador, que se localiza antes da entrada principal à direita da rodovia. Também à direita da BR, na direção centro de Betim-Igarapé se localizam, respectivamente, os bairros São Jorge, Paquetá, São Marcos (que apresenta uma parte à esquerda da rodovia) e Jardim Paulista.

Embora constituam um núcleo definido, em relação ao centro municipal, entre a Colônia e Citrolândia também se repete, ainda que em menor escala, a relação centro – periferia. Esta situação pode ser identificada devido à semelhança de problemas sociais enfrentados e às diferentes condições de solução entre os dois locais. Na colônia, os pacientes, até pouco tempo atrás, recebiam tratamento, alimentação e habitação financiados pelo governo do Estado. Em Citrolândia, por outro lado, a população invadiu e ocupou terrenos sem um mínimo de infraestrutura urbana, mas resistiu às sucessivas tentativas de despejo por parte do poder público, para ficar perto dos seus iguais, isto é, próximo das pessoas segregadas pela sociedade devido à doença. Assim, Citrolândia isolou-se da sociedade do município, mantendo um conjunto de serviços próprios como policiamento e comércio. Por sua vez, os habitantes “sadios”, parentes dos internados ou egressos da colônia, eram tratados pela sociedade com o mesmo preconceito dedicado aos hansenianos.

Com o avanço da ciência que desenvolveu medicamentos e maiores conhecimentos sobre a hanseníase, a política oficial em relação às colônias foi se modificando. O aparecimento da sulfona, como medicamento eficaz para a cura da doença, foi determinante na mudança da concepção do tratamento que passa a ser feito em

dispensários (postos de saúde especializados). A estrutura organizacional original foi gradativamente desmontada e, conseqüentemente, as relações dos moradores com o município iniciaram um processo de estreitamento. Merece destaque a questão do preconceito que vai, progressivamente, sendo quebrado quando pessoas sem raízes históricas fundadas em qualquer parte da cidade vão morar em Citrolândia.

A região de Citrolândia, assim como Imbiruçu e Terezópolis na periferia metropolitana, teve seu crescimento determinado, principalmente, por agregação de população, geralmente migrantes e pobres, os discriminados social e economicamente. Esta sua característica condicionou o aspecto de ocupação fundiária descontrolada que se observa na região, além de apresentar um dos maiores índices de pobreza do município.³⁷

³⁷Cf. CEURB, 1995 44.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaço, homem, trabalho – nesta tríade, comparecem as (indispensáveis e inseparáveis) variáveis que estão na base das configurações surgidas a partir das relações de produção e os sítios, ou seja, as cidades, as aglomerações urbanas – “*obra e ato perpétuos*”, no dizer de LEFEBVRE (1969: 53) – em suas diversas manifestações. Abrigando-se sob a égide da necessidade, pura e simples, da religião e / ou do Estado, a organização do espaço, qualquer espaço, é fruto de processos dialéticos de apropriação, onde interagem o homem, o modo de produção e o sítio. Se as mudanças nas relações de produção são, hoje, mais rápidas e abrangentes graças à evolução dos meios eletro-eletrônicos que ampliam os mecanismos de disseminação e controle das operações técnicas, o espaço também, por sua vez, vai agregando novas dimensões, sendo, ao mesmo tempo e cada vez mais, local e global.

Como vimos anteriormente, no processo de estruturação do espaço urbano do país predominam aspectos que pouco se modificaram no capitalismo brasileiro nos últimos cem anos, ou seja, permanece o significativo desnivelamento nos âmbitos econômico, social, cultural e de poder político, tanto mais perceptível na medida em que ocorre a rápida urbanização das populações, a partir de meados da década de 50. Em outras palavras, a apropriação do espaço urbano se faz segundo a própria capacidade dos segmentos sociais de se localizarem em relação às vantagens do espaço socialmente construído. Na disputa pela localização seletiva, o capital associado à grande indústria e às camadas de alta renda mostra-se como elemento poderoso na estruturação do espaço urbano, interferindo diretamente na configuração de estruturas determinantes no que tange à qualidade da vida urbana.

Nesse contexto, as regiões periféricas têm que se haver, em última instância, com piores condições de mobilidade e de acesso ao consumo dos equipamentos e serviços urbanos, devido à sua reduzida capacidade de pagar. A segregação, resultado dessa apropriação desigual dos recursos do meio socialmente construído, permite a continuidade do sistema de dominação política e ideológica do espaço. Como consequência, a dualidade

centro-periferia constitui um fato inegável da realidade brasileira, e que tem se aprofundado na mesma medida em que crescem as desigualdades econômicas.

No decorrer da década de 60, o planejamento econômico instituiu-se como um verdadeiro “centro de poder”, deslocando para a sua esfera as atribuições de regulação e das decisões sobre os diversos setores da administração do país. No que se refere às questões urbanas, estas constituem exemplo claro do poder interventor do Estado, ancorado numa política de desenvolvimento econômico à qualquer custo, via industrialização. A “camisa de força” do planejamento econômico acabou por instituir padrões que se repetiram exaustivamente nos espaços metropolitanos, pelo caráter estratégico destes no cenário de produtividade que se desenhava para o país. Assim, se de um lado houve considerável incremento na capacidade industrial das maiores capitais – especialmente na macro região centro-sul que já dispunha de um potencial significativo de infra-estrutura, do outro, a ênfase exclusivamente voltada para os aspectos cumulativos da produção, sem a contrapartida do efetivo “planejamento integrado de desenvolvimento”, desencadeou um processo de deslocamento rural – urbano que implicou em sérias consequências para a ocupação e uso do solo nas maiores cidades.

A atividade do planejamento urbano no Brasil, que atinge o seu auge nas décadas de 60 e 70, é incorporada dentro do escopo de atuação do estado, como forma de ordenar aquelas ações sobre o espaço que não poderiam ser realizadas ou orientadas pelo mercado, especialmente naquelas cidades tomadas pelo surto da industrialização / urbanização. De um modo geral, tais planos que se apresentavam bastante ambiciosos, contemplando um largo espectro dos suportes da vida das cidades – diretrizes de ordenação legal do uso e ocupação do solo, obras de infra-estrutura física, renovação e desenho urbanos e outros – não lograram efetiva implantação.

Durante esse período, a localização da indústria tendeu a reforçar um padrão de inserção em áreas com grande expoente infra-estrutural, de serviços e de população, de modo a se beneficiar das economias de aglomeração urbana. E, nesse sentido, o núcleo industrial, de fato, utiliza-se da cidade como condição geral e indispensável de produção. Paralelamente, cresce a pressão pela ocupação da terra nas vizinhanças das indústrias, via migrações e incentivada pelo mercado imobiliário. E, aqui, identifica-se a notória incapacidade dos inúmeros planos – diretores ou não – quando se trata de regular as ações na esfera imobiliária e fundiária, especialmente naquelas regiões mais pobres. À

população, principalmente aquela parcela menos favorecida (e nem por isso menor), e que justamente busca na indústria, ou nos subempregos gerados por ela, a alternativa de sobrevivência econômica, resta a localização mais ou menos segregada, com todos as desvantagens decorrentes: moradias de baixa qualidade, deficiência dos serviços urbanos, poluição, etc.

O que percebemos, de um modo geral, é que o aspecto da racionalidade que foi altamente incorporada ao aparato burocrático do Estado – e como tal aplicada à escala do território nacional, como forma de viabilizar o projeto desenvolvimentista dos anos 70 -, não teve uma contrapartida no âmbito das necessidades e demandas das próprias cidades, ou dos municípios. Enfocados apenas a partir de um ponto de vista instrumental – como dispositivo da produção -, e não como condição essencial, determinante, os municípios viveram a experiência do esvaziamento político, e, conseqüentemente, do comprometimento da sua própria capacidade em gerenciar as transformações e o aprofundamento das desigualdades que, inevitavelmente, se introduziram em seu território.

Assim, e por ser também uma instância mediadora (no sentido de está aberta e / ou sujeita às influências mas, também resiste à elas) entre as relações da ordem próxima e da ordem distante, e considerada a força dos setores econômico-desenvolvimentistas, nesse momento, a cidade viu, desde então, espriar-se no tecido urbano a marca do desequilíbrio embutido dentro do próprio sistema. E, apesar da mudança paradigmática das relações de produção, nesta última década, quando se introduzem paralelamente os conceitos de qualidade total e qualidade de vida, o que se verifica é a permanência, em larga escala, das distorções urbanas geradas e acumuladas no auge do período de instalação da grande indústria no país.

O planejamento estatal, portanto, vinculado aos esquemas de uma economia-mundo pautou-se unicamente pela instância de regulação no nível macro, considerados os centros estratégicos para a reprodução do capital. A falta de previsão quanto às conseqüências das intervenções de grande porte sobre o tecido urbano, a curto, médio e longo prazo, produziu o “mosaico” que hoje caracteriza o espaço urbano de Betim. Incorporado na macro-estratégia de desenvolvimento da economia em escala nacional, a industrialização aí constitui-se, na verdade, uma etapa da expansão da indústria em Minas Gerais, em condições tais que tornaram possível a sua inserção vantajosa em um quadro de competitividade. A relação, portanto, da mancha industrial se faz ao nível da metrópole,

seja por articulações físicas e / ou administrativas, e, para a qual não interessa o grau de desarticulação interna do próprio município onde se implanta.

Por outro lado, do ponto de vista interno o município também acumulou, pelo menos até o período anterior aos dois últimos governos, as distorções e conseqüências derivadas de sucessivas administrações que consideravam Betim somente como aquela parte do território que se estruturou a partir do antigo “Arraial de Capela Nova”, onde se situam os bairros mais antigos. Esse modo de gestão é claramente identificado já no início da industrialização dos anos setenta, quando se implanta o *Programa CURA*, que, também não logrou continuidade.

Mesmo recentemente, apesar dos projetos em andamento que se propõem a melhorar o nível de articulação intra-municipal e metropolitano – Projeto de Urbanização do Riacho das Areias, a construção da ligação com a Via Urbana Leste-Oeste, e a duplicação da BR-381 -, as melhorias mais sensíveis continuam se fazendo ou se propondo para o centro (concurso da Praça Milton Campos, o PROCENTRO, o projeto para o Museu da Cidade). Ainda que visando criar, no centro, espaços que sirvam de referência para as “várias” Betim, é inegável que boa parte dessas ações venham embutidas de um propósito não explicitado de “compensação” daquela parte da população que, de uma forma ou de outra, se ressentiu de sua antes tranqüila e pacata cidade ter sido invadida por migrantes vindos de todos os lugares, a partir dos anos 70. O que pode significar a (re)adequação do centro tradicional como lugar (ainda) da elite local, por sua vez, disposta a retomar a sua preeminência dentro da cidade agora redimensionada pela indústria? Talvez, sim, e o reverso desse quadro estaria sendo sinalizado nas recentes expulsões de sem-terra que se instalaram em terrenos da periferia, durante o processo eleitoral no fim do ano passado.

A questão da policentralidade, identificada nesse tecido fragmentado e desarticulado que é a Betim de hoje, pode se constituir um fator positivo, se o considerarmos do ponto de vista da extensão da área urbana. Mesmo o Plano Diretor já considera essa perspectiva, ao tratar das diretrizes de desenvolvimento dos centros principais, e vai mais além ao propor o planejamento de bairro, visando o atendimento de objetivos mais de acordo com a realidade local (BETIM, 1996: 16, 37). De fato, essa instância do planejamento parece-nos essencial para a introdução de compromissos específicos, entre os setores envolvidos, que possibilitem a conformação de um espaço urbano mais ajustado com as necessidades do *habitat* e do desenvolvimento econômico.

No entanto, sem a definição de instrumentos e mecanismos que possibilitem a materialização dessas ações, em que pese todo o seu avanço conceitual, o plano diretor estará fadado à rápida obsolescência, pois, como vimos, Betim é ainda bastante atrativa em termos da migração de população para o seu território.

Portanto, não basta a simples transferência da responsabilidade sobre os problemas urbanos e sociais para a Constituição em qualquer nível, sem a necessária provisão dos meios e instrumentos para os enfrentar, ou ter-se-á a continuidade das mesmas desigualdades sociais e urbanas já apontadas, que se repetem exaustivamente através da especulação imobiliária, da destruição dos recursos naturais e da segregação. Ou isto, ou o planejamento urbano no Brasil continuará refletindo o seu caráter “totalizante” e elitista, insuficiente na apreensão da diversidade típica dos espaços intra-urbanos e na regulação da dinâmica urbana. Se naqueles setores tradicionalmente ocupados pelas classes dominantes observa-se maior adequação entre as demandas sociais e a apropriação do solo, isto deve-se apenas a maior capacidade desses segmentos em acessar a informação e de influenciar a formulação da legislação específica urbana, dentro do seu próprio nível de interesse.

Por outro lado, é voz corrente, mesmo nos meios intelectuais, que o processo de desenvolvimento, estando cada vez mais atrelado à instâncias externas, inibiria qualquer controle ou tentativa de gestão por parte dos membros da sociedade. Desse ponto de vista, a predominância do fator externo atuaria como determinante na (re)produção das condições urbano-sociais. No entanto, desde que esse "fator externo" surge associado ao padrão elitista da sociedade brasileira, é forçoso admitir que a mesma conjuntura que tem servido à concentração dos meios de produção e acumulação do capital também serve à manutenção das baixíssimas condições de reprodução da força de trabalho. Portanto, trata-se de admitir que, no bojo do processo de desenvolvimento, permanecem os mecanismos que dificultam ou entavam a superação de um *status quo* que é, para dizer o mínimo, interessante manter do ponto de vista da elite dirigente do país.

Compreender a dinâmica própria do território de Betim e superar as desigualdades urbano-sociais significa chamar à discussão todos os agentes / setores envolvidos na sua produção, visando um “concerto” entre os interesses do desenvolvimento e o atendimento das demandas próprias dos assentamentos humanos. Na prática, isto significa elevar as

condições de reprodução da força de trabalho, através da implementação de infra-estrutura, equipamentos e facilidades urbanas a um nível satisfatório para toda a população. O que significa, também, a adoção de mecanismo(s) capaz(es) de controlar as ações especulativas sobre a terra urbana.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. As modalidades ecológicas e econômicas de tempo e espaço (Ökologische und ökonomische Modalitäten von Zeit und Raum). In: *PROKLA - Probleme des Klassenkampfes*. Tradução: João Júlio Vitral Amaro. Berlim: [s. n.], Juni, 1987, 20 p. Mimeografado.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: IBGE / Conselho Nacional de Geografia, Edição da Divisão Cultural, 1963. 104 p.

ARQUIVOS MINEIROS DE LEPROLOGIA. v.7, n.3, 1947. *Portaria n. 25, de 25 mar. 1947*.

ASSIS, Terezinha. *A história da construção de Betim: espaço geográfico construído por gente*. Betim: Prefeitura Municipal de Betim, MG, 1996. 142 p.

AZEVEDO, Sérgio e ANDRADE, Luis Aureliano de. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 135 p.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil, uma nova potência regional da economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1993. 181 p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Projeto de Reabilitação Integrada - Bairro Lagoinha*. Belo Horizonte: 1996 .Mimeografado.

BERNARDES, Lygia. Política urbana: uma análise da experiência brasileira. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, jan/abr. 1986. p. 83-119.

BETIM. Prefeitura Municipal de Betim. *BETINCURA*, Ethurb - Belo Horizonte: Grafenge, 1979. 95 p.

_____. *LEI n° 1.744*, de 22 de agosto de 1986. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo na Área Central do Município de Betim e dá outras providências. 164 p. Mimeografado.

_____. *Plano Diretor Betim 96*. Betim: 1996, (folder).

_____. *LEI n° 2.963* de 04 de dezembro de 1996 – Plano Diretor do Município de Betim. Mimeografado.

_____. Empresa Municipal de Transporte e Trânsito TRANSBETIM - PROCENTRO – *Plano de Circulação Viária e Revitalização da Área Central de Betim*. 1998 (folder).

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Erminia. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

BORJA, Jordi ; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília: MEC, 1988.

BRUZZI, Hygina. BH, ano 100: a escrita periférica. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, n. 18. nov. 1997. p. 71-81

CAMPOS F., Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. 270 p.

CARDOSO, Míriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK - QJ*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459 p. (Coleção Estudos Brasileiros, v.14)

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, 1984.

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Centro de Estudos Urbanos - CEURB. *Projeto Desenvolvimento Urbano de Betim: Relatório Final*. Belo Horizonte, jun. 1994. (Convênio Prefeitura Municipal de Betim / Universidade Federal de Minas Gerais / CEURB). Mimeografado.

Centro de Estudos Urbanos - CEURB. *Diagnóstico social do Município de Betim: Relatório Final*. Belo Horizonte, dez. 1995. (Convênio Prefeitura Municipal de Betim / Universidade Federal de Minas Gerais / CEURB) Mimeografado.

CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 350 p.

CONTINENTINO, Lincoln. Questões de Urbanismo. In: *Saneamento e Urbanismo*. Belo Horizonte: [s.n.], 1937a. p. 317-333.

_____. Organização de Leprosários. These apresentada ao Congresso de Unificação do Combate à Lepra no Brasil. In: *Saneamento e Urbanismo*. Belo Horizonte: 1937 b. p.238-255

_____. Plano de Urbanização de Belo Horizonte. Conferência realizada no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, 1939. *Revista Mineira de Engenharia*. Belo Horizonte, 1937. p. 41-59.

_____. Colônia de Lázarus Santa Izabel. Conferência pronunciada em 1932 na Sociedade Mineira de Engenheiros. In: CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e Urbanismo*. Belo Horizonte: 1937. p.259-268

COSTA, Heloísa S. de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, A.1, n. 2. 1999. p. 55-71.

_____. *Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte*. In MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção* - Belo Horizonte: CEDEPLAR / PBH, 1994.

DAVIDOVICH, Fany. Tendência da urbanização no Brasil: uma análise espacial. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.51, n.1, jan / mar 1989. p. 73-88.

DEÁK, Csaba. Acumulação travada no Brasil e a crise dos anos 80. In: DEÁK, Csaba ; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999. p. 19-48.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DINIZ, Orestes. *Do Isolamento na Leprosia*. Algumas condições para a sua eficiência. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933. (Arquivo Público Mineiro – F 614 D Cx F7a2)

_____. *Nós também somos gente: trinta anos entre leproso*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

DOSSIÊ de Tombamento da Estação Ferroviária. Belo Horizonte: Convênio Fundação Artístico Cultural de Betim - FUNARBE / UFMG / NEAD 1997, Mimeografado.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 303 p. (Humanitas).

ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento Estadual de Saúde. *Divisão de Leprosia. Organização Técnica e Administrativa*. Álbum apresentado ao Congresso Panamericano de Leprosia, Rio de Janeiro, outubro de 1946. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1946.

FERNANDES, Edésio. (Org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 630 p.

_____. (Org.). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 248 p.

_____. *Law and Urban Change in Brazil* - England: Ashgate Publishing Limited, 1995.

FONSECA, Geraldo. *Origens da nova força de Minas: Betim, sua história: 1711 /*

1975. Betim: Prefeitura Municipal de Betim, 1975.

GRANELLE, Jean Jacques. As experiências de política fundiária na França. In: PESSOA, Álvaro. (Coord.). *Direito do urbanismo: uma visão sócio-jurídica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1981. p. 41-50.

GRAU, Eros Roberto. Regiões metropolitanas, sete anos depois. In: PESSOA, Alvaro (Coord.). *Direito do Urbanismo: uma visão sócio-jurídica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1981. p.91-106.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Gestão urbana: o novo formato da política e a situação habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: FERNANDES, Edésio. (Org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. p. 561-611.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1990.

JARAMILO, Samuel e CUERVO, Luís Maurício. Tendências recentes e principais na estrutura espacial dos países latino-americanos (Notas para uma interpretação do impacto da crise na espacialidade dos países da América Latina). In: VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond (Coord.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990 (Coleção Espaços)

LANA, Francisco C. Félix. *Política sanitária em hanseníase: história social e a construção da cidadania*. Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. 1997. Tese de Doutorado. Mimeografado.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Gráfica Urupês: 1969. 133 p.

_____. A re-produção das relações de produção. In: *Cadernos O Homem e a Sociedade*. Porto: Publicações Escorpião, 1973. Trad. de Anônio Ribeiro e Manuel Amaral. p. 18-19.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1993. 454 p.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1970.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do patrimônio Histórico. *O Direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p.21-24.

MATTOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função

- social das lembranças. *Revista Espaço e Debates*, n. 7. São Paulo: Canoplus, 1983.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil Terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.
- MELO, Marcus André B. de. Regimes de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988). In VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond. (Coord.). *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. São Paulo: Nobel, 1990. (Coleção Espaços).
- MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção* - Belo Horizonte: CEDEPLAR / PBH, 1994.
- _____. “Belo Horizonte, Capital de Minas, século XXI”. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 467-485, nov. 1997.
- MORAES, Fernanda Borges. *Gestão Metropolitana: uma reflexão sobre sua trajetória e perspectivas a partir da experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Geografia, área de concentração Organização Humana do Espaço). Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte: 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação capitalista, estado e urbanização: a nova qualidade de conflito de classes. In MOISÉS, José Álvaro et al. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: CEDEC / Paz e terra, 1979.
- PAULA, João Antônio de. “*Raízes da modernidade em Minas Gerais*”. Belo Horizonte: Autentica: 2000. 156 p. (Coleção Historial, 8).
- PESSOA, Álvaro (Coord.). *Direito do Urbanismo: uma visão sócio-jurídica*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: 1981.
- PIMENTEL, Cecília. In: *Informe de los Estudios Realizados en el Brasil y la Argentina*. [19--], p. 26.
- PLAMBEL. *Esquema Metropolitano de Estruturas*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1974. 330 p.
- _____. *A estrutura urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o processo de formação do espaço urbano*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1985 a, v. 1. 172 p.
- _____. *A estrutura urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte: a estrutura atual*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1985 b, v. 2. 232 p. ilustr., tab.
- _____. *O mercado da terra na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2 ed. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1987. 212 p.
- _____. *Síntese dos Diagnósticos Setoriais – RMBH – 90*. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1990. 61 p.
- REIS Fº, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil:*

1500 / 1720. São Paulo: Pioneira: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1968.

RELATÓRIO das Atividades do Departamento de Lepra, 1955.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano III, 1898. pp. 30-31

REVISTA *Tendência*, “FIAT, arrancada industrial em Minas”. Agosto de 1973, nº 0, p.45

RIBEIRO, Luiz C. Q; SANTOS Jr. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luíz César Queiroz e SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (Org). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 261-289. 432 p.

ROCHA, Vicente Eustáquio e COSTA, Geraldo Magela. Produção do espaço na periferia industrial: reflexões a partir do caso de Betim. pp. 560-571. In: IN: *Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR* Brasília, 22 a 26 de maio de 1995

RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada. *Produção do espaço e expansão industrial*. São Paulo: Loyola, 1983. 142 p.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios da cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

_____. Para além da Lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: FERNANDES. *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 248 p.

RUGANI, Jurema M.; CASTRIOTA, Leonardo B. (Coord.) *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim: IPUC-Betim - Diagnóstico Parcial*. Belo Horizonte: Convênio Fundação Artístico Cultural de Betim - FUNARBE / UFMG / NEAD, 1998 Mimeografado.

_____. (Coord.). *Inventário do Patrimônio Edificado da UFMG / Tiradentes*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 1999. Mimeografado.

RUGANI, Jurema M. *Preservação do patrimônio no centro da periferia industrial: o caso de Betim*. (Monografia de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da Escola de Arquitetura da UFMG). Belo Horizonte: 1998. Mimeografado.

_____. *Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim – IPUC Betim* (Paper). São Paulo: III Seminário DOCOMOMO Brasil - A Permanência do Moderno. 8-11 de Dezembro de 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF – São Paulo: Projeto Editores, 1988.

_____. A cidade como um jogo de cartas. In: TURKIEMICZ, Benamy e MALTA, Maurício (Ed.). *Desenho Urbano: Anais do IISEDUR – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. São Paulo: Pini, 1986. p. 26-30.

_____. Quando a rua vira casa. 3 ed. São Paulo: *Revista Projeto*, 1985. 152 p.

“Metrópoles e outras cidades brasileiras: bem antes de 60, muito depois de 80”. Rio de Janeiro, maio 1984. In SANTOS, C. N. F. *Textos Diversos*. Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo* - São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. *A urbanização desigual; a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. Petrópolis; Vozes, 1982. 125 p.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio e cidadania*. / Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, Plambel. *Mercado da terra na RMBH*. 2 ed. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1987, 212 p.

SEGRE, Roberto. Havana: o resgate social da memória. p. 101-111. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio e cidadania*. / Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992. p. 101-111

_____. *América Latina. Fim de milênio. Raízes e perspectivas da sua arquitetura*. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SENNA, Néelson de. *Anuário Histórico - Chorographico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Nelson G. Senna, anno III, 1909.

SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Edusp: Nobel, 1991. 172 p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 324 p.

STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo (lições do pós-imperialismo; perspectivas do pós-fordismo). In VALLADARES,

Lícia e PRETECEILLE, Edmond (Coord.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990 (Coleção Espaços)

TOPALOV, Christian. *Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965*. *Espaço e Debates*, São Paulo. v. 1, n. 23, p. 5-30. 1988.

TRINDADE Cônego, Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Imprensa Nacional. n. 13, 1945. 378 p.

VALENTINA. *Enquanto não mudam a paisagem ou ensaio de um romance fotográfico*. [s. l.: s. n., 19--?] Mimeografado

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade* . Ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: *O município no século XXI: Cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1999. 400 p. p.237-247.

_____. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WERNECK, Ney Pereira Furquim. A localização industrial na Grande BH. *Revista da Fund. J.P.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 64-73, out-dez.1973.

6. ANEXOS



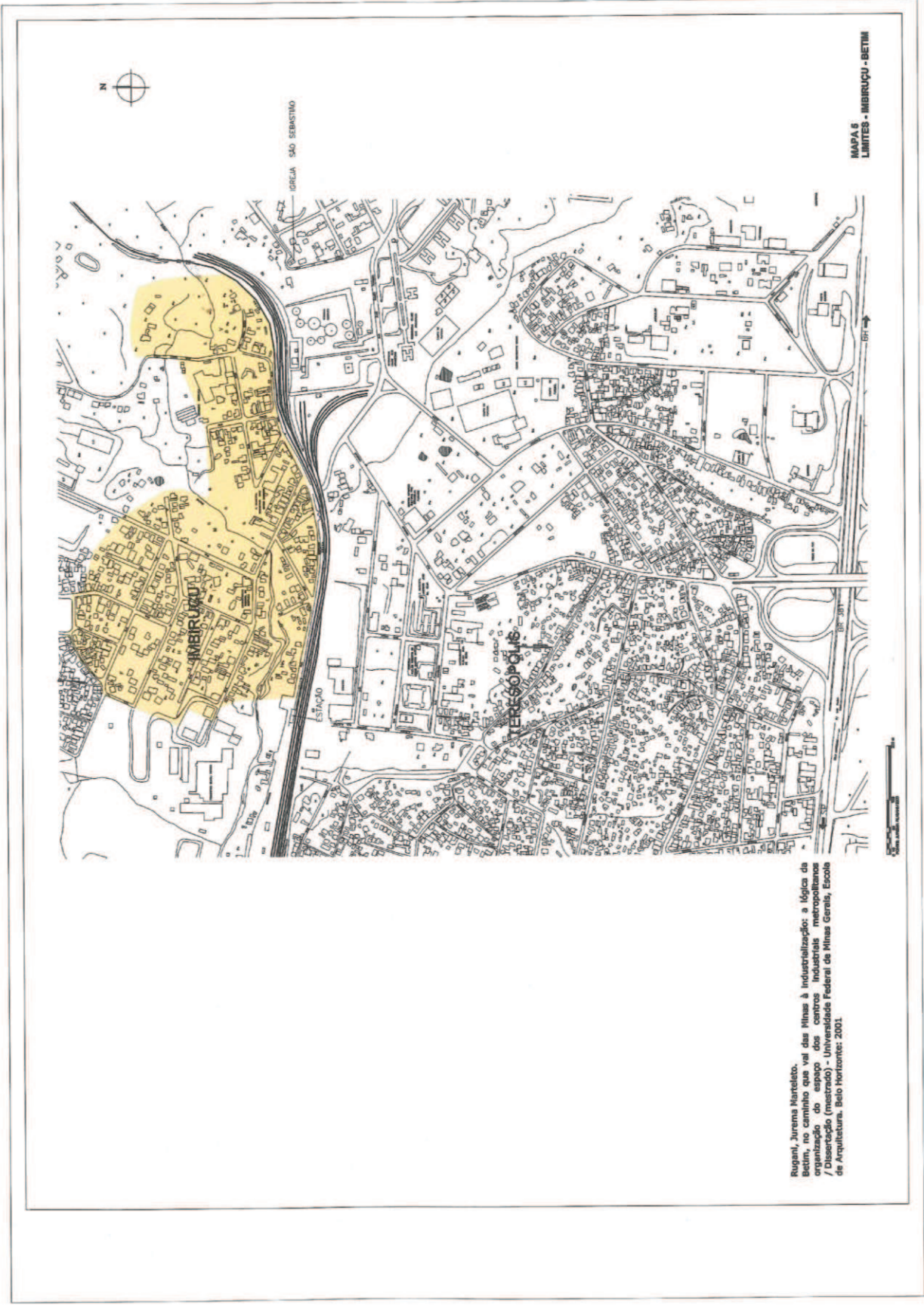




MAPA 4
CENTRO TRADICIONAL - BETHM
OCUPAÇÃO DO SOLO

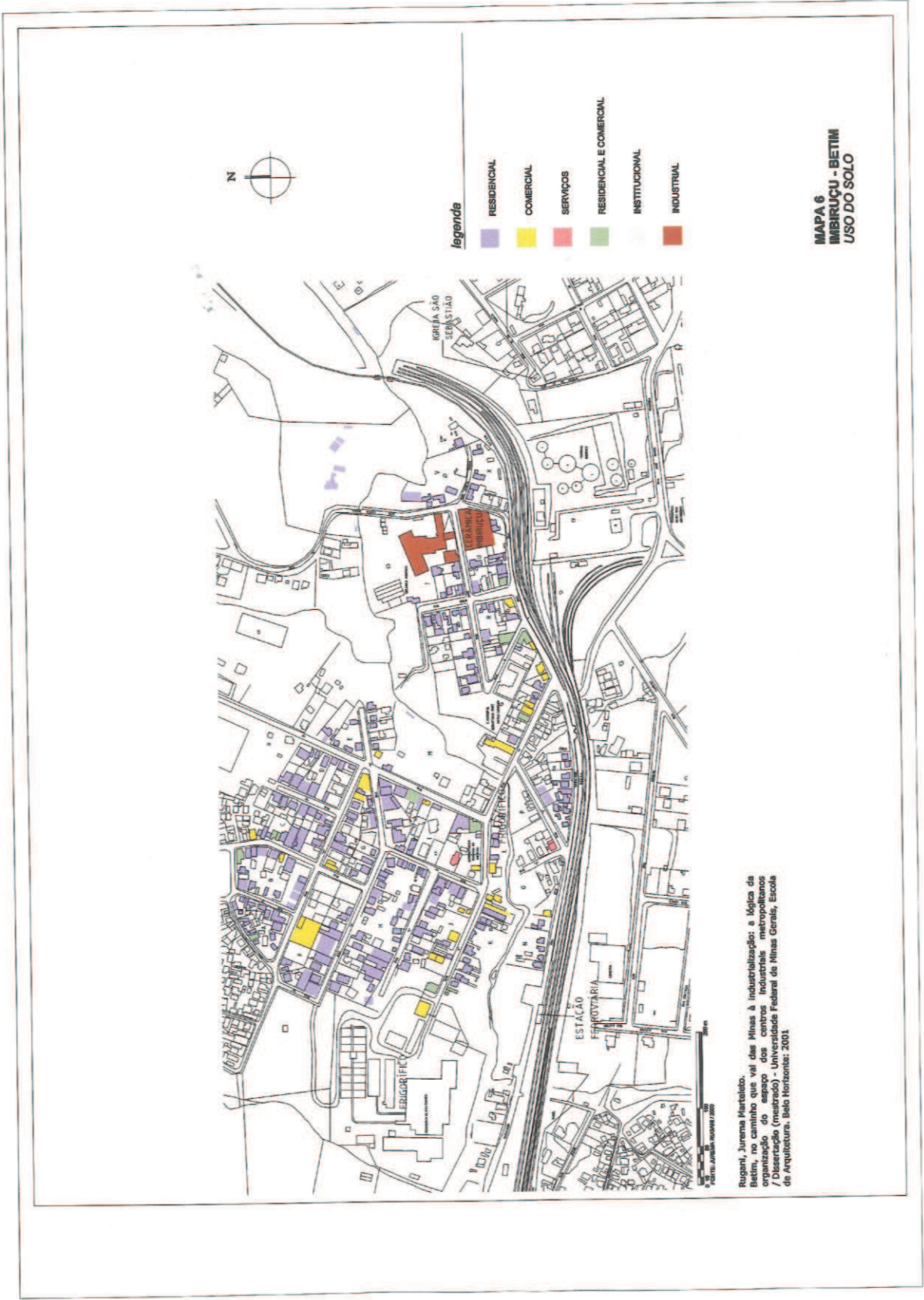
Rugani, Juliana Marziale.
Bethm, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica de
organização do espaço dos centros industriais metropolitanos
/ Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola
de Arquitetura, Belo Horizonte: 2001.





MAPA 6
LIMITES - IMBRUÇU - BETIM

Rugan, Jurema Marteleto.
Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica da
organização do espaço dos centros industriais metropolitanos
/ Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola
de Arquitetura. Belo Horizonte: 2001

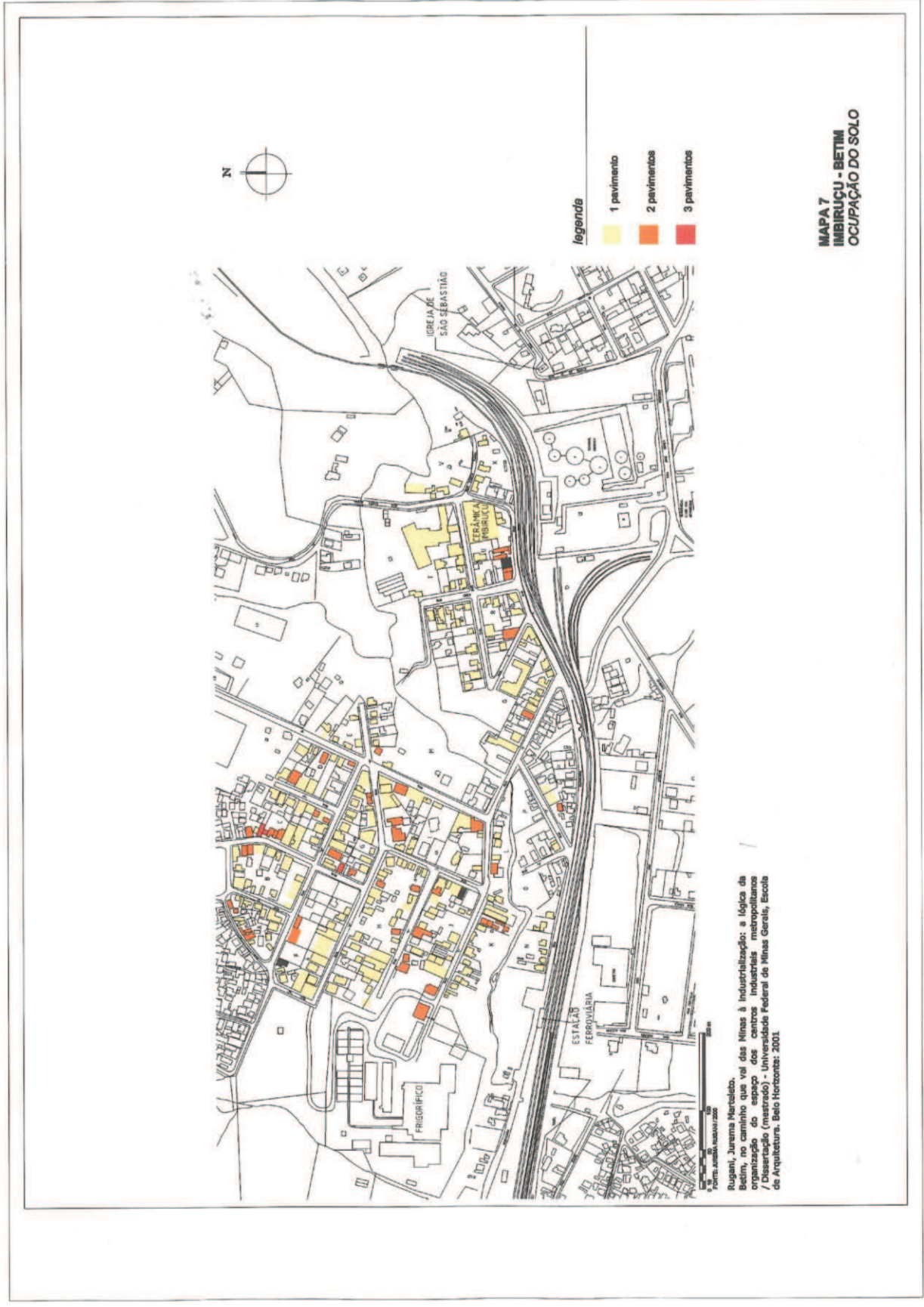


legenda

- RESIDENCIAL
- COMERCIAL
- SERVÇOS
- RESIDENCIAL E COMERCIAL
- INSTITUCIONAL
- INDUSTRIAL

MAPA 6
IMBIRUÇU - BETIM
USO DO SOLO

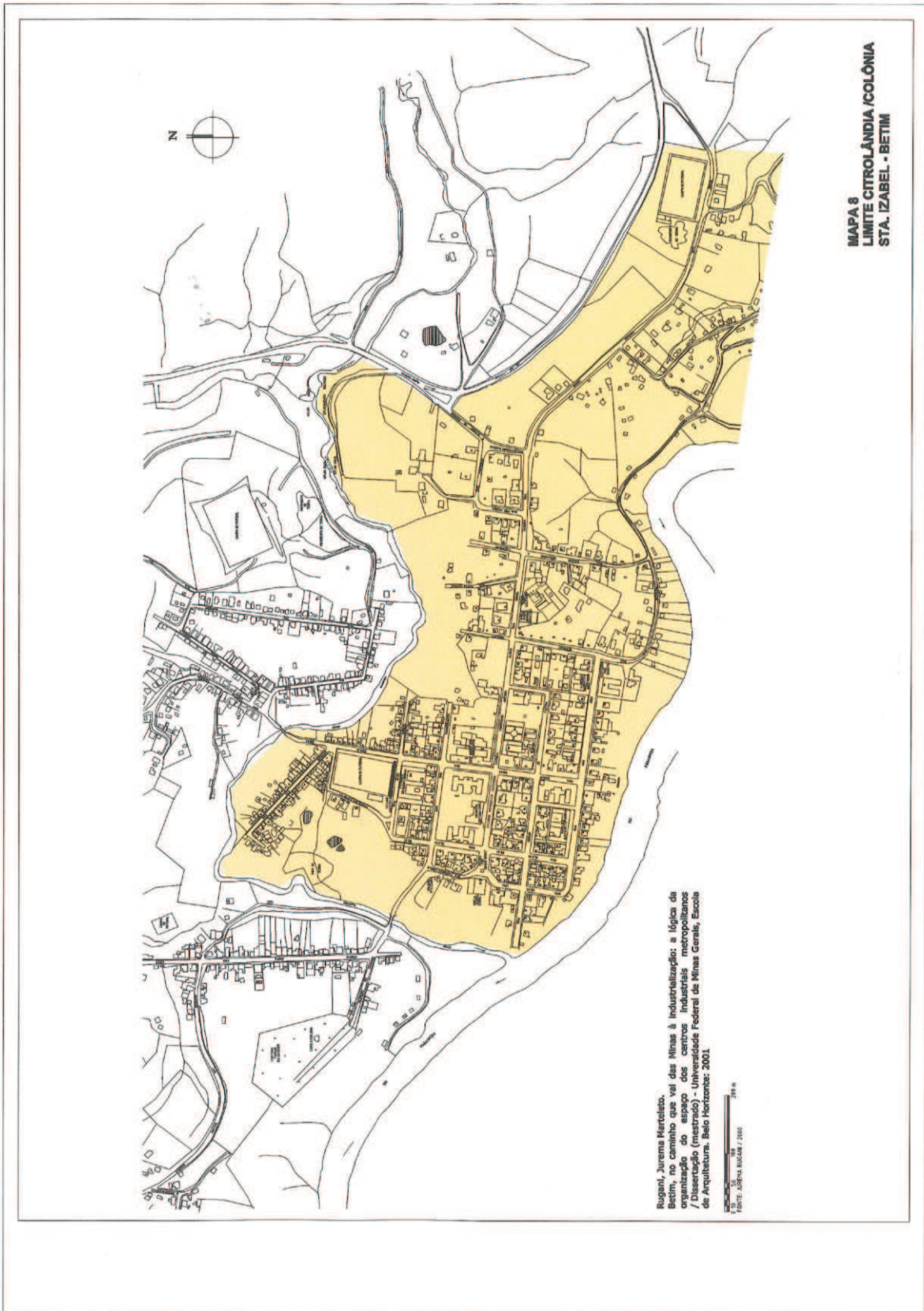
Rugani, Juliana Marcolino.
Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica da
organização do espaço dos centros industriais metropolitanos
/ Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola
de Arquitetura, Belo Horizonte, 2001.

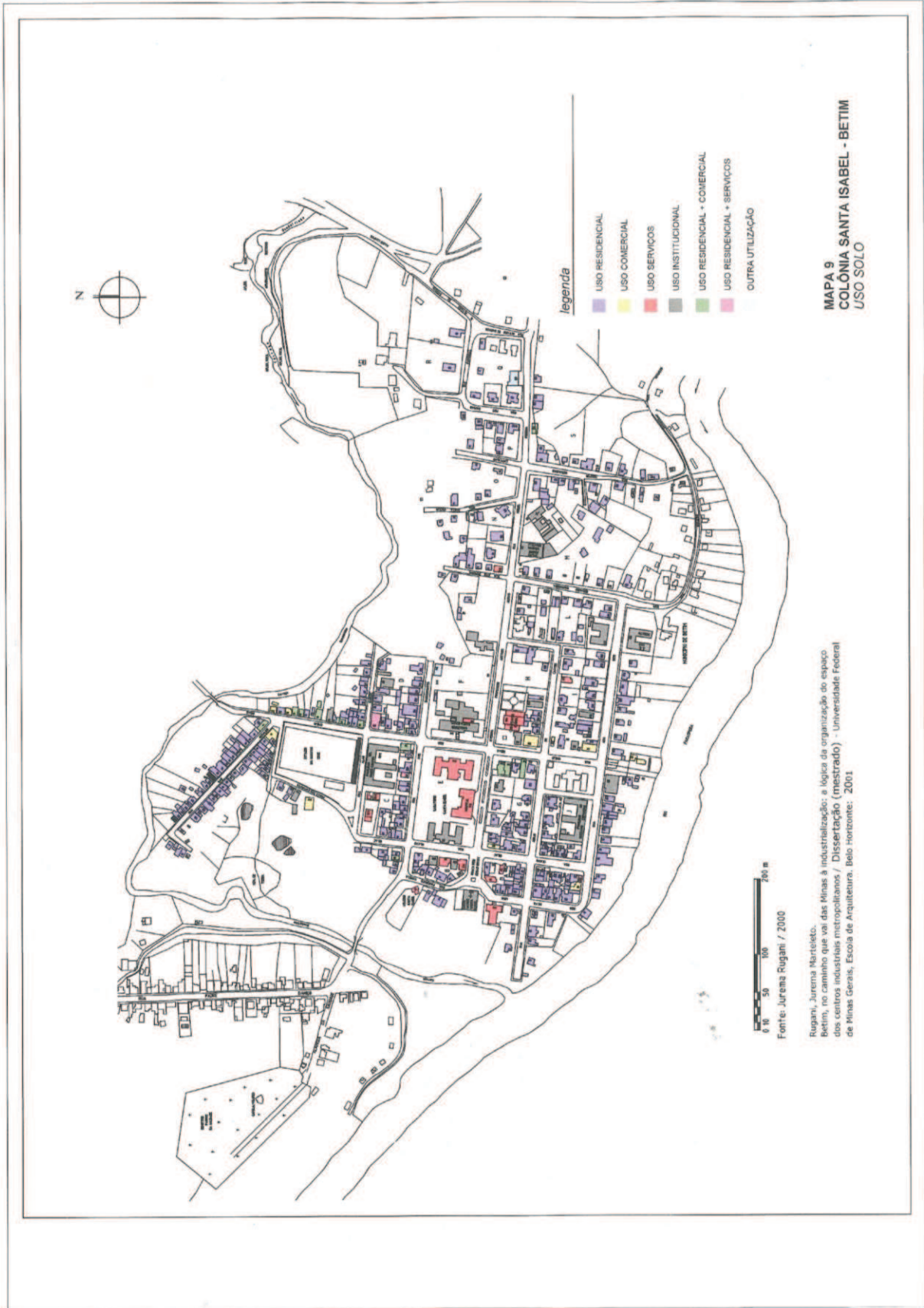


- legenda**
- 1 pavimento
 - 2 pavimentos
 - 3 pavimentos

MAPA 7
IMBIRUÇU - BETIM
OCUPAÇÃO DO SOLO

Rugani, Jurema Marcelino.
 Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica da
 organização do espaço dos centros industriais metropolitanos
 / Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola
 de Arquitetura. Belo Horizonte: 2001.





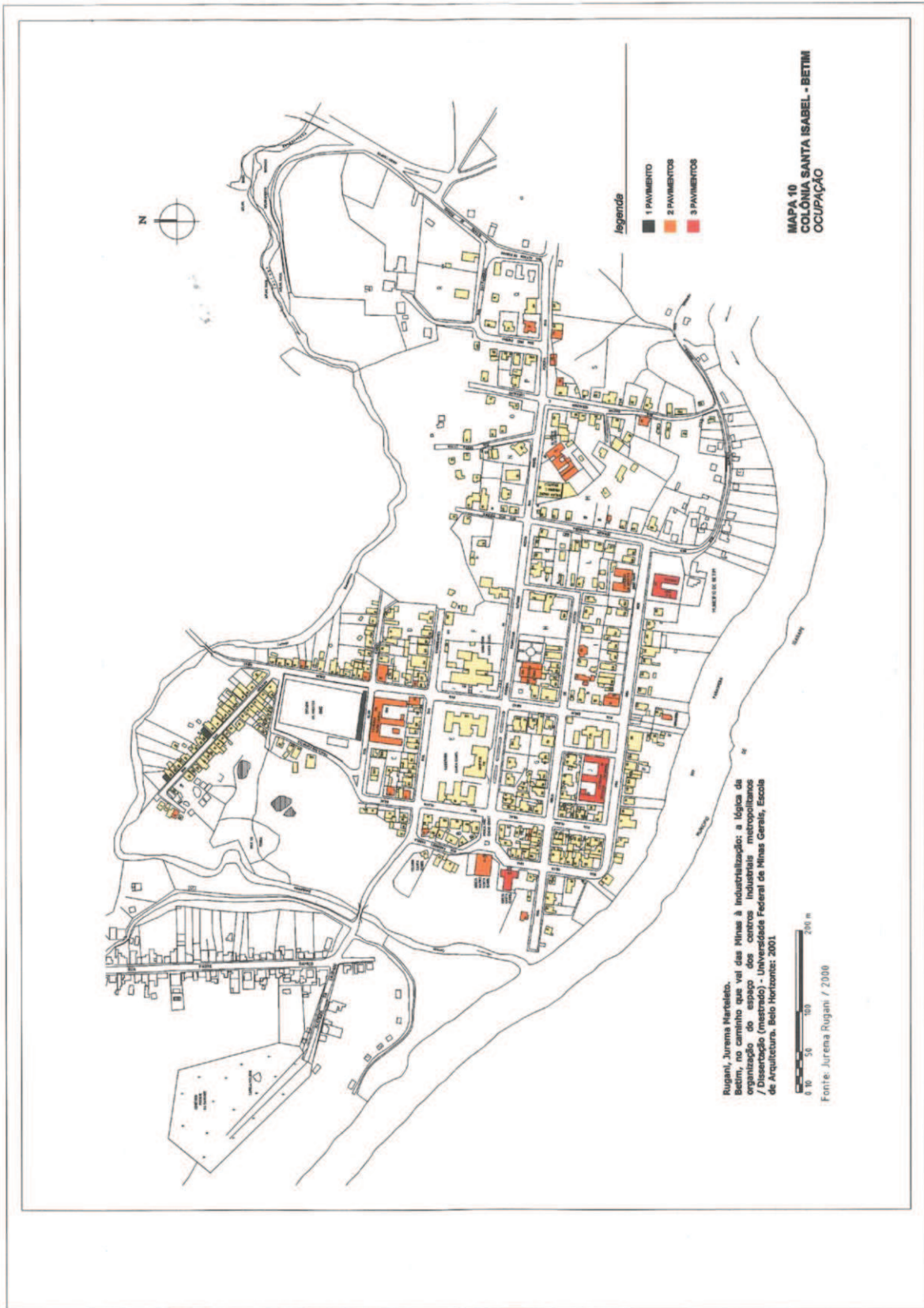
legenda

- USO RESIDENCIAL
- USO COMERCIAL
- USO SERVIÇOS
- USO INSTITUCIONAL
- USO RESIDENCIAL + COMERCIAL
- USO RESIDENCIAL + SERVIÇOS
- OUTRA UTILIZAÇÃO

MAPA 9
COLÔNIA SANTA ISABEL - BETIM
USO SOLO

Rugani, Jurema Martileto.
 Betim, no caminho que vai das Minas à industrialização: a lógica da organização do espaço
 dos centros industriais metropolitanos / Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
 de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte: 2001

Fonte: Jurema Rugani / 2000



APM - Revista do Arquivo Público Mineiro, ano III, 1898
Ouro Preto. Imprensa Oficial de MG, 1898, pp.30-31

“Carta de Sesmaria passada ao Cap. Joseph Roiz’ Betim”

An.^{to} de albuquerque Coelho de Carv.^o etc. Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem q.^e havendo resp.^{to} ao q.^e por sua petição me enviou a dizer o Cap.^m Joseph Roiz’ Betim q.^e elle supp.^{te} se achava nestas minas com quantidade de família de filhos e filhas, e genros sem q.^e se pudesse situar e fazer suas lavouras; E porq.^e se achavão devolutas algumas terras entre Paraubupeba, e a estrada que vay para as Abrobas, cujo districto, cuja distancia poderia ser tres legoas pouco mais ou menos, e porq.^e p.^a poder acomodar suas famílias, lhe erão necessarias as d.^{as} tres legoas em quadra q.^e se lhe podião inteirar correndo e comessando do Ribeyrão da cachoeyra para o norte entre o d.^o rio, e a estrada, pelo que me pedia lhe fizesse merce attendendo as suas muitas obrigações, conceder as ditas tres legoas de terras em quadra, comessando do d.^o ribeyro da Cachoeyra p.^a o norte, por carta de Sesmaria na forma do estylo: E visto seu requerimen.^{to}, e informação q.^e deu o Provedor e Juiz das Sesmarias e sinão offerecer dúvida, Hey por bem de fazer m.^{er} ao d.^o Cap.^m Joseph Roiz’ Betim em nome de S. Mag.^{de} que Deos g.^{de} de lhe dar de Sesmaria duas legoas de terras q.^e comessarão de Ribeyrão da Cachoeyra, entre Paraubupeba e a estrada das Abrobas, declaradas em sua petição, sem prejuízo de 3.^o, assim e do mesmo modo q.^e são, e com suas referidas confrontações; com declaração que as d.^{as} terras se cultivarão e povoarão dentro em dous annos, e não o fazendo nelles, se lhe denegarão mais tempo, e se julgarão por devolutas na forma da ordem de S. Mag.^{de} de 22 de outubro de 1698. E outro sy será obrigado o d.^o Cap.^m Joseph Roiz’ Betim a mandar confirmar esta Carta de datta por S. Mag.^{de} que Deos g.^{de} dentro em tres annos pelo seo Con.^o Ultram.^o Pelo q.^e mando ao Prov.^{or} e Juiz das Sesmarias dos districtos do Rio das Velhas, Sabará e Cahete, na forma do estylo; e a todos os off.^{es} de justiça a q.^m o conhecim.^{to} desta pertencer a fação cumprir, e guardar tão inteiram.^{te} com nella se conthem; a qual por firmeza de tudo, lhe mandey passar por my assinada e sellada com o sinete de minhas Armas, que se registrará na Secretar.^a deste governo e aonde mais tocar. Dada nestas minas g.^{es} aso 14 de Setr.^o de 1711. - O Secr.^o M.^{el} Pegado a Fez. - An.^{to} de Albuquerque Coelho de Carv.^o

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO COLÉGIO COMERCIAL BETINENSE. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Fundação Artístico Cultural de Betim – FUNARBE / Núcleo de Estudos em Antropologia e Desenvolvimento – NEAD, 1997. Mimeografado.

“[...]”

IV - Histórico do Bem Cultural

O prédio do “Colégio Comercial Betinense” ocupa um lugar importante tanto dentro da história da cidade quanto na memória de sua gente.

Foi nesse prédio que funcionou o primeiro Grupo Escolar de Capela Nova do Betim, então distrito municipal, criado pelo Decreto 2724, de 11 de janeiro de 1910.

A criação do Grupo Escolar seria um dos marcos do desenvolvimento da cidade nessa primeira parte do século, junto com a construção da ferrovia, na região do vale do Riacho das Areias e o Betim (1910) e a construção da usina hidrelétrica em 1914.

O grupo escolar surge como uma conquista política das lideranças locais junto ao governo do Estado. Como destaca o historiador Geraldo Fonseca, vilas e cidades mais importantes que Betim não possuíam ainda um grupo escolar, apesar de lutarem por isso. Convém lembrar que o grupo escolar representava uma inovação no campo do ensino primário, substituindo as cadeiras isoladas. O então secretário do interior, Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto, em relatório de 15 de junho de 1910 explicava assim a mudança: “*Grupo escolar é apenas uma reunião de escolas para, pela especialização dos professores, conforme grau de adiantamento dos alunos, conseguir resultados mais avantajados no mesmo espaço de tempo.*” (1910: 2).

A inauguração do grupo, no dia 17 de julho de 1910, reuniu a elite local, destacando-se a presença do vigário Osório de Oliveira Braga, personalidade carismática que marcaria a história da cidade durante mais de meio século, e que proferiu um dos discursos da inauguração. Apesar das dificuldades dos primeiros anos de funcionamento, com a mudança de vários professores,

inexperientes nesse tipo de empreendimento de ensino primário, o grupo escolar ocupou uma posição fundamental na formação do povo betinense, funcionando no antigo prédio até a década de 60, quando se deu a construção do novo prédio onde funciona hoje o “Afonso Pena”.

O prédio antigo, no entanto, continuou a marcar presença dentro da história do ensino em Betim, com a criação no local do Colégio Comercial Betinense, em 1968. O Colégio Comercial desempenhou um papel importante na formação profissional, e por ele passaram nomes importantes na cidade.

Além da importância histórica do prédio em si, o mesmo se encontra situado em lugar estratégico, bem no coração da cidade, tendo à sua frente o marco da criação do município de 1938. É um dos poucos prédios históricos de uma cidade que dentro da luta pelo desenvolvimento, esqueceu de preservar os marcos de suas conquistas.

O prédio é até certo ponto o mais significativo desses marcos, seja por ser o resultado de uma luta política, seja por sua importância na formação na comunidade betinense, tanto como escola primária, quanto como colégio comercial.

Seu significado está gravado na história de vida de inúmeras gerações da cidade. Seria sem dúvida importante o tombamento do prédio, antes que astúcia e ambição venham destruir um prédio que ajudou na formação do povo betinense.

O Colégio cumpre assim um papel importante na vida da população, estabelecendo laços entre a memória individual dos cidadãos que lá estudaram (ou participaram de outras atividades). A memória coletiva (guardadas das tradições locais) e a história (conjunto dos acontecimentos significativos de um povo - ver Halbwachs, A Memória Coletiva, cap.II). Na verdade, não é muito comum encontrar um bem cultural que articule com eficácia esses três níveis. Ele fez parte e continua a re(a)presentar a intimidade cúmplice dos atores sociais. Ele também representa o sonho de uma comunidade que através da fundação de uma escola, no início do século, buscava encontrar os caminhos para o desenvolvimento e bem estar social. Ele igualmente representa a vontade de ser cidade que o distrito de Capela Nova já expressava na luta pelo direito a um grupo escolar.

Do ponto de vista das representações de mundo é extremamente significativo que o marco de fundação do município se encontre à frente do Colégio Comercial – sem dúvida é uma das coincidências que demonstram que por trás da aparente desorganização dos bens urbanos, existe uma ordem significativa que guarda em si os segredos e sonhos de uma cidade. O Colégio é o

desejo de ser cidade; o marco é o desejo realizado.

Assim o Colégio corresponde a definição de patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988, que contempla os “*bens de natureza material e imaterial (...)portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.*” (Seção II, do cap.III, título VIII, artigo 216)

E podemos considerar como significativo que o primeiro bem tombado em Betim venha a ser colégio. Isto seria reforçar a importância da educação na formação de uma comunidade.”

DOC. 3

Quando da divisão da Fazenda Batatal em 1943, Joaquim Soares Diniz aparece como proprietário de terras que faziam divisa com o quinhão da Capela, segundo o Documento 2 - Registro de Imóveis, Comarca de Betim, fls. 151 do Livro 3-J, nº de ordem: 8.588, de 12 de novembro de 1954:

Um terreno rural com a área de 5.342 ares (...) situado na Fazenda do Batatal (...), adquirido por Joaquim Soares Diniz, conforme transcrição número 1979, no livro 3-B, à fls. 7, no Registro Imobiliário de Betim do quinhão que recebeu como condomínio da divisão da Fazenda do Batatal processada nesta comarca no Cartório do 1º Ofício julgada por sentença de 29 de abril de 1943, com as seguintes divisas e confrontações (...) Fazenda do Sítio até o marco quinhão da Capela, cravado próximo a estrada (...).

Concluída a obra de construção, a Igreja foi inaugurada sem realização de missa, porque, segundo moradores antigos, não havia sido realizada a *benção* da pedra fundamental, o que teria provocado o seu fechamento por volta de vinte anos.

O Sr. Antônio Faria informa que por volta de 1956, D. João Resende Costa autorizou a normalização da Capela, quando, então, ela foi reformada, tendo o Sr. Luiz realizado o acréscimo da parte de trás (altar), em 1958.

Nota: As informações acima foram obtidas junto à comunidade local e cartório, durante a realização de consultoria técnica para Projeto Arquitetônico de Recuperação da Capela de São Sebastião, em 1988. Coordenação de Consultoria: Arquiteta Jurema Rugani

CONTINENTINO, Lincoln. Colônia de Lázarus Santa Izabel. Conferência pronunciada em 1932 na Sociedade Mineira de Engenheiros. In: CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e Urbanismo*. Belo Horizonte: 1937. p. 259-268

Pela argumentação do autor na página 267 da obra citada acima, depreende-se que a criação da colônia Santa Izabel, “*situado próximo a uma das áreas mais afetadas pelo mal*”, vinha sendo ou já fora o alvo de muitas críticas, todas relacionadas com a questão da localização do leprosário e os possíveis efeitos decorrentes, sobre a população sadia. Assim, justifica o autor do projeto:

“E não procedem os argumentos formulados contra a criação da colônia Santa Izabel, uma vez que: 1º) A distância da colônia a Belo Horizonte é muito grande, 45 quilômetros, não podendo daí advir nenhuma ameaça para a saúde pública. O inconveniente eventual das fugas de doentes depende principalmente da administração e das instalações da colônia, [...]; 2º) O plano geral da colônia oferece garantias suficientes para evitar a contaminação do pessoal administrativo, uma vez que sejam mantidas medidas de higiene rigorosas; 3º) As águas do rio Paraopeba não ficarão absolutamente poluídas, sendo mesmo permitida a pesca no rio, desde que se realize o tratamento e desinfecção dos esgotos; 4º) As terras circunvizinhas ao leprosário não sofrerem desvalorização, pois ainda agora a Sociedade da Lepra acaba de adquirir , [...], 8 alqueires de terreno pela importância de 15 contos de réis, para a construção de um preventório para filhos de leprosos, [...].” (CONTINENTINO, 1937: 267)

Na sequência do texto, o autor augura que seja alcançado o objetivo da fundação da colônia: “... *a segregação dos doentes - fator principal de erradicação da lepra*”. (p. 268)

Note-se que o autor, quando se refere à localização da colônia, enfoca a distância desta à cidade de Belo Horizonte, capital do Estado e centro do poder político-administrativo. Nem mesmo a sede de Santa Quitéria é abordada nessa relação, a não ser como parte das populações “circunvizinhas”.

DOC. 5

Relatório da Diretoria de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais - 1935

Conteúdo: textos e fotos acerca da Colônia Santa Isabel

- p.11

"... O governo federal, patrioticamente empenhado na solução do problema do Brasil, concedeu a Minas, em 1935, uma subvenção de 600 contos de Réis, com a qual construímos 2 grandes pavilhões na Colônia Santa Isabel, elevando a sua lotação de 500 par 1500 doentes..."

Junho de 1936

Dr. Mário A. S. Campos
Diretor de Saúde Pública

- p. 32

*"... Localizada na antiga fazenda do Motta, a 45 km da capital, realizou os seguintes trabalhos:
Doentes internados: 1037, tratamentos: 464.239, exames de laboratório: 5066."*

Belo Horizonte, 12 de maio de 1935

Dr. Antônio Aleixo.
Chefe do Centro Estadual de Prevenção de Lepra

DINIZ, Orestes. *Do Isolamento na Lepra: algumas condições para a sua eficiência*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933. (Arquivo Público Mineiro – F 614 D Cx F7a2)

- p. 9

“... mandatário desta larga e sadia mentalidade, coube a mim, antigo e humilde auxiliar do professor Antonio Aleixo, a missão de dirigir a Colônia Santa Isabel, inaugurada a 23 de dezembro de 1931, estabelecimento projetado para assistência a 1500 doentes, e atualmente já contado 830 internados”

- p. 18

“... o professor Antonio Aleixo incluiu no Regulamento Interno da Colônia Santa Isabel três classes de pensionistas: ‘A, B, C’, tendo cada qual instalações especiais. Porém, para mais completo conforto dos doentes, propus no meu relatório do ano próximo passado a construção de um sanatório na Colônia Santa Isabel, cuja planta se acha em estudo pelo Dr. Lincoln Continentino, Inspetor de Engenharia Sanitária do estado de Minas Gerais ...”

[...]

“... recentemente, a Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, de Juiz de Fora, fez doação à Colônia de um magnífico pavilhão de diversões, que se acha em construção, sendo estes os seus característicos principais?

- *Platêa, comportando 500 cadeiras e recinto para a orquestra;*
- *Palco e cinco cabines;*
- *Sala de espera comunicando de um lado com salões de bilhar, de jogos e de leitura, de outro com o bar e salão para bailes;*
- *Cabine para aparelho cinematográfico,*
- *Camarote destinado ao pessoal da administração ...”*

DOC. 7

Revista *Tendência*, “FIAT, arrancada industrial em Minas”. Agosto de 1973, nº 0, p.45

Trecho do discurso do Presidente da CDI-MG, Leopoldo Mesquita:

“A área necessária e todo o complexo industrial será de 20 milhões de metros quadrados e exige inúmeras providências. Na verdade, temos que projetar e construir uma nova cidade. O CDI (sic) adquire o terreno, projeta um Distrito Industrial e executa as obras de infra-estrutura, como sistema de água, esgoto industrial, sanitário e pluvial, pavimentação, rede de energia elétrica e sistema de comunicações.”

Revista *Tendência*, “FIAT, arrancada industrial em Minas”. Agosto de 1973, nº 0, p.45

Trecho do discurso do então Prefeito Municipal de Contagem, Sr. Newton Cardoso:

“O novo Centro Industrial de Contagem – CINCO – possui completa infra-estrutura capaz de receber a qualquer momento uma fábrica de grande porte. O CINCO possui asfaltamento, saneamento, telex, telefone, ligações viárias, esgoto e pagua em abundância, enquanto Betim terá, ainda, que ser terraplenado (sic) e receber essas obras que já existem em Contagem. A FIAT, portanto, irá gastar oito milhões de dólares para obter, em alguns anos, o que já possuímos hoje.”

ÚLTIMA HORA (periódico). “*Instituto de Arquitetos adverte ao povo: não compre já a casa própria*”. Ano XIV. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1965, nº 1.472, página 2.

Em matéria veiculada em 27/01/1965, o Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil critica o “*Plano Habitacional*” do governo e recomenda à população que se abstenha do “*compromisso de compra da moradia até que se conheça o verdadeiro papel que o Banco Nacional da Habitação desempenha na operação de venda*”. E levanta os seguintes problemas derivados da implantação da Lei nº 4.380, que criou o BNH:

1. “*o estímulo à migração para a cidade, na medida em que se acena à população rural [...] com a aparente solução do problema do problema da moradia no meio urbano;*”
2. “*implantação de aglomerados de moradias desarticulados de um plano de desenvolvimento urbano, agravando a situação caótica das cidades;*”
3. “*discriminação geográfica das sociais (classes mais pobres situadas nas zonas periféricas das cidades), [...] e a falta de uma política que impeça a especulação com terrenos;*”
4. “*... tendência de construção [...] de moradias desprovidas de equipamentos comunitários – urbanos e sociais -;*”
5. “*obstáculo ao desenvolvimento de um trabalho social de organização de novas comunidades visando a estruturação de um grupamento social mais estável e integrado;*”
6. “*baixa do padrão de moradia de todas as classes sociais, porque limita a moradia pelo custo, e não pelas dimensões e necessidades.*”

Transcrição da Entrevista com a arquiteta Maria Helena Almeida Magalhães
Departamento Técnico da C. D. I. - Companhia dos Distritos Industriais
Data: 28 de fevereiro de 2000

A CDI foi criada em 1971 pelo governo de Minas Gerais, numa iniciativa pioneira no país, para facilitar (agilizar) a implantação de parques industriais no estado. Foi mantida como empresa S.A. mas tendo como principal gestor o Estado. Como não existia este serviço em outros estados, a CDI chegou a prestar acessoria para as demais regiões do país. Sendo criada na gestão do governo militar (ditatorial e centralizador), encarregava-se apenas de executar a instalação de parques industriais pré estabelecidos pelo governo federal. Atualmente ela abrange desde o levantamento das reais necessidades do município até a implantação final dos distritos industriais. Encontra-se em fase de implantação a análise pós ocupação dos distritos.

Distritos Industriais em Betim:

Em 1975 foi criado o Distrito Industrial Paulo Camillo em Betim, sendo considerado uma área de industrialização normal, com a característica de ser um distrito industrial sócio integrado. É dos últimos remanescentes de distritos industriais de grande porte.

No distrito Industrial Paulo Camillo, o primeiro decreto de desapropriação da área feito pelo governo, abrangia uma região gigantesca. Boa parte desta região era imprópria para a implantação do distrito. Sendo inviável um distrito industrial daquele porte, o governo reduziu a área de implantação, escolhendo-se assim um local com topografia mais adequada. Das primeiras desapropriações muitas retornaram a seus antigos donos (principalmente as fazendas existentes) mas ficaram alguns remanescentes esparsados e afastados da área de implantação do distrito. A fazenda Dom Orione, remanescente da primeira desapropriação, localizava-se afastada do distrito e abrangia uma região muito extensa; foi considerada projeto especial com a implantação da área habitacional. Em alguns casos de áreas remanescentes que restaram fez-se convênios (por períodos predeterminados) para a utilização na agricultura.

No DI Paulo Camillo em Betim, a pesquisa na área para a desapropriação foi realizada pelo próprio CDI através de assistentes sociais e estagiários de arquitetura; dessa forma obteve-se uma melhor relação com os moradores. Optou-se pela pesquisa da própria CDI devido a conflitos ocorridos com firmas contratadas para o levantamento da desapropriação para a instalação da FMB, também em Betim.

A FIAT foi um projeto especial com um pedido feito pelo governo. A CDI fez a desapropriação, terraplanagem e o restante de infra-estrutura necessários para a implantação da

empresa. Por dez anos a FIAT Automóveis contou com isenção de impostos. Atualmente, findo o prazo de isenção, Betim coloca-se entre as primeiras receitas de Minas Gerais.